

EXPEDIENTES RECEBIDOS NO DMF

Relatório Final de Gestão 2016-2018

AGOSTO DE 2018



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha

Conselheiros

Corregedor Nacional de Justiça:

Supervisor do DMF:

Conselheiros:

Ministro João Otávio de Noronha

Márcio Schiefler Fontes

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga

Maria Iracema Martins do Vale

Daldice Maria Santana de Almeida

Fernando César Baptista de Mattos

Valtércio Ronaldo de Oliveira

Francisco Luciano de Azevedo Frota

Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior

André Luis Guimarães Godinho

Valdetário Andrade Monteiro

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral:

Júlio Ferreira de Andrade

**Coordenadora do Departamento de
Monitoramento e Fiscalização do Sistema
Carcerário e do Sistema de Execução de
Medidas Socioeducativas (DMF):**

Maria de Fátima Alves da Silva

Diretora-Geral:

Julhiana Miranda Melloh Almeida

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EXPEDIENTE

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF)

Equipe

Renato Campos Pinto De Vitto
Tatiana Pereira Almeida
Ana Teresa Perez Costa
Luiz Victor Espírito Santo da Silva
Wesley Oliveira Cavalcante
Célia de Lima Viana Machado
Erica Rosana Silva Tanner
Thanise Maia Alves
Ana Luiza Gama Lima de Araújo
Felipe de Brito Belluco
Viviane Kaliny Lopes de Souza
Jessica Santos de Sousa
Louislane Duarte Dias
Luiz Gustavo Ribeiro de Souza
Shara Reis Gomes
Suzana Teixeira Rodrigues
Thiago Silva Rosa
Helen dos Santos Reis
Joseane Soares da Costa Oliveira
Juliana Cirqueira de Sarto
Karla Marcovecchio Pati
Thaís Gomes Ferreira
Camilo Pinho da Silva

2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SEPN Quadra 514 norte, lote 9, bloco D, Brasília-DF
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	15
Glossário das Categorias	17
ESTATÍSTICA DE EXPEDIENTES – PARTE GERAL	25
Quantidade de Expedientes Recebidos	25
a) Total de expedientes – Período de 2016-2018	25
b) Total de Expedientes (recorte do Relatório) – julho de 2017 a maio de 2018	26
Unidade Federativa de Origem dos Expedientes Recebidos	28
Figura 1. Total de Expedientes Recebidos por Unidade da Federação. Mapa do Brasil.....	28
Gráfico 1. Total de expedientes recebidos por Unidade da Federação	29
• DEMANDANTES:	30
Tabela 3. Relação de órgãos por estado e quantidade de expedientes encaminhados.....	30
Gráfico 2. Quantidade de expedientes encaminhados por reeducandos por estado	36
Tabela 4. Moda dos estabelecimentos penais. Unidades prisionais com maior envio de expedientes	38
Gráfico 4. Sexo dos reeducandos demandantes.....	49
Categorias/Subcategorias dos Expedientes Recebidos	50
Gráfico 5. Demandas dos expedientes por categoria	50
ASSISTÊNCIAS	51
Gráfico 6. Assuntos de demandas acerca de assistências.....	52
Gráfico 7. Demandas acerca de assistências em números absolutos.....	52
Tabela 5. Ranking de penitenciárias com número de demandas de assistência jurídica em números absolutos.....	53
QUESTÕES PROCESSUAIS	54
Gráfico 8. Demandas acerca de questões processuais	54
Gráfico 9. Demandas acerca de questões processuais em números absolutos	55
Indulto e Comutação de Pena	55
Gráfico 10. Ranking de penitenciárias com maior número de demanda de indulto em números absolutos.....	56
Gráfico 11. Ranking de penitenciárias com maior número de demandas de comutação de pena em números absolutos.....	58
QUESTÕES DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	60
Gráfico 12. Demandas acerca de questões da administração penitenciária	61
.....	61

Fonte: DMF/CNJ	61
Gráfico 13. Demandas acerca de questões da administração penitenciária em números absolutos	61
Tortura e outras formas de tratamento cruel ou degradante	62
Tabela 6. Ranking de penitenciárias com maior número de demandas de tortura em números absolutos.....	62
Recambiamento.....	66
Tabela 7. Ranking de penitenciárias com maior número de demandas de recambiamento em números absolutos.....	67
Representação contra ato de autoridade	68
Gráfico 14. Demandas de representação contra ato de autoridade	68
Gráfico 15. Demandas de representação contra ato de autoridade em números absolutos	69
Tabela 8. Encaminhamentos por estados	70
Tabela 9. Solicitação de Informações nos Encaminhamentos por órgão/membro	71
Fonte: DMF/CNJ	71
<i>Tabela 10. Taxa de resposta aos Encaminhamentos por órgão/membro</i>	<i>71</i>
ESTATÍSTICA DE EXPEDIENTES – ANÁLISE POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO	72
Acre - AC.....	72
<i>Tabela 11. Demandantes do estado do Acre em números absolutos por órgãos.....</i>	<i>72</i>
Gráfico 16. Assuntos das demandas oriundas do Acre em número absoluto e porcentagem	73
Gráfico 17. Assuntos das demandas oriundas do Acre em números absolutos	74
Fonte: DMF/CNJ	74
Gráfico 18. Assuntos das demandas oriundas do Acre relativas a questões da administração penitenciária.....	74
Tabela 12. Penitenciárias retratadas em expedientes do Acre em números absolutos.....	75
<i>Tabela 13. Demandantes do estado de Alagoas em números absolutos por órgãos</i>	<i>76</i>
Gráfico 19. Assuntos das demandas oriundas do Alagoas por categorias em números absolutos	76
Gráfico 20. Assuntos das demandas oriundas do Alagoas por categorias.....	77
Fonte: DMF/CNJ	77
Com relação aos pleitos de assistências, percebe-se que a única queixa é relativa a Assistência Material.	77
Gráfico 21. Assunto das demandas oriundas do Alagoas relativas a questões da administração penitenciária.....	78
Fonte: DMF/CNJ	78

Tabela 14. Penitenciárias retratadas em expedientes de Alagoas em números absolutos	78
Amazonas – AM	79
Tabela 15. Demandantes do Amazonas em números absolutos por órgão.	79
Fonte: DMF/CNJ	79
Fonte: DMF/CNJ	80
Gráfico 24. Assuntos das demandas oriundas do Amazonas relativas a assistências em números absolutos	80
Fonte: DMF/CNJ	80
Gráfico 26. Assuntos das demandas oriundas do Amazonas relativas a questões da administração penitenciária	81
Fonte: DMF/CNJ	81
Fonte: DMF/CNJ	82
Amapá – AP	82
Gráfico 27. Assunto das demandas oriundas do Amapá em números absolutos	83
Gráfico 28. Assunto das demandas oriundas do Amapá	83
Bahia – BA	84
Tabela 17. Demandantes do estado da Bahia em números absolutos por órgão	84
Gráfico 29. Assuntos de demandas oriundas da Bahia por categorias em números absolutos	85
Gráfico 30. Assuntos de demandas oriundas da Bahia por categorias	85
Gráfico 31. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a assistências em números absolutos	86
Gráfico 32. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a assistências	86
Gráfico 33. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a questões processuais	87
Gráfico 34. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a questões da administração penitenciária	87
Gráfico 35. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a representação contra ato de autoridade	88
Tabela 18. Penitenciárias do Bahia	88
Ceará – CE	89
Tabela 19. Demandantes do estado de Ceará em números absolutos por órgão	89
Gráfico 37. Assuntos de demandas oriundas do Ceará por categorias em números absolutos	89
Gráfico 38. Assuntos de demandas oriundas do Ceará por categorias	90
Gráfico 39. Assuntos de demandas oriundas do Ceará relativas a questões processuais	90
Gráfico 40. Assuntos de demandas oriundas do Ceará relativas a questões da administração penitenciária	91

Tabela 20. Penitenciárias do Ceará	91
Distrito-Federal – DF	92
Tabela 21. Demandantes do estado do Distrito Federal em números absolutos por órgão	92
Gráfico 41. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal por categorias em números absolutos.....	94
Gráfico 42. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal por categorias.....	94
Gráfico 43. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a assistências em números absolutos.....	95
Gráfico 44. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a assistências .	95
Gráfico 45. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a questões processuais.....	96
Gráfico 46. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a questões da administração penitenciária em números absolutos.....	96
.....	96
Gráfico 47. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a representação contra ato de autoridade em números absolutos	97
Tabela 22. Penitenciárias constantes dos expedientes do Distrito Federal.....	97
Espírito Santo – ES	98
Tabela 23. Demandantes do Estado do Espírito Santo em números absolutos por órgão	98
Gráfico 48. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santos por categorias em números absolutos.....	98
Gráfico 49. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santo por categorias	99
Gráfico 50. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santos relativas a assistências ..	99
Gráfico 51. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santos relativas a assistências em números absolutos.....	100
Gráfico 52. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santo relativas a questões processuais.....	100
.....	100
Gráfico 53. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santo relativas a questões da administração penitenciária.....	101
Tabela 24. Ranking de Penitenciárias do Espírito Santo com maior número de demandas acerca de tortura.....	101
Tabela 25. Penitenciárias do Espírito Santo	102
Goiás – GO	102
Tabela 26. Demandantes do estado de Goiás em números absolutos por órgão	102
Gráfico 54. Assunto de demandas oriundas de Goiás por categorias em números absolutos	104

Gráfico 55. Assunto de demandas oriundas de Goiás por categorias	104
Gráfico 56. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a assistência em números absolutos	105
Gráfico 57. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a assistência.....	105
Gráfico 58. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a questões processuais..	106
Gráfico 59. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a questões da administração penitenciária.....	106
Tabela 27. Ranking de penitenciárias do Goiás com maior número de demandas acerca de tortura	107
Gráfico 60. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a representação contra ato de autoridade	107
Tabela 28. Penitenciárias do Goiás	108
Maranhão – MA	108
Gráfico 61. Assunto de demandas oriundas de Maranhão por categorias em números absolutos	109
Gráfico 62. Assunto de demandas oriundas de Maranhão por categorias.....	110
Gráfico 63. Assunto de demandas oriundas de Maranhão relativas a questões da administração penitenciária.....	110
Gráfico 64. Assunto de demandas oriundas de Maranhão relativas a questões processuais	111
Tabela 30. Penitenciárias do Maranhão.....	111
Minas Gerais – MG	112
Tabela 31. Demandantes do estado de Minas Gerais em números absolutos por órgão	112
Gráfico 65. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais por categorias em números absolutos	113
Gráfico 66. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais por categorias	113
Gráfico 67. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a assistências	114
Gráfico 68. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a assistências em números absolutos.....	114
Gráfico 69. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a questões processuais.....	115
Gráfico 70. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a questões da administração penitenciária.....	115
Tabela 32. Ranking de Penitenciárias com maior número de demandas de tortura	116
Gráfico 71. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a representação contra ato de autoridade	116
<i>Tabela 33. Penitenciárias de Minas Gerais</i>	117
Mato Grosso do Sul – MS	118

Tabela 34. Demandantes do estado de Mato Grosso do Sul em números absolutos por órgãos.....	119
Gráfico 72. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul por categorias em números absolutos.....	119
<i>Gráfico 73. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul por categorias</i>	<i>120</i>
Gráfico 74. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a assistências em números absolutos.....	120
Gráfico 75. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a assistência	121
Gráfico 76. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a questões processuais.....	121
Gráfico 77. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a questões da administração penitenciária.....	122
Tabela 35. Ranking de penitenciárias do Mato Grosso do Sul com maior número de demandas de tortura	122
Gráfico 78. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a Representação contra Ato de Autoridade.	123
<i>Tabela 36. Penitenciárias do Mato Grosso do Sul.....</i>	<i>123</i>
Mato Grosso - MT	124
Tabela 37. Demandantes do estado de Mato Grosso em números absolutos por órgão	124
Gráfico 79. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso por categorias em números absolutos	125
Gráfico 80. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso por categorias.....	125
Gráfico 81. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso relativas a assistências em números absolutos.....	126
Gráfico 82. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso relativas a assistências	126
Gráfico 83. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso relativas a questões processuais	127
Gráfico 84. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso relativas a questões da administração penitenciária.....	127
Tabela 38. Penitenciárias do Mato Grosso.....	128
Pará – PA	128
Tabela 39. Demandantes do estado do Pará em números absolutos por órgãos.....	128
Gráfico 85. Assunto de demandas oriundas do Pará por categorias em números absolutos	129
Gráfico 86. Assunto de demandas oriundas do Pará por categorias.....	130
Gráfico 87. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a assistências em números absolutos	130

Gráfico 88. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a assistências.....	131
Gráfico 89. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a questões processuais ...	131
Gráfico 90. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a questões da administração penitenciária.....	132
Gráfico 91. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a representação contra ato de autoridade.....	132
Tabela 40. Penitenciária do Pará.....	133
Paraíba – PB	133
Tabela 41. Demandantes do estado da Paraíba em números absolutos por órgão.....	133
Gráfico 92. Assunto de demandas oriundas da Paraíba por categorias em números absolutos.....	134
Gráfico 93. Assunto de demandas oriundas da Paraíba por categoria.....	134
Gráfico 94. Assunto de demandas oriundas da Paraíba relativas a questões processuais.....	135
Gráfico 95. Assunto de demandas oriundas da Paraíba relativas a questões da administração penitenciária.....	135
Tabela 42. Penitenciárias da Paraíba.....	136
Pernambuco – PE	136
Tabela 43. Demandantes do estado de Pernambuco em números absolutos por órgãos.....	136
Gráfico 96. Assuntos de demandas oriundas de Pernambuco por categorias em números absolutos.....	137
Gráfico 97. Assunto de demandas oriundas de Pernambuco por categorias.....	138
Gráfico 98. Assunto de demandas oriundas de Pernambuco relativas a questões processuais.....	138
Gráfico 99. Assunto de demandas oriundas de Pernambuco relativas a questões da administração penitenciária.....	139
Tabela 44. Penitenciárias de Pernambuco.....	139
Piauí – PI	140
Tabela 45. Penitenciárias do Piauí.....	140
Paraná – PR	140
Tabela 46. Demandantes do estado do Paraná em números absolutos por órgão.....	140
Gráfico 100. Assunto de demandas oriundas do Paraná por categorias em números absolutos.....	141
Gráfico 101. Assunto de demandas oriundas do Paraná por categorias.....	142
Gráfico 102. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a assistências em números absolutos.....	142
Gráfico 103. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a assistências.....	143

Gráfico 104. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a questões processuais	143
Gráfico 105. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a questões da administração penitenciária.....	144
Gráfico 106. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a representação contra ato de autoridade.....	144
Tabela 47. Penitenciárias do Paraná	145
Rio de Janeiro – RJ	145
Tabela 48. Demandantes do estado do Rio de Janeiro em números absolutos por órgão	146
Gráfico 107. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro por categorias em números absolutos	147
Gráfico 108. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro por categorias.....	147
Gráfico 109. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a assistências em números absolutos	148
Gráfico 110. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a assistências .	148
Gráfico 111. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a questões processuais.....	149
Gráfico 112. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a questões da administração penitenciária.....	149
Gráfico 113. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a representação contra ato de autoridade	150
Tabela 49. Penitenciárias do Rio de Janeiro.....	150
Rio Grande do Norte – RN	151
Tabela 50. Demandantes do estado do Rio Grande do Norte em números absolutos por órgão	152
Gráfico 114. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte por categoria em números absolutos	152
Gráfico 115. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte por categoria	153
Gráfico 116. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a assistências em números absolutos	153
Gráfico 117. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a assistências.....	153
Gráfico 118. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a questões processuais.....	154
Gráfico 119. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a questões da administração penitenciária.....	154
Tabela 51. Penitenciárias do Rio Grande do Norte	155

Rondônia – RO	156
Tabela 52. Demandantes do estado de Rondônia em números absolutos por órgão.....	156
Gráfico 121. Assunto de demandas oriundas de Rondônia por categorias em números absolutos	156
Gráfico 122. Assunto de demandas oriundas de Rondônia por categorias	157
Gráfico 123. Assunto de demandas oriundas de Rondônia relativas a assistências em números absolutos.....	157
Gráfico 124. Assunto de demandas oriundas de Rondônia relativas a assistências.....	158
Gráfico 125. Assunto de demandas oriundas de Rondônia relativas a questões processuais	158
.....	158
Gráfico 126. Assunto de demandas oriundas de Rondônia relativas a questões da administração penitenciária.....	159
Tabela 53. Penitenciárias de Rondônia	159
Tabela 54. Demandantes do Roraima em números absolutos por órgão	160
Gráfico 127. Assunto de demandas oriundas de Roraima por categorias em números absolutos	161
Gráfico 128. Assunto de demandas oriundas de Roraima por categorias.....	162
Gráfico 129. Assunto de demandas oriundas de Roraima relativas a assistências em números absolutos.....	162
Gráfico 130. Assunto de demandas oriundas de Roraima relativas a assistências.....	163
Gráfico 131. Assunto de demandas oriundas de Roraima relativas a questões da administração penitenciária.....	163
Tabela 55. Penitenciárias de Roraima	164
Tabela 56. Demandantes do estado do Rio Grande do Sul em números absolutos por órgão.	164
Gráfico 132. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul por categorias em números absolutos.....	165
Gráfico 133. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul por categorias.....	165
Gráfico 134. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a assistências em números absolutos	166
Gráfico 135. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a assistências	166
Gráfico 136. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a questões processuais.....	167
Gráfico 137. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a questões da administração penitenciária.....	167

Gráfico 138. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a representação contra ato de autoridade	168
Tabela 57. Penitenciárias do Rio Grande do Sul	168
Tabela 58. Demandantes do estado de Santa Catarina em números absolutos por órgão	169
Gráfico 139. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina por categorias em números absolutos.....	170
Gráfico 140. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina por categorias.....	170
Gráfico 141. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a assistências em números absolutos.....	171
Gráfico 142. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a assistências	171
Gráfico 143. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a questões processuais.....	172
Gráfico 144. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a questões da administração penitenciária.....	172
Gráfico 145. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a representação contra ato de autoridade	173
Tabela 59. Penitenciárias de Santa Catarina	173
Tabela 60. Demandantes do estado de São Paulo em números absolutos por órgão	175
Gráfico 146. Assunto de demandas oriundas de São Paulo por categorias.....	176
Gráfico 147. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a assistências em números absolutos.....	176
Gráfico 148. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a assistências	177
Gráfico 149. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a questões processuais	177
Gráfico 150. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a questões da administração penitenciária.....	178
Tabela 61. Ranking de Penitenciárias de São Paulo com maior número de demandas acerca de tortura.....	178
Gráfico 151. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a representação contra ato de autoridade	180
Tabela 62. Estabelecimentos penais de São Paulo	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) é o órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) responsável por, entre outras atribuições, monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do CNJ em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes, bem como acompanhar e propor soluções em face de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas (art. 1º, § 1º, inciso III, Lei nº 12.106/2009).

Consideradas tais competências, o DMF presta atendimento a demandas e denúncias de irregularidades em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas, encaminhadas pelos diversos atores envolvidos (reeducandos, familiares, juízes criminais e de execução penal, defensores públicos, entidades de direitos humanos, etc.), instando as autoridades locais, notadamente os juízes corregedores dos presídios, administração penitenciária local e Grupos de Monitoramento e Fiscalização, a apresentarem, dentro de suas atribuições, respostas e soluções ao quanto comunicado ao Departamento.

Nesse sentido, o presente relatório apresenta diagnóstico estatístico elaborado a partir dos expedientes encaminhados ao DMF (cartas, e-mails, ofícios, representações, relatos da Ouvidoria etc.) seja com o intuito de denunciar irregularidades observadas nas unidades prisionais, por exemplo, seja com a finalidade de requerer a intervenção deste Departamento em pleitos atinentes ao sistema de justiça criminal.

Com vistas a facilitar sua compreensão, o diagnóstico veicula gráficos e tabelas analisados quantitativamente, por categorias/subcategorias e Unidades da Federação; aporta recursos qualitativos extraídos de informações de expedientes com repercussão ou representativos de realidades locais próprias, bem como de ações e rotinas do DMF/CNJ.

O relatório considera o marco temporal da gestão da Ministra Cármen Lúcia no Conselho Nacional de Justiça (biênio 2016-2018), muito embora a análise detida dos expedientes – considerando categorias, subcategorias, encaminhamentos e respostas dos órgãos demandados – tenha por baliza o período de julho de 2017 a maio de 2018.

Tal recorte guarda razão em dois fatores: *i)* inexistência de acompanhamento detalhado por categorias e subcategorias dos expedientes encaminhados ao DMF; *ii)* migração de sistema eletrônico de processamento de feitos administrativos.

Até meados de 2017, o acompanhamento dos expedientes encaminhados ao DMF não considerava, com unicidade e detalhamento, categorias e subcategorias temáticas para classificação dos documentos, parâmetros adotados pela gestão 2016-2018 e que serão apresentados a seguir.

Além de inaugurar tal acompanhamento, visando à otimização do fluxo de expedientes, foi realizado, entre maio e junho de 2017, levantamento do acervo de processos administrativos, à época, em trâmite no sistema E-CNJ ADM/DMF. Dada a desatualização desse sistema eletrônico, realizou-se força tarefa para processamento do passivo de expedientes, avaliando seu arquivamento ou migração para o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, plataforma em que são processados atualmente os feitos administrativos.

O Relatório é composto por *i)* análise geral dos expedientes recebidos e *ii)* análise por Unidade da Federação. A parte geral busca a) delimitar o recorte dos expedientes considerados na análise; b) apresentar a origem dos expedientes considerando as Unidades da Federação e as pessoas físicas e/ou jurídicas demandantes; c) apreciar o quadro geral de demandas encaminhadas ao Departamento, considerando os assuntos inscritos nas categorias e subcategorias temáticas delimitadas; d) avaliar a taxa de resposta das autoridades locais aos encaminhamentos e providências adotadas pelo DMF/CNJ.

A análise por Unidade da Federação busca apreciar, dentro de cada universo local de expedientes, o quantitativo de demandas, natureza da pessoa demandante, bem como os assuntos indicados nas categorias/subcategorias temáticas delimitadas e as unidades prisionais de origem dos expedientes.

Apresentadas as linhas gerais do documento, almeja-se que o presente relatório forneça subsídios às autoridades locais com vistas ao enfrentamento de focos de pleitos e denúncias de irregularidades no sistema carcerário. Outrossim, a partir da análise em curso, propõe-se o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Seção de Expedientes deste Departamento e delineamento de novos projetos e programas a cargo do DMF/CNJ, bem como a proposição de acordos e ações conjuntas com os demais órgãos afetos à justiça criminal e execução penal.

Glossário das Categorias

A metodologia utilizada na criação das categorias e subcategorias temáticas consistiu na análise regressiva das demandas recebidas pelo Departamento no mês de março de 2017, tendo como base os preceitos da Lei de Execução Penal, bem como das rotinas processuais e de administração penitenciária, as quais podem ser melhor compreendidas a partir da leitura do glossário abaixo:

- 1) Categoria “Projetos”:** abrange os documentos sobre os projetos e/ou programas desenvolvidos pelo DMF, como Audiências de custódia, Ações de Choque de Jurisdição, Começar de Novo, Cidadania nos Presídios, Mutirão Carcerário, Saúde Prisional.

- 2) Categoria “Sistemas”:** busca contemplar aqueles expedientes que tratam sobre os sistemas geridos pelo DMF, como o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), as calculadoras penais, o Sistema de Audiências de Custódia (SISTAC), Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a lei (CNAEL), Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Prisionais (CNIEP).

- 3) Categoria “Infância e Juventude”:** objetiva abarcar os expedientes que tratam sobre as diversas temáticas do sistema de justiça juvenil e da execução de medidas socioeducativas.

- 4) Categoria “Questões Processuais”:** este grupo contempla os documentos recebidos cujo teor sejam pedidos de concessão dos benefícios previstos pela Lei de Execução Penal ou de documentos necessários a seu deferimento, bem como outros requerimentos em que haja a necessidade de uma sentença ou de uma decisão incidental no curso de um processo judicial. Esses ainda podem ser enquadrados nas seguintes subcategorias.
 - a. Detração penal: acolhe os documentos que consistem na solicitação de desconto no saldo da pena devido ao tempo em que o detento alega ter ficado recluso antes da decisão transitar em julgado, bem como na reclamação pela suposta morosidade na sua apreciação.

- b. Remição: contempla os expedientes encaminhados com o objetivo de solicitar a diminuição do saldo da pena em função da alegação de prática de atividade laboral ou de estudo, bem como de reclamar pela suposta morosidade na sua apreciação.
- c. Indulto: abarca tanto os expedientes contendo solicitações de indulto individual quanto os de indulto coletivo, aqueles que pedem a concessão do benefício alegando preencher os requisitos definidos no decreto presidencial; além disso, inclui também reclamação pela suposta morosidade na sua apreciação.
- d. Comutação: engloba os expedientes que objetivam a redução da pena em função do suposto cumprimento dos requisitos exigidos no decreto presidencial, bem como a reclamação pela alegada morosidade na sua apreciação.
- e. Livramento condicional: compreende os documentos que tratam de pedidos de liberdade antecipada pelo suposto cumprimento dos requisitos definidos em lei (art. 83 a 90 do Código Penal), bem como da reclamação pela morosidade na sua apreciação.
- f. Atualização do cálculo de pena: abrange tanto os expedientes contendo pedidos de atualização de cálculo de pena em função da alegação de benefício concedido, quanto aqueles que solicitam a retificação da operação matemática realizada por suposto erro manifesto ou por divergência de interpretação jurídica; além disso, inclui também reclamação pela morosidade alegada na sua apreciação.
- g. Unificação de penas: acolhe os documentos cujo objetivo seja unificar as penas, seja pela alegação da ocorrência de um concurso formal perfeito (Código Penal, artigo 70, *caput*, primeira parte) ou de um crime continuado (Código Penal, artigo 71).
- h. Vencimento de pena: encerra aqueles expedientes recebidos que denunciam a suposta existência de reeducandos ainda reclusos no estabelecimento penal após o término de sua pena.
- i. Progressão de regime: agrupa os expedientes encaminhados com o objetivo de auferir a transferência para um regime menos gravoso mediante o instituto da progressão de regime prisional, bem como aqueles com o intuito de reclamar de uma suposta morosidade na sua apreciação.

- j. Prisão domiciliar: restringe-se a reunir os documentos recebidos que tratam de pedidos de cumprimento da pena em regime domiciliar.
- k. Revisão criminal: contempla os expedientes que reportam indignação do detento com sentença condenatória de processo judicial já transitado em julgado, seja no tocante a dosimetria da pena, seja no que concerne a autoria delitiva. Em outras palavras, versam sobre o mérito da decisão judicial com a qual não há concordância.
- l. Recursos: abarca os documentos que contém representações contra decisões interlocutórias e sentenças judiciais não transitadas em julgado; ou seja, versam sobre o mérito da decisão judicial com a qual não há concordância.
- m. Liberdade: acolhe os documentos cujos pedidos tenham por objetivo obter a liberdade, seja ela provisória ou definitiva, bem como as reclamações de excesso de prazo para a liberação do réu ou detento. Assim, essa subcategoria abarca os pedidos de *habeas corpus*, de liberdade provisória, de expedição de alvará de soltura. Sendo que inclui tanto os apreciados e indeferidos, quanto os solicitados, mas ainda não apreciados.
- n. Falta disciplinar: abrange os expedientes que abordam a prática de uma falta disciplinar; assim, inclui-se nessa subcategoria as alegações de sanções aplicadas injustamente em função do cometimento de faltas graves, elencadas no art. 50 e 51 da Lei de Execução Penal.
- o. Atestado de pena: envolve os documentos recebidos que solicitam a emissão do atestado de pena a cumprir, direito do apenado a ser suprido mediante competência do juiz da execução (inciso X, art. 66 da Lei de Execução Penal).
- p. Exame criminológico: abarca os expedientes que tratam de questões afetas ao exame criminológico, como, por exemplo, reclamação de metodologia utilizada para analisar o comportamento do apenado, bem como reclamação de morosidade para realização desse exame.
- q. Informações processuais: engloba os documentos que solicitam reposta acerca do andamento de processos judiciais, ou mesmo, os administrativos deste Conselho.
- r. Outros: encerra os demais expedientes que contém assuntos não contemplados nas subcategorias acima explicitadas.

5) Categoria “Assistências”: esta classe busca agrupar os expedientes cujos assuntos sejam, principalmente, referentes às assistências que devem ser prestadas ao preso e ao egresso de acordo com a Lei de Execução Penal. Para melhor enquadrar os pedidos e as reclamações recebidas, segue abaixo a descrição das subcategorias.

- a. Assistência jurídica: inclui tanto os documentos que solicitam, especificamente, a indicação de um defensor público por insuficiência de recursos e demonstram a necessidade de orientação jurídica quanto aqueles que reportam o descumprimento dos direitos conferidos aos réus, detentos e seus familiares pela Lei de Execução Penal em seu artigo 15, como a existência de local apropriado na penitenciária para atendimento pelo defensor público e de Núcleos Especializados da Defensoria Pública fora da unidade prisional para a prestação de assistência jurídica.
- b. Assistência material: compreende os expedientes que reportam a falta de provisões a que o Estado está obrigado a fornecer de acordo com a Lei de Execução Penal, como alimentação, vestuário e instalações higiênicas, além de local destinado a venda de produtos não fornecidos pela unidade penal. Mais especificamente, essa subcategoria inclui, por exemplo, reclamações da ausência de materiais de higiene, objetos de uso pessoal, bem como de relatos de alimentação e vestimentas insuficientes (arts. 12 e 13 da LEP).
- c. Assistência à saúde: abrange os expedientes que tratam de qualquer assunto relacionada à saúde, como suposta insuficiência de remédios e de atendimento médico ou odontológico, demora na realização de exames e procedimentos cirúrgicos, bem como, especificamente, as alegações de desrespeito a direitos instituídos pela Lei de Execução Penal, como “acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido” (art. 14 da LEP).
- d. Assistência educacional: engloba os documentos que versem acerca tanto da instrução escolar quanto da capacitação profissional do apenado. Inclui, assim, reclamações de suposta falta de oportunidade de estudo e impedimento de realização de cursos on-line na penitenciária; pedido de autorização para realizar curso em instituições externas; queixas de ausência de material de estudo e de biblioteca na unidade penal; solicitações de livretos, como a Cartilha

do Preso e a Constituição; e de cursos profissionalizantes na penitenciária (arts. 17 a 21-A da LEP).

- e. Assistência laboral: reúne os expedientes que versam sobre questões relativas ao trabalho do interno no estabelecimento penal e do egresso, reguladas pela Lei de Execução Penal (Capítulo III). Assim, insere-se nesta subcategoria reclamações de falta de oportunidade de trabalho dentro da unidade; denúncias sobre a jornada de trabalho estabelecida; queixas sobre a não liberação para trabalho externo mesmo mediante autorização judicial para tal; entre outros (arts. 28 a 37 da LEP).
- f. Assistência social: abarca os documentos cujo teor seja referente aos direitos dos detentos consagrados pela Lei de Execução Penal, como o conhecimento dos diagnósticos e resultados de exames; recreação; obtenção de documentos e de benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente de trabalho; orientação ao próprio apenado e a sua família (arts. 22 e 23 da LEP).
- g. Assistência religiosa: contempla os expedientes que contenham reclamações acerca da suposta proibição de participar em cultos, bem como do alegado desrespeito aos direitos dos detentos consagrados pela Lei de Execução Penal, como: a posse de livros de instrução religiosa e a existência de local apropriado para a realização das cerimônias religiosas (art. 24 da LEP).
- h. Outros: encerra os demais expedientes que contêm assuntos não contemplados nas subcategorias acima explicitadas.

6) Categoria “Gestão da Administração Penitenciária”: esta série tem por objetivo encerrar os documentos que tratem das atribuições inerentes à administração dos estabelecimentos penais que não estejam contempladas na Categoria “Assistências”, bem como as consequências de sua má gestão.

- a. Transferência de unidade penal: abarca os expedientes em que há pedidos de transferência de estabelecimento penitenciário dentro da mesma unidade federativa, seja qual for o motivo da transferência.
- b. Recambiamento: contempla aqueles documentos cujos pedidos são de transferência para uma unidade penal localizada em outro estado.

- c. Denúncia de corrupção: engloba os relatos de atividades corruptivas dentro da unidade penal, como venda de drogas e aparelhos eletrônicos pelos agentes penitenciários, desvio de verba pela direção do presídio, entre outros.
- d. Medidas protetivas: envolve aqueles documentos que reportam suposto risco à integridade física do detento e que, por isso, solicita proteção especial.
- e. Tortura e outras formas de tratamento cruel ou degradante: abrange os expedientes que reportem a prática de tortura, a qual será entendida como “todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica” conforme definição da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura. Nesse contexto, inclui-se os expedientes que relatam a existência de violências praticadas contra os internos, bem como abarcam também as queixas de ameaças, de revista vexatória, de castigos ou sanções ilegais, de mortes violentas, entre outros.
- f. Visitas: engloba aqueles documentos cujo teor seja referente ao direito do detento a visitas. Assim, são classificados nesta subcategoria as reclamações de tratamento inadequado aos visitantes, de impedimento na entrada de algum familiar, parente, amigo ou advogado, da frequência estabelecida para o recebimento de visitas, entre outros.
- g. Superlotação: restringe-se a incluir os expedientes que reportam suposta existência de superlotação na unidade penitenciária.
- h. Boletim informativo: agrupa os expedientes recebidos que tratam sobre boletim informativo, como reclamações de anotações supostamente indevidas de pertencimento a facção criminosa.
- i. Relatório de Inspeção: abarca os expedientes que tenham por objetivo informar os resultados de inspeções realizadas em unidades penais.
- j. Outras questões administrativas: encerra os demais expedientes que contém assuntos não contemplados nas subcategorias acima explicitadas.

7) Categoria “Representação contra ato de autoridade”: este grupo contempla os expedientes que reportam abusos de poder e violação sistemática de direitos dos apenados, bem como aqueles que demonstram negligência e omissão no exercício das atribuições de diversas autoridades. Sendo que cada subcategoria abaixo se destina a reunir as queixas alegadas pelos reeducandos.

- a. Representação contra ato de magistrado: contemplam as denúncias de abuso de poder e as reclamações pelo não cumprimento do seu dever instituídos pela Lei de Execução Penal de “inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade”, bem como denúncias de parcialidade do juiz no exercício de suas funções jurisdicionais.
- b. Representação contra ato de promotor: abarcar os relatos de descumprimentos e/ou negligência nos deveres definidos pela Lei de Execução Penal (art. 67 e 68).
- c. Representação contra ato de defensor público: envolve os relatos de descumprimentos dos deveres definidos pela Lei de Execução Penal (art. 81-A e art. 81-B), o que, em suma, constitui omissão ou negligência da defesa do apenado.
- d. Representação contra ato de policiais: inclui os casos de violência praticada contra os réus, bem como as denúncias de interferência nas investigações.
- e. Outros: encerra os demais expedientes que contêm assuntos não contemplados nas subcategorias acima explicitadas.

8) Categoria “Respostas”: contempla as respostas das solicitações realizadas pelo DMF a outros órgãos públicos ou a alguma pessoa jurídica privada. Inclui, por exemplo, o posicionamento do juiz da execução sobre uma suposta reclamação de morosidade na apreciação de pedido de progressão de regime.

9) Categoria “Morosidade Processual”: envolve os documentos que reclamam de excesso de prazo na apreciação de pedidos de benefícios pelo juízo de execução ou pelo juízo do conhecimento, quanto aqueles que relatam a mora no atendimento médico e/ou ainda eventual demora na transferência de unidade penal.

- 10) Categoria “Outras Categorias”:** encerra os demais expedientes que contêm assuntos não contemplados nas categorias anteriores.

ESTATÍSTICA DE EXPEDIENTES – PARTE GERAL

A presente seção do relatório busca a) delimitar o recorte dos expedientes considerados na análise; b) apresentar a origem dos expedientes considerando as Unidades da Federação e as pessoas físicas e/ou jurídicas demandantes; c) apreciar o quadro geral de demandas encaminhadas ao Departamento, considerando os assuntos inscritos nas categorias e subcategorias temáticas delimitadas; d) avaliar a taxa de resposta das autoridades locais aos encaminhamentos e providências adotadas pelo DMF/CNJ.

Quantidade de Expedientes Recebidos

a) Total de expedientes – Período de 2016-2018

Considerado o período de 2016-2018, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização recebeu e analisou **8.719 expedientes**, conforme tabela abaixo. Ressalta-se que, em 2016, foi anotado apenas o controle de cartas de presos. O monitoramento dos demais documentos era realizado por outros instrumentos, como o Sistema SI. Já em julho de 2017, houve a adoção de nova metodologia de controle dos expedientes, passando, assim, a incluir categorias e subcategorias temáticas.

Tabela 1. Expedientes recebidos no DMF de janeiro de 2016 a maio de 2018

Ano	Mês	Nº de expedientes
2016*	janeiro	160
	fevereiro	133
	março	104
	abril	130
	maio	137
	junho	145
	julho	128
	agosto	184
	setembro	127
	outubro	116
	novembro	133

	dezembro	69
	TOTAL	1.566
2017*	janeiro	148
	fevereiro	320
	março**	1.009
	abril	634
	maio	318
	junho	419
	TOTAL	2.848
2017	julho	349
	agosto	514
	setembro	417
	outubro	407
	novembro	413
	dezembro	215
	TOTAL	2.315
2018	janeiro	210
	fevereiro	362
	março	318
	abril	569
	maio	531
	TOTAL	1.990
TOTAL GERAL	8.719	

Fonte: DMF/CNJ

* Nesse período, não havia ainda a classificação por categorias e subcategorias temáticas.

** O valor elevado de expedientes no mês de março de 2017 foi consequência de pedidos de providências de entidades e cidadãos estrangeiros, principalmente da Europa, em decorrência dos massacres ocorridos nos estados de Amazonas e Roraima no início daquele ano.

b) Total de Expedientes (recorte do Relatório) – julho de 2017 a maio de 2018

Considerado o recorte anunciado na apresentação (julho de 2017 a maio de 2018) verificou-se o recebimento de **2.425 expedientes**, conforme pode-se observar na Tabela 2. Número de expedientes recebidos de julho de 2017 a maio de 2018.

Destaca-se ainda que a redução no quantitativo, em relação à tabela da seção anterior, considerado o mesmo período, explica-se pela opção adotada de não incluir na estatística os documentos recebidos em função de solicitações de informações e/ou providências encaminhadas aos órgãos e autoridades locais, classificados na categoria Respostas, bem como decidiu-se excluir aqueles documentos cujo teor se referiam a projetos, sistemas e execução de medidas socioeducativas.

A exclusão dos expedientes caracterizados como “respostas” guarda razão no fato de que o enfoque dado ao relatório considera, principalmente, as demandas iniciais que pretendem a intervenção deste Departamento. Considerar as respostas na análise geral importaria na duplicata dos assuntos demandados e classificados nas categorias e subcategorias. Não obstante, o indicador das respostas por si só é importante para avaliar o grau de atendimento e apresentação de informações por partes dos atores locais e será analisada em seção própria (Encaminhamentos).

Quanto à exclusão dos documentos cujo teor se referiam a projetos e sistemas do DMF, registre-se que este DMF produziu série de relatórios próprios para tratar dos projetos e sistemas deste Departamento.

Tabela 2. Número de expedientes recebidos de julho de 2017 a maio de 2018

Ano	Mês	Nº de expedientes
2017	julho	173
	agosto	223
	setembro	145
	outubro	202
	novembro	168
	dezembro	124
	TOTAL	1035
2018	janeiro	151
	fevereiro	232
	março	189
	abril	441
	maio	377
	TOTAL	1390
TOTAL GERAL	2.425	

Fonte: DMF/CNJ

Unidade Federativa de Origem dos Expedientes Recebidos

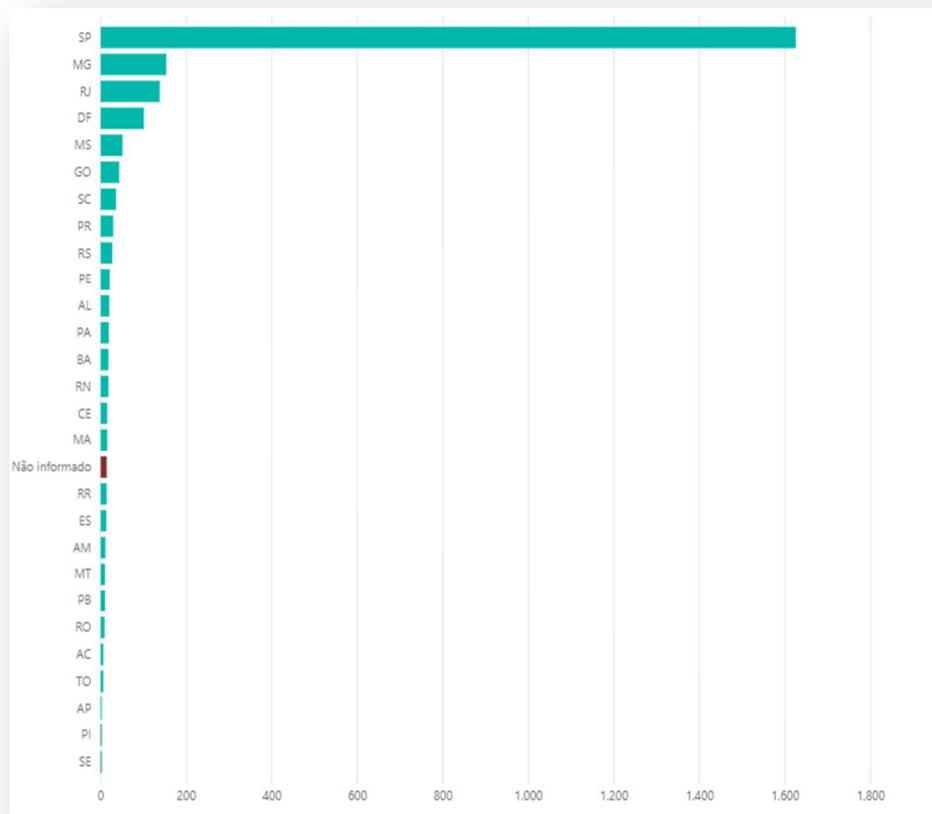
Observa-se pela Figura 1 que o DMF recebeu expedientes oriundos ou relativos a todas as Unidades Federativas (UF) do Brasil, visto que todos os estados apresentam coloração de modo a identificá-los enquanto unidades demandantes. Nesse sentido, verifica-se que São Paulo possui uma coloração mais forte, de modo a indicar uma quantidade maior de documentos oriundos ou relativos a essa região.



Figura 1. Total de Expedientes Recebidos por Unidade da Federação. Mapa do Brasil

Todavia, pela análise do Gráfico 1, verifica-se que há estados com quantidade diminuta de expedientes; nesse sentido, destaca-se que em três UFs há apenas um expediente encaminhado, considerado o recorte da análise. Por outro lado, ressalta-se que o estado de São Paulo corresponde à origem de 1.625 documentos, representando 67% do total analisado.

Gráfico 1. Total de expedientes recebidos por Unidade da Federação



Fonte: DMF/CNJ

Importante destacar que o alto número de expedientes oriundos ou relativos ao estado de São Paulo, por si só, não valida hipótese de que há, relativamente, maior profusão de irregularidades no sistema penitenciário e na execução penal daquele estado, em comparação aos demais.

Nesse contexto, o baixo índice de envio de expedientes dos estados nordestinos, como Sergipe e Piauí, e nortenhos, como Amapá e o Acre, não representa a ausência de adversidades e dificuldades no âmbito penitenciário naquela localidade, sendo antes um indicador sobre o aspecto de pouca divulgação da instância administrativa representada por este Departamento quando no exercício de sua atribuição de acompanhar e propor soluções em face de irregularidades no sistema carcerário.

Para corroborar essa tese, aponta-se denúncia realizada pela Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários (autuada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pelo

DMF/CNJ sob o número 03295/2018) acerca da precariedade do sistema penitenciário amapaense.

No mesmo sentido, destaca-se o Processo SEI 07494/2017, cujo teor se refere a denúncia formulada pelo Juízo da Vara de Proteção à Mulher e Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Sul/AC acerca de abusos e excessos cometidos, por ocasião de inspeção a cargo do Exército Brasileiro na Penitenciária Manoel Néri, localizada na referida comarca.

Por fim, a partir do gráfico em comento, aponta-se a posição dos demais estados em termos de quantitativo de expedientes encaminhados. A categoria “não Informado” agrupa aqueles casos nos quais o requerente não informa o seu estado de origem, como, por exemplo, nos pedidos de envio de dados para confecção de trabalhos acadêmicos, nas manifestações de cunho político e religioso ou no encaminhamento de dúvidas pelos cidadãos.

- **DEMANDANTES:**

Os expedientes são encaminhados ao DMF tanto pelos reeducandos do sistema penitenciário e seus familiares quanto por representações de pessoas jurídicas ou unidades judiciárias/administrativas, como secretarias estaduais, entidades de direitos humanos, juízos criminais e de execução penal.

É possível verificar na tabela abaixo a listagem de órgãos e unidades judiciárias/administrativas que encaminharam demandas para o DMF, agrupados por estados, bem como a quantidade de expedientes encaminhados por cada um. Ressalta-se que o Distrito Federal possui um rol grande de órgãos, mas a maioria são da esfera federal, podendo as demandas serem referentes a outros estados.

Tabela 3. Relação de órgãos por estado e quantidade de expedientes encaminhados

ÓRGÃOS	CONTAG EM
AC	6
TJAC	3
TJAC/Vara de Execuções Penais de Rio Branco	1
TJAC/Vara de Proteção a Mulher e Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Sul	1
VEP/Rio Branco	1

AL	19
SERIS/AL/GAB	2
TJAL	4
TJAL/16ª Vara Criminal da Capital/Execuções Penais	1
TJAL/Cartório do 1º Ofício	1
TJAL/Gabinete da Presidência	2
TJAL/GMF	9
AM	3
Governo do Estado do Amazonas	1
MPE	1
MPF	1
AP	1
Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários	1
BA	3
MPE	1
TJBA	1
TJBA/Primeira Vara Criminal	1
CE	7
OAB CE	4
TJCE	1
TJCE/1º Vara da Comarca de Brejo Santo	1
TJCE/Secretaria da Vara Única	1
DF	68
ACERPAC Associação Centro de Recuperação Profissionalização capacitação e qualificação da sentenciada do sistema Prisional de Brasília e Região	1
AGU	18
Aprimora Treinamentos	1
Câmara dos Deputados/Comissão de Direitos Humanos e Minorias	1
CD	3
CDPDDH/Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos	1
CEF/Caixa Econômica Federal	1
CJF	1
CNJ/Assessoria de Imprensa	1
CNJ/PRES/GAB	2
CNJ/Presidência	2
CNJ/Secretaria de Comunicação Social	1
CNJ/Secretaria Geral	1
CNMP	1
CNMP/Corregedoria	1
CNPGC	1

CONCPC/Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil	1
DEPEN	1
DPU/AASTF/5º Ofício Superior	1
Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela	1
MDH	1
MDH/OUV/SDH	1
MJ/Assessoria de Comunicação Social	1
MJ/Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária/CNPCP	1
MJ/Departamento Penitenciário Nacional	1
MJ/DEPEN	1
MJ/DEPEN/PNAMPE	1
MJ/DIRPP	1
MPF	1
MPF/Comunicação	1
MPF/PFDC	1
MRE/Departamento de Direitos Humanos	1
NUESP/FAU/UNB	1
PDFC/MPF	1
SDH/Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura	1
Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos/– CDPDDH	1
SESIPE/Gabinete	1
STF	5
STM/Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar	1
TCU	3
TJDFT/8º Vara do DF	1
ES	5
STF/Central do Cidadão	3
TJES	2
GO	17
DGAP	1
DPE/GO	1
MPE	2
SAP/GO	1
SEAP/Corregedoria	1
TJGO	2
TJGO/2ª Vara de Execução Penal de Goiânia	1
TJGO/Escritania de Crime e Fazendas Públicas	1
TJGO/Escritania de Família	1
TJGO/GMF	4
TJGO/Juízo da Comarca de Nova Crixás	1

Vara do Crime e Fazendas Públicas	1
MA	10
CGJMA/TJMA	1
DPG/MA	1
TJMA	3
TJMA/3ª Câmara Criminal	1
TJMA/DDA/UMF	1
TJMA/GMF	3
MG	18
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais	1
CGC de Ipatinga	1
Conselho Comunidade de Ipatinga	1
Conselho da Comunidade da Comarca de Ipatinga	1
Conselho da Comunidade da Comarca de Ipatinga/MG	1
Conselho da Comunidade de Ipatinga	1
Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Sete Lagoas - CONCEPE	1
FBAC Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados	1
MP/MG/1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguari	1
STF	1
STF/Central do Cidadão	2
STJ/SEINP/CATJ/SJD	1
TJMG	1
TJMG/1ª Vara Cível, Criminal e Execução Penal	1
TJMG/Gabinete da Presidência	1
TJMG/GMF	1
TJMG/VEP de Belo Horizonte	1
MS	4
ACS/PMBM/MS	1
TJMS/GMFMS	2
STF	1
MT	3
Conselho da Comunidade de Mirassol D'oeste	1
STF/Central do Cidadão	1
TJMT/Comarca de Nova Canaã do Norte	1
PA	15
Justiça Militar da União	2
Conselho da Comunidade	1
STF/Central do Cidadão	1
STM/Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar	3
TJPA	2
TJPA/3ª Secretaria Penal de Marituba	3
TJPA/GMF	2

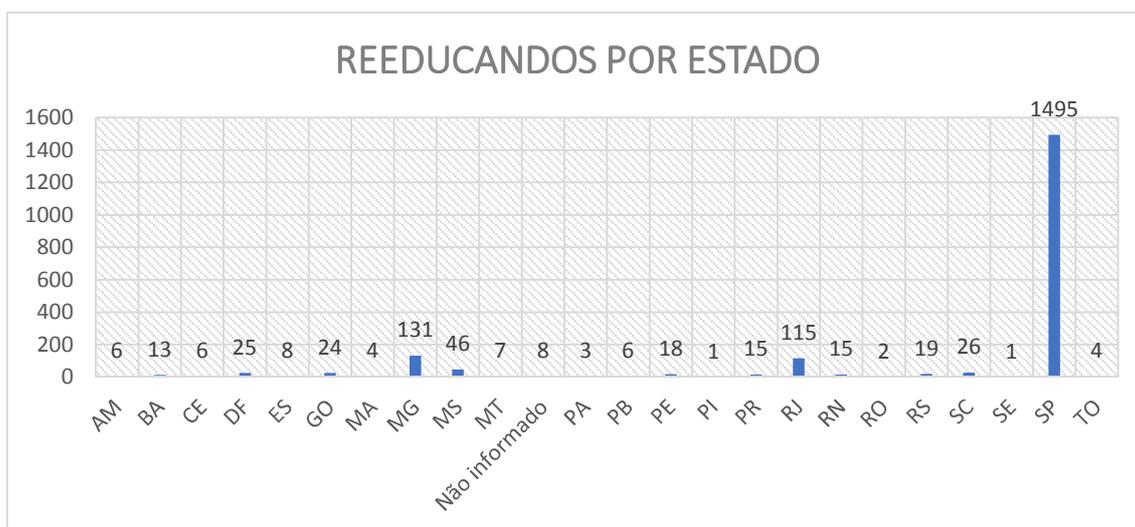
TJPA/Vara Única da Comarca de Almeirim	1
PB	3
Ministério dos Direitos Humanos/Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos	1
STF	1
TRT - 13ª Região	1
PE	3
MEPCT/PE	1
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/Governo do Estado de Pernambuco	1
SEPLAG/PE	1
PR	13
Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agudos do Sul	1
CNJ/Corregedoria Nacional de Justiça	1
Conselho da Comunidade de Curitiba	1
Conselho Regional de Psicologia do Paraná	1
FECOMPAR - Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná	1
MJ/ASSEJUP	1
STF/Central do Cidadão	2
Supremo Tribunal Federal	1
TJPR	2
TJPR/ Vara Criminal e Anexos da Comarca de Cerro Azul/PR	1
TJPR/Vara de Execuções Penais	1
RJ	21
DPE/RJ	6
DPE/RJ/Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos	3
Instituto Anjos da Liberdade	3
Mario Henrique de Lacerda	1
SAP/RJ/Secretaria de Administração Penitenciária/SEAP	2
STF/Central do Cidadão	2
TJRJ	3
TJRJ/Cartório 4ª Vara de Família	1
RN	2
SEJUC/COORDENADORIA	1
TJRN	1
RO	5
DEPEN	1
DPE/RO	3
MJ/DEPEN/Penitenciária Federal em Porto Velho/RO	1
RR	11
DPE/RR	6
MJ/MNPCT	1

TJRR	4
RS	6
DPE/RS/NUDEP	1
STF/Central do Cidadão	2
TJRS	1
TRF4	2
SC	8
CNJ/Ouvidoria	1
DEAP/SC	1
STF/Central do Cidadão	3
TJSC	1
TJSC/Vara de Execuções Penais	1
TJSP/1ºOfício Judicial da Comarca de Itápolis	1
SP	114
5ª Vara de Execuções de São Paulo	1
CNJ/Corregedoria Nacional de Justiça	2
CNJ/Ouvidoria	1
Conectas Direitos Humanos	2
Coppola Advocacia	1
DPE/SP - Defensoria Pública do Estado de São Paulo	3
Instituto de Defesa do Direito de Defesa/IDDD	4
Luengo Advocacia/SP	1
Pastoral Carcerária	1
SAP/SP	5
SAP/SP/SEAP/Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania	1
SAP/SP/Secretaria de Administração Penitenciária	3
STF	3
STF/Audiência Presidencia	1
STF/Central do Cidadão	67
STF/Corregedoria Nacional de Justiça	3
STF/GAB/PRES	1
STF/Presidencia	1
TJSP/1ª Vara Cível, Criminal, do Júri e de Execuções Criminais	1
TJSP/DEECRIM 10ª RAJ	1
TJSP/DEECRIM 1ª RAJ	4
TJSP/DEECRIM 9ª RAJ	1
TJSP/Vara de Execuções Criminais	3
TRF/SEC/5ª Vara de Campo Grande	1
TRF3/1ª Vara Federal	1
TRF3/2ª Vara Federal de Guarulhos	1
TO	2
TJTO	1

É importante ressaltar, com relação às comunicações encaminhadas por reeducandos, que são inseridos nesse grupo as cartas tanto dos presos provisórios quanto dos presos condenados em execução provisória ou definitiva. Frise-se, também, que são enquadrados na categoria de “reeducandos” os expedientes encaminhados por amigos e familiares em favor dos custodiados. Além disso, em relação aos detentos que encaminharam mais de uma correspondência ao DMF, cada carta é contabilizada individualmente no grupo de reeducandos.

A partir do gráfico abaixo, verifica-se que a maioria dos presos que encaminham expedientes ao DMF são oriundos do sistema carcerário do estado de São Paulo, sendo computadas 1.476 correspondências das penitenciárias paulistas. Destaca-se que o estado paulista assume a liderança com grande diferença do estado mineiro, que possui segundo maior número de demandas dos presos, visto que essa disparidade representa 1.348 documentos. Por outro lado, registra-se que os estados de Alagoas, Amapá, Acre e Roraima não possuem nenhuma representação de reeducandos.

Gráfico 2. Quantidade de expedientes encaminhados por reeducandos por estado



Fonte: DMF/CNJ

Por oportuno, registra-se que, apesar de não haver nenhuma demanda dos presos situados no estado de Roraima, este Departamento recebeu nove expedientes dos órgãos

públicos locais relatando obstáculos presentes no Sistema Penitenciário estadual. Nesse contexto, destaca-se o Processo 07216/2017, cujo teor trata de manifestação da Defensora Pública-Geral, informando a precariedade da segurança dos Defensores Públicos que prestam atendimento na Penitenciária Monte Cristo, impossibilitando a continuidade da prestação de serviço *in loco*, dado o risco à integridade dos defensores públicos. No mesmo sentido, o Processo 14056/2017 trata de ofício remetido pela Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, informando as dificuldades que o tribunal tem encontrado para desempenhar suas atividades na mesma unidade penal, tendo em vista que os mandados judiciais não estão sendo cumpridos, já que alguns detentos não são localizados pelos agentes penitenciários, seja pela falta de efetivo de agentes ou pela falta de equipamentos para que os mesmos desempenhem suas funções com segurança.

Além do fato do estado paulista abrigar a maior massa carcerária do Brasil¹, vale considerar, também, como variável para justificar o grande número de demandas do Estado de São Paulo, o maior conhecimento da atuação do DMF e organização coletiva da população prisional.

Nesse contexto, fundamenta essa hipótese o grande número de correspondências de reeducandos oriundas de três penitenciárias paulistas (Getulina, Lucélia e Lavínia III, conforme se observa no Gráfico 3, encaminhadas em curto período de tempo, com demandas bastante semelhantes, sinalizando que a iniciativa pode ter partido de articulação dos reeducandos com vistas a potencializar seus pleitos e dar visibilidade às denúncias para, posteriormente, obter respostas das autoridades penitenciárias e judiciárias e alcançar melhorias.

São também as penitenciárias paulistas as unidades que abrigam a maioria dos reeducandos demandantes. As três unidades penais que originaram o maior número de expedientes são as unidades supracitadas, concentrando em conjunto 531 expedientes.

A Penitenciária de Milton Dias Moreira no Rio de Janeiro aparece em seguida na lista, ao somar 63 cartas de reeducandos.

¹ Em 6 de agosto de 2018, o estado de São Paulo possuía 174.620 pessoas privadas de liberdade, representando 29% da população carcerária brasileira, mesmo considerando que nessa data possuía apenas 76,5% dos presos estimados cadastrados no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0). Dados do Relatório de Implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/06/2aca186d253909cc2f8e9b12f7748d53.pdf>.

Tabela 4. Moda dos estabelecimentos penais. Unidades prisionais com maior envio de expedientes

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
SP - PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA E ALA DE PROGRESSÃO	199
SP - PENITENCIÁRIA OSÍRIS SOUZA E SILVA DE GETULINA	189
SP - PENITENCIÁRIA III - PAULO GUIMARÃES - LAVÍNIA	143
RJ - PENITENCIÁRIA MILTON DIAS MOREIRA	63
SP - PENITENCIÁRIA - ORLANDO BRANDO FILINTO ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - IARAS	58
SP - PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ	50
SP - PENITENCIÁRIA I - NESTOR CANOA DE MIRANDÓPOLIS E ANEXO PENITENCIÁRIO	51
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	44
SP - PENITENCIÁRIA II MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA DE PRESIDENTE VENCESLAU	41
SP - PENITENCIÁRIA TACYAN MENEZES DE LUCENA - MARTINÓPOLIS	39
SP - PENITENCIÁRIA ODON RAMOS MARANHÃO - IPERÓ	35
SP - PENITENCIÁRIA II - LUÍS APARECIDO FERNANDES - LAVÍNIA	35
MS - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	25
SP - PENITENCIÁRIA DE VALPARAÍSO	24
MG - PRESÍDIO DE SANTOS DUMONT	24
SP - PENITENCIÁRIA II - DR ANTÔNIO DE SOUZA NETO DE SOROCABA	22
SP - PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA	21
SP - PENITENCIÁRIA I - DR. PAULO LUCIANO DE CAMPOS - AVARÉ	21
SP - PENITENCIÁRIA I DE GUAREÍ	20
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	20
SP - PENITENCIÁRIA - CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA E ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - ITAÍ	19
MG - PRESÍDIO REGIONAL INSPETOR JOSÉ MARTINHO DRUMOND	18
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE TAQUARITUBA	18
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA III DE PINHEIROS	17
SP - PENITENCIÁRIA JOAQUIM DE SYLOS CINTRA DE CASA BRANCA E ALA DE PROGRESSÃO	17

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
SP - PENITENCIÁRIA I - JOSÉ PARADA NETO DE GUARULHOS SEMIABERTO - GUARULHOS	17
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II DE PINHEIROS	15
GO - COLÔNIA AGROINDUSTRIAL DO REGIME SEMIABERTO - APARECIDA DE GOIANIA	15
SP - PENITENCIÁRIA JOÃO BATISTA DE SANTANA - DE RIOLÂNDIA	15
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA - I DE SERRA AZUL	15
SP - PENITENCIÁRIA DE ANDRADINA	14
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANTANA	14
SP - PENITENCIÁRIA SILVIO YOSHIHIKO HINOHARA DE PRESIDENTE BERNARDES	14
RJ - PENITENCIÁRIA JONAS LOPES DE CARVALHO	13
SP - PENITENCIÁRIA II - ODETE LEITE DE CAMPOS CRITTER DE HORTOLÂNDIA	13
SP - PENITENCIÁRIA I ZWINGLIO FERREIRA DE PRESIDENTE VENCESLAU	12
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA - II DE SERRA AZUL	12
SP - PENITENCIÁRIA - II DE POTIM	13
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE BERNARDINO DE CAMPOS	12
MG - PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA	11
SP - PENITENCIÁRIA DE FLÓRIDA PAULISTA	10
SP - PENITENCIÁRIA II - DR. JOSÉ AUGUSTO CÉSAR SALGADO DE TREMEMBÉ	10
SP - PENITENCIÁRIA DE RIBEIRÃO PRETO E ALA DE PROGRESSÃO	10
SP - PENITENCIÁRIA VALENTIM ALVES DA SILVA - ÁLVARO DE CARVALHO	10
RJ - PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES	9
MG - PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	9
SP - PENITENCIÁRIA ORLANDO BRANDO FILINTO DE IARAS	9
RR - PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO	9
PE - PRESÍDIO ADVOGADO BRITO ALVES	9
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE FLORÍNEA	9
SP - PENITENCIÁRIA ADRIANO APARECIDO DE PIERI DE DRACENA	8
SP - PENITENCIÁRIA I - DR DANILO PINHEIRO DE SOROCABA ANEXO PENITENCIÁRIO	8
SP - PENITENCIÁRIA II DE MIRANDÓPOLIS	8
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA FEMININO DE FRANCO DA ROCHA	8

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAPELA DO ALTO	8
DF - PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL II	8
SP - PENITENCIÁRIA DE PARELHEIROS	7
SP - PENITENCIÁRIA DE PRESIDENTE PRUDENTE E ANEXO PENITENCIÁRIO WELLINGTON RODRIGO SEGURA	7
SP - PENITENCIÁRIA DR. SEBASTIÃO MARTINS SILVEIRA ALA DE PROGRESSÃO ANEXO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ARARAQUARA	7
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIRÓPOLIS	7
PR - PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CATANDUVAS	7
RJ - INSTITUTO PENAL PLÁCIDO SÁ CARVALHO	7
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DA CAPITAL CHÁCARA BELÉM II E ALA DE PROGRESSÃO - DEECRIM - 1ª RAJ	7
SP - PENITENCIÁRIA I DE ITIRAPINA	6
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR. CALIXTO ANTONIO - SÃO BERNARDO DO CAMPO	6
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DR EDGARD MAGALHÃES NORONHA DE TREMEMBÉ	6
SP - PENITENCIÁRIA I -DR TARCIZO LEONCE PINHEIRO CINTRA DE TREMEMBÉ	5
SP - PENITENCIÁRIA - I DE POTIM	5
SC - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO VALE DO ITAJAÍ	5
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTA ROSA	5
SC - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO VALE DO ITAJAÍ	5
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PRAIA GRANDE	5
SP - PENITENCIÁRIA II - GILMAR MONTEIRO DE SOUZA - DE BALBINOS	5
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE PACAEMBU	5
AC - UNIDADE PENITENCIÁRIA MANOEL NERI DA SILVA	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SOROCABA	4
SP - PENITENCIÁRIA DE ASSIS E ANEXO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	4
SP - PENITENCIÁRIA I – DR.WALTER FARIA PEREIRA DE QUEIRÓZ - PIRAJUÍ	4
SP - PENITENCIÁRIA III DE FRANCO DA ROCHA	4
DF - PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SERRA AZUL	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA I - OSASCO	4
PR - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CASCAVEL	4

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
RS - PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE OSÓRIO	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA NELSON FURLAN DE PIRACICABA E ALA DE PROGRESSÃO	3
TO - CADEIA PÚBLICA DE ARAGUACEMA	3
RJ - CADEIA PÚBLICA PEDRO MELO DA SILVA	3
MG - PRESÍDIO DE CURVELO	3
ES - PSMA II - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA II	3
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA II - DR. EDUARDO DE OLIVEIRA VIANNA - BAURU	3
MS - ESTAB. PENAL DE AMAMBAI	3
SP - CADEIA PÚBLICA DE ANDRADINA	3
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - PROF. NOÉ AZEVEDO - DE BAURU	3
SC - PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	3
SP - PENITENCIÁRIA I - MÁRIO DE M. ALBUQUERQUE E ALA DE PROGRESSÃO - FRANCO DA ROCHA	3
MT - UNIDADE PRISIONAL REGIONAL MAJOR ELDO SÁ CORREA (MATA GRANDE)	3
RO - CASA DE DETENÇÃO DE ARIQUEMES	3
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE CAPELA DO ALTO	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - GUARULHOS	3
GO - CADEIA PÚBLICA DE CRISTALINA	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE MAUÁ	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DA CAPITAL CHÁCARA BELÉM I E ALA DE PROGRESSÃO - DEECRIM - 1ª RAJ	3
SC - PENITENCIÁRIA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	3
SP - PENITENCIÁRIA III - HORTOLÂNDIA	3
MG - PENITENCIÁRIA DÊNIO MOREIRA DE CARVALHO DE IPATINGA	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - ASP VANDA RITA BRITO DO REGO - OSASCO	3
RO - PENITENCIÁRIA FEDERAL DE PORTO VELHO	3
MT - CADEIA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS	3
SP - PENITENCIÁRIA OZIAS LUCIO DOS SANTOS - PACAEMBU	3
SP - PENITENCIÁRIA I - VEREADOR FREDERICO GEOMETTI - LAVÍNIA	3
AC - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DOUTOR FRANCISCO DE OLIVEIRA CONDE	2
SP - PENITENCIÁRIA I - JAIRO DE ALMEIDA BUENO DE ITAPETININGA	2
MS - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA DE NAVIRAI	2

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - LUIZ CESAR LACERDA - SÃO VICENTE - DEECRIM - 7ª RAJ	2
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE NOVO CRUZEIRO	2
MG - PRESÍDIO ANTÔNIO DUTRA LADEIRA	2
PE - PENITENCIÁRIA AGRO-INDUSTRIAL SÃO JOÃO	2
MA - 2ª DELEGACIA REGIONAL DE ITAPECURU-MIRIM - DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE VARGEM GRANDE	2
ES - PSMA I - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA I	2
PR - CASA DE CUSTÓDIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (CCJP)	2
AL - PRESÍDIO DO AGRESTE	3
RR - CADEIA PÚBLICA DE BOA VISTA	2
AL - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA	2
DF - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	2
GO - CADEIA PÚBLICA DE VICENTINÓPOLIS	2
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPI PAULISTA	2
SP - CADEIA PÚBLICA DE PIRASSUNUNGA	2
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA MARIANO ANTUNES	2
MG - PRESÍDIO DE ALFENAS	2
PA - UNIDADE INTEGRADA PRO PAZ UIPP	2
CE - CADEIA PÚBLICA DE TAUÁ	2
SC - PENITENCIÁRIA SUL DA COMARCA DE CRICIÚMA	2
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE SOLEDADE	2
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DRA. MARINA CARDOSO DE OLIVEIRA DO BUTANTÃ ANEXO PENITENCIÁRIO	2
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE CERQUEIRA CÉSAR	2
SP - PENITENCIÁRIA II- DR LUIZ GONZAGA VIEIRA E ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - PIRAJUÍ	2
MA - PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS	2
PB - CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO MARIA JÚLIA MARANHÃO	2
RJ - CADEIA PÚBLICA JUÍZA PATRÍCIA LOURIVAL ACIOLI	2
RJ - CADEIA PÚBLICA DALTON CRESPO DE CASTRO	2
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE CATAGUASES	2
MG - PRESÍDIO DE ARAGUARI	2
AM - DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL	2
BA - CONJUNTO PENAL DE EUNÁPOLIS	2
PR - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA - PEP	2
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE SANTOS DUMONT	2
MG - PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIN	2
SP - CADEIA PÚBLICA DE CASA BRANCA	2
SC - PRESÍDIO REGIONAL DE TIJUCAS	1

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
MS - INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE	1
PR - DELEGACIA DE POLÍCIA DE JOAQUIM TAVORA	1
MS - CENTRO DE TRIAGEM DE CAMPO GRANDE	1
MS - ESTAB. PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO	1
SP - UNIDADE SOCIOEDUCATIVO DE PARADA DE TAIPAS	1
MA - APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PAÇO DO LUMIAR	1
BA - CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ	1
MS - PENITENCIÁRIA DE TRÊS LAGOAS	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA I DE PINHEIROS	1
SP - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO ALA DE PSIQUIATRIA	1
RS - PENITENCIÁRIA ESTADUAL FEMININA DE GUAÍBA	1
MS - CADEIA PÚBLICA DE NAVIRAÍ	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA IV DE PINHEIROS	1
MG - APAC DA COMARCA DE PATROCÍNIO	1
SC - PENITENCIÁRIA DA REGIÃO DE CURITIBANOS	1
RJ - PENITENCIÁRIA PEDROLINO WERLING DE OLIVEIRA	1
PB - CADEIA PÚBLICA DE POMBAL	1
MS - CADEIA PÚBLICA DE APARECIDA DO TABOADO	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP NILTON CELESTINO DE ITAPEKERICA DA SERRA - DEECRIM - 1ª RAJ	1
PA - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ICOARACI	1
MS - ESTABELECIMENTO PENAL DE PARANAÍBA	1
CE - CADEIA PÚBLICA DE IRACEMA	1
MG - PRESÍDIO DE TIMÓTEO	1
RN - DELEGACIA DE POLÍCIA DE CANGUARETAMA	1
RJ - PENITENCIÁRIA DR. SERRANO NEVES	1
MG - PRESÍDIO DE SETE LAGOAS	1
MG - PRESÍDIO DE UBÁ	1
MG - COMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PONTAL	1
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA FEMININO DRA. MARINA CARDOSO DE OLIVEIRA	1
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA	1
MG - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - APAC	1
SP - PENITENCIÁRIA DE MARABA PAULISTA	1
SC - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE	1
CE - CADEIA PÚBLICA DE ARACOIABA	1
MG - COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO ESTEVÃO PINTO	1

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
ES - PRCI - PENITENCIÁRIA REGIONAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CARAGUATATUBA	2
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS	1
ES - CDPSDN - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE	1
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE CAPINÓPOLIS	1
TO - UNIDADE PRISIONAL FEMININA DE PALMAS	1
GO - CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE LUZIÂNIA	1
SC - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE BLUMENAU	1
MG - CERESP DA COMARCA DE CONTAGEM	1
PR - DELEGACIA DE POLÍCIA DE BANDEIRANTES	1
SC - PRESÍDIO MASCULINO DE LAGES	1
PA - UNIDADES MILITARES DO PARÁ	1
PR - CADEIA PÚBLICA DE CERRO AZUL	1
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE MARABÁ	1
RN - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE SERIDÓ	1
MG - CENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL / ANEXO IPATINGA	1
MA - 15ª REGIONAL DE BARRA DO CORDA - BARRA DO CORDA	1
SP - CADEIA PÚBLICA DE MOGI DAS CRUZES	1
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA II DE TREMEMBÉ	1
RJ - INSTITUTO PENAL BENJAMIN DE MORAES FILHO	1
AM - UNIDADE PRISIONAL DE TABATINGA	1
MS - ESTAB. PENAL DE R.S.A.A.A DE TRES LAGOAS - MASCULINO	1
AP - 34º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM MACAPÁ	1
SC - PRESÍDIO REGIONAL DE CRICIÚMA	1
MG - APAC -ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS	1
SP - CADEIA PÚBLICA FEMININA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE CAMPOS GERAIS	1
MG - COMPLEXO PÚBLICO PRIVADO UNIDADE II DE RIBEIRÃO DAS NEVES	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE TAIUVA	1
MG - PRESÍDIO DA COMARCA CONSELHEIRO PENA	1
MG - PRESÍDIO DE OURO PRETO	1

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
ES - PSMECOL - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA DE COLATINA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE DIADEMA	1
SP - CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DR. LUIZ GONZAGA DE ARRUDA CAMPOS DE RIO CLARO	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR. FELIX NOBRE DE CAMPOS DE TAUBATÉ	1
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE SÃO JERÔNIMO	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE PLANALTINA	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE PIRACANJUBA	1
AM - CADEIA PÚBLICA MANICORE	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DORES DO INDAIÁ	1
MG - PRESÍDIO DE POUSO ALEGRE	1
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE PRACINHA	1
RJ - CADEIA PÚBLICA BANDEIRA STAMPA	1
MG - UNIDADE PRISIONAL DA COMARCA DE LAGOA DA PRATA	1
RN - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE ALÇAÇUZ - FRANCISCO FERNANDES NOGUEIRA	1
SP - PENITENCIÁRIA II - DES. ADRIANO MARREY - GUARULHOS	1
MG - PRESÍDIO FEMININO JOSÉ ABRANCHES GONÇALVES	1
RN - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ/RN	1
PE - PENITENCIÁRIA JUIZ PLÁCIDO DE SOUZA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE VILA INDEPENDÊNCIA	1
SP - PENITENCIÁRIA DE PIRACICABA	1
RJ - PENITENCIÁRIA LAÉRCIO DA COSTA PELEGRINO	1
MA - CENTRAL DE CUSTÓDIA DE PRESOS DE JUSTIÇA DE PEDRINHAS	1
RN - CARCERAGEM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE FORMOSA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP FABIANO DE ANDRADE - DE RIOLANDIA - DEECRIM - 8ª RAJ	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR. JOSÉ EDUARDO MARIZ DE OLIVEIRA	1
SP - PRESÍDIO DA POLÍCIA MILITAR ROMÃO GOMES	1
RJ - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL ESMERALDINO BANDEIRA	1
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIO DE VALPARAÍSO	1
BA - PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO	1

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
MG - CENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL / BH	1
SP - PENITENCIÁRIA DE MARÍLIA E ANEXO PENITENCIÁRIO	1
AM - UNIDADE PRISIONAL DE MANICORÉ	1
BA - PRESÍDIO NILTON GONÇALVES	1
ES - PRBSF - PENITENCIÁRIA REGIONAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	1
GO - PENITENCIÁRIA CORONEL ODENIR GUIMARÃES	1
PE - PRESÍDIO ADVOGADO BRITO ALVES - ARCOVERDE	1
SP - PENITENCIÁRIA II DE ITIRAPINA	1
MG - PENITENCIÁRIA AGOSTINHO DE OLIVEIRA JÚNIOR	1
PR - DELEGACIA DE POLÍCIA DE SARANDI	1
SP - CADEIA PÚBLICA DE PRESIDENTE VENCESLAU	1
MG - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DOUTOR PIO CANEDO	1
MS - ESTAB. PENAL DE CASSILÂNDIA	1
MT - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA MASCULINO DE TANGARÁ DA SERRA	1
MS - ESTAB. PENAL DE R.S.A.A DE DOURADOS	1
SEM IDENTIFICAÇÃO	1
RO - CASA DE DETENÇÃO PIMENTA BUENO	1
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO PENITENCIÁRIO DO PARÁ I	1
PE - CADEIA PÚBLICA DE PETROLINA	1
RS - PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE CHARQUEADAS	1
MG - PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI	1
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIROPOLIS	1
SP - CADEIA PÚBLICA DE DRACENA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE BAURU - DEECRIM - 3ª RAJ	1
CE - DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE TAUÁ	1
RS - PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE	1
PR - 14ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE GUARAPUAVA	1
MS - ESTAB. PENAL FEMININO DE CORUMBÁ	1
BA - CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA	1
MS - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS	1
SP - PENITENCIÁRIA II - NILTON SILVA - DE FRANCO DA ROCHA	1
MG - PRESÍDIO DE CATAGUASES	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE PITANGUI	1
SP - RUA BERNARDO FONSECA LOBO S/N VILA ALBERTINA	1
RJ - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE GERICINÓ	2
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II- OSASCO	1

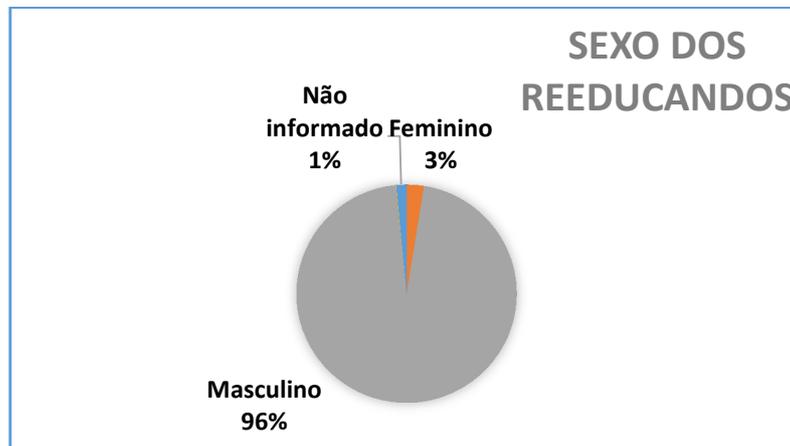
ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
AP - INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE GUAPÓ	1
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE TUCURUÍ	1
BA - PRESÍDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO	1
TO - DELEGACIA DA COMARCA PEDRO AFONSO	1
MS - ESTAB. PENAL MASCULINO DE PONTA PORÃ RICARDO BRANDÃO - REGIME FECHADO	1
CE - CADEIA PÚBLICA DE JUAZEIRO DO NORTE	1
CE - CADEIA PÚBLICA DE BARBALHA	1
CE - PENITENCIÁRIO INDUSTRIAL REGIONAL DO CARIRI	1
PE - CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESTE	1
PA - CENTRAL DE TRIAGEM DE PRESOS DA CREMAÇÃO	1
MT - UNIDADE PRISIONAL REGIONAL DE ÁGUA BOA - MAJOR PM ZUZI ALVES DA SILVA	1
SC - PRESÍDIO REGIONAL DE ITAJAÍ	1
MG - PRESÍDIO DE PONTE NOVA	1
MG - PRESÍDIO DE LAGOA DA PRATA	1
SC - PRESÍDIO SANTA AUGUSTA	1
SP - HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO - I - PROF ANDRÉ TEIXEIRA LIMA - DE FRANCO DA ROCHA	1
BA - COLÔNIA LAFAYETE COUTINHO	1
RJ - CADEIA PÚBLICA ROMEIRO NETO	1
MG - APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE GUANHÃES	1
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALTAMIRA	1
PR - PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ - PCE	1
BA - CADEIA PÚBLICA DE SALVADOR	1
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	1
RJ - CADEIA PÚBLICA INSPETOR LUÍS FERNANDES BANDEIRA DUARTE	1
BA - PRESÍDIO SALVADOR	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAIUÁ	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE SERRO	1
BA - PENITENCIÁRIA DE BRUMADO	1
RO - PENITENCIÁRIA ESTADUAL MILTON SOARES DE CARVALHO	1
SP - PENITENCIÁRIA DE IRAPURU	1
MS - CADEIA PÚBLICA DE MONTE SANTO	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE MOGI DAS CRUZES	1
BA - CADEIA PÚBLICA DE XIQUE-XIQUE	1

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES
RJ - PENITENCIÁRIA ALFREDO TRANJAN	1
SP - PENITENCIÁRIA ÁLVARO DE CARVALHO	1
SP - PENITENCIÁRIA II - DE MIRANDÓPOLIS	1
SC - UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE IMBITUBA	1
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIRÓPOLIS	1
SP - PENITENCIÁRIA DE OSVALDO CRUZ	1
PE - COMPLEXO PRISIONAL DE CURADO	3
MG - CADEIA PÚBLICA DE CORAÇÃO DE JESUS	1
SP - PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ	1
RJ - PRESÍDIO ARY FRANCO	1
AL - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE ITAMBACURI	1
GO - PENITENCIÁRIA DE ANÁPOLIS	1
AL - PENITENCIÁRIA MASCULINA BALDOMERO CALVACANTI DE OLIVEIRA	1
AL - PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÉDIA DE ARAPIRACA DESEMBARGADOR LUÍS DE OLIVEIRA SOUZA	1
AM - DELEGACIA DE MANICORÉ	1
RJ - INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES	1
SP - PENITENCIÁRIA DE MAIRINQUE	1
MG - PRESÍDIO DE ARAXÁ	1
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE PIRACICABA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1
SP - PENITENCIÁRIA DE AVANHANDAVA	1
BA - DELEGACIA DE POLÍCIA DE XIQUE - XIQUE	1
MG - CADEIA PÚBLICA DE CORAÇÃO DE JESUS	1
DF - PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL	1
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE RIO GRANDE	1
RS - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CHARQUEADAS	1
AL - CASA DE DETENÇÃO DE MACEIÓ	1
RJ - INSTITUTO PENAL EDGARD COSTA	1
MG - PENITENCIÁRIA DEPUTADO EXPEDITO DE FARIA TAVARES DE PATROCÍNIO	1
PE - COMP. PRIS. PROF. ANIBAL BRUNO-PRESÍDIO JUIZ ANTONIO LUIZ LINS DE BRITO	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação ao sexo, a maioria dos demandantes presos são pertencentes ao sexo masculino, representando 96% do total, sendo relativo ao sexo feminino apenas 3%, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 4. Sexo dos reeducandos demandantes



Fonte: DMF/CNJ

Com relação à população carcerária feminina, aponta-se, por oportuno, rotina adotada por este Departamento quando a comunicação favorece presa provisória gestante, lactante ou que possui filhos menores de 12 anos, em função da decisão do Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* 143.641, na qual foi determinado a substituição da prisão preventiva domiciliar de todas as mulheres presas gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, relacionadas no *habeas corpus*, enquanto perdurasse tal condição, excetuados os casos de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes, ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício. Tal comando foi estendido amplamente para análise caso a caso em relação a todas as mulheres privadas de liberdade que se encontrem nesse estado no território nacional.

Conformada tal situação na documentação encaminhada ao DMF em favor da mulher presa, este Departamento remete, junto ao despacho de análise e à representação inicial, cópia do dispositivo do *habeas corpus* para que o juiz avalie a oportunidade de julgar a concessão de liberdade de acordo com o caso concreto.

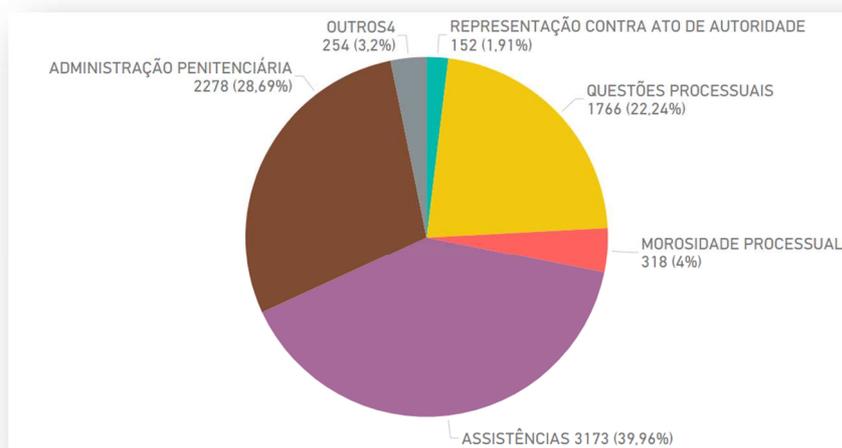
Categorias/Subcategorias dos Expedientes Recebidos

A presente seção informa a distribuição das demandas dos expedientes de acordo com as categorias e subcategorias temáticas apresentadas. Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática (o custodiado reclama de diversos aspectos, gerando diversas demandas e/ou pleitos, bem como um órgão pode representar contra muitos aspectos e problemas do sistema penal), o que justifica o número de **7.941 demandas por categoria/subcategoria** no universo de 2.425 expedientes.

Ao observar o gráfico abaixo, verifica-se que a maioria das demandas são relativas a categoria Assistências, ao representar 39,96% do total; os pleitos que versam sobre a Administração Penitenciária figuram logo em seguida, com 28,69% das demandas. Na sequência, aparece a categoria Questões Processuais, equivalente à fatia de 22,24%.

Diante disso, preliminarmente, afirma-se que a maioria dos demandantes busca na comunicação com este Departamento, principalmente, ver atendidas questões afetas ao dever do Estado de prestar assistência ao preso e ao internado, bem como matérias relacionadas à irregularidades na gestão carcerária e estabelecimentos penais, seguida de temas processuais.

Gráfico 5. Demandas dos expedientes por categoria



Fonte: DMF/CNJ

ASSISTÊNCIAS

Consideradas as queixas relativas a assistências, percebe-se uma divisão bastante proporcional entre os tipos de assistências, dado o equilíbrio no tamanho das fatias do gráfico abaixo. Contudo, irregularidades na prestação de assistência jurídica perfazem o maior grupo, 25% do total. Nesse contexto, os reeducandos tanto aduzem a insuficiência de defensores disponíveis nos presídios e a falta de estrutura para atendimento, quanto solicitam o auxílio jurídico ao DMF diante da impossibilidade de arcar com os custos de um advogado particular, muito embora tal atribuição não conste no rol de atribuições deste Departamento.

Logo em seguida, percebe-se que o segundo maior descontentamento é relativo a falta de assistência à saúde com 18,59% do total de demandas. Nesse sentido, os presos reclamam de ausência de médicos e negligência médica, bem como denunciam a insuficiência de medicamentos. Em alguns relatos, atribui-se a causa da morte de alguns reeducandos à falta de socorro médico eficiente.

Em terceiro lugar, figuram as queixas relativas a falta de assistência material, representando 17,14%. Nesse aspecto, a irresignação dos custodiados gira em torno, principalmente, da má qualidade e quantidade escassa da alimentação, bem como a insuficiência dos kits de higiene. Ainda, aponta-se a falta de dependências com áreas e serviços destinados a prestar assistência nos estabelecimentos penais, como a ausência de sala própria para atendimento dos defensores públicos.

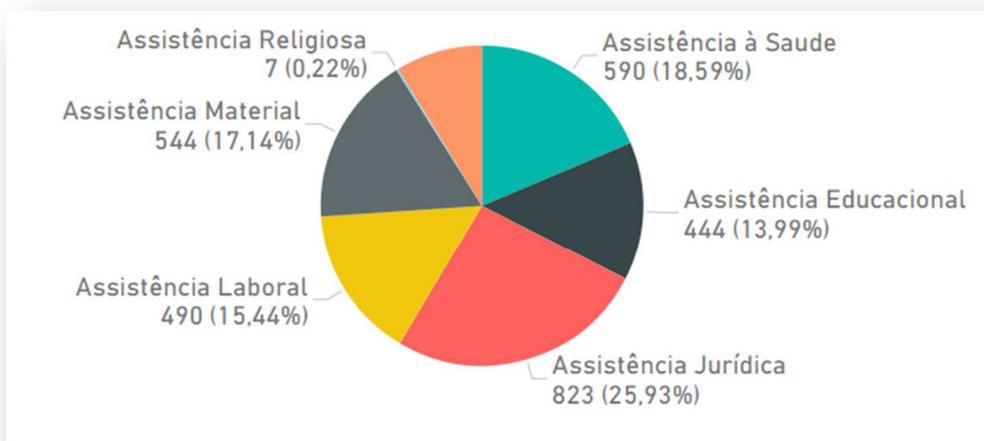
Há contingente significativo de queixas referentes à falta de assistência laboral, ao representar 15,44% das demandas recebidas pelo DMF. Nesse aspecto, aponta-se a ausência de atividades laborerápicas na unidade prisional, impedindo os reeducandos tanto de receber algum tipo de remuneração, quanto de conseguir acesso ao instituto da remição de pena por trabalho, fato que acaba por prejudicar sua ressocialização.

Além disso, cabe destacar que o DMF recebe muitos pedidos de orientação e solicitação de auxílio para localizar empregos para os reeducandos do regime semiaberto e aberto. Nessa situação, o procedimento adotado pelo DMF consiste no encaminhamento da demanda aos Grupos de Monitoramento e Fiscalização dos tribunais, tendo em vista o teor da Resolução CNJ n. 96, que dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, *in verbis*:

Art. 5º Os Tribunais de Justiça deverão instalar, no prazo de 30 dias, e por em funcionamento no prazo de até 90 dias, grupo de monitoramento e fiscalização do sistema carcerário, presidido por um magistrado, com as seguintes atribuições:

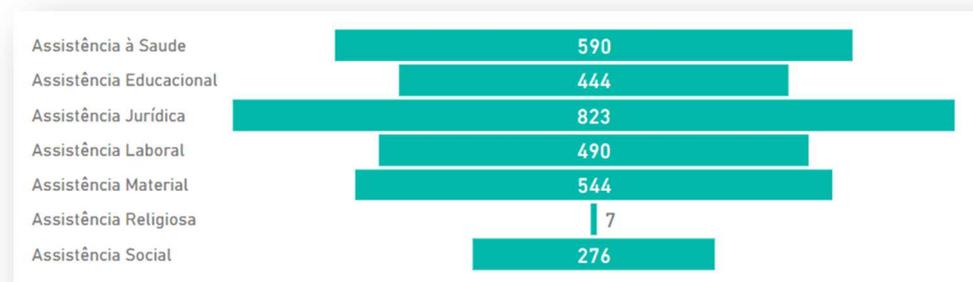
- I – implantar, manter e cumprir as metas do Projeto Começar de Novo;
- II – fomentar, coordenar e fiscalizar a implementação de projetos de capacitação profissional e de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas.

Gráfico 6. Assuntos de demandas acerca de assistências



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 7. Demandas acerca de assistências em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

A tabela abaixo elenca as 20 unidades prisionais de onde partiram a maior parcela de demandas relativas à falta de assistência jurídica. Cabe ainda ressaltar que as três penitenciárias

com maior número de demanda nesse sentido, são também aqueles estabelecimentos paulistas de onde partiram grande volume de cartas ao DMF, em aparente iniciativa articulada pelos reeducandos: Penitenciária de Lucélia, Getulina e Lavínia III.

Tabela 5. Ranking de penitenciárias com número de demandas de assistência jurídica em números absolutos

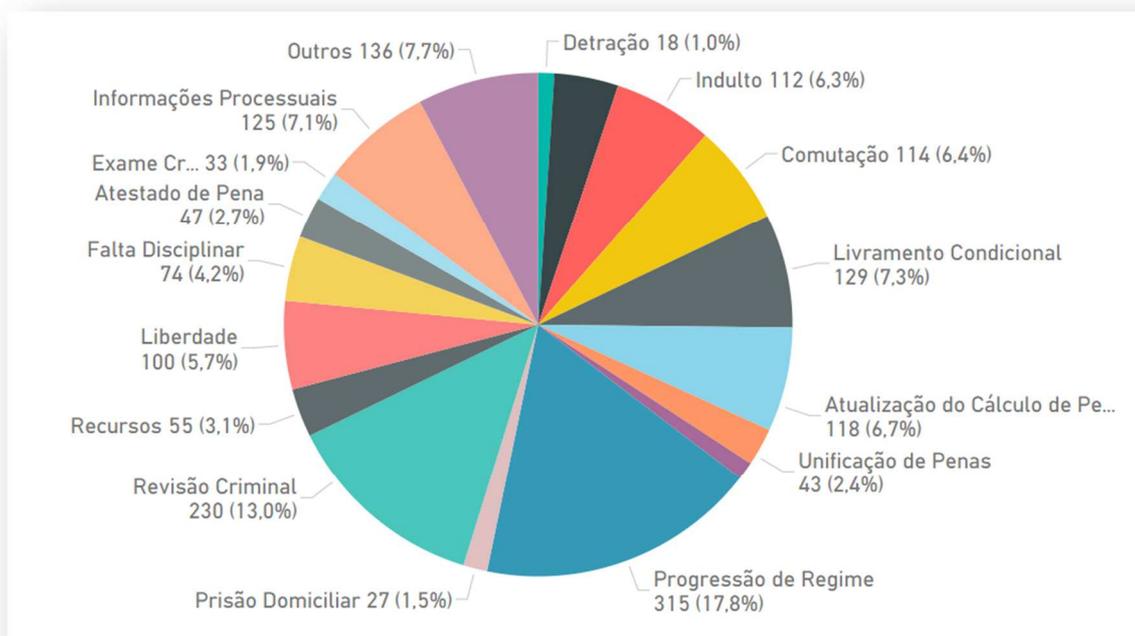
UNIDADE PENAL	Número de demandas de Assistência Jurídica
SP - PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA E ALA DE PROGRESSÃO	199
SP - PENITENCIÁRIA OSÍRIS SOUZA E SILVA DE GETULINA	189
SP - PENITENCIÁRIA III - PAULO GUIMARÃES - LAVÍNIA	143
RJ - PENITENCIÁRIA MILTON DIAS MOREIRA	63
SP - PENITENCIÁRIA - ORLANDO BRANDO FILINTO ALA DE PROGRESSAO PENITENCIÁRIA - IARAS	58
SP - PENITENCIÁRIA I - NESTOR CANOA DE MIRANDÓPOLIS E ANEXO PENITENCIÁRIO	50
SP - PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ	50
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	43
SP - PENITENCIÁRIA II MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA DE PRESIDENTE VENCESLAU	41
SP - PENITENCIÁRIA TACYAN MENEZES DE LUCENA - MARTINÓPOLIS	39
SP - PENITENCIÁRIA ODON RAMOS MARANHÃO - IPERÓ	35
SP - PENITENCIÁRIA II - LUÍS APARECIDO FERNANDES - LAVÍNIA	35
MS - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	25
SP - PENITENCIÁRIA DE VALPARAÍSO	24
MG - PRESÍDIO DE SANTOS DUMONT	24
SP - PENITENCIÁRIA II – DR. ANTÔNIO DE SOUZA NETO DE SOROCABA	22
SP - PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA	21
SP - PENITENCIÁRIA I - DR. PAULO LUCIANO DE CAMPOS - AVARÉ	21
SP - PENITENCIÁRIA I DE GUAREÍ	20
SP - PENITENCÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	20

Fonte: DMF/CNJ

QUESTÕES PROCESSUAIS

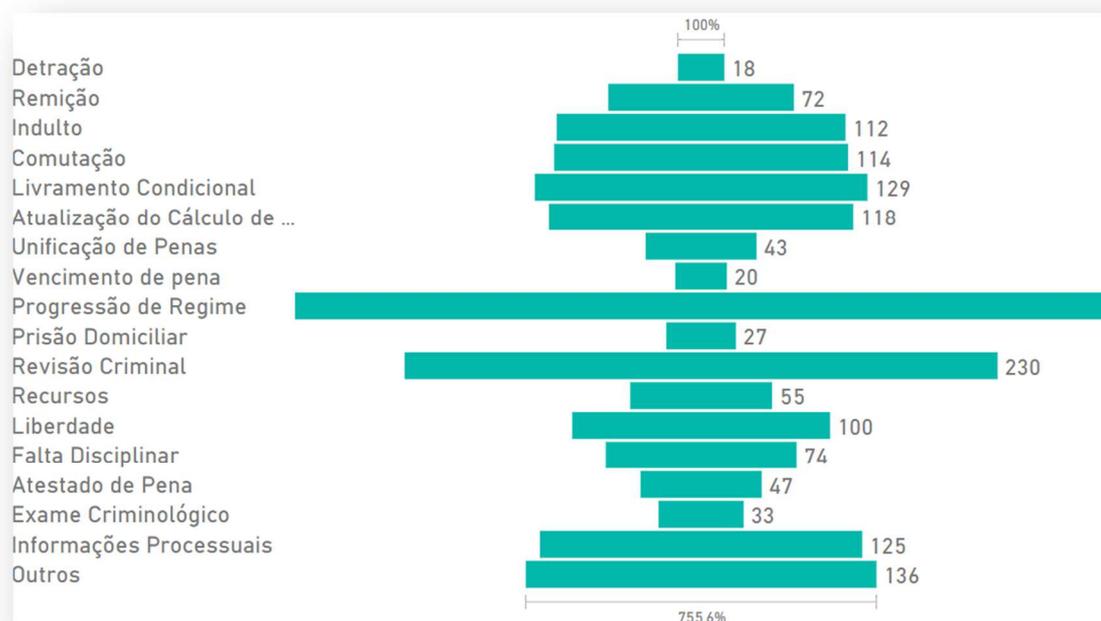
Com relação as demandas jurisdicionais, há, também, divisão equitativa entres as subcategorias. Todavia, identifica-se a prevalência dos pleitos relativos à progressão de regime, em primeiro lugar, com 17,8%, e à revisão criminal, em segundo lugar, com 13%. Por outro lado, as demandas menos recorrentes referem-se à detração e vencimento de pena.

Gráfico 8. Demandas acerca de questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 9. Demandas acerca de questões processuais em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Indulto e Comutação de Pena

Os pleitos de indulto e comutação de pena representam, em conjunto, aproximadamente 13% das demandas totais relativas a questões processuais, somando **226 entradas**.

Nesse contexto, considera-se oportuno apontar o desenvolvimento da ação de esforço concentrado, como desdobramento da implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), a qual envolveu todos os tribunais de justiça estaduais e tribunais regionais federais no empenho para julgamento dos processos e reanálise da manutenção da custódia cautelar das pessoas privadas de liberdade há mais de 180 dias, e, dos presos em cumprimento de pena, quanto aos benefícios da execução, especialmente, a aplicação dos decretos de indulto e comutação (Processo SEI nº 03467/2018).

Assim, a partir da iniciativa, os tribunais deveriam identificar e apreciar os processos dos presos condenados que cumprissem os requisitos para concessão de indulto ou comutação, a partir do passivo de custodiados condenados cadastrados na etapa de implantação do BNMP

2.0, ferramenta que materializa Cadastro Nacional de Presos, em cumprimento de comando exarado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 641.320.

É possível verificar nas tabelas abaixo quais são os estabelecimentos penais que mais possuem representação para análise de indulto e comutação de penas.

Gráfico 10. Ranking de penitenciárias com maior número de demanda de indulto em números absolutos

UNIDADE PENAL	Número de demandas de Indulto
SP - PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA E ALA DE PROGRESSÃO	199
SP - PENITENCIÁRIA OSÍRIS SOUZA E SILVA DE GETULINA	189
SP - PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ	50
SP - PENITENCIÁRIA I - NESTOR CANOA DE MIRANDÓPOLIS E ANEXO PENITENCIÁRIO	50
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	43
SP - PENITENCIÁRIA II MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA DE PRESIDENTE VENCESLAU	41
SP - PENITENCIÁRIA II - LUÍS APARECIDO FERNANDES - LAVÍNIA	35
SP - PENITENCIÁRIA ODON RAMOS MARANHÃO - IPERÓ	35
MS - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	25
MG - PRESÍDIO DE SANTOS DUMONT	24
SP - PENITENCIÁRIA II – DR. ANTÔNIO DE SOUZA NETO DE SOROCABA	22
SP - PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA	21
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	20
SP - PENITENCIÁRIA I DE GUAREÍ	20
MG - PRESÍDIO REGIONAL INSPETOR JOSÉ MARTINHO DRUMOND	18
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE TAQUARITUBA	18
SP - PENITENCIÁRIA JOAQUIM DE SYLOS CINTRA DE CASA BRANCA E ALA DE PROGRESSÃO	17
SP - PENITENCIÁRIA I - JOSÉ PARADA NETO DE GUARULHOS SEMIABERTO - GUARULHOS	17
SP - PENITENCIÁRIA JOÃO BATISTA DE SANTANA - DE RIOLÂNDIA	15
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANTANA	14
SP - PENITENCIÁRIA SILVIO YOSHIHIKO HINOHARA DE PRESIDENTE BERNARDES	14
SP - PENITENCIÁRIA DE ANDRADINA	14
RJ - PENITENCIÁRIA JONAS LOPES DE CARVALHO	13
SP - PENITENCIÁRIA II - ODETE LEITE DE CAMPOS CRITTER DE HORTOLÂNDIA	13

UNIDADE PENAL	Número de demandas de Indulto
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE BERNARDINO DE CAMPOS	12
SP - PENITENCIÁRIA DE RIBEIRÃO PRETO E ALA DE PROGRESSÃO	10
SP - PENITENCIÁRIA DE FLÓRIDA PAULISTA	10
MG - PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	9
RJ - PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES	9
SP - PENITENCIÁRIA I – DR. DANILO PINHEIRO DE SOROCABA ANEXO PENITENCIÁRIO	8
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA FEMININO DE FRANCO DA ROCHA	8
SP - PENITENCIÁRIA DR. SEBASTIÃO MARTINS SILVEIRA ALA DE PROGRESSÃO ANEXO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ARARAQUARA	7
SP - PENITENCIÁRIA DE PARELHEIROS	7
MG - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DOUTOR PIO CANEDO	7
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DR. EDGARD MAGALHÃES NORONHA DE TREMEMBÉ	6
SP - PENITENCIÁRIA I DE ITIRAPINA	6
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR. CALIXTO ANTÔNIO - SÃO BERNARDO DO CAMPO	6
MG - UNIDADE PRISIONAL DA COMARCA DE LAGOA DA PRATA	5
SP - PENITENCIÁRIA - I DE POTIM	5
SP - PENITENCIÁRIA DE ASSIS E ANEXO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	4
SP - PENITENCIÁRIA II - NILTON SILVA - DE FRANCO DA ROCHA	4
MS - ESTAB. PENAL DE AMAMBAI	3
SP - PENITENCIÁRIA I - MÁRIO DE M. ALBUQUERQUE E ALA DE PROGRESSÃO - FRANCO DA ROCHA	3
MG - PRESÍDIO DE CURVELO	3
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DRA. MARINA CARDOSO DE OLIVEIRA DO BUTANTÃ ANEXO PENITENCIÁRIO	2
SP - CADEIA PÚBLICA DE CASA BRANCA	2
MG - PRESÍDIO FEMININO JOSÉ ABRANCHES GONÇALVES	2
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIRÓPOLIS	2
RS - PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE CHARQUEADAS	2
MG - PRESÍDIO DE ARAXÁ	2
MS - PENITENCIÁRIA DE TRÊS LAGOAS	1
MG - PRESÍDIO DE POUSO ALEGRE	1
BA - PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO	1
MG - CADEIA PÚBLICA DE CORAÇÃO DE JESUS	1

Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 11. Ranking de penitenciárias com maior número de demandas de comutação de pena em números absolutos

UNIDADE PENAL	NÚMERO DE DEMANDAS DE COMUTAÇÃO
SP - PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA E ALA DE PROGRESSÃO	199
SP - PENITENCIÁRIA OSÍRIS SOUZA E SILVA DE GETULINA	189
RJ - PENITENCIÁRIA MILTON DIAS MOREIRA	63
SP - PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ	50
SP - PENITENCIÁRIA I - NESTOR CANOA DE MIRANDÓPOLIS E ANEXO PENITENCIÁRIO	51
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	43
SP - PENITENCIÁRIA TACYAN MENEZES DE LUCENA - MARTINÓPOLIS	39
SP - PENITENCIÁRIA ODON RAMOS MARANHÃO - IPERÓ	35
SP - PENITENCIÁRIA II - LUÍS APARECIDO FERNANDES - LAVÍNIA	35
MS - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	25
MG - PRESÍDIO DE SANTOS DUMONT	24
SP - PENITENCIÁRIA DE VALPARAÍSO	24
SP - PENITENCIÁRIA II – DR. ANTÔNIO DE SOUZA NETO DE SOROCABA	22
SP - PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA	21
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	20
SP - PENITENCIÁRIA I DE GUAREÍ	20
MG - PRESÍDIO REGIONAL INSPETOR JOSÉ MARTINHO DRUMOND	18
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE TAQUARITUBA	18
SP - PENITENCIÁRIA JOAQUIM DE SYLOS CINTRA DE CASA BRANCA E ALA DE PROGRESSÃO	17
SP - PENITENCIÁRIA JOÃO BATISTA DE SANTANA DE RIOLÂNDIA	15
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANTANA	14
SP - PENITENCIÁRIA SILVIO YOSHIHIKO HINOHARA DE PRESIDENTE BERNARDES	14
SP - PENITENCIÁRIA DE ANDRADINA	14
RJ - PENITENCIÁRIA JONAS LOPES DE CARVALHO	13
SP - PENITENCIÁRIA II - ODETE LEITE DE CAMPOS CRITTER DE HORTOLÂNDIA	13
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE BERNARDINO DE CAMPOS	12
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA - II DE SERRA AZUL	12

UNIDADE PENAL	NÚMERO DE DEMANDAS DE COMUTAÇÃO
MG - PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA	11
SP - PENITENCIÁRIA DE FLÓRIDA PAULISTA	10
RJ - PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES	9
PE - PRESÍDIO ADVOGADO BRITO ALVES	9
SP - PENITENCIÁRIA VALENTIM ALVES DA SILVA - ÁLVARO DE CARVALHO	9
SP - PENITENCIÁRIA II DE MIRANDÓPOLIS	8
SP - PENITENCIÁRIA I – DR. DANILO PINHEIRO DE SOROCABA ANEXO PENITENCIÁRIO	8
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAPELA DO ALTO	8
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DA CAPITAL CHÁCARA BELÉM II E ALA DE PROGRESSÃO - DEECRIM - 1ª RAJ	7
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIRÓPOLIS	7
SP - PENITENCIÁRIA DE PARELHEIROS	7
MG - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DOUTOR PIO CANEDO	7
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DR EDGARD MAGALHÃES NORONHA DE TREMEMBÉ	6
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR. CALIXTO ANTONIO - SÃO BERNARDO DO CAMPO	6
MG - UNIDADE PRISIONAL DA COMARCA DE LAGOA DA PRATA	5
SP - PENITENCIÁRIA - I DE POTIM	5
SP - PENITENCIÁRIA DE ASSIS E ANEXO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	4
SP - PENITENCIÁRIA I - MÁRIO DE M. ALBUQUERQUE E ALA DE PROGRESSÃO - FRANCO DA ROCHA	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA NELSON FURLAN DE PIRACICABA E ALA DE PROGRESSÃO	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - GUARULHOS	3
RO - PENITENCIÁRIA FEDERAL DE PORTO VELHO	3
MG - PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI	3
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE CERQUEIRA CÉSAR	2
SP - CADEIA PÚBLICA DE CASA BRANCA	2
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIRÓPOLIS	2
RJ - INSTITUTO PENAL BENJAMIN DE MORAES FILHO	1
SP - CADEIA PÚBLICA FEMININA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	1
RJ - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL ESMERALDINO BANDEIRA	1
BA - PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO	1

UNIDADE PENAL	NÚMERO DE DEMANDAS DE COMUTAÇÃO
GO - PENITENCIÁRIA CORONEL ODENIR GUIMARÃES	1
SC - PRESÍDIO REGIONAL DE ITAJAÍ	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1

Fonte: DMF/CNJ

Registre-se que, além dos 112 expedientes de indulto e dos 114 de comutação de penas encaminhados individualmente pelos reeducandos, o DMF recebeu expediente da Defensoria Pública da União, o qual encaminhou ao Conselho Nacional de Justiça 2.331 cartas de pessoas privadas de liberdade solicitando indulto e comutação de pena (Processo SEI 07394/2018), oriundas de diversas penitenciárias do Brasil.

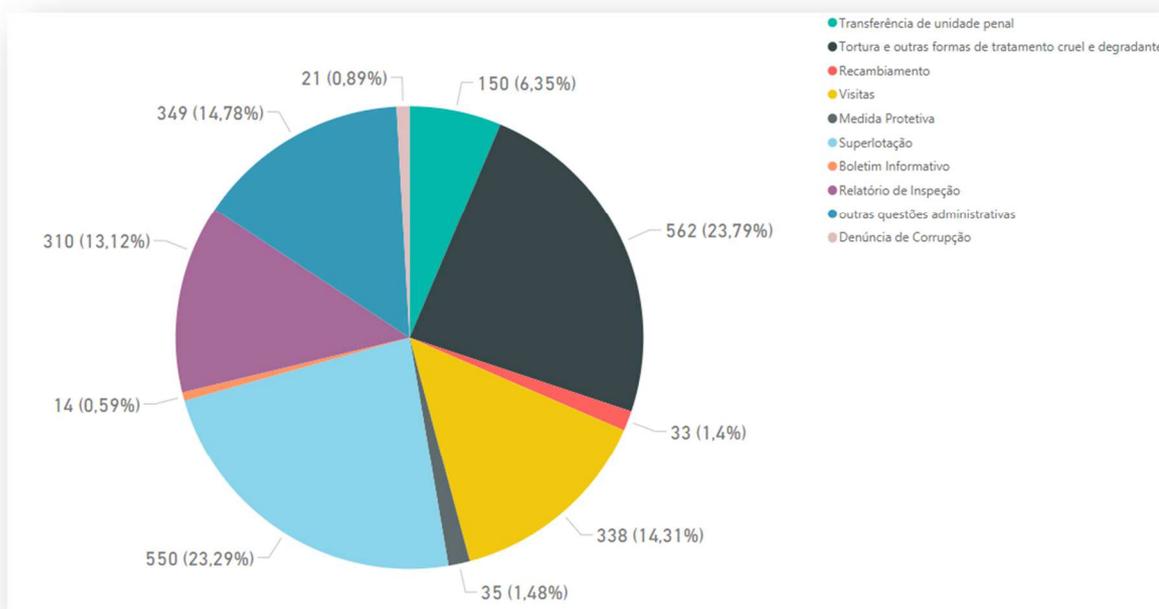
De forma a direcionar toda a documentação encaminhada referente a pleitos individuais, este Departamento remeteu todas as cartas dos presos aos respectivos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – GMFs com jurisdição sob as unidades prisionais de origem das comunicações, para que considerassem os pleitos constantes nas correspondências quando da análise na etapa de mapeamento dos processos de presos condenados que cumpram os requisitos para concessão de indulto ou comutação na ação de julgamento promovida após a implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0).

QUESTÕES DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Quantos às demandas referentes à gestão das unidades prisionais, verifica-se que os principais problemas, apontados pelos reeducandos e pelas entidades envolvidas na execução

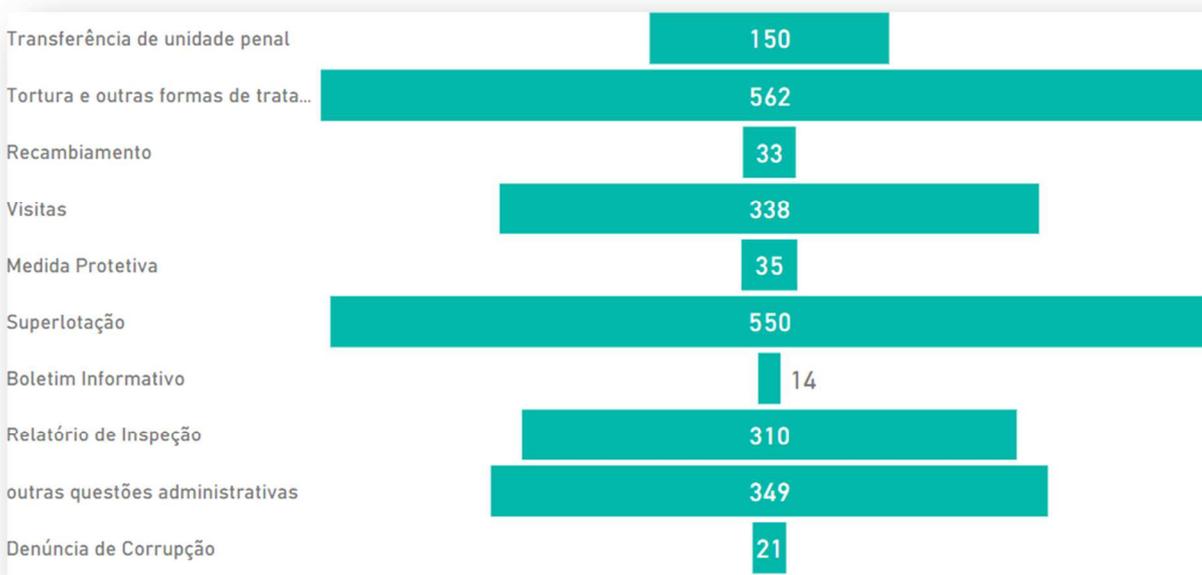
penal, são relativos à tortura e outras formas de tratamento cruel ou degradante (23, 79%) e à superlotação (23, 29%).

Gráfico 12. Demandas acerca de questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 13. Demandas acerca de questões da administração penitenciária em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Tortura e outras formas de tratamento cruel ou degradante

As denúncias relativas à tortura e outras formas de tratamento cruel ou degradante somam o quantitativo de 562 notícias, e correspondem a sua ocorrência nas unidades prisionais ou nos atos policiais anteriores à custódia do reclamante, envolvendo, em grande medida, agentes penitenciários, autoridades policiais e facções criminosas.

Para além da atuação do DMF de solicitação de informações quanto às providências tomadas caso a caso pelas autoridades locais, com relação ao combate à tortura perpetrada contra pessoas mantidas sob custódia do Estado, este Departamento apresentou relatório afeto ao processo de interiorização das Audiências de Custódia, nos autos do CumprDec 0000134-95.2016.2.00.0000.

A prática da apresentação de toda pessoa presa em flagrante delito à autoridade judicial competente, no prazo de 24 horas, inaugura Protocolo próprio quanto aos procedimentos para oitiva, registro e encaminhamento de denúncias de tortura (Protocolo II, Resolução CNJ nº 213), delineando as condições adequadas para apuração de tais ocorrências.

Não obstante ter sido o instituto implantado em todas as Unidades da Federação, apontou-se, a partir de relatório retirado do Sistema de Audiências de Custódia (SISTAC), que os tribunais de Justiça e tribunais regionais federais não lograram cumprir as determinações do CNJ, seja no tocante à abrangência e expansão da realização das audiências, seja no tocante ao prazo de realização, sendo necessário, portanto, a adoção de medidas voltadas a conferir efetividade à Resolução CNJ nº 2013 e sua observância em todo território nacional.

Observa-se na tabela abaixo as penitenciárias com notícias de prática de tortura em seu perímetro, bem como a respectiva quantidade de demandas nesse sentido. Verifica-se que as penitenciárias de Lucélia, Getulina e Lavínia III figuram novamente enquanto unidades com maior número de denúncias.

Tabela 6. Ranking de penitenciárias com maior número de demandas de tortura em números absolutos

UNIDADE PENAL	Número de demandas de tortura
SP - PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA E ALA DE PROGRESSÃO	199
SP - PENITENCIÁRIA OSÍRIS SOUZA E SILVA DE GETULINA	189
SP - PENITENCIÁRIA III - PAULO GUIMARÃES - LAVÍNIA	143
RJ - PENITENCIÁRIA MILTON DIAS MOREIRA	63
SP - PENITENCIÁRIA - ORLANDO BRANDO FILINTO ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - IARAS	58

UNIDADE PENAL	Número de demandas de tortura
SP - PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ	50
SP - PENITENCIÁRIA I - NESTOR CANOA DE MIRANDÓPOLIS E ANEXO PENITENCIÁRIO	50
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	43
SP - PENITENCIÁRIA TACYAN MENEZES DE LUCENA - MARTINÓPOLIS	39
SP - PENITENCIÁRIA ODON RAMOS MARANHÃO - IPERÓ	35
MS - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	25
MG - PRESÍDIO DE SANTOS DUMONT	24
SP - PENITENCIÁRIA II – DR. ANTÔNIO DE SOUZA NETO DE SOROCABA	22
SP - PENITENCIÁRIA I - DR. PAULO LUCIANO DE CAMPOS - AVARÉ	21
SP - PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA	21
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	20
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA III DE PINHEIROS	17
SP - PENITENCIÁRIA I - JOSÉ PARADA NETO DE GUARULHOS SEMIABERTO - GUARULHOS	17
SP - PENITENCIÁRIA JOAQUIM DE SYLOS CINTRA DE CASA BRANCA E ALA DE PROGRESSÃO	17
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II DE PINHEIROS	15
SP - PENITENCIÁRIA JOÃO BATISTA DE SANTANA - DE RIOLÂNDIA	15
SP - PENITENCIÁRIA SILVIO YOSHIHIKO HINOHARA DE PRESIDENTE BERNARDES	14
SP - PENITENCIÁRIA DE ANDRADINA	14
RJ - PENITENCIÁRIA JONAS LOPES DE CARVALHO	13
SP - PENITENCIÁRIA I ZWINGLIO FERREIRA DE PRESIDENTE VENCESLAU	12
SP - PENITENCIÁRIA - II DE POTIM	12
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA - II DE SERRA AZUL	12
SP - PENITENCIÁRIA DE RIBEIRÃO PRETO E ALA DE PROGRESSÃO	10
SP - PENITENCIÁRIA II - DR. JOSÉ AUGUSTO CÉSAR SALGADO DE TREMEMBÉ	10
MG - PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	9
RR - PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO	9
RJ - PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES	9
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE FLORÍNEA	9
PE - PRESÍDIO ADVOGADO BRITO ALVES	9
SP - PENITENCIÁRIA II DE MIRANDÓPOLIS	8
DF - PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL II	8
SP - PENITENCIÁRIA ADRIANO APARECIDO DE PIERI DE DRACENA	8

UNIDADE PENAL	Número de demandas de tortura
SP - PENITENCIÁRIA I – DR. DANILO PINHEIRO DE SOROCABA ANEXO PENITENCIÁRIO	8
SP - PENITENCIÁRIA DE PRESIDENTE PRUDENTE E ANEXO PENITENCIÁRIO WELLINGTON RODRIGO SEGURA	7
RJ - INSTITUTO PENAL PLÁCIDO SÁ CARVALHO	7
PR - PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CATANDUVAS	7
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DA CAPITAL CHÁCARA BELÉM II E ALA DE PROGRESSÃO - DEECRIM - 1ª RAJ	7
SP - PENITENCIÁRIA I –DR. TARCIZO LEONCE PINHEIRO CINTRA DE TREMEMBÉ	5
SP - PENITENCIÁRIA - I DE POTIM	5
MG - UNIDADE PRISIONAL DA COMARCA DE LAGOA DA PRATA	5
SC - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO VALE DO ITAJAÍ	5
AC - UNIDADE PENITENCIÁRIA MANOEL NERI DA SILVA	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SERRA AZUL	4
PR - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CASCAVEL	4
SP - PENITENCIÁRIA II - NILTON SILVA - DE FRANCO DA ROCHA	4
DF - PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SOROCABA	4
ES - PSMA II - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA II	3
GO - CADEIA PÚBLICA DE CRISTALINA	3
MG - PENITENCIÁRIA DÊNIO MOREIRA DE CARVALHO DE IPATINGA	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DA CAPITAL CHÁCARA BELÉM I E ALA DE PROGRESSÃO - DEECRIM - 1ª RAJ	3
SC - PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	3
RJ - CADEIA PÚBLICA PEDRO MELO DA SILVA	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - ASP VANDA RITA BRITO DO REGO - OSASCO	3
SC - PENITENCIÁRIA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA NELSON FURLAN DE PIRACICABA E ALA DE PROGRESSÃO	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE MAUÁ	3
SP - PENITENCIÁRIA OZIAS LUCIO DOS SANTOS - PACAEMBU	3
MS - ESTAB. PENAL DE R.S.A.A DE DOURADOS	3
GO - PENITENCIÁRIA DE ANÁPOLIS	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR. FELIX NOBRE DE CAMPOS DE TAUBATÉ	3
RO - CASA DE DETENÇÃO DE ARIQUEMES	3
SP - PENITENCIÁRIA I - JAIRO DE ALMEIDA BUENO DE ITAPETININGA	2

UNIDADE PENAL	Número de demandas de tortura
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE NOVO CRUZEIRO	2
MG - PRESÍDIO ANTÔNIO DUTRA LADEIRA	2
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - LUIZ CESAR LACERDA - SÃO VICENTE - DEECRIM - 7ª RAJ	2
ES - PSMA I - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA I	2
GO - CADEIA PÚBLICA DE VICENTINÓPOLIS	2
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPI PAULISTA	2
SP - CADEIA PÚBLICA DE PIRASSUNUNGA	2
MA - PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS	2
MG - PRESÍDIO DE ARAGUARI	2
AM - DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL	2
SP - PENITENCIÁRIA II - DE MIRANDOPOLIS	2
PR - DELEGACIA DE POLÍCIA DE JOAQUIM TAVORA	1
MS - ESTAB. PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO	1
BA - CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ	1
RS - PENITENCIÁRIA ESTADUAL FEMININA DE GUAÍBA	1
RN - DELEGACIA DE POLÍCIA DE CANGUARETAMA	1
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA	1
GO - CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE LUZIÂNIA	1
PRESÍDIO DO AGRESTE	1
RN - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE SERIDÓ	1
MG - CENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL / ANEXO IPATINGA	1
MG - PRESÍDIO DA COMARCA CONSELHEIRO PENA	1
AM - CADEIA PÚBLICA MANICORE	1
RN - CARCERAGEM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1
SP - PENITENCIÁRIA DE MARÍLIA E ANEXO PENITENCIÁRIO	1
AM - UNIDADE PRISIONAL DE MANICORÉ	1
ES - PRBSF - PENITENCIÁRIA REGIONAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	1
SP - CADEIA PÚBLICA DE DRACENA	1
MS - ESTAB. PENAL FEMININO DE CORUMBÁ	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE PITANGUI	1
MT - UNIDADE PRISIONAL REGIONAL DE ÁGUA BOA - MAJOR PM ZUZI ALVES DA SILVA	1
SP - HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO - I - PROF ANDRÉ TEIXEIRA LIMA - DE FRANCO DA ROCHA	1
RO - PENITENCIÁRIA ESTADUAL MILTON SOARES DE CARVALHO	1
MS - CADEIA PÚBLICA DE MONTE SANTO	1
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIROPOLIS	1

UNIDADE PENAL	Número de demandas de tortura
SP - PENITENCIÁRIA DE OSVALDO CRUZ	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE ITAMBACURI	1
AL - PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÉDIA DE ARAPIRACA DESEMBARGADOR LUIS DE OLIVEIRA SOUZA	1
AM - DELEGACIA DE MANICORÉ	1
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE PIRACICABA	1

Fonte: DMF/CNJ

Recambiamento

Com relação às demandas de recambiamento, tratam-se de pedidos dos próprios reeducandos para sua transferência ao seu estado de origem, bem como de solicitação de auxílio pelos tribunais ao CNJ para recambiar presos para a Unidade da Federação do juízo processante.

Nesse íterim, cabe ressaltar que já houve ações deste Conselho voltadas à solução dessa problemática. Entre o final de 2009 e o ano de 2010, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça, a partir de proposta do Conselho Nacional de Justiça, conseguiu realizar o recambiamento de vários detentos com o projeto que ficou conhecido como Operação Retorno. Em 2014, nesse sentido, este Conselho buscou mais uma vez solucionar a questão do recambiamento de detentos ao editar a Portaria CNJ nº 80 de 17 de junho de 2014, que instituiu grupo de trabalho para diagnóstico e proposição de soluções para o recambiamento interestadual de presos no Brasil. Essa ação, no entanto, não logrou êxito, posto que não houve a publicação de nenhum relatório de diagnóstico ou sugestões, apenas se promoveu o levantamento de dados em todas as unidades federativas, consubstanciados no processo E-CNJ n. 2014.02.00.000638-0.

A atual gestão, tendo em conta ser vago e insuficiente o marco legal que orienta a definição das hipóteses de recambiamento, considerou conveniente levantar dados visando edição de ato normativo específico para balizar os problemas encontrados na efetivação do recambiamento dos presos. Para isso, o DMF expediu ofícios aos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs) dos tribunais de Justiça e às secretarias de administração penitenciária de todos os estados para que esses órgãos informassem a demanda de recambiamentos pendentes de efetivação no ano de 2017 (SEI 10081/2017), de forma a fornecer quadro situacional do problema.

Todavia, a adoção do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) enquanto ferramenta voltada ao registro e individualização de todas as pessoas privadas de liberdade no território nacional suplantou a iniciativa, uma vez que a própria ferramenta aponta tal quadro inicial para aquelas pessoas que respondem a um ou mais processos em Unidade da Federação distinta da Unidade de Federação do local da custódia², sendo esse, agora, patamar privilegiado para o enfrentamento da temática.

Por fim, a tabela abaixo apresenta as unidades penais em que foram registrados casos pendentes de recambiamento, bem como a quantidade de demandas apresentadas a este Departamento.

Tabela 7. Ranking de penitenciárias com maior número de demandas de recambiamento em números absolutos

UNIDADE PENAL	Número de demandas de recambiamento
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	43
MS - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	25
SP - PENITENCIÁRIA DE ANDRADINA	14
RJ - PENITENCIÁRIA JONAS LOPES DE CARVALHO	13
MG - PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA	11
MG - PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	9
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE FLORÍNEA	9
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DR. EDGARD MAGALHÃES NORONHA DE TREMEMBÉ	6
MS - ESTAB. PENAL DE AMAMBAI	3
SC - PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	3
MG - APAC DA COMARCA DE PATROCÍNIO	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PONTAL	1
SC - PRESÍDIO MASCULINO DE LAGES	1
PR - CADEIA PÚBLICA DE CERRO AZUL	1
RN - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE ALÇAÇUZ - FRANCISCO FERNANDES NOGUEIRA	1
SP - PENITENCIÁRIA DE IRAPURU	1

Fonte: DMF/CNJ

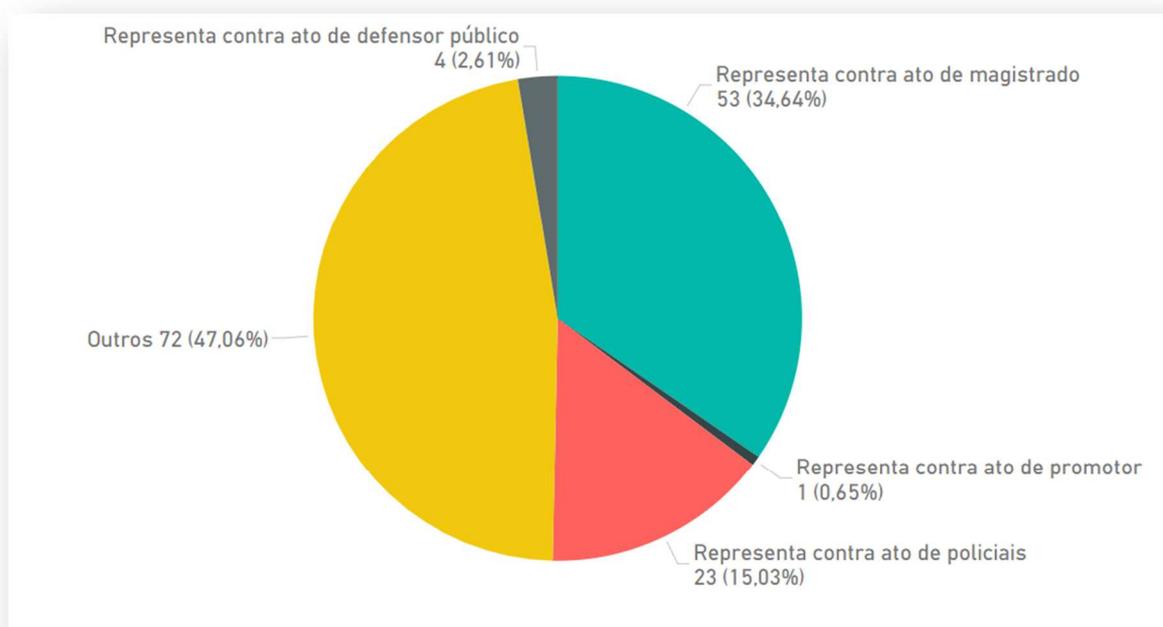
² Relatório de Implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – Cadastro Nacional de Presos, pág. 37. Disponível em < <https://tinyurl.com/ybqg7fr5>>.

Representação contra ato de autoridade

Foram registradas **153** entradas atinentes a representação contra ato de autoridade.

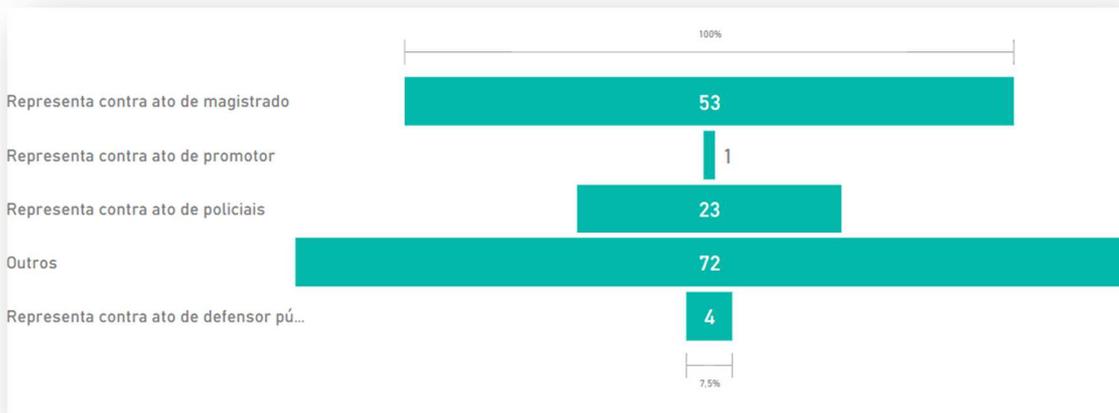
Verifica-se que a maioria, 72 pleitos, correspondem à subcategoria “Outros”. São enquadrados nessa subcategoria, por exemplo, os casos em que os reeducandos reclamam do abuso de poder da direção da unidade e dos agentes penitenciários. Logo, em seguida, a segunda maior reclamação é concernente à atividade dos magistrados 34,6%; sendo as situações de queixas de parcialidade, abuso de autoridade, omissão.

Gráfico 14. Demandas de representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 15. Demandas de representação contra ato de autoridade em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Encaminhamentos

Ao final da análise de cada expediente encaminha-se Despacho com a cópia da representação do requerente aos órgãos competentes e/ou às demais pessoas/órgãos interessados. Os encaminhamentos são direcionados, principalmente, às Defensorias Públicas (1.361 documentos enviados), às Secretarias de Administração Penitenciária ou órgão correlato do poder executivo local (747) e às Varas de Execução Penal (657), conforme observado na Tabela 8 abaixo. Acompanhando o *ranking* dos expedientes recebidos pelo DMF, São Paulo, em primeiro lugar, e Minas Gerais são as unidades federativas que figuram como maiores destinatárias dos encaminhamentos para as Defensorias Públicas, Varas de Execução Penal e para a Secretaria de Administração Penitenciária ou órgão correlato do poder executivo local.

Esses dados são esperados na medida em que a maior parte das demandas analisadas é relativa às categorias Questões da Administração Penitenciária e a Assistência, sendo que dentro dessa última a maioria é atinente a assistência jurídica e versa sobre atribuições jurisdicionais que não competem ao Conselho Nacional de Justiça enquanto órgão de controle administrativo.

Se o objeto do pleito se insere no rol de competências do DMF, em especial na atribuição de monitorar e fiscalizar irregularidades no sistema carcerário, este Departamento solicita esclarecimentos e informações quanto às providências adotadas pelas autoridades locais para

solucionar a situação denunciada. Considerando o controle de resposta dos órgãos requeridos, observa-se nas tabelas 9 e 10, quantos expedientes cada entidade respondeu, bem como a taxa de resposta, obtida a partir do número de documentos respondidos frente aos expedientes encaminhados solicitando informações e providências.

Após análise dos dados abaixo, observa-se que a Seção de Informação ao Sistema Prisional de São Paulo e a Secretaria de Administração Penitenciária são, proporcionalmente, os órgãos com a maior taxa de retorno das demandas encaminhadas pelo DMF. Por outro lado, verifica-se que os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário correspondem, proporcionalmente, aos órgãos com menor taxa de resposta quando demandados.

Tabela 8. Encaminhamentos por estados

Estado	VEP	DEECRIM	SAP	Defensoria	GMF	Sec. Est Saúde	Seção de Informação	Juiz Corregedor
AC	1		1		2			
AL	1		2		1			
AM	1		3	1	1			
AP								
BA	6		7	8	9			
CE	1		4	2	6			
DF	14		12	9	15	1		2
ES	5		5	4	1	1		1
GO	5		16	11	10			12
MA			1	2	2			1
MG	62	1	22	68	15			13
MS	16		4	26	4		1	5
MT	3		2	3	1			1
PA	1		3	3	8			1
PB	1		1	2	1			1
PE	5			10	1			1
PI		1		1				
PR	3		8	11	1			6
RJ	48		21	64	14			6
RN	1		3	5	3			
RO	3		2	2	3			
RR			4		1			3
RS	10		8	8	7			1
SC	15		5	21	1			3
SE								

SP	451	140	611	1100	455	2	77	476
TO	3		1		1			
Total Geral	657	142	747	1361	563	4	78	533

Fonte: DMF/CNJ

Tabela 9. Solicitação de Informações nos Encaminhamentos por órgão/membro

Houve resposta?	VEP	DEECRIM	SAP	Defensoria	GMF	SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE	SEÇÃO DE INFORMAÇÃO	JUIZ CORREGEDOR
Sim	39	23	398	21	44	2	5	198
Não	30	15	82	25	51	1	1	45
Não se aplica	575	104	265	1197	163	1	71	163
TOTAL	644	142	745	1243	290	4	77	406

Fonte: DMF/CNJ

Tabela 10. Taxa de resposta aos Encaminhamentos por órgão/membro

	VEP	DEECRIM	SAP	Defensoria	GMF	SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE	SEÇÃO DE INFORMAÇÃO	JUIZ CORREGEDOR
Total de Expedientes encaminhados c/ pedido de informações	69	38	480	46	95	3	6	368
Taxa de resposta	56,52%	60,53%	82,92%	45,6%	46,3%	66,67%	83,33%	81,5%

Fonte: DMF/CNJ

ESTATÍSTICA DE EXPEDIENTES – ANÁLISE POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

A presente seção do relatório apresenta análise dos expedientes oriundos de cada Unidade da Federação, apontando o quantitativo de demandas, natureza da pessoa demandante, bem como os assuntos indicados nas categorias/subcategorias temáticas delimitadas e as unidades prisionais de origem dos expedientes.

Acre - AC³

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do sistema penitenciário, apenas seis são oriundas do estado do Acre, menos de 1% da totalidade dos documentos.

Desses seis expedientes, verifica-se, ao visualizar a tabela abaixo, que todos foram peticionados por autoridades judiciárias locais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, inexistindo registro de representação por parte da população prisional.

Tabela 11. Demandantes do estado do Acre em números absolutos por órgãos

Órgãos	Contagem
AC	6
TJAC	3
TJAC/Vara de Execuções Penais de Rio Branco	1
TJAC/Vara de Proteção a Mulher e Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Sul	1
TJAC/VEP/Rio Branco	1

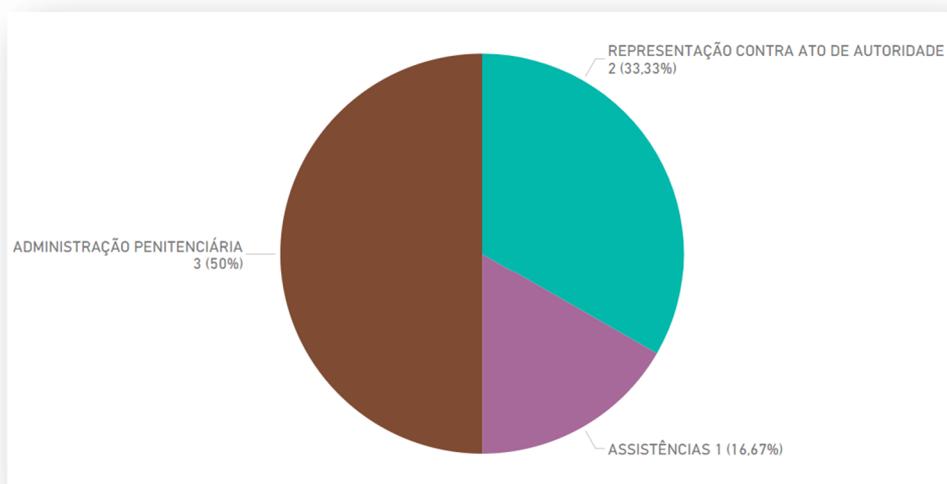
Fonte: DMF/CNJ

³ Os eventos ocorridos nas unidades prisionais do Acre, Amazonas e Roraima no início de 2017 foram enfrentados pelo Grupo Especial de Monitoramento e Fiscalização (GEMF) do sistema prisional da região Norte do país, instituído por meio da Portaria CNJ nº 13 de 2017, e seus expedientes foram analisados em relatório próprio apartado.

Tal dado, contudo, não representa a ausência de adversidades enfrentadas pelos custodiados no sistema carcerário do Acre, fato exemplificado na representação remetida pelo juízo da Vara de Proteção à Mulher e Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Sul/AC, por meio da qual afirmou que familiares de presos relataram abuso e excessos cometidos na realização de inspeção, em 11 de julho de 2017, pelo Exército Brasileiro na Penitenciária Manoel Néri (Processo SEI 07494/2017). Ainda, corrobora essa tese a situação relatada pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Feijó de que os presos estão fazendo greve de fome para reivindicar transferências, tendo em vista a superlotação da unidade. (Processo SEI 07465/2018⁴).

Com relação ao teor das representações dos requerentes do Acre, observamos, pelo gráfico abaixo, que três demandas⁵ são referentes à Administração Penitenciária, duas são contra Ato de Autoridade e uma refere-se a Assistências.

Gráfico 16. Assuntos das demandas oriundas do Acre em número absoluto e porcentagem

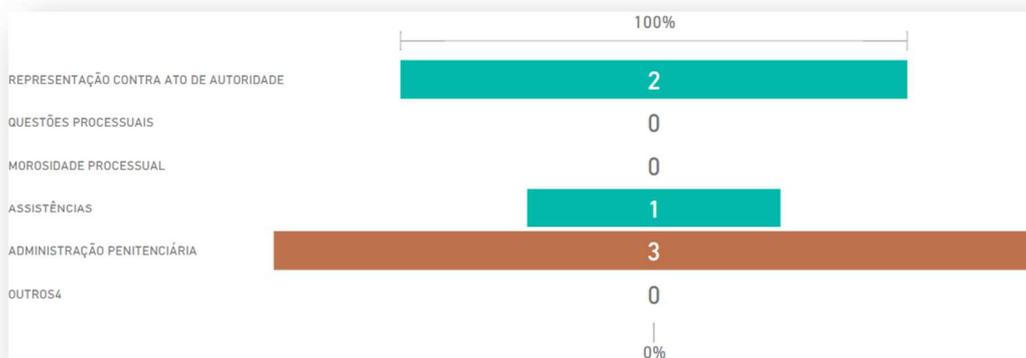


Fonte: DMF/CNJ

⁴ Destaca-se que esse processo não entrou na contabilização desta estatística, em função do recorte temporal do relatório ser de julho de 2017 a maio de 2018 e do expediente inicial datar de 29 de junho de 2018.

⁵ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 17. Assuntos das demandas oriundas do Acre em números absolutos

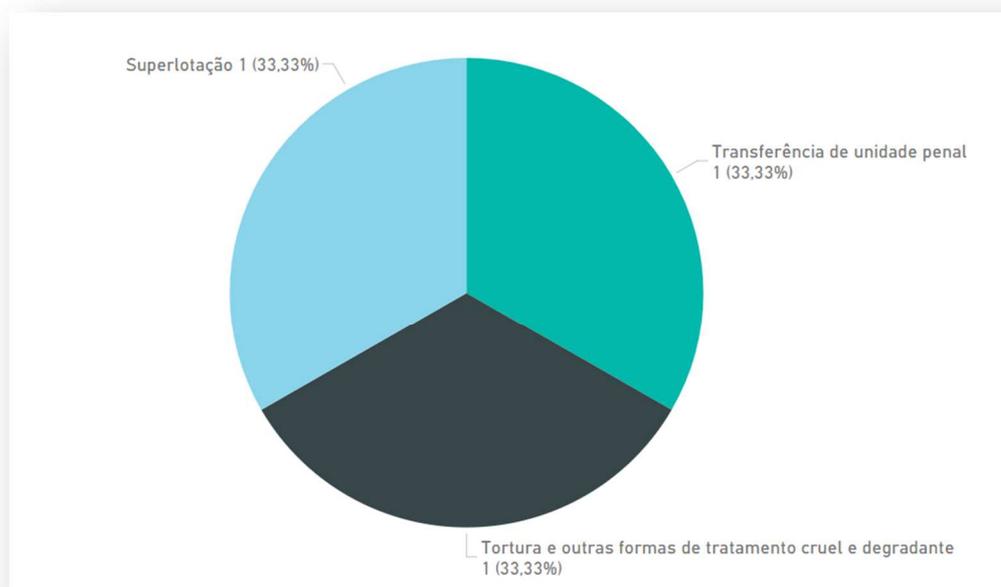


Fonte: DMF/CNJ

Das reclamações acerca da categoria Questões da Administração Penitenciária, verificamos que tratam de queixas de tortura e de superlotação, bem como pedido de transferência de unidade penal.

Destaca-se que a denúncia de tortura é oriunda da Penitenciária Manoel Neri da Silva; sendo a reclamação de superlotação do Complexo Doutor Francisco de Oliveira Conde.

Gráfico 18. Assuntos das demandas oriundas do Acre relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Com relação à denúncia de superlotação, convém ressaltar que o excesso de presos no Pavilhão A do Complexo Francisco de Oliveira Conde era tamanho que a juíza titular da Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco interditou o local, proibindo que a direção da unidade prisional alocasse mais apenados para o local até decisão final. Sendo que, na data 21/06/2018, a mesma magistrada encaminhou cópia da nova decisão em que manteve a interdição do Pavilhão A, uma vez que persiste a superlotação do local (Processo SEI 01387/2018).

Quanto à reclamação sobre falta de assistência, percebe-se que ela é 100% referente à ausência de oportunidade de trabalho no Complexo Doutor Francisco de Oliveira Conde, visto que a única queixa é relativa a Assistência Laboral.

Com relação às representações contra ato de autoridade, as duas únicas são relativas à intervenção do Exército na Unidade Penitenciária Manoel Neri da Silva.

Tabela 12. Penitenciárias retratadas em expedientes do Acre em números absolutos

ESTABELECIMENTOS PENAIS DO BRASIL	NÚMEROS DE EXPEDIENTES ⁶
AC - UNIDADE PENITENCIÁRIA MANOEL NERI DA SILVA	3
AC - Complexo Doutor Francisco de Oliveira Conde	2

Fonte: DMF/CNJ

Alagoas – AL

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do sistema penitenciário, vinte são oriundos do estado de Alagoas, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Conforme se constata na tabela abaixo, todos os expedientes que tratam do sistema penitenciário foram apresentados por órgãos públicos locais, sendo que não há o registro de nenhuma representação dos reeducandos.

⁶ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Destaca-se que o DMF recebeu um expediente proveniente do estado de Alagoas, que não foi encaminhado por órgão público nem por reeducando, mas por cidadão para tratar sobre processo de inventário, assunto alheio ao sistema penitenciário (SEI 04086/2018). Por conseguinte, o referido processo não foi elencado no gráfico abaixo.

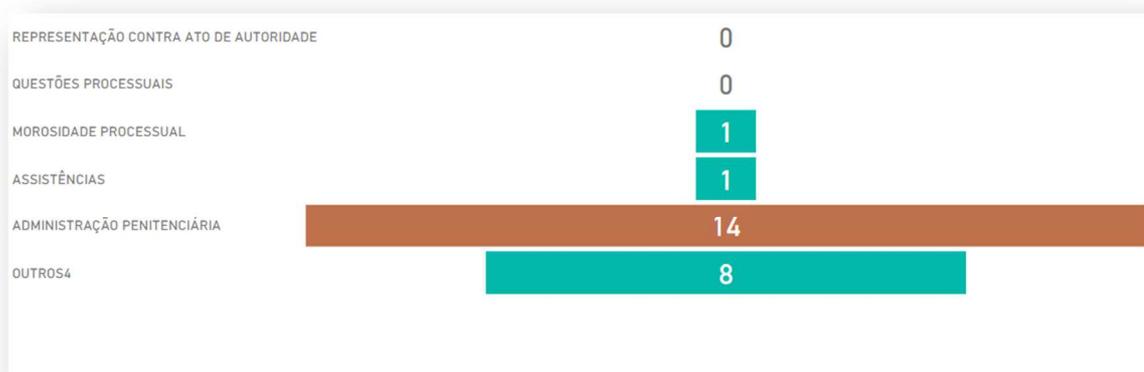
Tabela 13. Demandantes do estado de Alagoas em números absolutos por órgãos

AL	19 ⁷
SERIS/AL/GAB	2
TJAL	4
TJAL/16ª Vara Criminal da Capital/Execuções Penais	1
TJAL/Cartório do 1º Ofício	1
TJAL/Gabinete da Presidência	2
TJAL/GMF	9

Fonte: DMF/CNJ

Com relação ao teor das representações dos requerentes de Alagoas, observa-se, pelo gráfico abaixo, que uma demanda⁸ trata de morosidade processual, uma refere-se a pedido de assistência, 14 têm como objeto a administração penitenciária e oito tratam de outros assuntos.

Gráfico 19. Assuntos das demandas oriundas do Alagoas por categorias em números absolutos

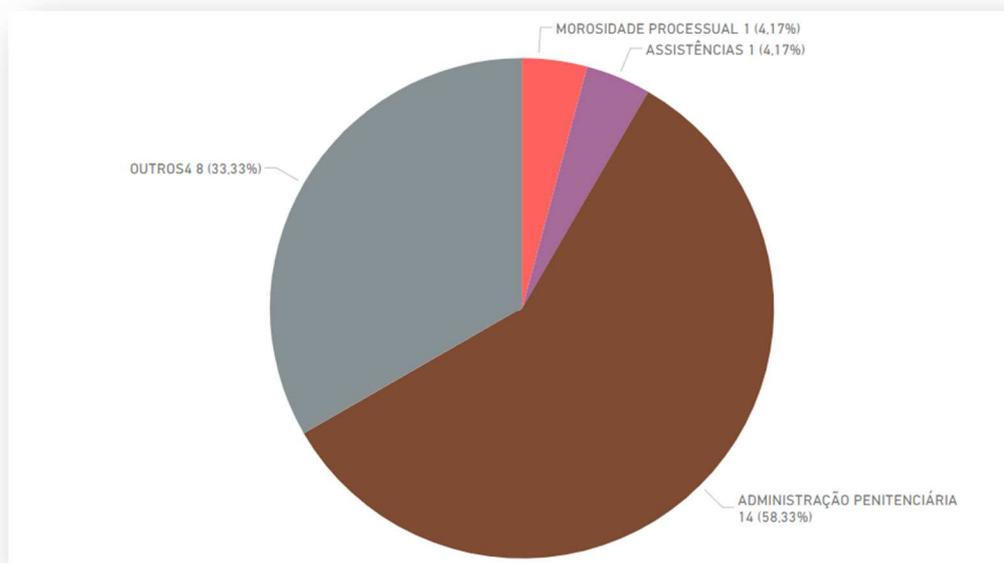


Fonte: DMF/CNJ

⁷ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes que não foram encaminhados por pessoas jurídicas, mas por reeducandos ou por cidadãos.

⁸ Pontua-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 20. Assuntos das demandas oriundas do Alagoas por categorias

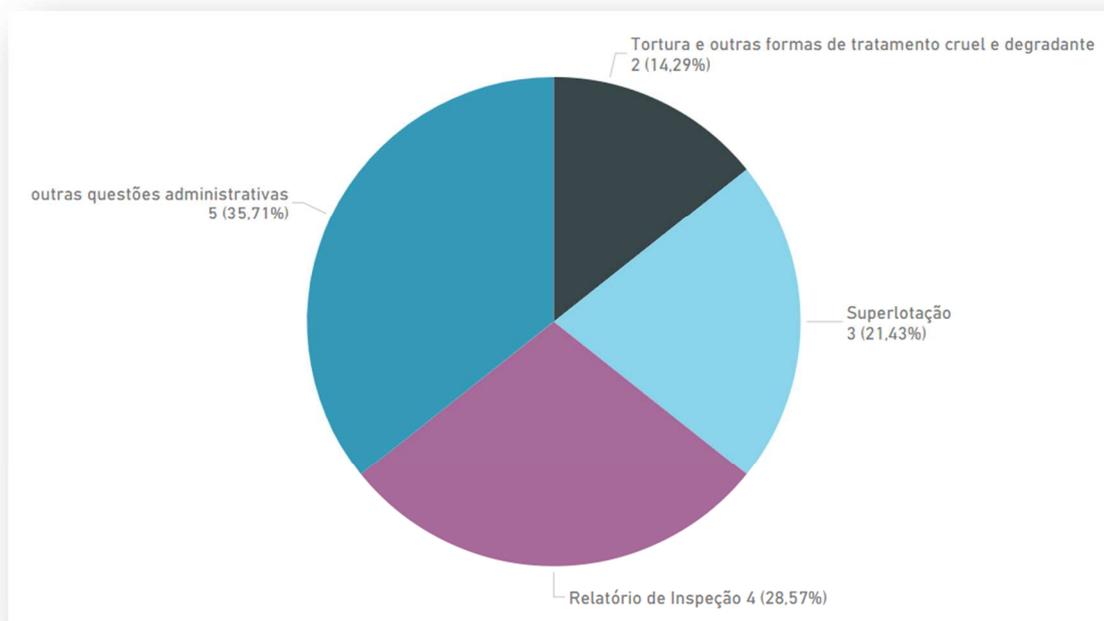


Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos pleitos de assistências, percebe-se que a única queixa é relativa a Assistência Material.

As demandas acerca de Questões da Administração Penitenciária referem-se a queixas de tortura e de superlotação, relatórios de inspeção e outras questões, correspondendo esta última a maior parte delas.

Gráfico 21. Assunto das demandas oriundas do Alagoas relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Tabela 14. Penitenciárias retratadas em expedientes de Alagoas em números absolutos

UNIDADES PENAIS DE ALAGOAS	QUANTIDADE ⁹
AL - PRESÍDIO DO AGRESTE	2
AL - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA	2
Unidades Prisionais do Estado de Alagoas	1
AL - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA	1
AL - PENITENCIÁRIA MASCULINA BALDOMERO CALVACANTI DE OLIVEIRA	1
AL - PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÉDIA DE ARAPIRACA DESEMBARGADOR LUIS DE OLIVEIRA SOUZA	1
AL - CASA DE DETENÇÃO DE MACEIO	1

Fonte: DMF/CNJ

As unidades prisionais citadas nos expedientes recebidos pelo DMF do estado de Alagoas são as elencadas no gráfico acima.

⁹ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no Estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Amazonas – AM¹⁰

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, onze são oriundos do estado do Amazonas, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Dos expedientes que tratam do sistema penitenciário amazonense, dois foram encaminhados por órgãos públicos e seis por reeducandos, conforme se pode verificar nos gráficos abaixo¹¹.

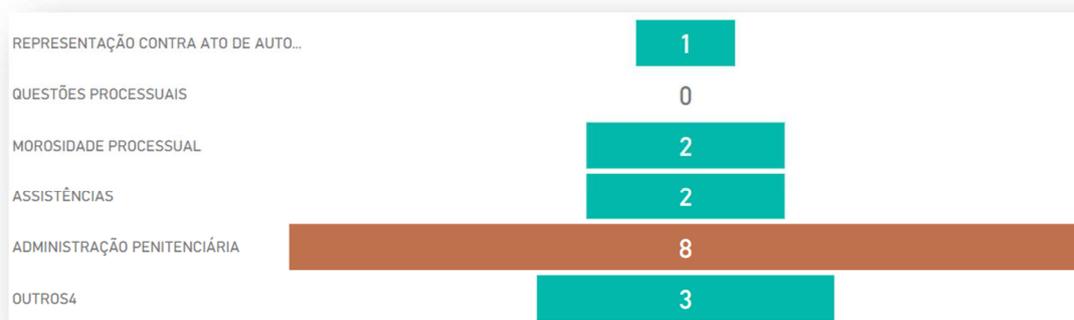
Tabela 15. Demandantes do Amazonas em números absolutos por órgão.

AM	3
Governo do Estado do Amazonas	1
MPE	1
MPF	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação ao assunto das demandas oriundas do Amazonas, observa-se por meio da leitura do gráfico abaixo que a maior parte dela diz respeito a reclamações acerca da categoria Questões da Administração Penitenciária, ao somar oito pleitos, representando 50% do total.

Gráfico 22. Assuntos das demandas¹² oriundas do Amazonas em números absolutos



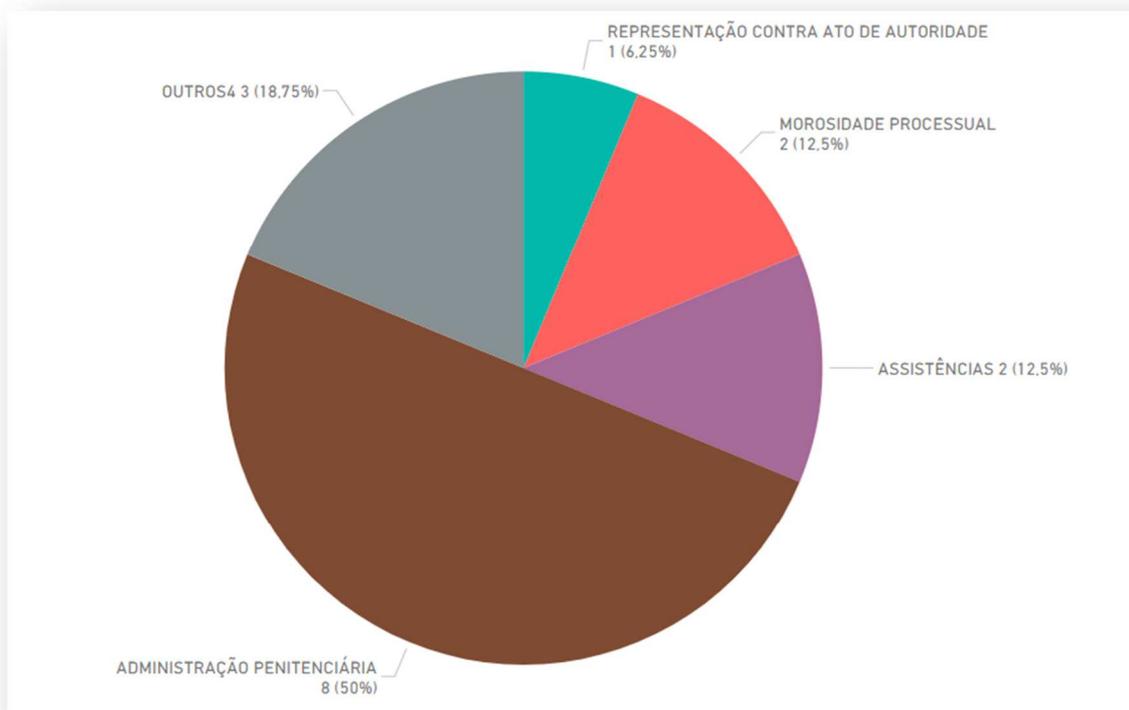
Fonte: DMF/CNJ

¹⁰ Os eventos ocorridos nas unidades prisionais do Acre, Amazonas e Roraima no início de 2017 foram enfrentados pelo Grupo Especial de Monitoramento e Fiscalização (GEMF) do sistema prisional da região Norte do país, instituído por meio da Portaria CNJ nº 13 de 2017, e seus expedientes foram analisados em Relatório próprio apartado.

¹¹ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes que foram encaminhados por cidadãos livres.

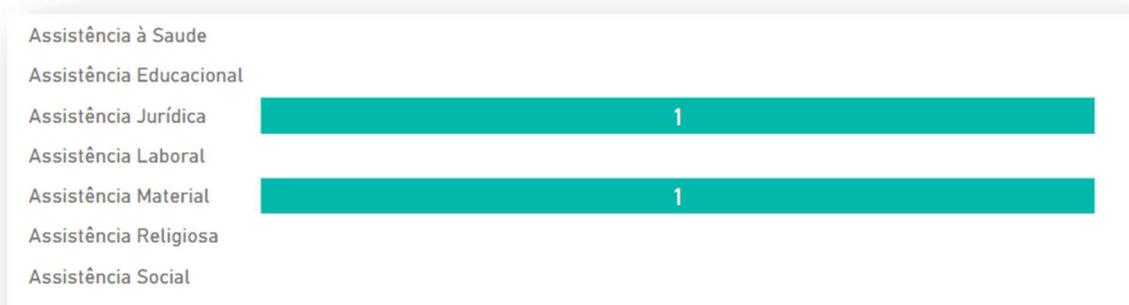
¹² Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 23. Assuntos das demandas oriundas do Amazonas



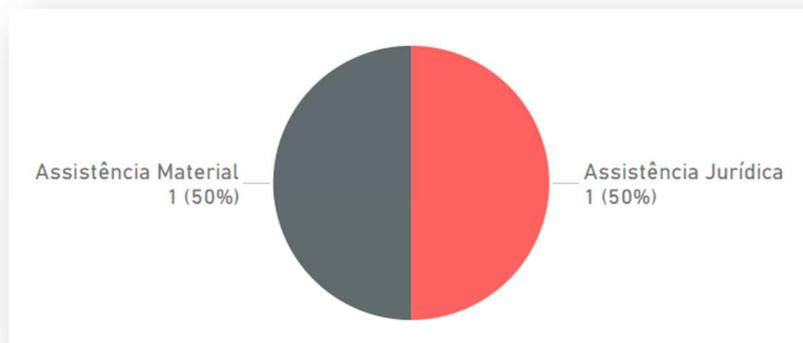
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 24. Assuntos das demandas oriundas do Amazonas relativas a assistências em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

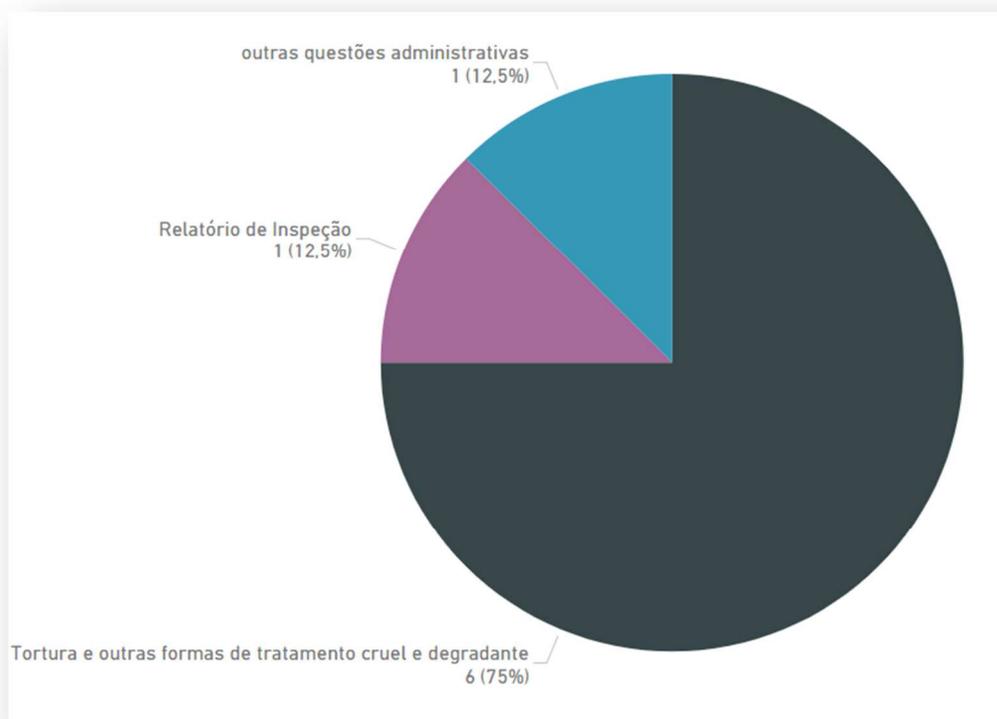
Gráfico 25. Assuntos das demandas oriundas do Amazonas relativas a assistências



Fonte: DMF/CNJ

O gráfico abaixo informa que 75% das demandas de Questões da Administração Penitenciária são relativas a tortura, sendo a maioria praticadas na Cadeia Pública de Manicoré.

Gráfico 26. Assuntos das demandas oriundas do Amazonas relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Tabela 16. Ranking de penitenciárias com maior número de demandas de tortura

UNIDADE PENAL	Número de penitenciárias com demanda de Tortura
AM - CADEIA PÚBLICA MANICORÉ	3
AM - DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL	2

Fonte: DMF/CNJ

Destaca-se que a única demanda referente a Representação contra ato de autoridade diz respeito a atuação dos policiais.

Amapá – AP

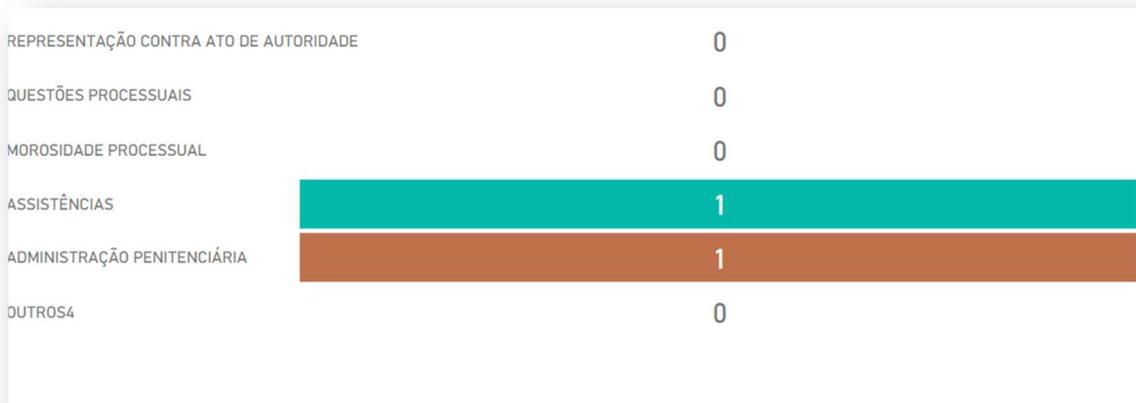
Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, apenas uma é oriunda do Estado do Amapá, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Esse único expediente foi encaminhado pela Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários e, portanto, não houve nenhuma representação por parte dos reeducandos.

Em sua representação, a Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários denunciou a precariedade do sistema prisional amapaense e, mais especificamente, as condições da unidade prisional CADEIÃO (Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá), inclusive com relato de já ter encaminhado ao IAPEN as denúncias, sem, contudo, ter havido saneamento dos problemas indicados.

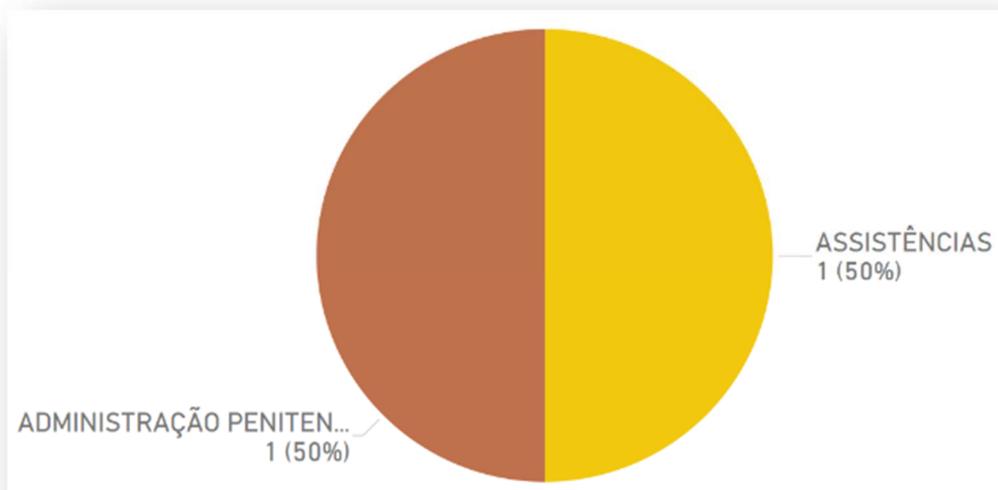
Por oportuno, registre-se que, após os encaminhamentos cabíveis por este Departamento, apenas o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá encaminhou relatório contendo medidas adotadas para sanar as irregularidades apontadas, até a data de 20/8/2018.

Gráfico 27. Assunto das demandas¹³ oriundas do Amapá em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 28. Assunto das demandas oriundas do Amapá



Fonte: DMF/CNJ

¹³ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Quanto às Assistências, observa-se que a única queixa diz respeito a Assistência Material. Enquanto que na Categoria de Questões da Administração Penitenciária, a única demanda é relativa a superlotação.

Por fim, destaca-se que as demandas somente são oriundas de um único estabelecimento pena, qual seja, o Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Amapá.

Bahia – BA

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 18 são oriundas do estado da Bahia, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (3) quanto por reeducandos (15).

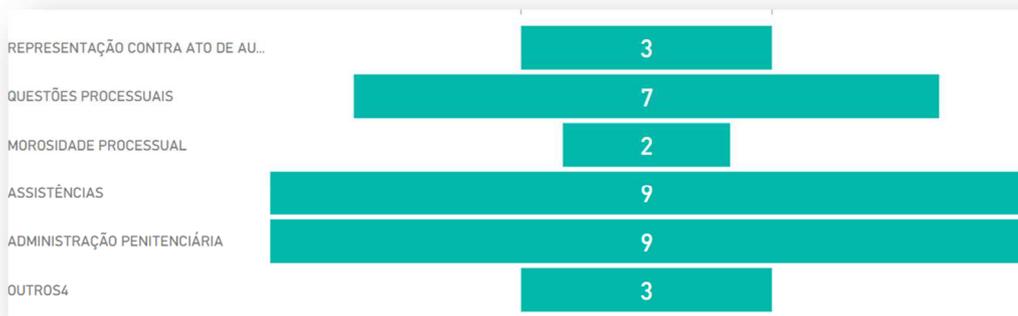
Tabela 17. Demandantes do estado da Bahia em números absolutos por órgão

BA	3
MPE	1
TJBA	1
TJBA/Primeira Vara Criminal	1

Fonte: DMF/CNJ

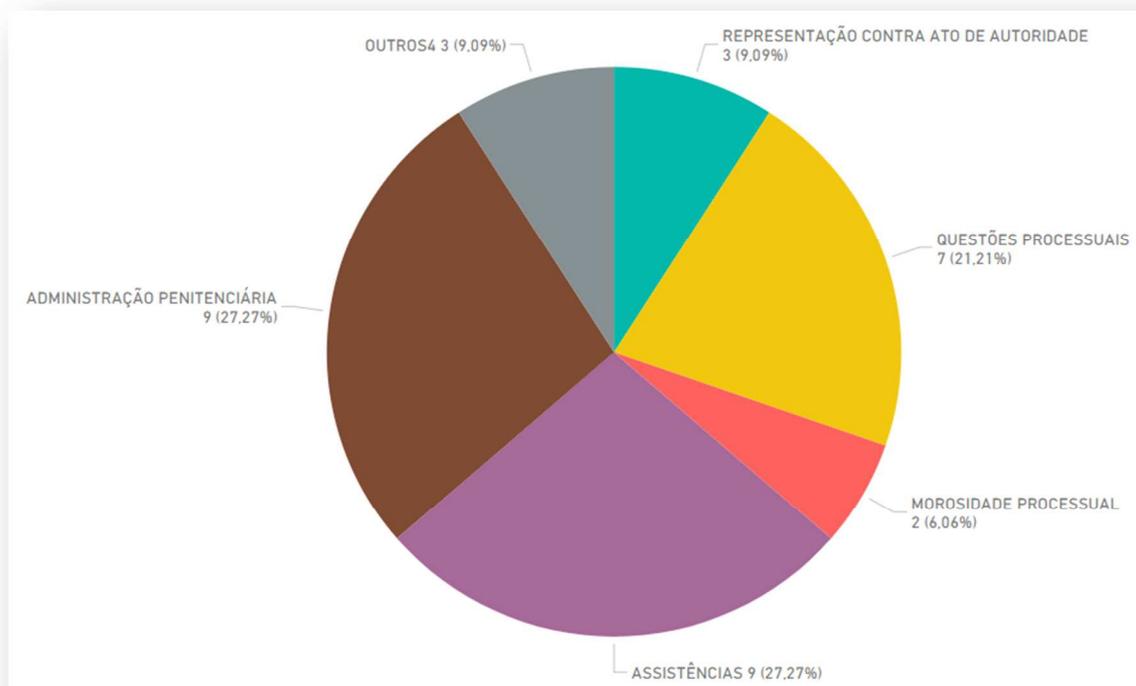
O gráfico abaixo informa que as demandas relativas ao sistema penitenciário baiano são diversificadas, presentes reclamações afetas a todas as categorias. Todavia, a maior parte dos pleitos são referentes a Assistências (especialmente, a assistência à saúde) e a Questões da Administração Penitenciária (sendo a maior parte dela correspondente a Transferência de unidade penal), possuindo ambas nove demandas. Logo em seguida, verificamos a categoria de Questões Processuais com sete pleitos, sendo a maior parte sobre revisão criminal.

Gráfico 29. Assuntos de demandas¹⁴ oriundas da Bahia por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

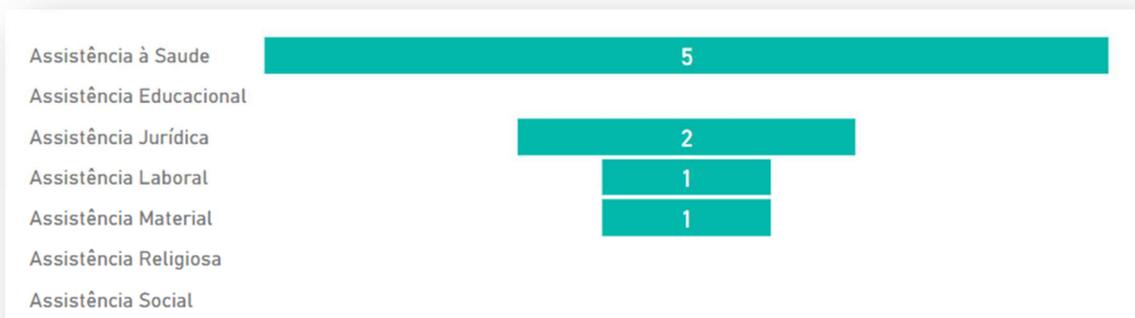
Gráfico 30. Assuntos de demandas oriundas da Bahia por categorias



Fonte: DMF/CNJ

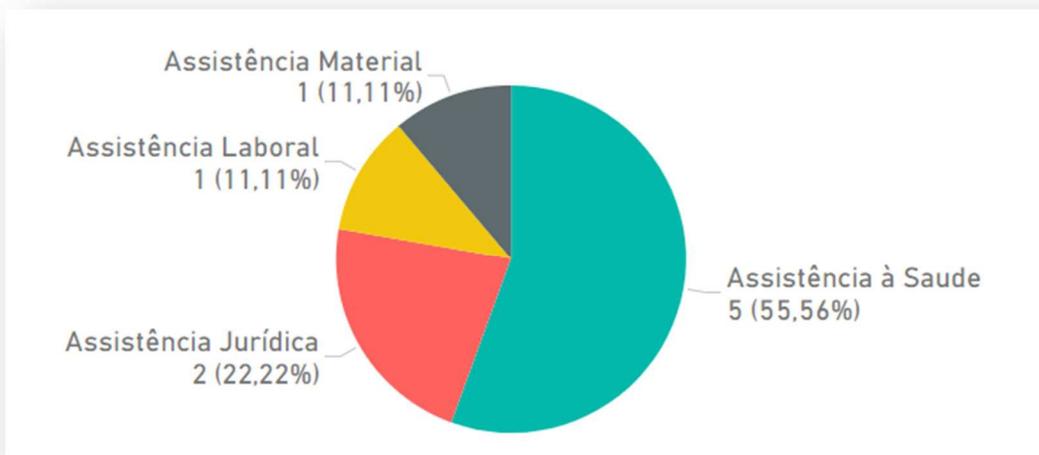
¹⁴ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 31. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a assistências em números absolutos



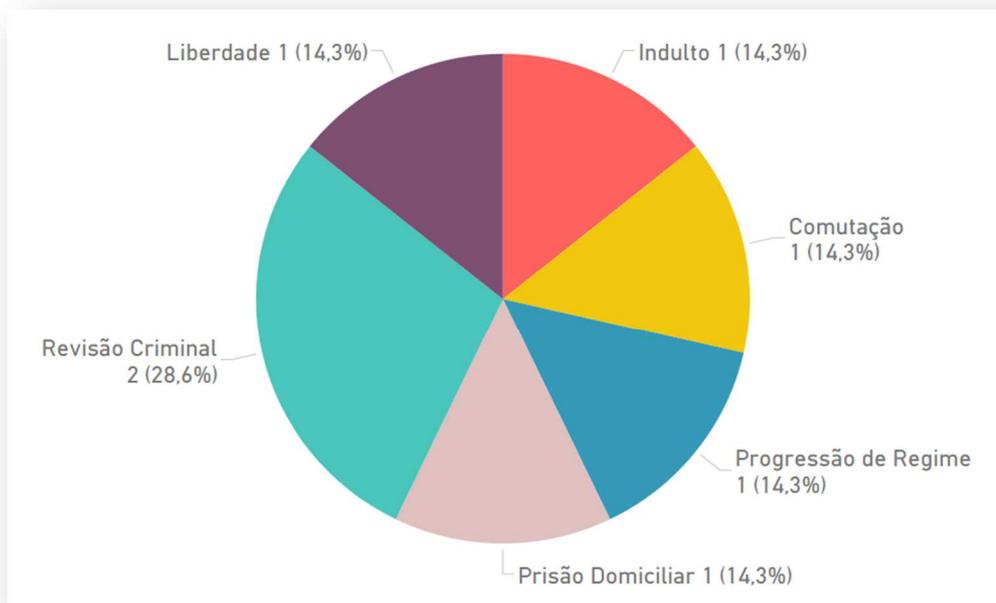
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 32. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a assistências



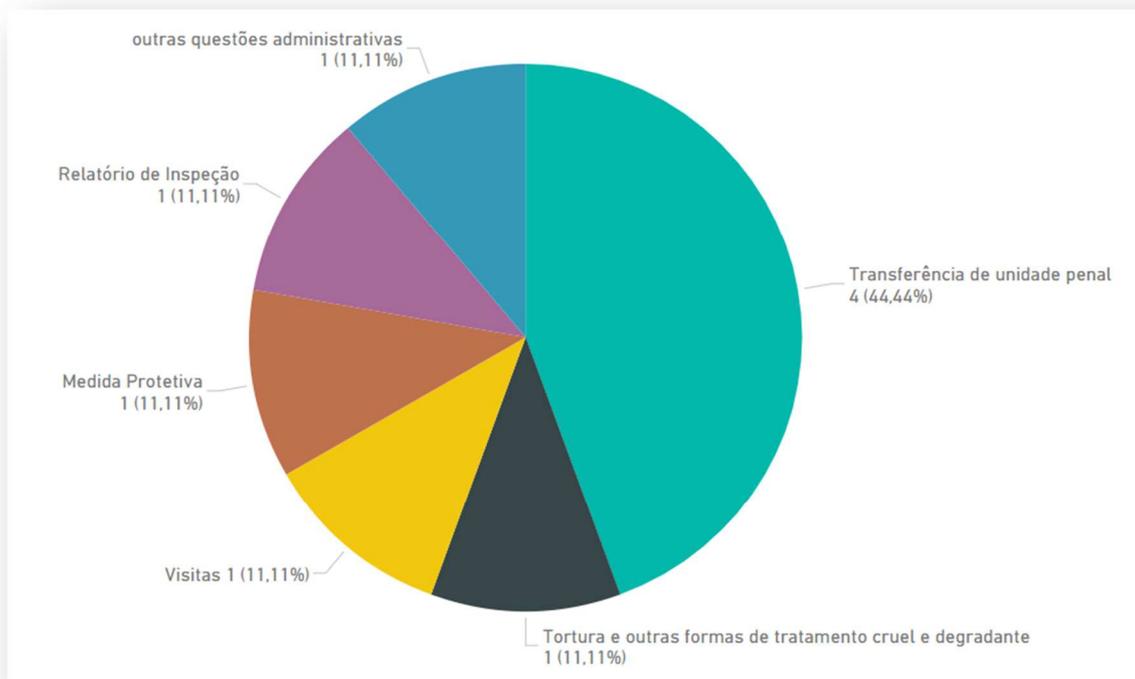
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 33. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a questões processuais



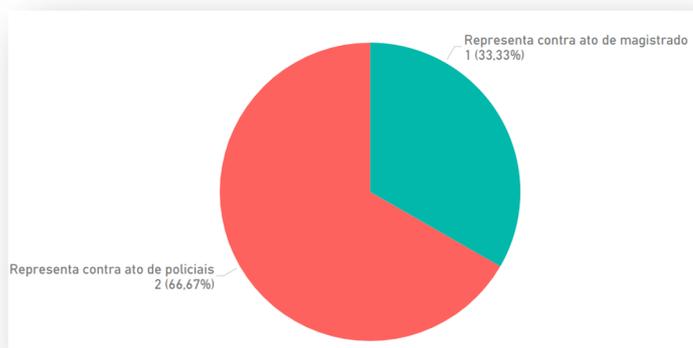
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 34. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 35. Assuntos de demandas oriundas da Bahia relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou sobre cada estabelecimento penal da Bahia e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 18. Penitenciárias do Bahia

UNIDADE PENAL	Contagem de expedientes ¹⁵
BA - CADEIA PÚBLICA DE XIQUE-XIQUE	5
BA - CONJUNTO PENAL DE EUNÁPOLIS	2
BA - CADEIA PÚBLICA DE SALVADOR	1
BA - COLONIA LAFAYETE COUTINHO	1
BA - CONJUNTO PENAL DE FEIRA DE SANTANA	1
BA - CONJUNTO PENAL DE JEQUIÉ	1
BA - PENITENCIÁRIA DE BRUMADO	1
BA - PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO	1
BA - PRESÍDIO REGIONAL DE PAULO AFONSO	1
BA - PRESÍDIO SALVADOR	1
BA - PRESÍDIO NILTON GONÇALVES	1

Fonte: DMF/CNJ

¹⁵ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Ceará – CE

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 15 são oriundas do estado do Ceará, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (7) e reeducandos (6), quanto por cidadãos livres.

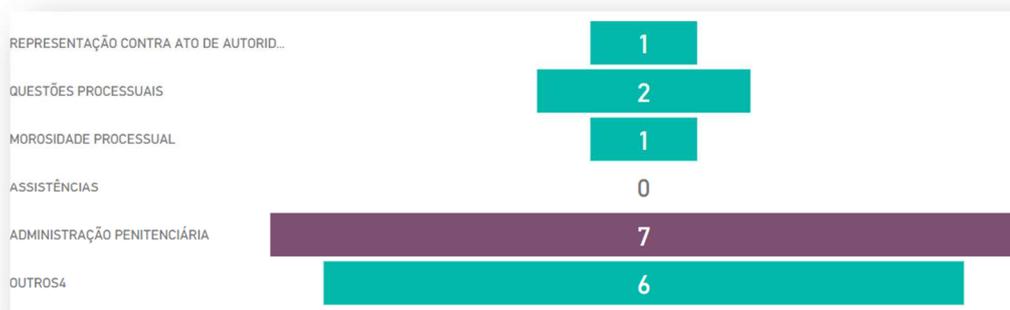
Tabela 19. Demandantes do estado de Ceará em números absolutos por órgão

CE	7
TJCE	1
TJCE/1º Vara da Comarca de Brejo Santo	1
TJCE/Secretaria da Vara Única	1
OAB/CE	4

Fonte: DMF/CNJ

Por meio da análise dos gráficos abaixo, verifica-se o teor das demandas encaminhadas a este Departamento. Nesse sentido, os pleitos mais comuns acerca do sistema penitenciário cearense são aqueles referentes às Questões da Administração Penitenciária, representando 41,2% do total de demandas, mais especificamente sobre Relatórios de Inspeção e Superlotação. Em segundo lugar, observa-se os pleitos pertencentes a categoria Outros, abarcando demandas diversas, como dúvidas acerca de como formalizar denúncia de usurpação de função da Polícia Militar e não separação de presos condenados e provisórios.

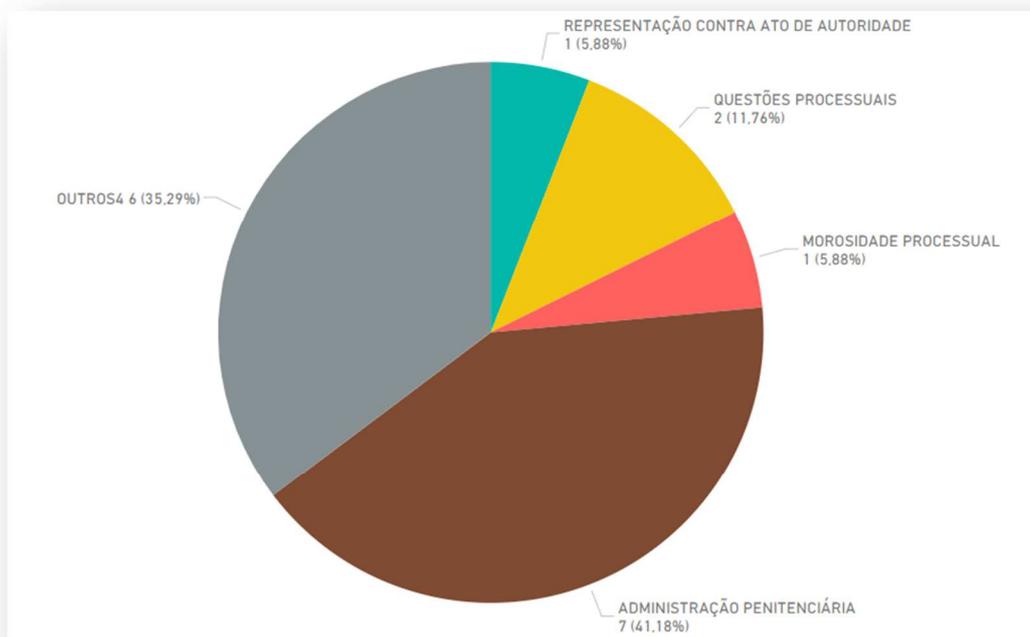
Gráfico 36. Assuntos de demandas¹⁶ oriundas do Ceará por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

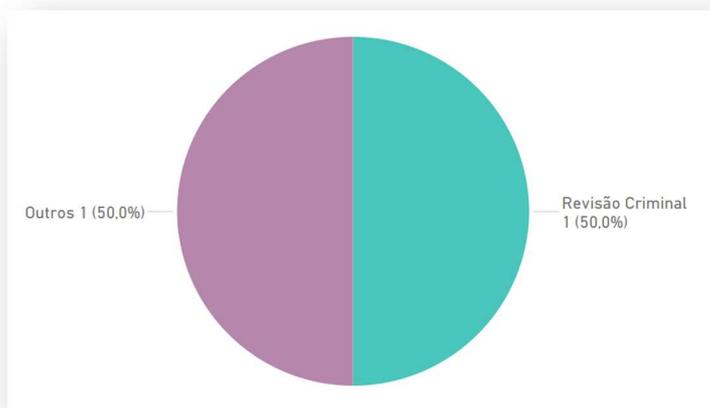
¹⁶ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 37. Assuntos de demandas oriundas do Ceará por categorias



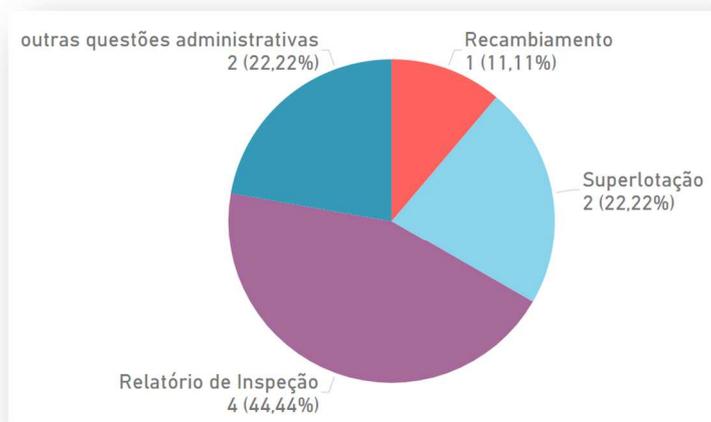
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 38. Assuntos de demandas oriundas do Ceará relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 39. Assuntos de demandas oriundas do Ceará relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Destaca-se que a única queixa referente a Categoria Representação contra Ato de Autoridade diz respeito à atuação dos magistrados.

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal do Ceará e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 20. Penitenciárias do Ceará

UNIDADE PENAL	Contagem ¹⁷
CE	8
CE - CADEIA PÚBLICA DE ARACOIABA	1
CE - CADEIA PÚBLICA DE BARBALHA	1
CE - CADEIA PÚBLICA DE IRACEMA	1
CE - CADEIA PÚBLICA DE JUAZEIRO DO NORTE	1
CE - CADEIA PÚBLICA DE TAUÁ	2
CE - PENITENCIÁRIO INDUSTRIAL REGIONAL DO CARIRI	1
CE - DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL DE TAUÁ	1

Fonte: DMF/CNJ

¹⁷ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Distrito-Federal – DF

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 111 são oriundas do Distrito Federal, o que representa 4,16 % da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (68) quanto por reeducandos (25). Explica-se esse número elevado de representações por órgãos em função de Brasília sediar várias instituições públicas federais. Nesse aspecto, cumpre ressaltar que nem todos esses expedientes dizem respeito ao sistema penitenciário do Distrito Federal.

A Advocacia Geral da União encaminhou várias solicitações de subsídios para defesa do Brasil junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos pela situação de alguns presídios de outros Estados brasileiros, como o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (Rio de Janeiro) e o Complexo de Pedrinhas (Maranhão), bem como de adoção de medidas cabíveis em função da possibilidade de responsabilização internacional do Brasil pela inexecução das medidas provisórias solicitadas pela Corte.

A Câmara dos Deputados, por outro lado, requereu algumas ações do DMF para a melhoria do sistema penitenciário nacional, como a adoção de medidas para que as "Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratora" sejam aplicadas no âmbito do Poder Judiciário. Além disso, a Câmara comunicou violação de direitos humanos ocorrida nas penitenciárias de Mato Grosso do Sul, em particular no presídio feminino de Corumbá-MS.

Tabela 21. Demandantes do estado do Distrito Federal em números absolutos por órgão

DF	68
ACERPAC Associação Centro de Recuperação Profissionalização capacitação e qualificação da sentenciada do sistema Prisional de Brasília e Região	1
AGU	18
Aprimora Treinamentos	1
CD	4

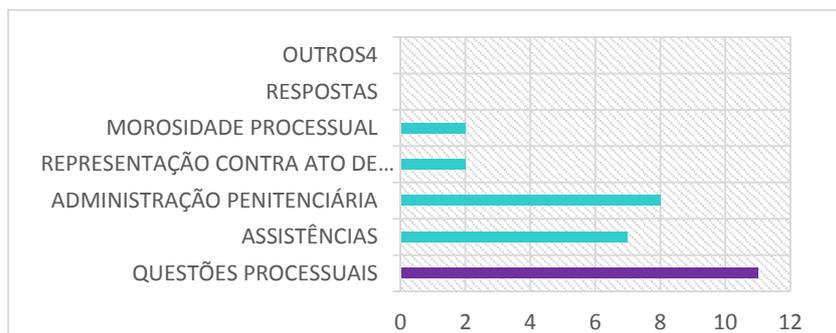
CDPDDH/Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos	1
CEF/Caixa Econômica Federal	1
CJF	1
CNJ/Assessoria de Imprensa	1
CNJ/PRES/GAB	2
CNJ/Presidencia	2
CNJ/Secretaria de Comunicação Social	1
CNJ/Secretaria Geral	1
CNMP	2
CNPGC	1
CONCPC/Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil	1
DEPEN	1
DPU/AASTF/5º Ofício Superior	1
Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela	1
MDH	3
MJ/Assessoria de Comunicação Social	1
MJ/Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária/CNPPC	1
MJ/DEPEN	3
MJ/DIRPP	1
MPF	3
MRE/Departamento de Direitos Humanos	1
NUESP/FAU/UNB	1
PDFC/MPF	1
Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos/– CDPDDH	1
SESIPE/Gabinete	1
STF	5
STM/Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar	1
TCU	3
TJDFT/8º Vara do DF	1

Fonte: DMF/CNJ

Ressalta-se que há casos em que o reeducando está preso em outro Estado, mas, como se trata de recambiamento para o Distrito Federal e a demanda diz respeito a benefícios da execução penal, classificou-se tal demanda no DF.

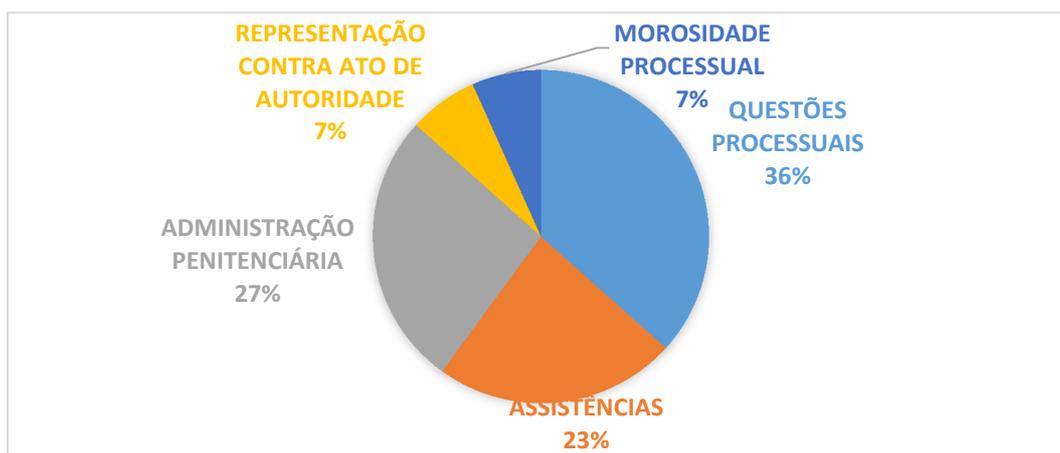
Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a maioria das representações¹⁸ é relativa a Questões Processuais, representando 36% do total, sendo a maior parte da subcategoria Remição e Outras questões processuais. Em segundo lugar, está a categoria de Questões da Administração Penitenciária ao abarcar 27% da totalidade das demandas, sendo a subcategoria Superlotação (3) a mais cotada por uma diferença mínima de uma demanda em comparação com Tortura (2) e outras questões administrativas (2).

Gráfico 40. Assuntos de demandas¹⁹ oriundas do Distrito Federal por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 41. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal por categorias

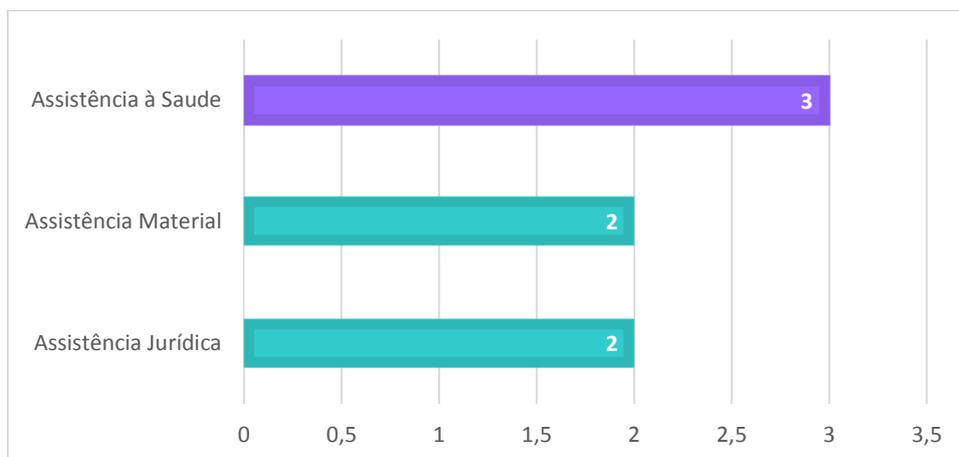


Fonte: DMF/CNJ

¹⁸ Destaca-se que nem todos os expedientes recebidos oriundos do DF foram considerados para verificar o teor das demandas; retirou-se aqueles que não diziam respeito aquela região.

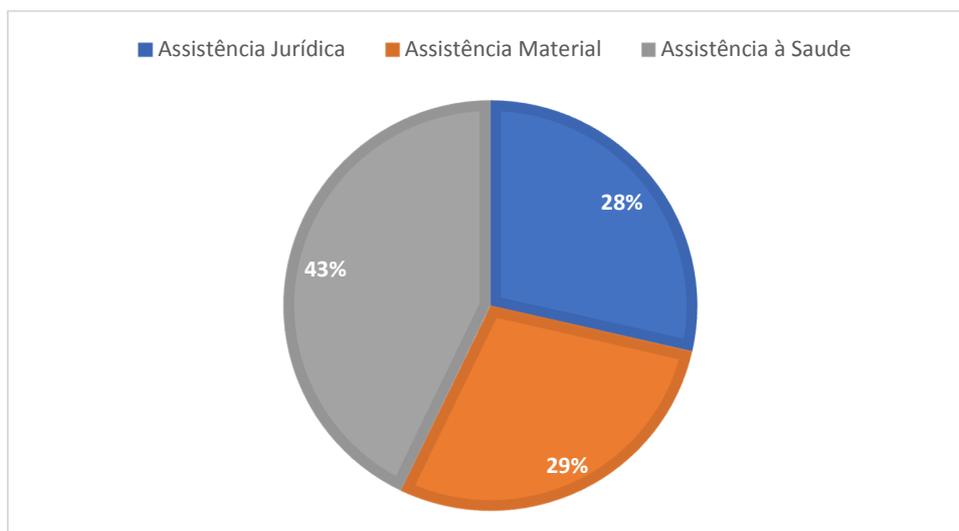
¹⁹ Destaca-se que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquela. Geralmente, em uma carta (expediente) o preso reclama de diversos aspectos, gerando diversas demandas e/ou pleitos, bem como um órgão pode representar contra muitos aspectos e problemas do sistema penal.

Gráfico 42. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a assistências em números absolutos



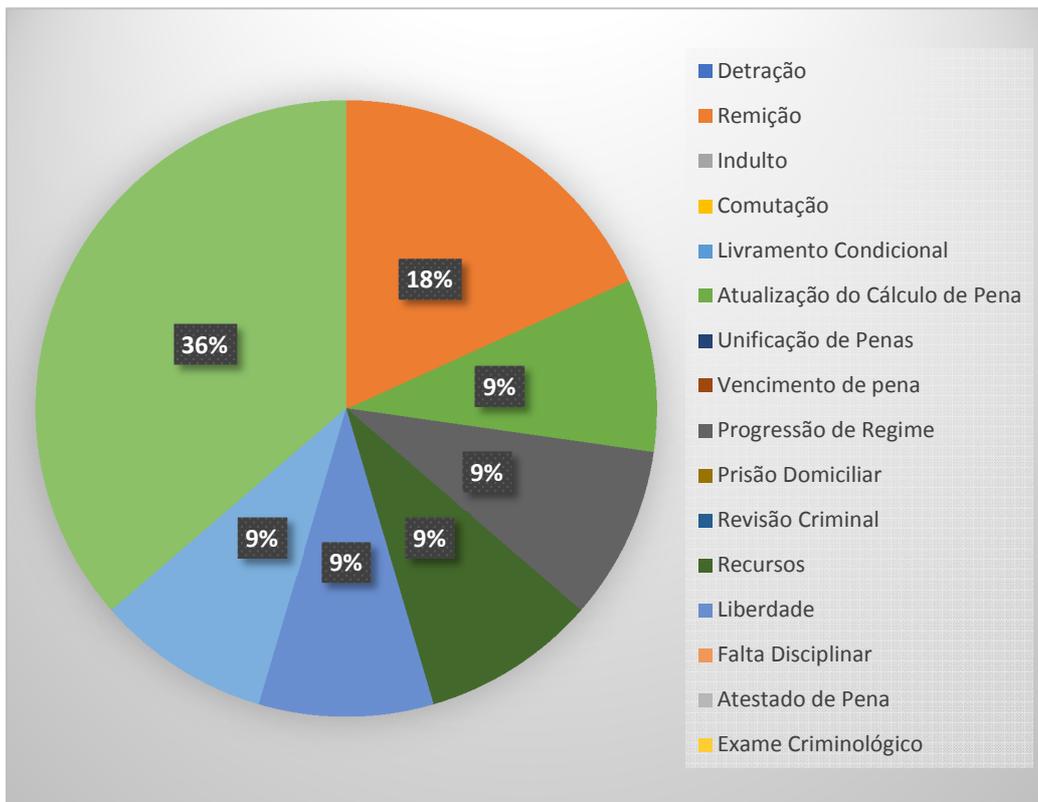
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 43. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a assistências



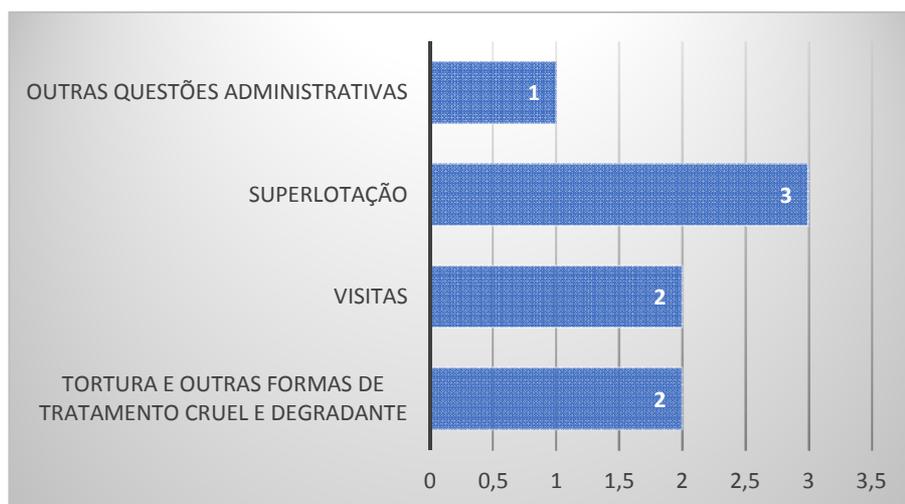
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 44. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a questões processuais



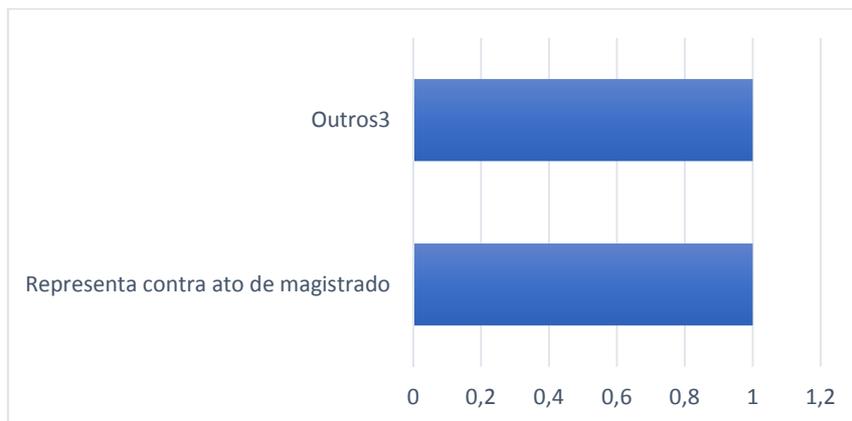
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 45. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a questões da administração penitenciária em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 46. Assuntos de demandas oriundas do Distrito Federal relativas a representação contra ato de autoridade em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou sobre cada estabelecimento penal do Distrito Federal e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 22. Penitenciárias constantes dos expedientes do Distrito Federal

UNIDADE PENAL	Contagem ²⁰
DF	35
DF - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	2
DF - PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	4
DF - PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL II	8
DF - PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL	2

Fonte: DMF/CNJ

²⁰ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Espírito Santo – ES

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 13 são oriundas do estado do Espírito Santo, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio do Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (5) quanto por reeducandos (8).

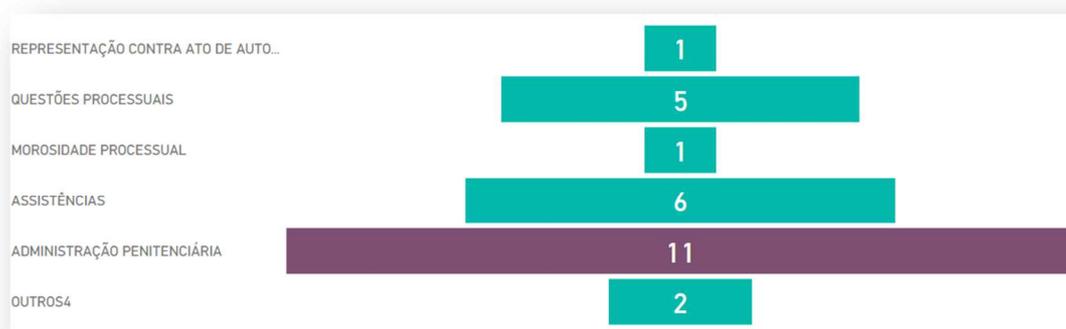
Tabela 23. Demandantes do Estado do Espírito Santo em números absolutos por órgão

ES	5
STF/Central do Cidadão	3
TJES	2

Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos assuntos dos expedientes, a maioria das representações é relativa a Questões da Administração Penitenciária, representando 42,31% do total, sendo a maior parte da subcategoria Tortura (5) e Transferências de unidade penal (5). A categoria de Assistências figura no segundo lugar ao abarcar 23% da totalidade das demandas, sendo a subcategoria Assistência jurídica a mais sinalizada.

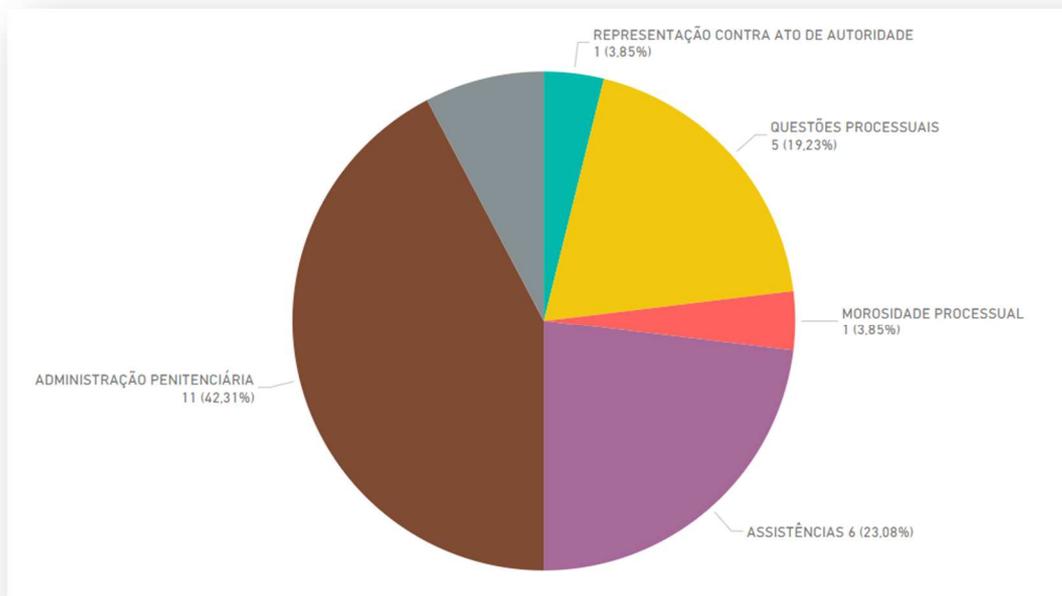
Gráfico 47. Assuntos de demandas²¹ oriundas do Espírito Santos por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

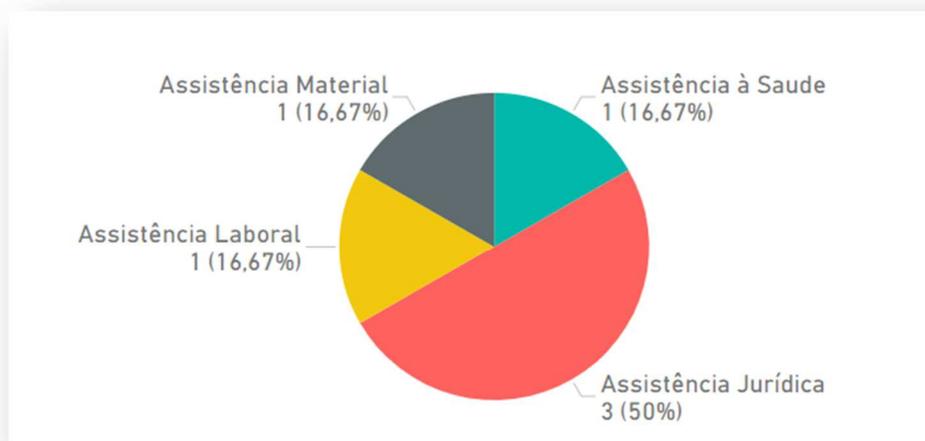
²¹ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 48. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santo por categorias



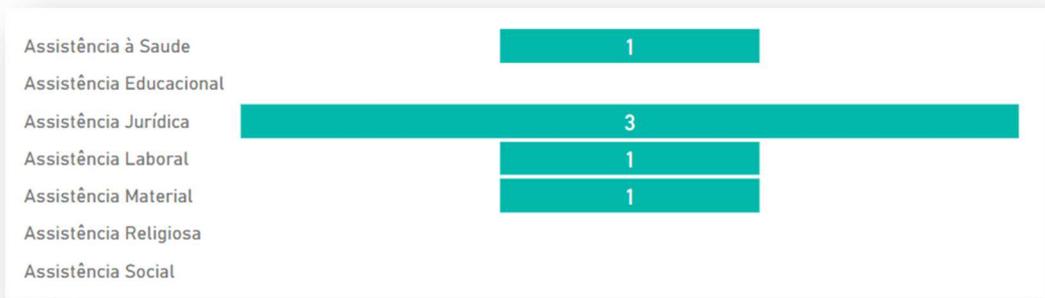
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 49. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santos relativas a assistências



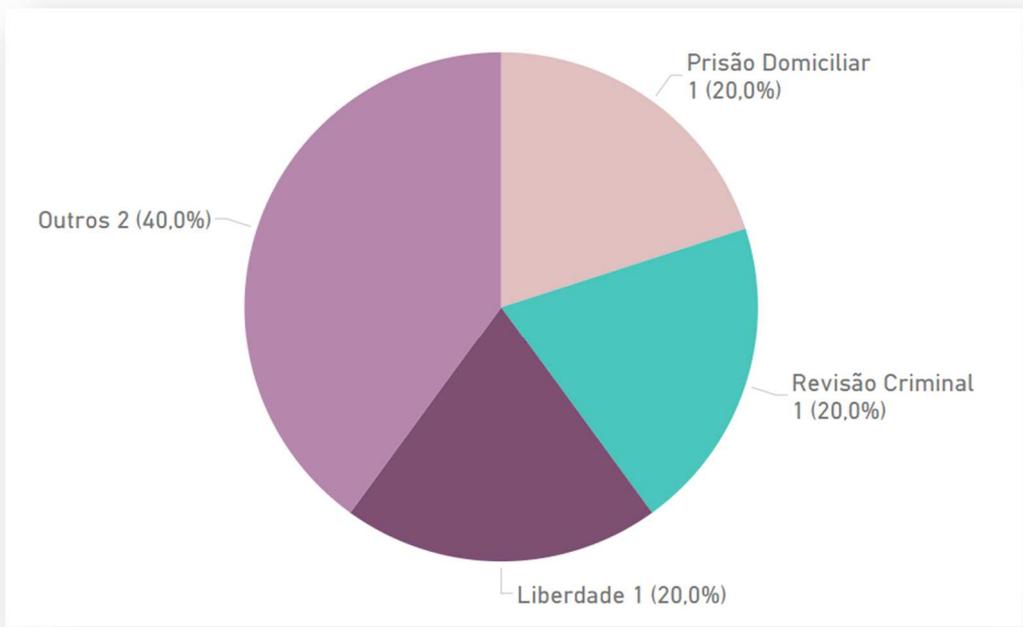
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 50. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santos relativas a assistências em números absolutos



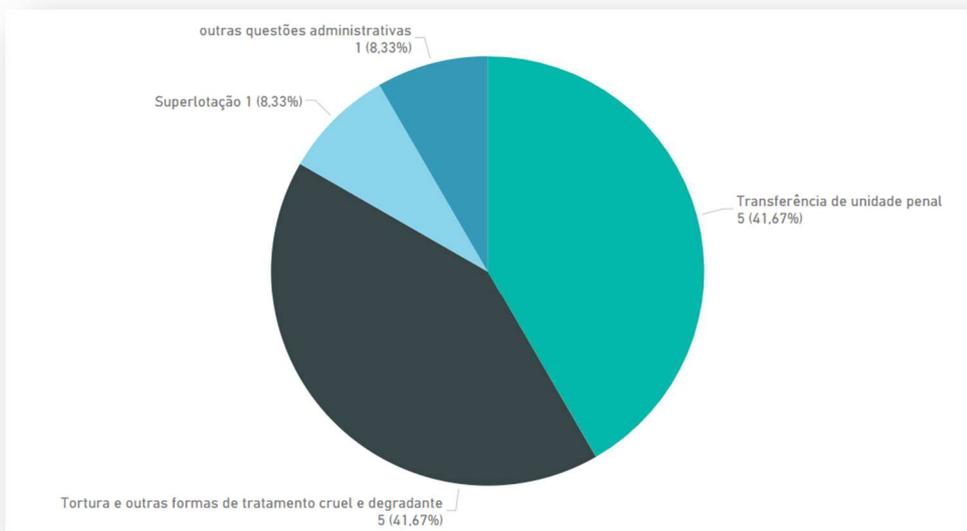
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 51. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santo relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 52. Assuntos de demandas oriundas do Espírito Santo relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Na tabela abaixo, verifica-se quais são as unidades penais do Espírito Santo que são citadas em denúncias de tortura, bem como a sua quantidade em cada estabelecimento penal.

Tabela 24. Ranking de Penitenciárias do Espírito Santo com maior número de demandas acerca de tortura

UNIDADE PENAL	Número de penitenciárias com denúncias de Tortura
ES - PSMA I - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA I	2
ES - PRBSF - PENITENCIÁRIA REGIONAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	1
Não informada	2

Fonte: DMF/CNJ

Com relação a Representação contra Atos de Autoridade, destaca-se que a única queixa diz respeito a atuação dos policiais.

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos sobre cada estabelecimento penal do Espírito Santo e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 25. Penitenciárias do Espírito Santo

UNIDADE PENAL	Contagem ²²
ES	13
ES - CDPSDN - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO DOMINGOS DO NORTE	1
ES - PRBSF - PENITENCIÁRIA REGIONAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO	1
ES - PRCI - PENITENCIÁRIA REGIONAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1
ES - PSMA I - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA I	2
ES - PSMA II - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA II	3
ES - PSMECOL - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÉDIA DE COLATINA	1

Fonte: DMF/CNJ

Goiás – GO

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 43 são oriundas do estado de Goiás, o que representa 1,77% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (17) quanto por reeducandos (24)²³.

Tabela 26. Demandantes do estado de Goiás em números absolutos por órgão

GO	17
DGAP	1
DPE/GO	1
MPE	2
SAP/GO	1
SEAP/Corregedoria	1
TJGO	2
TJGO/2ª Vara de Execução Penal de Goiânia	1
TJGO/Escritania de Crime e Fazendas Publicas	1
TJGO/Escritania de Família	1

²² Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

²³ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes que foram encaminhados por cidadãos livres.

TJGO/GMF	4
TJGO/Juízo da Comarca de Nova Crixás	1
Vara do Crime e Fazendas Públicas	1

Fonte: DMF/CNJ

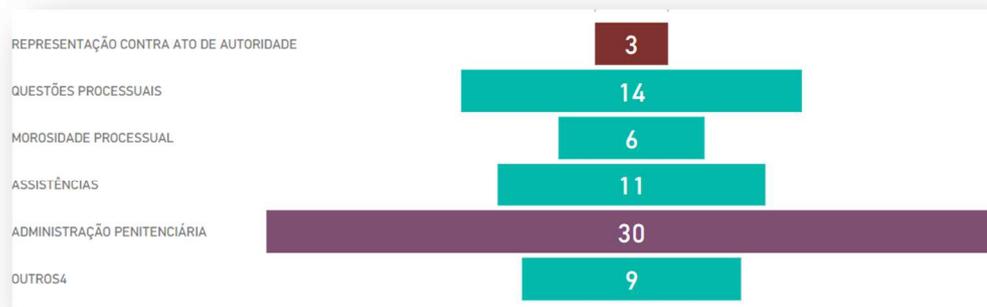
Destaca-se que vários órgãos e instituições do Goiás encaminharam expedientes ao DMF acerca da rebelião ocorrida na Penitenciária Colônia Agroindustrial de Aparecida de Goiânia no início de 2018, como providências preliminares adotadas (TJGO), relatórios de inspeção da unidade (OAB), informação sobre identificação dos corpos (Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária), entre outras. Todas as representações foram juntadas ao Processo SEI 00230/2018.

Por outro lado, reeducandos e seus familiares denunciaram várias irregularidades nesse estabelecimento penal após a referida rebelião, como:

- Superlotação;
- Problemas na infraestrutura, ambiente insalubre;
- Excesso de instauração de processo administrativo disciplinar;
- Morte de reeducandos na saída da unidade prisional.

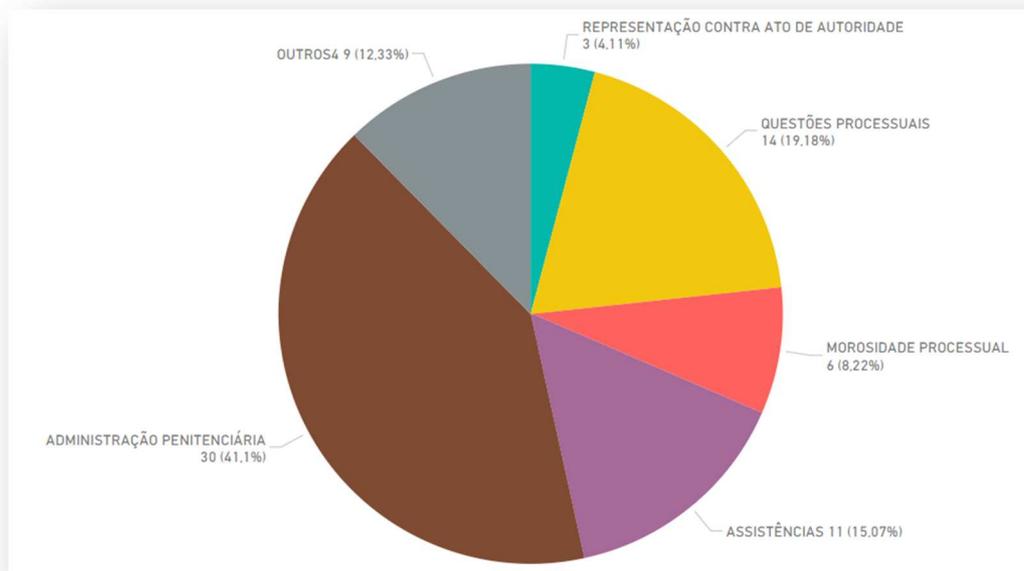
Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se que a maioria das representações é relativa a Questões da Administração Penitenciária, representando 41,1 % do total, sendo a maior parte da subcategoria Tortura e Outras questões administrativas. Em segundo lugar, está a Categoria de Questões Processuais ao abarcar 19,2% da totalidade das demandas, sendo a grande parte da subcategoria de Progressão de regime e outras questões processuais.

Gráfico 53. Assunto de demandas²⁴ oriundas de Goiás por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

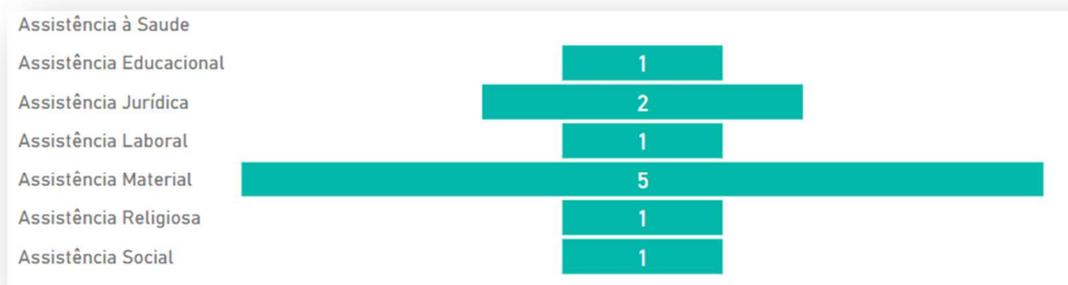
Gráfico 54. Assunto de demandas oriundas de Goiás por categorias



Fonte: DMF/CNJ

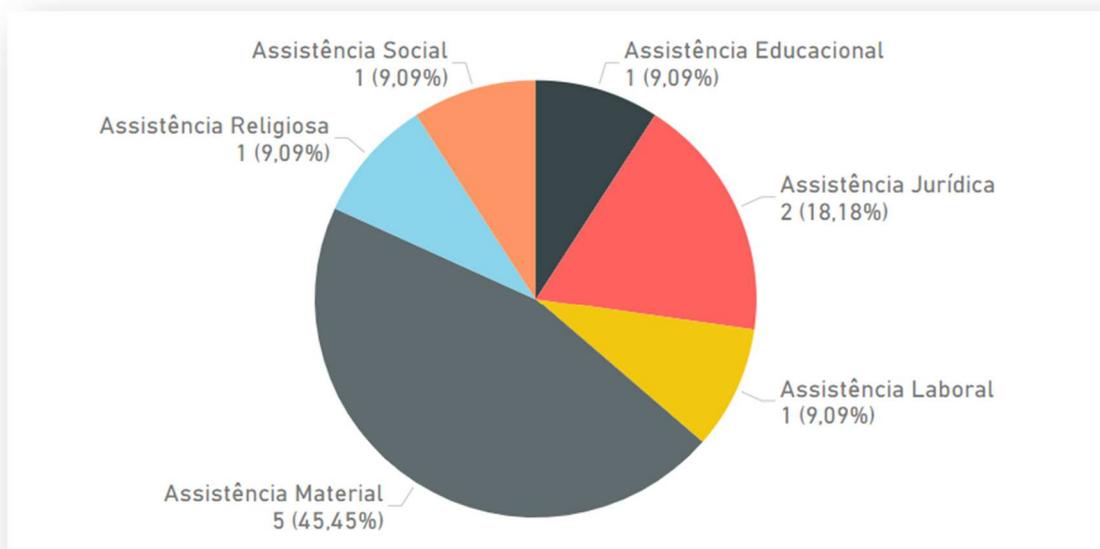
²⁴ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 55. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a assistência em números absolutos



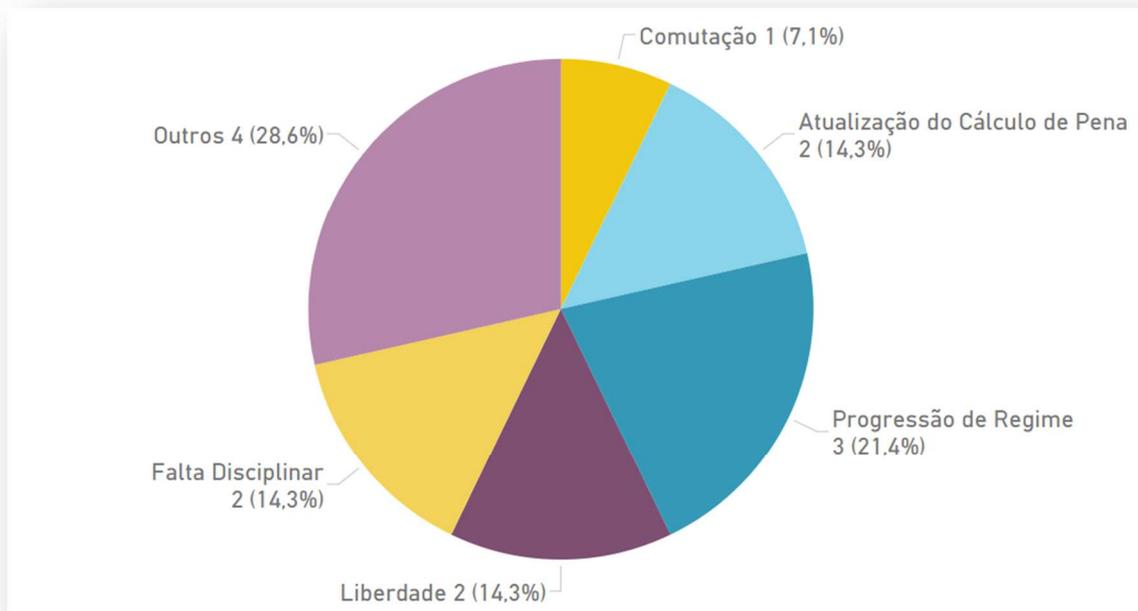
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 56. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a assistência



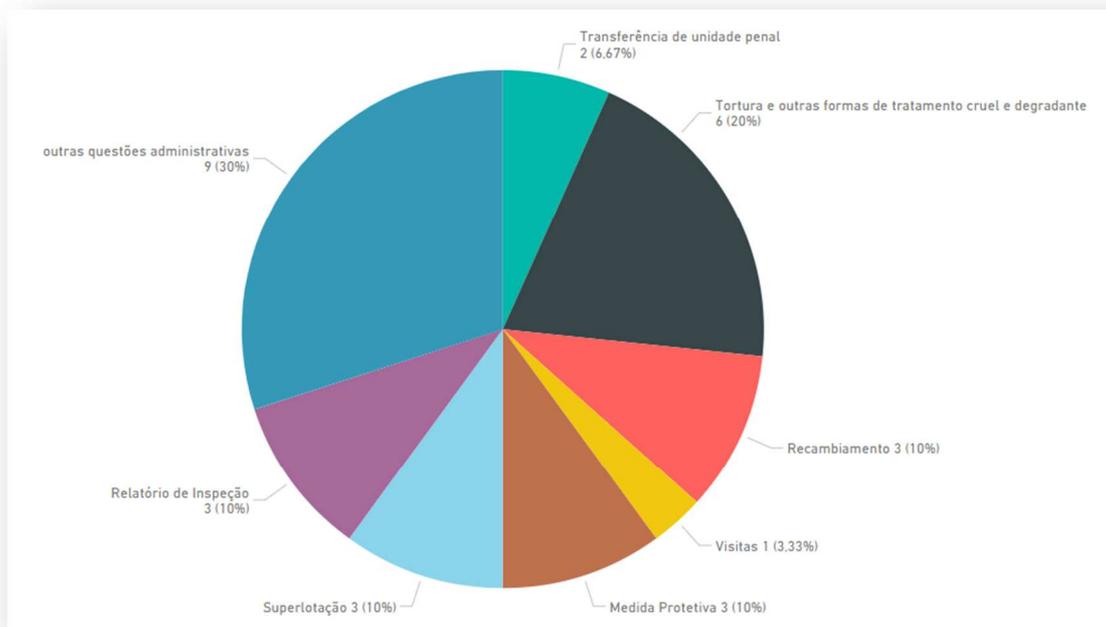
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 57. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 58. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

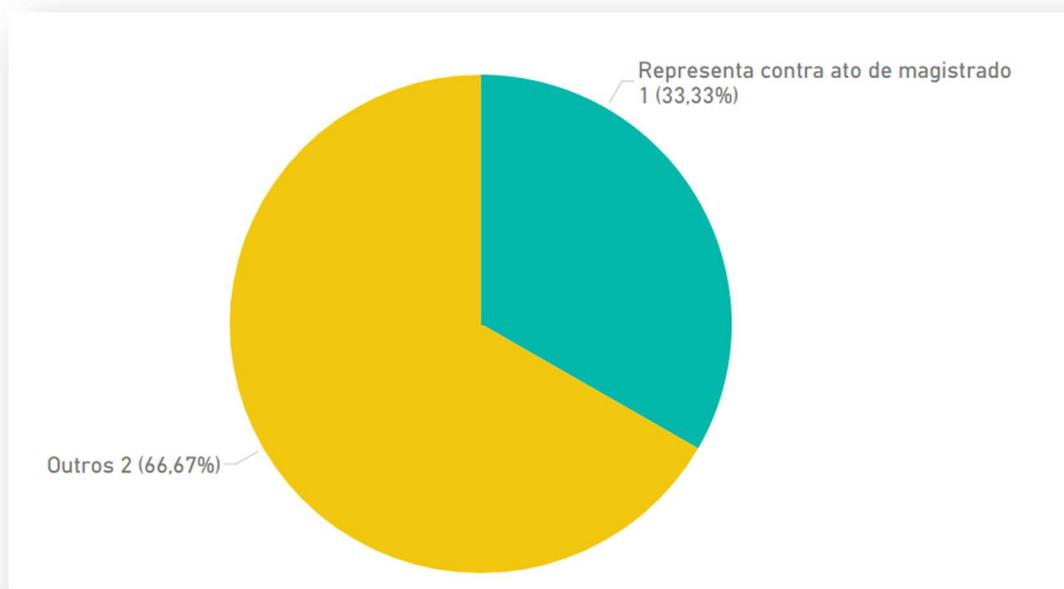
Na tabela abaixo, verifica-se quais são as unidades penais do Goiás que são citadas em demandas de tortura, bem como a sua quantidade em cada estabelecimento penal.

Tabela 27. Ranking de penitenciárias do Goiás com maior número de demandas acerca de tortura

UNIDADE PENAL	Número de penitenciárias com demanda de Tortura
GO - PENITENCIÁRIA DE ANÁPOLIS	3
GO - CADEIA PÚBLICA DE VICENTINÓPOLIS	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE CRISTALINA	1
GO - CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE LUZIÂNIA	1

Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 59. Assunto de demandas oriundas de Goiás relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou sobre cada estabelecimento penal do Goiás e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 28. Penitenciárias do Goiás

UNIDADE PENAL	Contagem ²⁵
GO	
GO - CADEIA PÚBLICA DE CRISTALINA	3
GO - CADEIA PÚBLICA DE FORMOSA	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE GUAPÓ	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE PIRACANJUBA	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE PLANALTINA	1
GO - CADEIA PÚBLICA DE VICENTINÓPOLIS	2
GO - CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA DE LUZIÂNIA	1
GO - COLÔNIA AGROINDUSTRIAL DO REGIME SEMI-ABERTO - APARECIDA DE GOIANIA	13
GO - PENITENCIÁRIA CORONEL ODENIR GUIMARÃES	1
GO - PENITENCIÁRIA DE ANÁPOLIS	3

Fonte: DMF/CNJ

Maranhão – MA

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 15 são oriundas do estado do Maranhão, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (9) quanto por reeducandos (4).

Tabela 29. Demandantes do estado do Maranhão em números absolutos por órgão

MA	9
TJMA	3
TJMA/3ª Câmara Criminal	1
TJMA/DDA/UMF	1
TJMA/GMF	3
TJMA/CGJMA	1

Fonte: DMF/CNJ

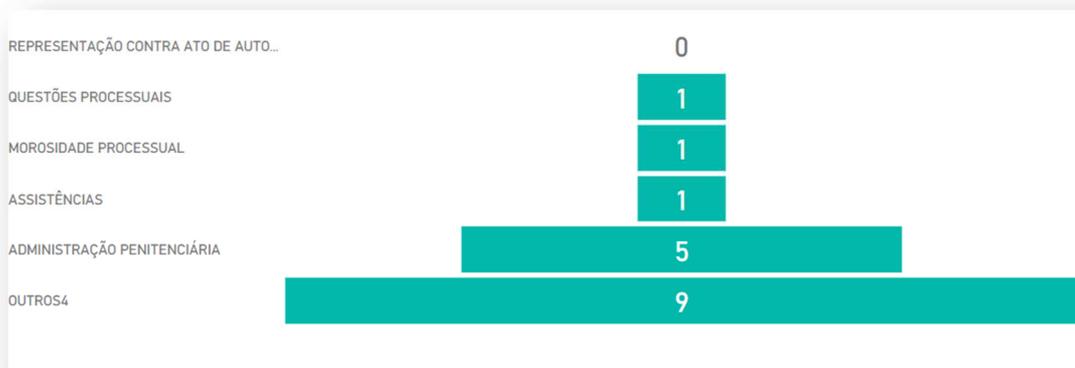
²⁵ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Destaca-se que a Advocacia Geral da União encaminhou dois expedientes ao DMF que não entraram nesta estatística acerca da Penitenciária de Pedrinhas (Processos SEI 14190/2017 e 14356/2017), os quais versavam sobre solicitação de envio de subsídios para o relatório a ser apresentado pela República Federativa do Brasil de forma a se demonstrar a continuidade dos esforços estatais no cumprimento do determinado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos para sanar as irregularidades no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a maioria das representações é relativa a Categoria Outros, representando 53 % do total.

Em segundo lugar, está a Categoria de Questões da Administração Penitenciária ao abarcar 29,4% da totalidade das demandas, sendo a subcategoria de Relatório de Inspeção (3) a mais cotada por uma diferença mínima de duas demandas em comparação com Transferência de unidade penal (1) e Medida Protetiva (1).

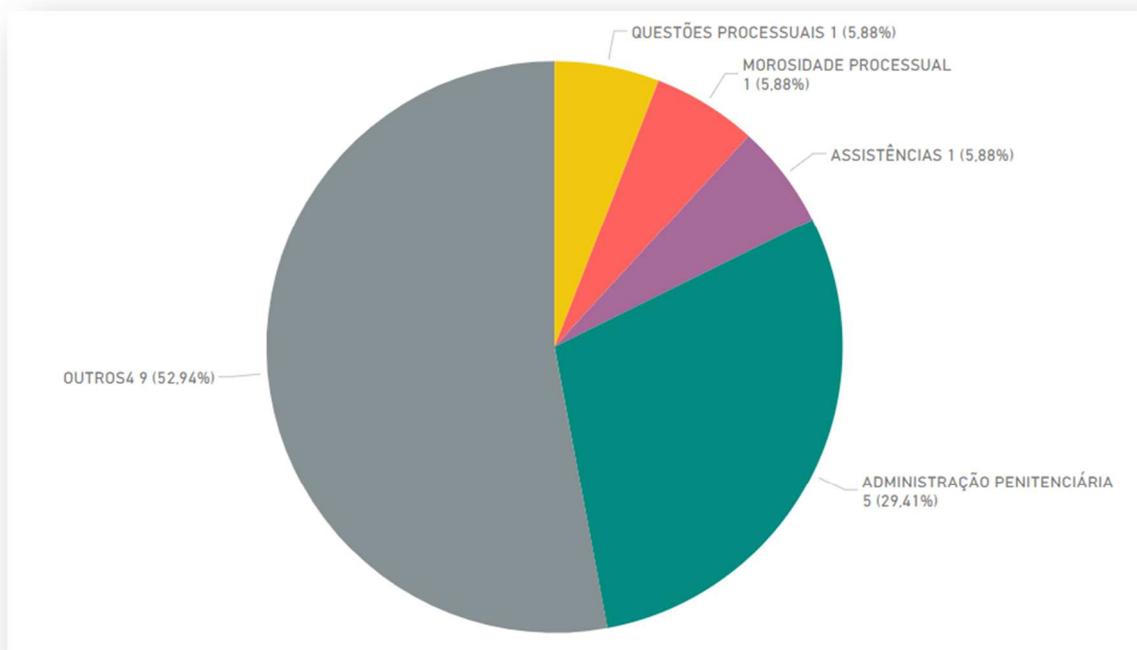
Gráfico 60. Assunto de demandas²⁶ oriundas de Maranhão por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

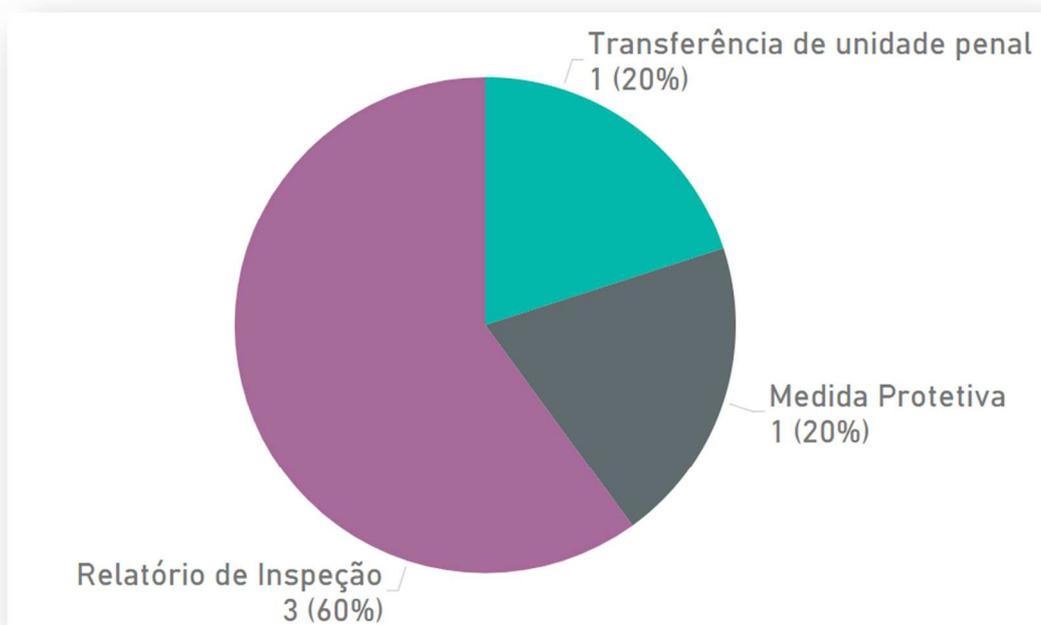
²⁶ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 61. Assunto de demandas oriundas de Maranhão por categorias



Fonte: DMF/CNJ

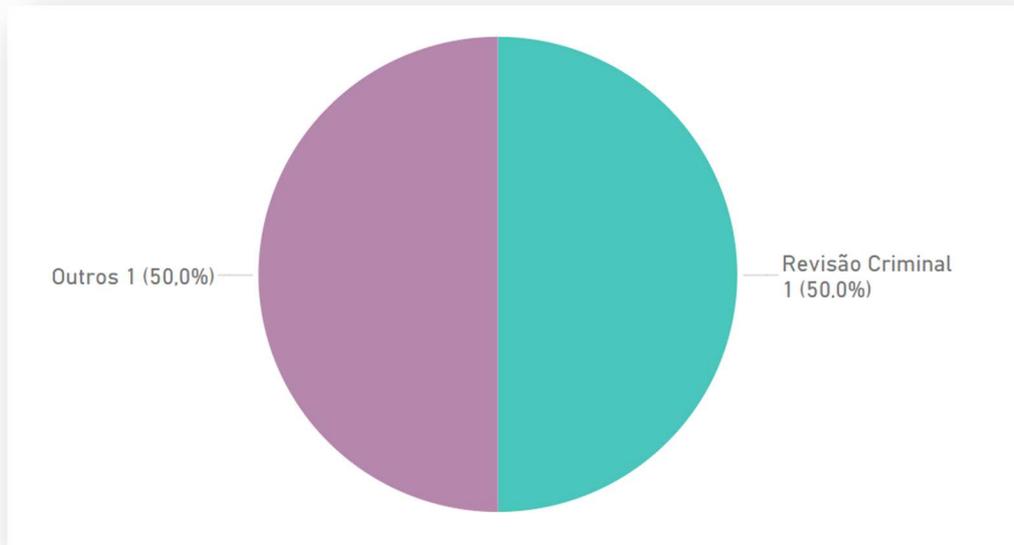
Gráfico 62. Assunto de demandas oriundas de Maranhão relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Com relação à Categoria de Assistências, observa-se que a única queixa é relativa à assistência material.

Gráfico 63. Assunto de demandas oriundas de Maranhão relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Quanto à Categoria de Representação contra Ato de Autoridade, a única demanda é relativa a atuação dos policiais.

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou sobre cada estabelecimento penal do Maranhão e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 30. Penitenciárias do Maranhão

UNIDADE PENAL	Contagem de UNIDADE PENAL ²⁷
MA	
MA - 15ª REGIONAL DE BARRA DO CORDA - BARRA DO CORDA	1

²⁷ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

MA - 2ª DELEGACIA REGIONAL DE ITAPECURU-MIRIM - DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE VARGEM GRANDE	2
MA - APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE PAÇO DO LUMIAR	1

Fonte: DMF/CNJ

Minas Gerais – MG

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 153 são oriundas do estado de Minas Gerais, o que representa 6,31% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (18) quanto por reeducandos (131).

Tabela 31. Demandantes do estado de Minas Gerais em números absolutos por órgão

MG	18
Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais	1
CGC de Ipatinga	1
Conselho Comunidade de Ipatinga	1
Conselho da Comunidade da Comarca de Ipatinga	1
Conselho da Comunidade da Comarca de Ipatinga/MG	1
Conselho da Comunidade de Ipatinga	1
Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Sete Lagoas - CONCEPE	1
FBAC Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados	1
MP/MG/1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguari	1
STF	1
STF/Central do Cidadão	2
STJ/SEINP/CATJ/SJD	1
TJMG	1
TJMG/1ª Vara Cível, Criminal e Execução Penal	1
TJMG/Gabinete da Presidência	1
TJMG/GMF	1
TJMG/VEP de Belo Horizonte	1

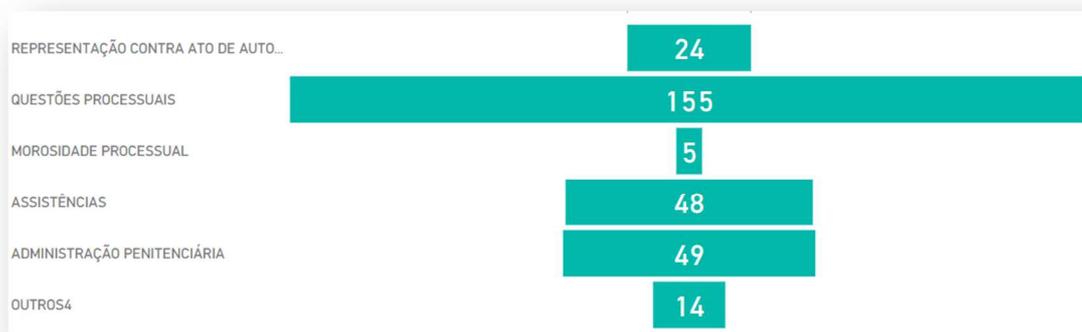
Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a grande maioria das representações é relativa a Categoria Questões Processuais (155),

representando 52,5% do total, sendo as subcategorias mais reclamadas a Progressão de Regime (14,1%) e a Revisão Criminal (12,82%).

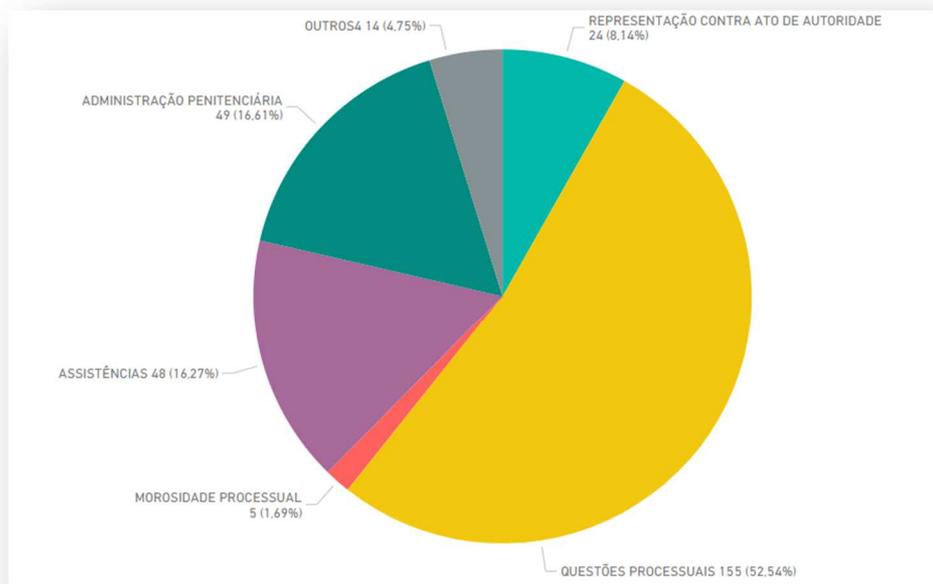
Em segundo lugar, está a Categoria de Questões da Administração Penitenciária ao abarcar 16,6% da totalidade das demandas, sendo a subcategoria de Tortura (32%) e Superlotação (24%) as mais sinalizadas.

Gráfico 64. Assunto de demandas²⁸ oriundas de Minas Gerais por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

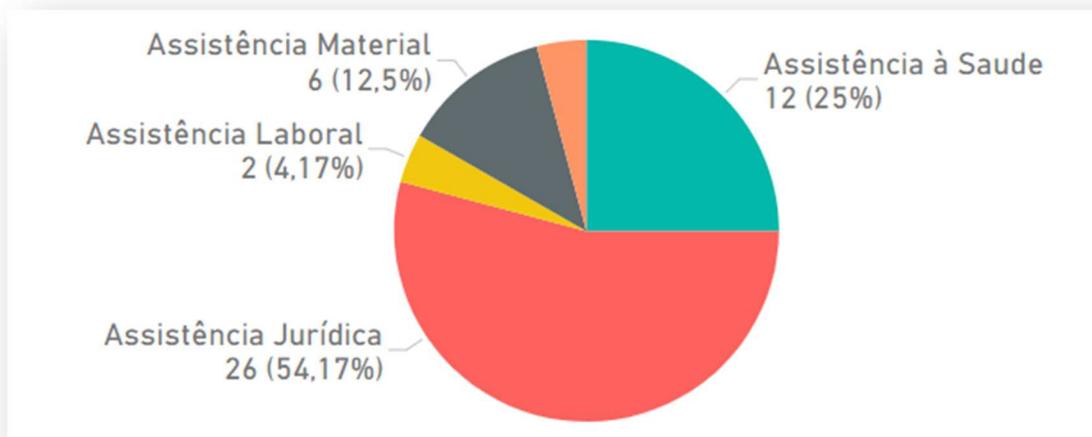
Gráfico 65. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais por categorias



Fonte: DMF/CNJ

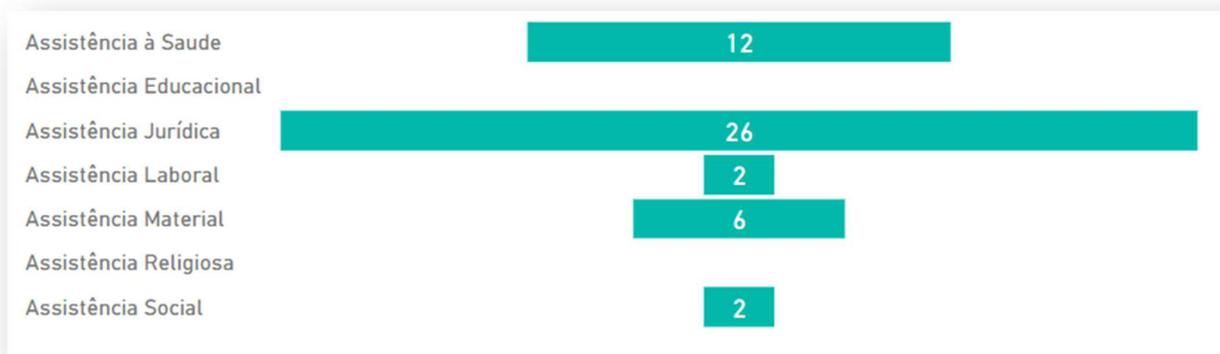
²⁸ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 66. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a assistências



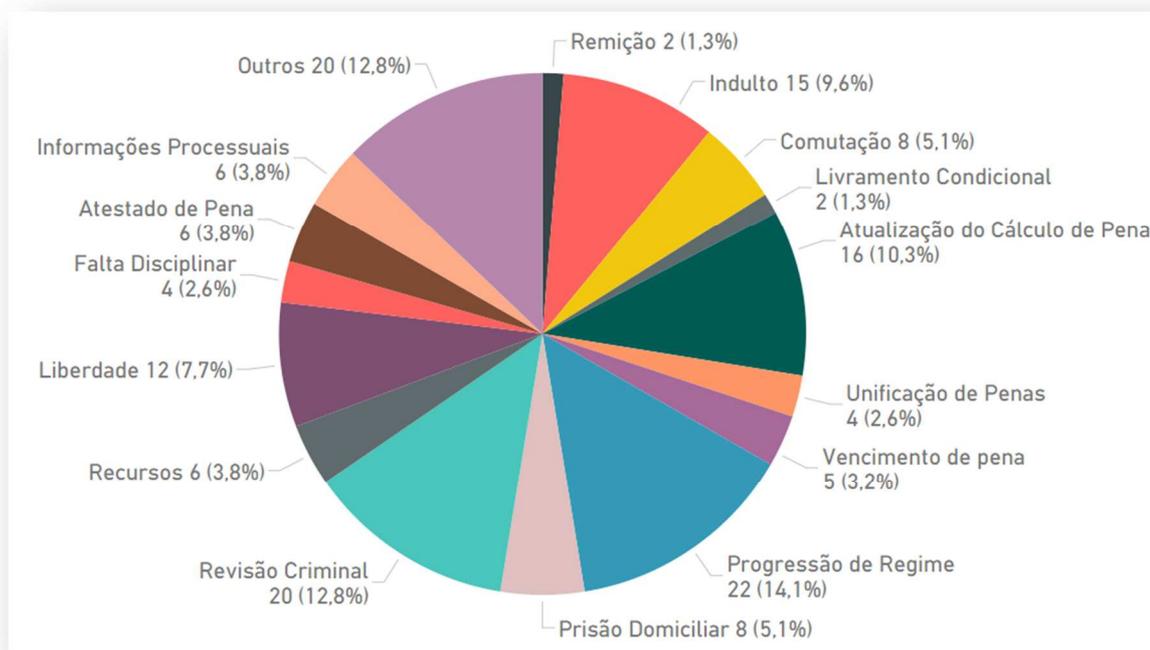
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 67. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a assistências em números absolutos



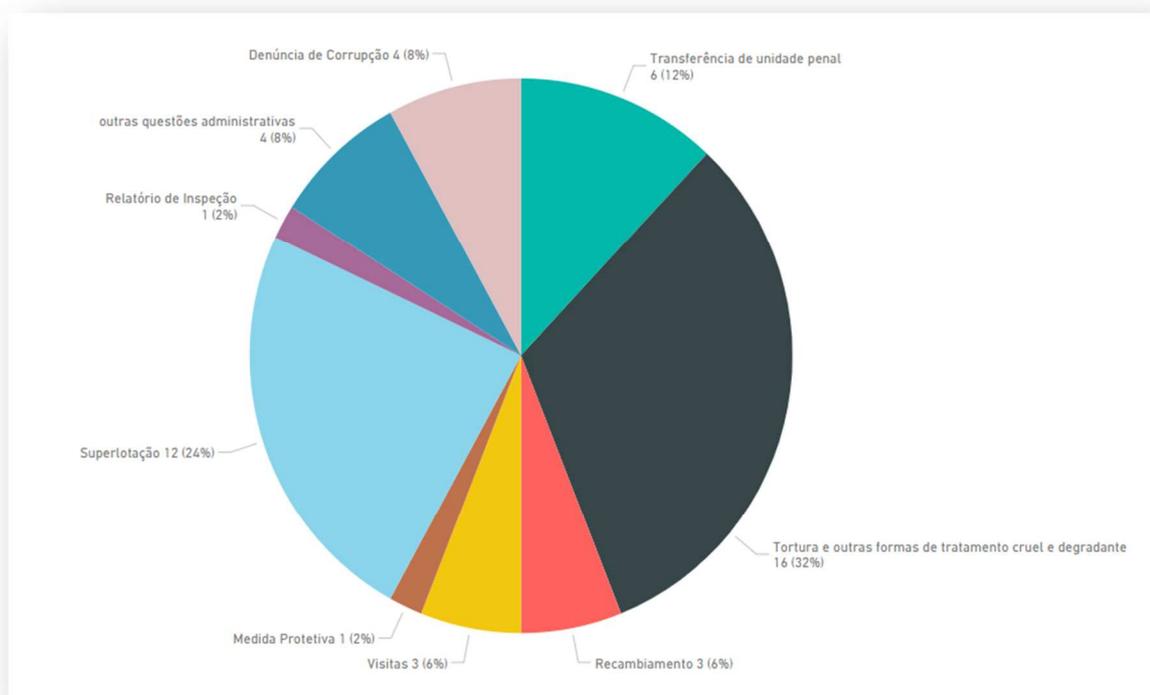
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 68. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 69. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

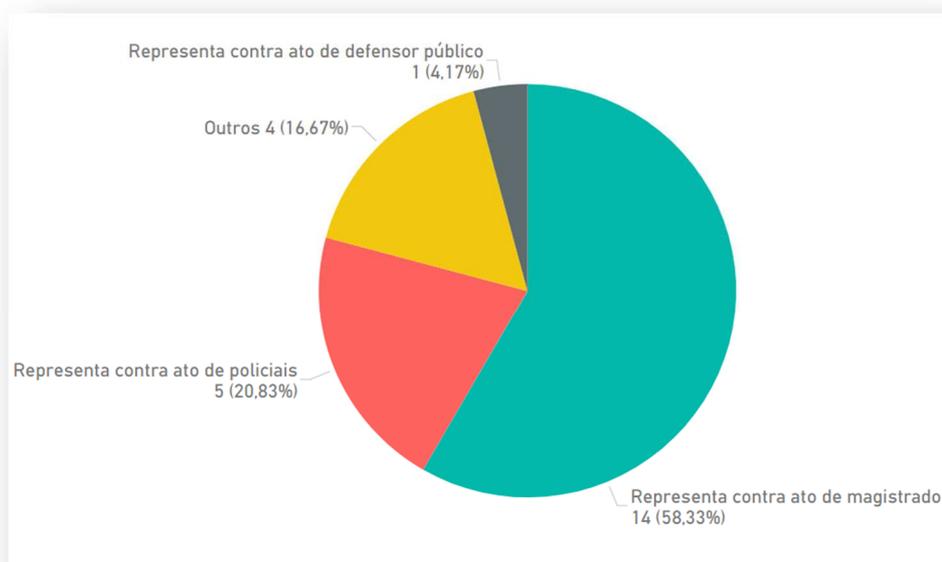
Na tabela abaixo, verifica-se quais são as unidades penais de Minas Gerais citadas em denúncias de tortura, bem como a quantidade de denúncias em cada estabelecimento penal.

Tabela 32. Ranking de Penitenciárias com maior número de demandas de tortura

UNIDADE PENAL	Número de penitenciárias com denúncias de Tortura
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE NOVO CRUZEIRO	2
MG - PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	2
MG - PENITENCIÁRIA DÊNIO MOREIRA DE CARVALHO DE IPATINGA	2
MG - PRESÍDIO DE ARAGUARI	2
MG - PRESIDIO ANTÔNIO DUTRA LADEIRA	1
MG - CENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL / ANEXO IPATINGA	1
MG - PRESÍDIO DA COMARCA CONSELHEIRO PENA	1
MG - PRESÍDIO DE SANTOS DUMONT	1
MG - UNIDADE PRISIONAL DA COMARCA DE LAGOA DA PRATA	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE PITANGUI	1
MS - CADEIA PÚBLICA DE MONTE SANTO	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE ITAMBACURI	1

Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 70. Assunto de demandas oriundas de Minas Gerais relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal de Minas Gerais e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 33. Penitenciárias de Minas Gerais

UNIDADE PENAL	Contagem ²⁹
MG	
MG - PRESÍDIO DE SANTOS DUMONT	24
MG - PRESÍDIO REGIONAL INSPETOR JOSÉ MARTINHO DRUMOND	18
MG - PENITENCIÁRIA PROFESSOR JOÃO PIMENTA DA VEIGA	11
MG - COMPLEXO PENITENCIÁRIO DOUTOR PIO CANEDO	7
MG - PRESÍDIO PROFESSOR JACY DE ASSIS	7
MG - UNIDADE PRISIONAL DA COMARCA DE LAGOA DA PRATA	5
MG - PENITENCIÁRIA DÊNIO MOREIRA DE CARVALHO DE IPATINGA	3
MG - PRESÍDIO DE CURVELO	3
MG - PRESÍDIO DE SÃO JOÃO DEL REI	3
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE CATAGUASES	2
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE NOVO CRUZEIRO	2
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE SANTOS DUMONT	2
MG - PENITENCIÁRIA JOSÉ MARIA ALKIMIN	2
MG - PRESIDIO ANTÔNIO DUTRA LADEIRA	2
MG - PRESÍDIO DE ALFENAS	2
MG - PRESÍDIO DE ARAGUARI	2
MG - PRESÍDIO DE ARAXÁ	2
Complexo Público Privado Unidade II de Ribeirão das Neves - MG	1
MG - APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS	1
MG - APAC -ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS	1
MG - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - APAC	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE CAMPOS GERAIS	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE CAPINÓPOLIS	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE GUANHÃES	1

²⁹ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE ITAMBACURI	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE PITANGUI	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DE SERRO	1
MG - CADEIA PÚBLICA DA COMARCA DORES DO INDAIÁ	1
MG - CADEIA PÚBLICA DE CORAÇÃO DE JESUS	1
MG - CENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL / ANEXO IPATINGA	1
MG - CENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL / BH	1
MG - CERESP DA COMARCA DE CONTAGEM	1
MG - COMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO ESTEVÃO PINTO	1
MG - COMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA	1
MG - PENITENCIÁRIA AGOSTINHO DE OLIVEIRA JÚNIOR	1
MG - PENITENCIÁRIA DEPUTADO EXPEDITO DE FARIA TAVARES DE PATROCÍNIO	1
MG - PRESÍDIO DA COMARCA CONSELHEIRO PENA	1
MG - Presídio de Cataguases	1
MG - PRESÍDIO DE LAGOA DA PRATA	1
MG - PRESÍDIO DE OURO PRETO	1
MG - PRESÍDIO DE POUSO ALEGRE	1
MG - PRESÍDIO DE SETE LAGOAS	1
MG - PRESÍDIO DE TIMÓTEO	1
MG - PRESÍDIO DE UBÁ	1
MG - PRESÍDIO FEMININO JOSÉ ABRANCHES GONÇALVES	1
MS - CADEIA PÚBLICA DE MONTE SANTO	1

Fonte: DMF/CNJ

Mato Grosso do Sul – MS

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 51 são oriundas do estado do Mato Grosso do Sul, o que representa 2,10% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (4) quanto por reeducandos (46)³⁰.

³⁰ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes que foram encaminhados por cidadãos livres.

Tabela 34. Demandantes do estado de Mato Grosso do Sul em números absolutos por órgãos

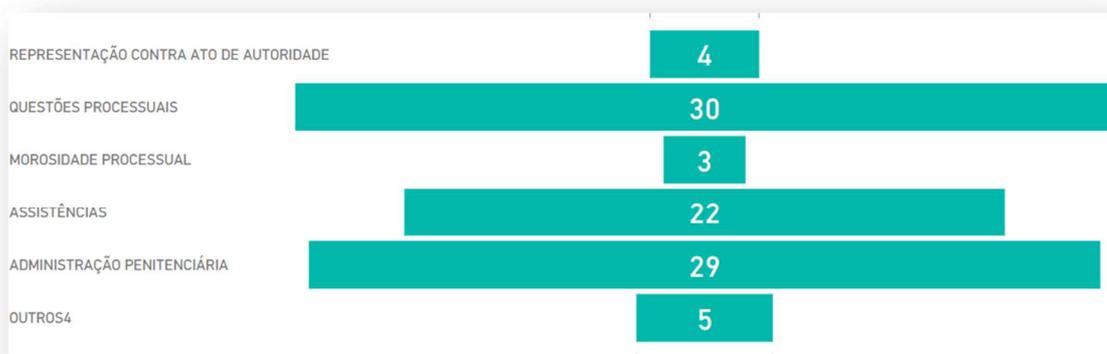
MS	4
ACS/PMBM/MS	1
TJMS/GMFMS	2
STF	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se que a maioria das representações é relativa a Categoria Questões Processuais (30), representando 32,3% do total, sendo as subcategorias mais reclamadas a Liberdade (16,7%) e a Revisão Criminal (16,7%), e também Indulto (10%).

Em segundo lugar, está a Categoria de Questões da Administração Penitenciária ao abarcar 31,2% da totalidade das demandas, sendo a subcategoria de Recambiamento (38%) e Transferências de Unidade Penal (17,2%) as mais sinalizadas.

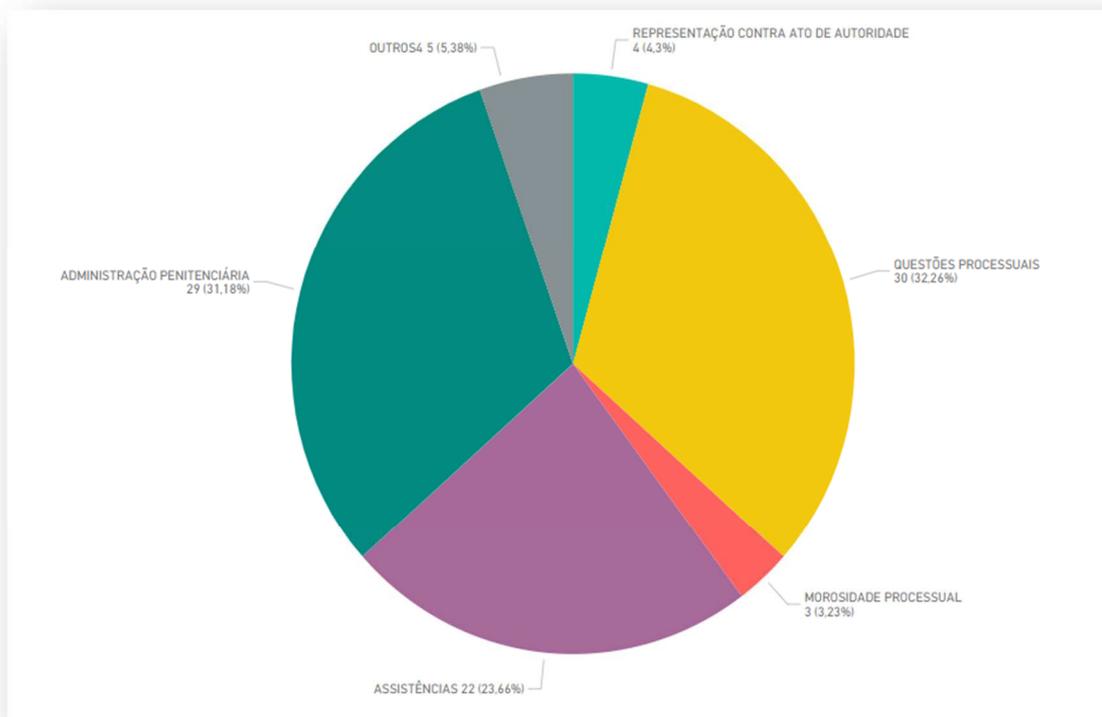
Gráfico 71. Assunto de demandas³¹ oriundas de Mato Grosso do Sul por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

³¹ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 72. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul por categorias



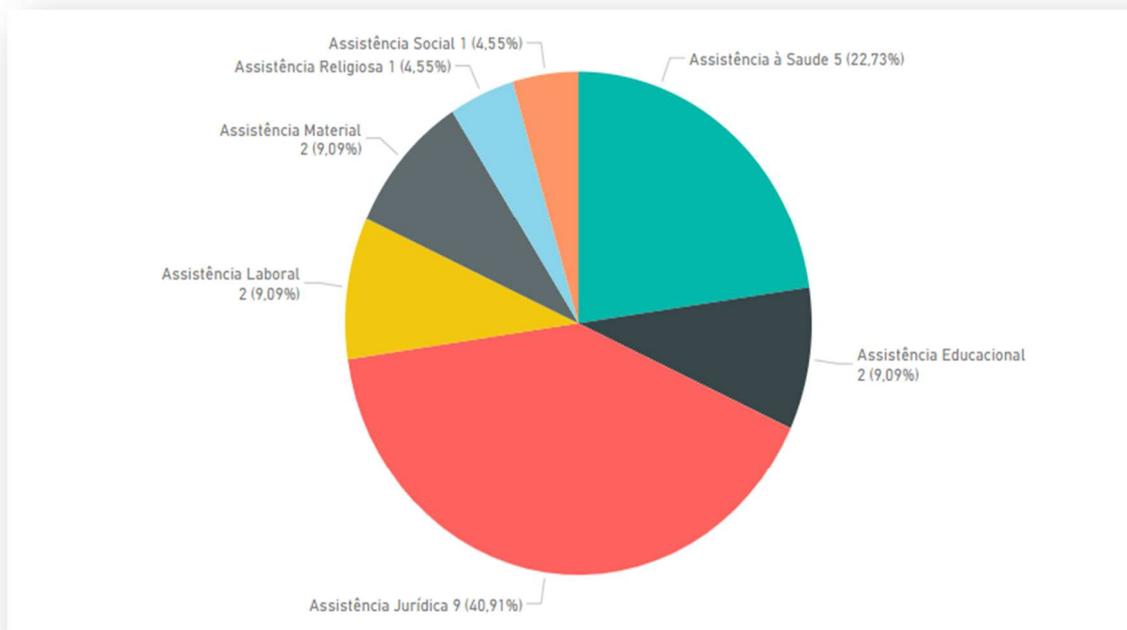
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 73. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a assistências em números absolutos



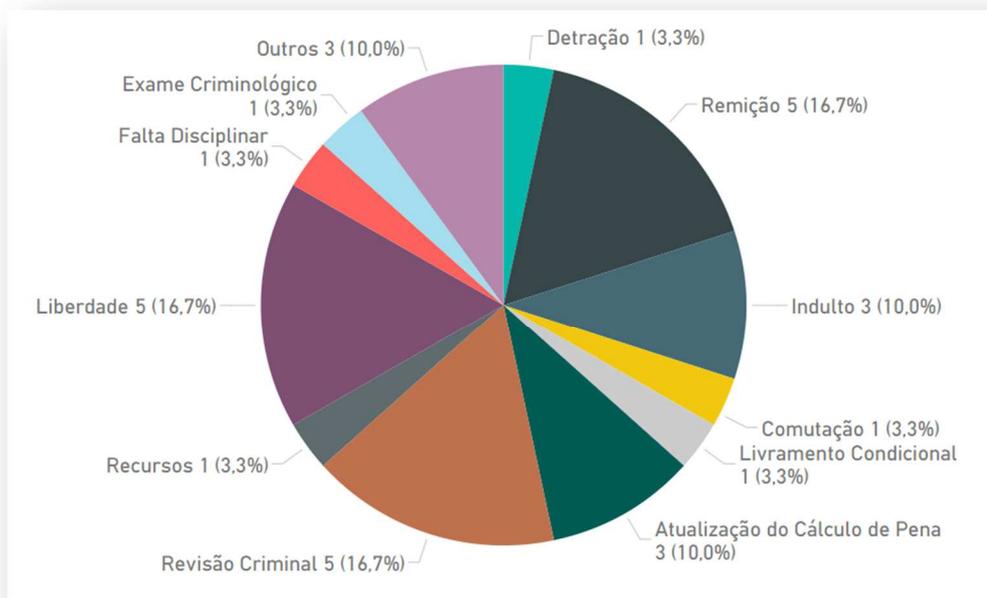
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 74. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a assistência



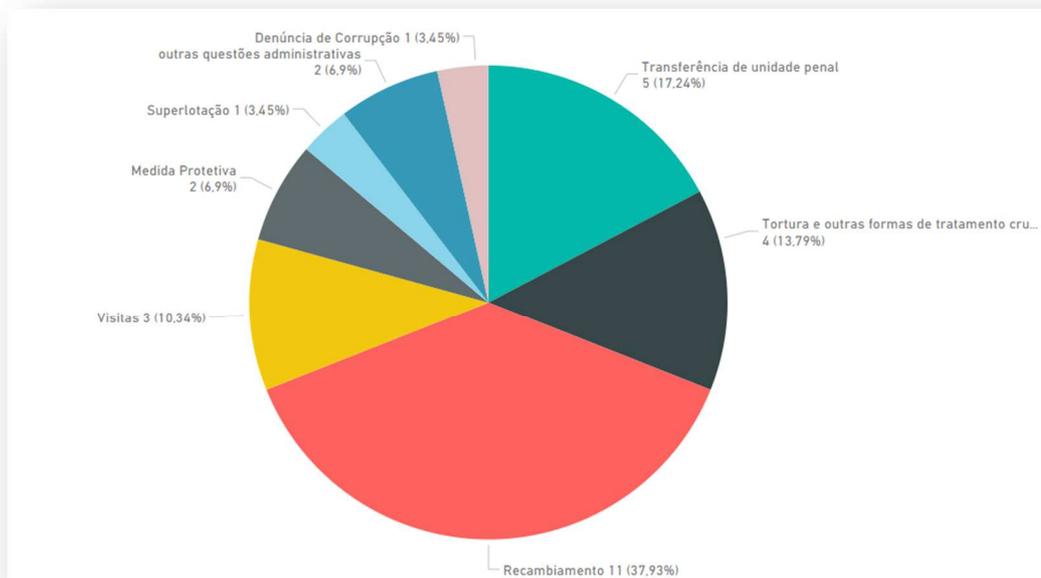
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 75. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 76. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

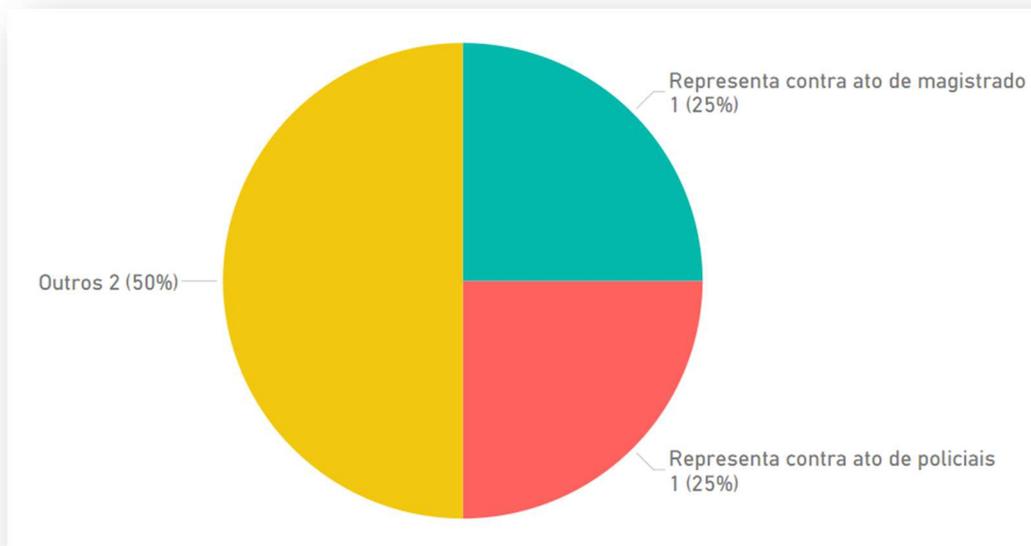
Na tabela abaixo, verifica-se quais são as unidades penais do Mato Grosso do Sul que são citadas em denúncias de tortura, bem como a quantidade em cada estabelecimento penal.

Tabela 35. Ranking de penitenciárias do Mato Grosso do Sul com maior número de demandas de tortura

UNIDADE PENAL	Número de penitenciárias com denúncias de Tortura
MS - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	2
MS - ESTAB. PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO	1
MS - ESTAB. PENAL DE R.S.A.A DE DOURADOS	1

Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 77. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso do Sul relativas a Representação contra Ato de Autoridade.



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal do Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 36. Penitenciárias do Mato Grosso do Sul

UNIDADE PENAL	Contagem ³²
MS	
MS - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE	24
MS - ESTAB. PENAL DE AMAMBAI	3
MS - ESTAB. PENAL DE R.S.A.A DE DOURADOS	3
MS - PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA DE NAVIRAI	2
MS - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE DOURADOS	2
MS - CADEIA PÚBLICA DE APARECIDA DO TABOADO	1
MS - CADEIA PÚBLICA DE NAVIRAÍ	1
MS - CENTRO DE TRIAGEM DE CAMPO GRANDE	1
MS - ESTAB. PENAL DE CASSILÂNDIA	1
MS - ESTAB. PENAL DE R.S.A.A DE TRES LAGOAS - MASCULINO	1

³² Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

MS - ESTAB. PENAL JAIR FERREIRA DE CARVALHO	1
MS - ESTAB. PENAL MASCULINO DE PONTA PORÃ RICARDO BRANDÃO - REGIME FECHADO	1
MS - INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE	1
MS - PENITENCIARIA DE TRÊS LAGOAS	1

Fonte: DMF/CNJ

Mato Grosso - MT

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 10 são oriundas do estado do Mato Grosso, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 2, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (3) quanto por reeducandos (7).

Tabela 37. Demandantes do estado de Mato Grosso em números absolutos por órgão

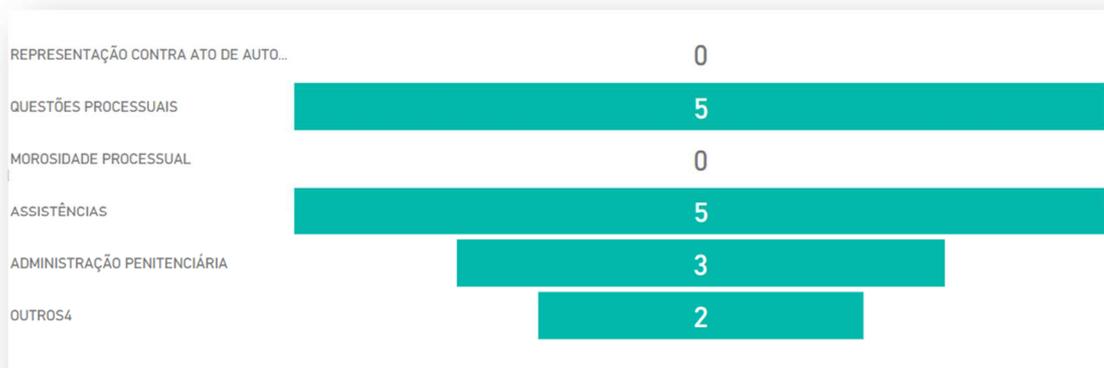
MT	3
Conselho da Comunidade de Mirassol D'oeste	1
STF/Central do Cidadão	1
TJMT/Comarca de Nova Canaã do Norte	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a maioria das representações é relativa a Categoria Questões Processuais (5) e Assistências (5), representando cada uma 33,3% do total, sendo as subcategorias mais reclamadas, respectivamente, Revisão Criminal (40%) e Assistência à Saúde (2) e Assistência Material (2).

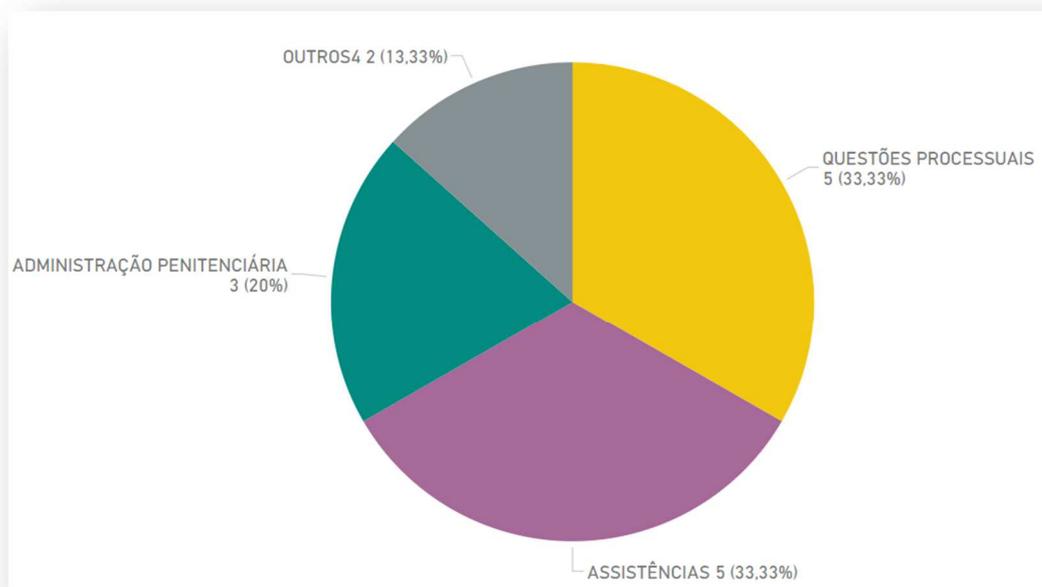
Em segundo lugar, está a Categoria de Questões da Administração Penitenciária ao abarcar 20% da totalidade das demandas, sendo a subcategoria de Superlotação (1), Visitas (1) e Tortura (1) reclamadas.

Gráfico 78. Assunto de demandas³³ oriundas de Mato Grosso por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

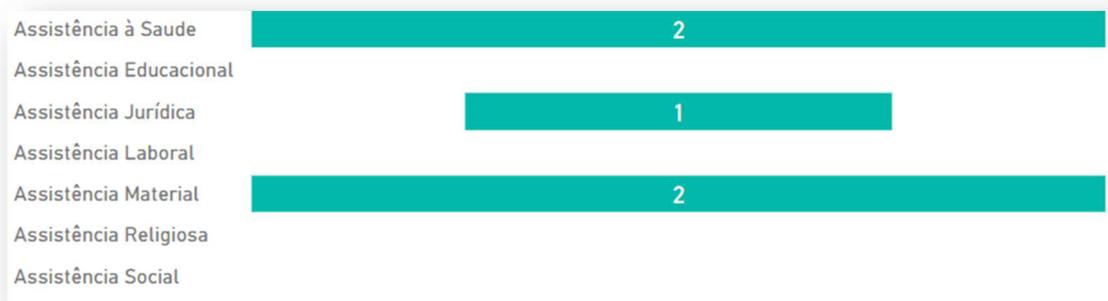
Gráfico 79. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso por categorias



Fonte: DMF/CNJ

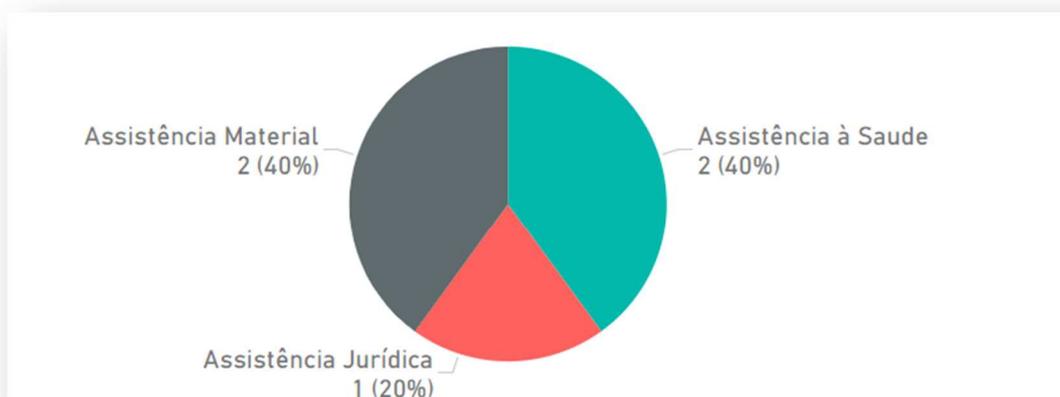
³³ Destaca-se que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquela. Geralmente, em uma carta (expediente) o preso reclama de diversos aspectos, gerando diversas demandas e/ou pleitos, bem como um órgão pode representar contra muitos aspectos e problemas do sistema penal.

Gráfico 80. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso relativas a assistências em números absolutos



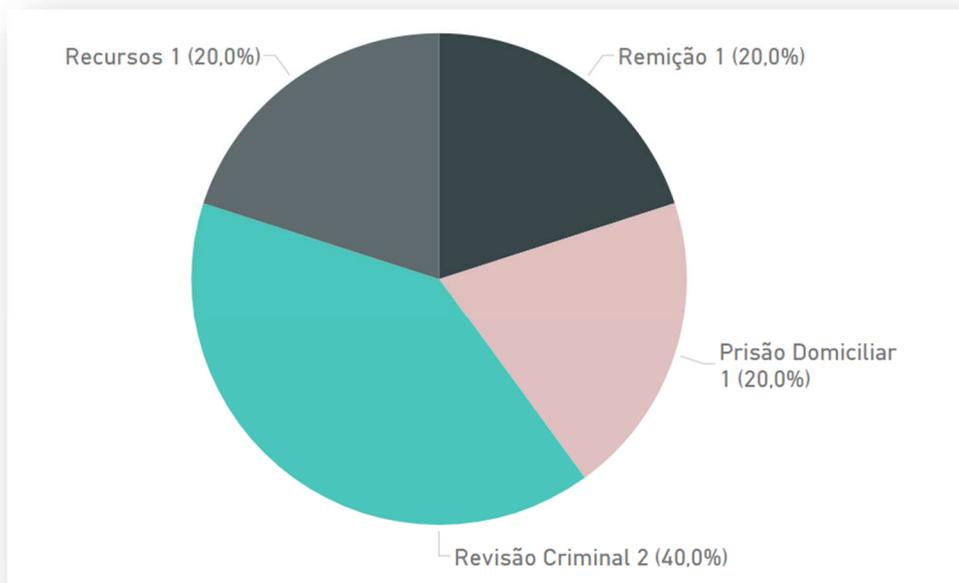
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 81. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso relativas a assistências



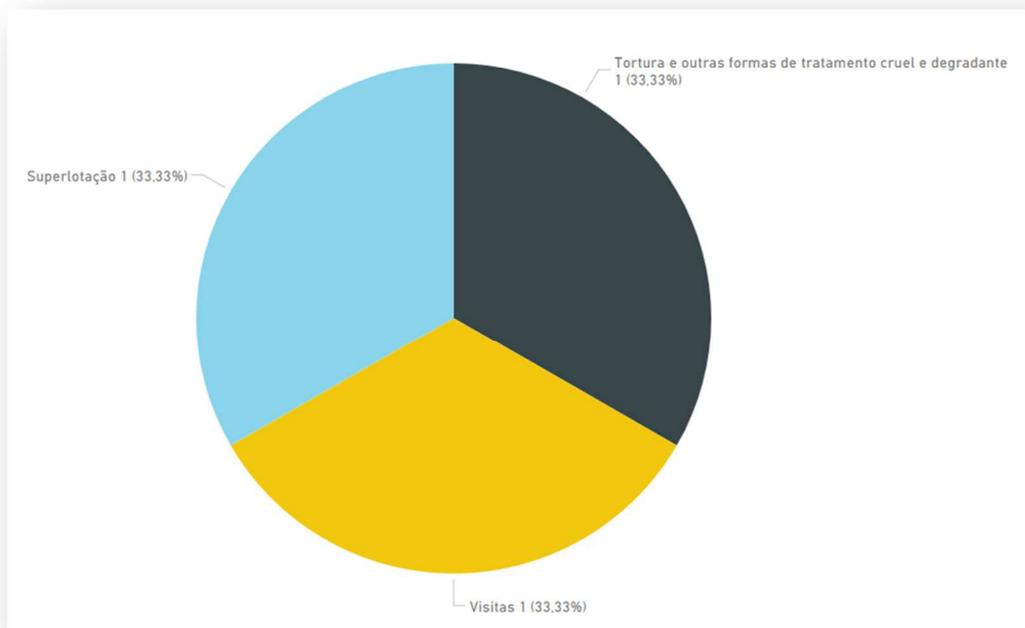
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 82. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 83. Assunto de demandas oriundas de Mato Grosso relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal do Mato Grosso e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 38. Penitenciárias do Mato Grosso

UNIDADE PENAL	Contagem ³⁴
MT	
MT - CADEIA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS	3
MT - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA MASCULINO DE TANGARÁ DA SERRA	1
MT - UNIDADE PRISIONAL REGIONAL MAJOR ELDO SÁ CORREA (MATA GRANDE)	3
MT - UNIDADE PRISIONAL REGIONAL DE AGUA BOA - MAJOR PM ZUZI ALVES DA SILVA	1

Pará – PA

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 19 são oriundas do estado do Pará, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise dos gráficos abaixo, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (15) quanto por reeducandos (3)³⁵.

Tabela 39. Demandantes do estado do Pará em números absolutos por órgãos

PA	14
Justiça Militar da União	2
Conselho da Comunidade	1
STF/Central do Cidadão	1
STM/Auditoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar	3
TJPA	2

³⁴ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

³⁵ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes que foram encaminhados por cidadãos livres.

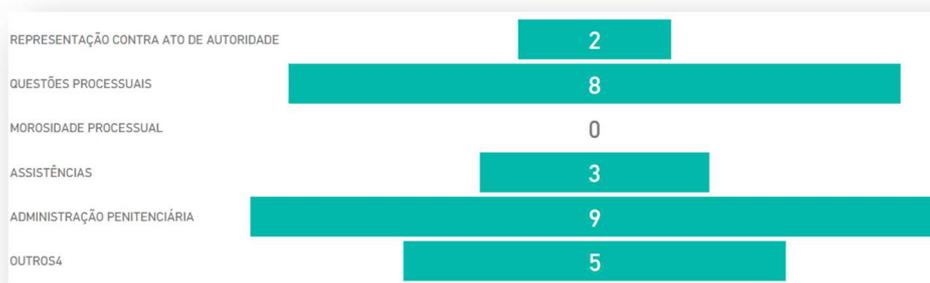
TJPA/3ª Secretaria Penal de Marituba	3
TJPA/GMF	2
TJPA/Vara Única da Comarca de Almeirim	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a maioria das representações é relativa a Categoria Questões da Administração Penitenciária (9), representando cada uma 33,3% do total, sendo a subcategoria Relatório de Inspeção a mais frequente.

Em segundo lugar, está a Categoria Questões Processuais ao abarcar 29,63% da totalidade das demandas, sendo as subcategorias de Progressão de Regime (2) e Exame Criminológico as mais sinalizadas.

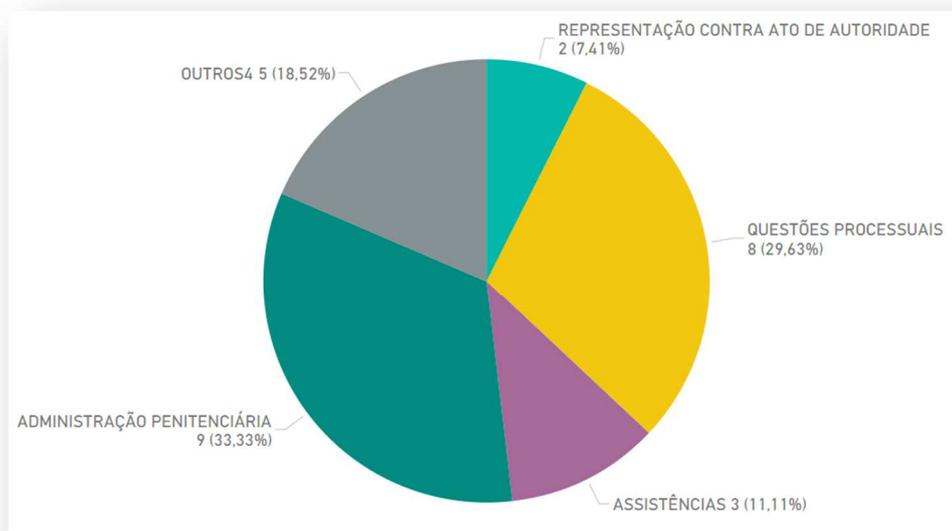
Gráfico 84. Assunto de demandas³⁶ oriundas do Pará por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

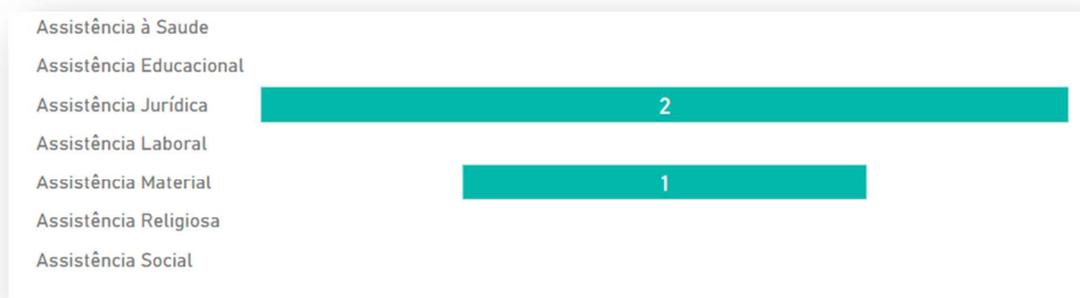
³⁶ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 85. Assunto de demandas oriundas do Pará por categorias



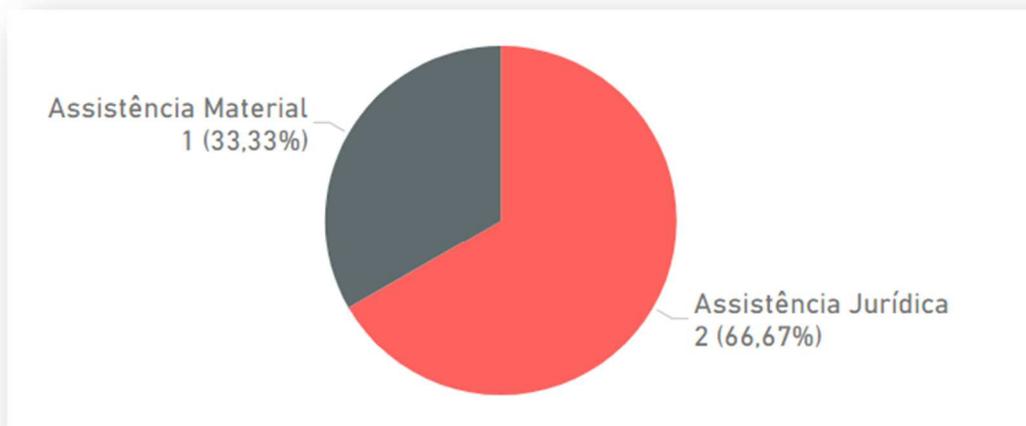
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 86. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a assistências em números absolutos



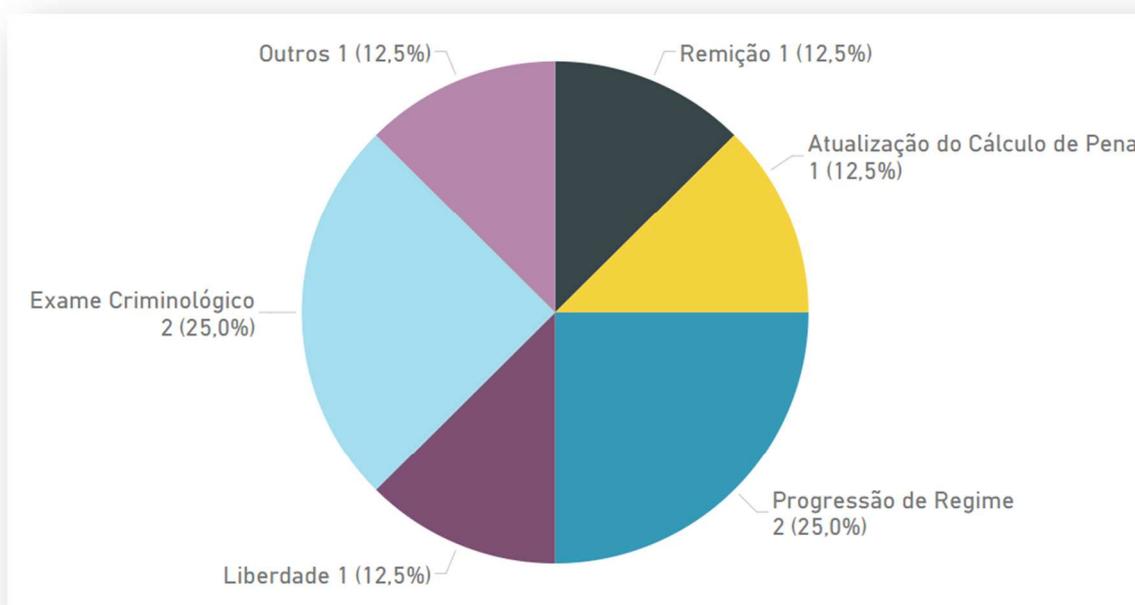
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 87. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a assistências



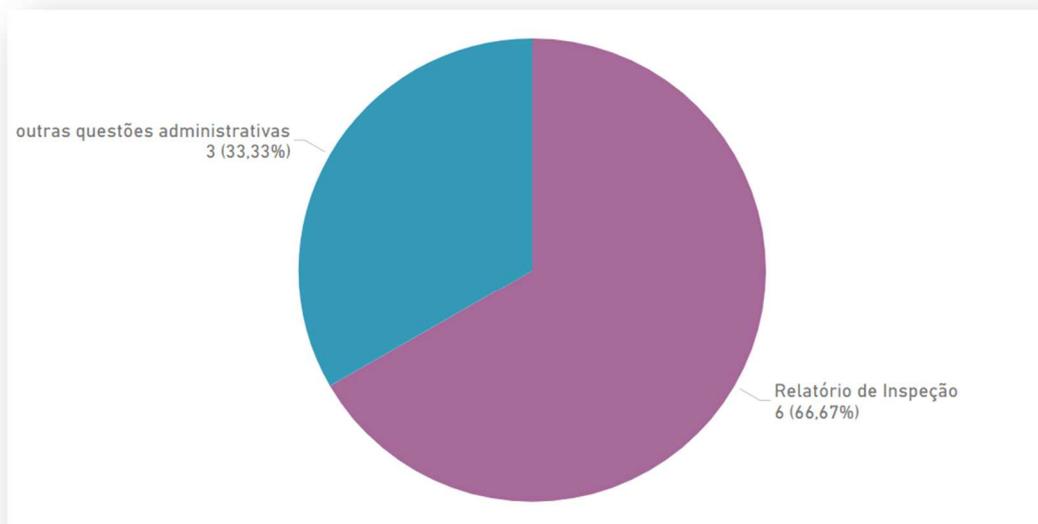
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 88. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a questões processuais



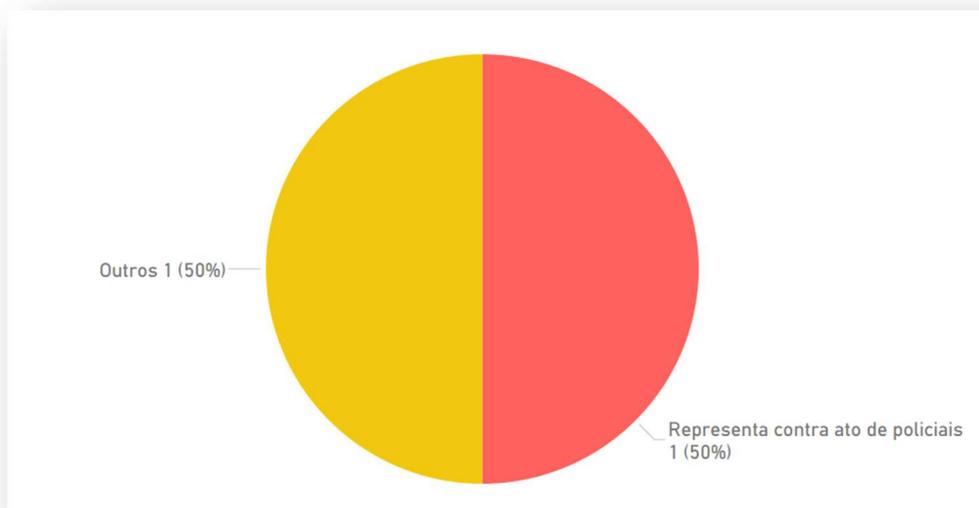
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 89. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 90. Assunto de demandas oriundas do Pará relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal do Pará e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações e/ou representações.

Tabela 40. Penitenciária do Pará

UNIDADE PENAL	Contagem ³⁷
PA	
PA - CENTRAL DE TRIAGEM DE PRESOS DA CREMAÇÃO	1
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA MARIANO ANTUNES	2
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ALTAMIRA	1
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE MARABÁ	1
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE TUCURUÍ	1
PA - CENTRO DE RECUPERAÇÃO PENITENCIÁRIO DO PARÁ I	1
PA - UNIDADE INTEGRADA PRO PAZ UIPP	2
Unidades Militares do Pará	3

Paraíba – PB

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, dez são oriundas do estado da Paraíba, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (3) quanto por reeducandos (6)³⁸.

Tabela 41. Demandantes do estado da Paraíba em números absolutos por órgão

PB	3
Ministério dos Direitos Humanos/Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos	1
STF	1
TRT - 13ª Região	1

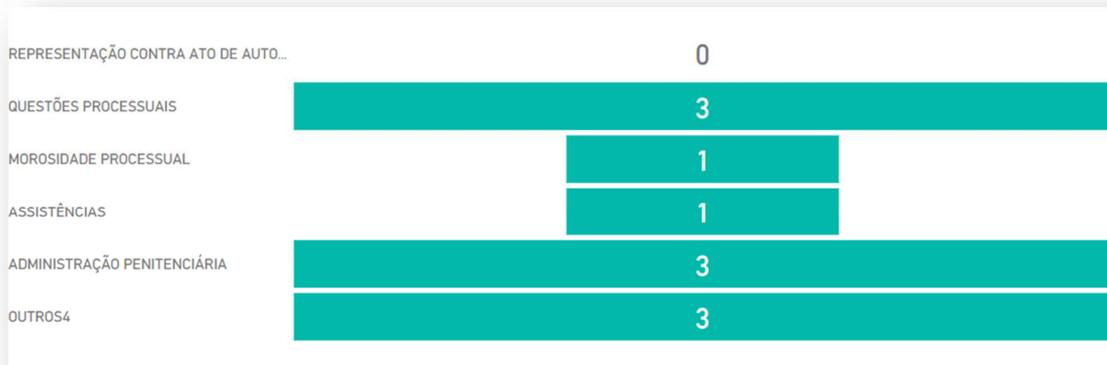
Fonte: DMF/CNJ

³⁷ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

³⁸ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes que foram encaminhados por cidadãos livres.

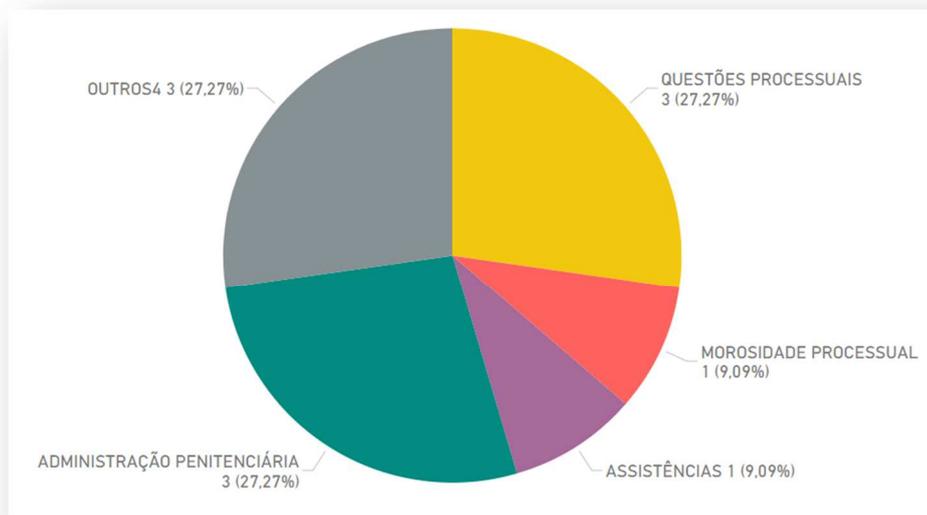
Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a maioria das representações é relativa a Categoria Questões da Administração Penitenciária (3) e Questões Processuais (3), representando cada uma 37,5% do total, sendo a subcategoria mais frequente a Liberdade (66,67%).

Gráfico 91. Assunto de demandas³⁹ oriundas da Paraíba por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 92. Assunto de demandas oriundas da Paraíba por categoria

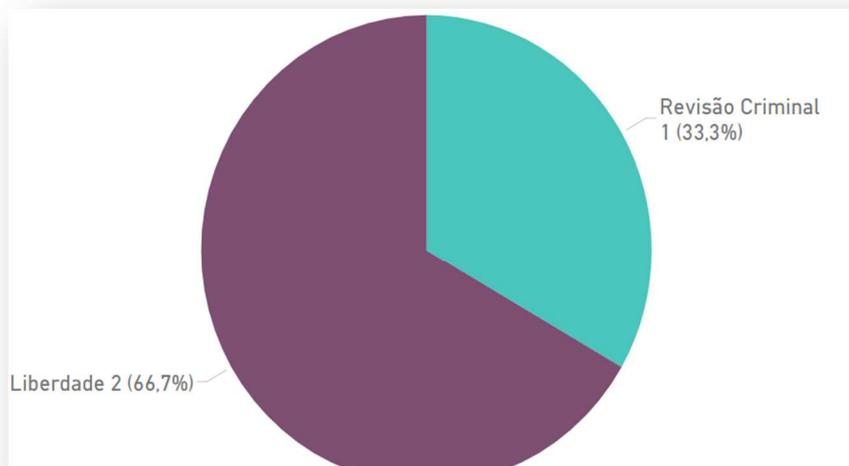


Fonte: DMF/CNJ

³⁹ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

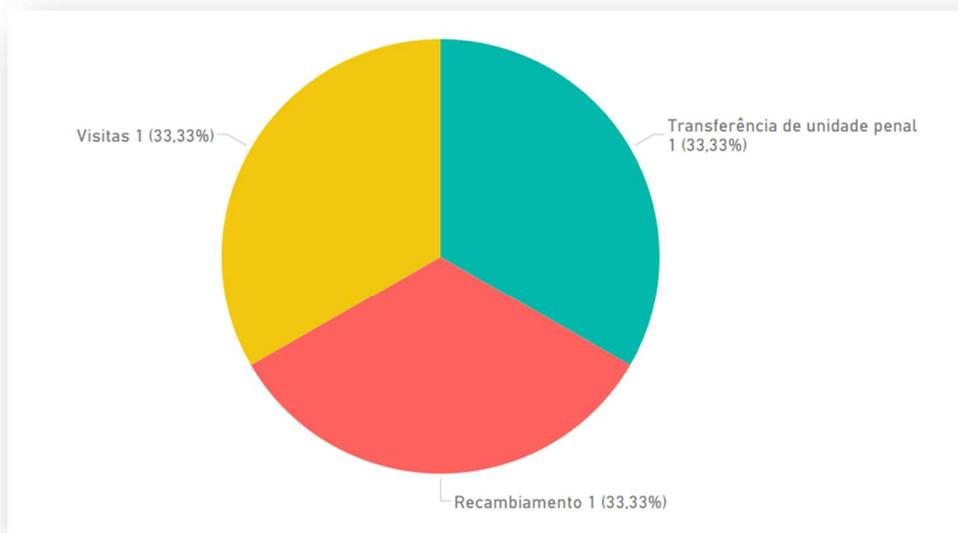
Com relação à Categoria de Assistências, observa-se que a única queixa é relativa a Assistência Jurídica.

Gráfico 93. Assunto de demandas oriundas da Paraíba relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 94. Assunto de demandas oriundas da Paraíba relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou sobre cada estabelecimento penal da Paraíba e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 42. Penitenciárias da Paraíba

UNIDADE PENAL	Contagem ⁴⁰
PB	
PB - CADEIA PÚBLICA DE POMBAL	1
PB - CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO MARIA JÚLIA MARANHÃO	2

Fonte: DMF/CNJ

Pernambuco – PE

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 21 são oriundas do estado do Pernambuco, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (3) quanto por reeducandos (18).

Tabela 43. Demandantes do estado de Pernambuco em números absolutos por órgãos

PE	3
MEPCT/PE	1
SEPLAG/PE	1
SJDH/Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/Governo do Estado de Pernambuco	1

Fonte: DMF/CNJ

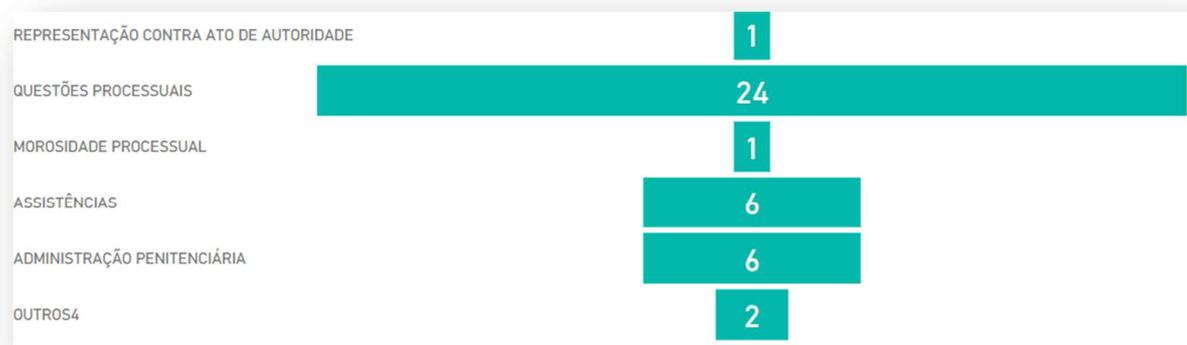
⁴⁰ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Destaca-se que a Advocacia Geral da União encaminhou expedientes ao DMF que não entraram nesta estatística acerca da Penitenciária de Curado (Processos SEI 00154/2018), o qual versava sobre determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos de dar conhecimento ao CNJ da Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 15 de novembro de 2017, bem como acerca de parecer exarado pela própria AGU.

Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a maioria das representações é relativa a Categoria Questões Processuais (24), representando cada uma 60% do total, sendo a subcategorias mais frequentes Progressão de Regime (20,83%) e Revisão Criminal (37,5%).

Em segundo lugar, está tanto a Categoria de Questões da Administração Penitenciária (6) quanto a Categoria de Assistências (6), perfazendo cada uma 15% do total. Quanto à última, destaca-se que todas as demandas são relativas à assistência jurídica.

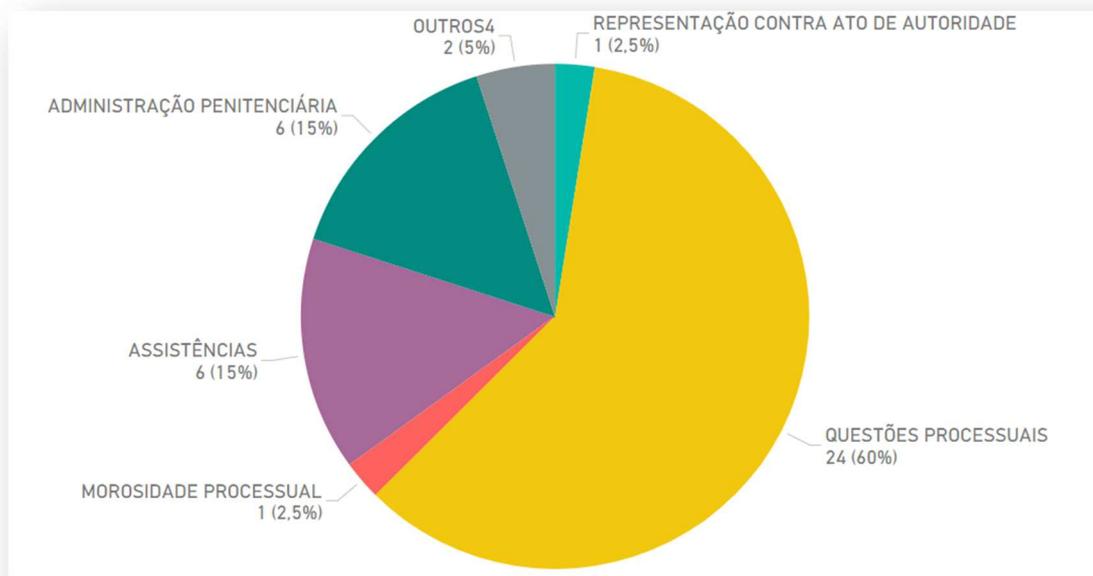
Gráfico 95. Assuntos de demandas⁴¹ oriundas de Pernambuco por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

⁴¹ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

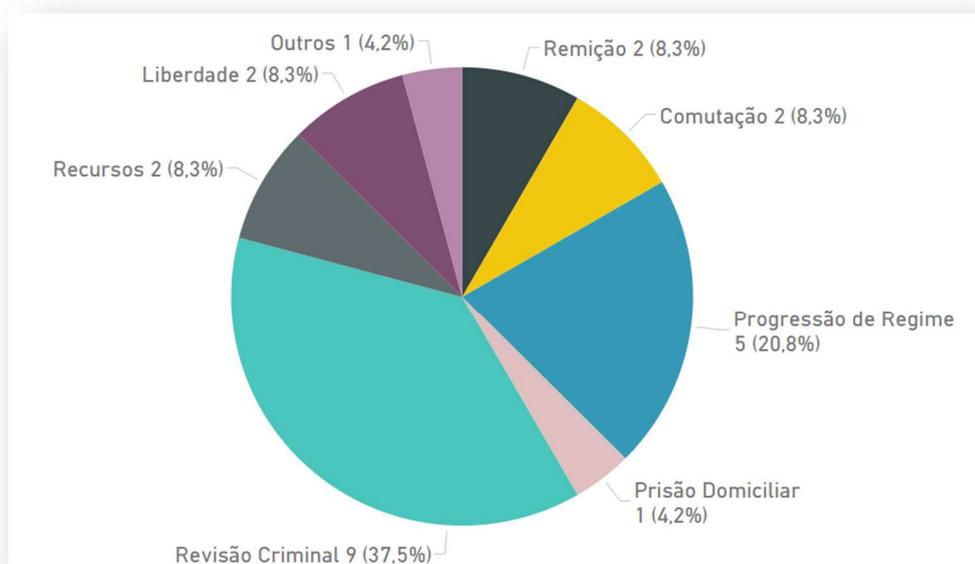
Gráfico 96. Assunto de demandas oriundas de Pernambuco por categorias



Fonte: DMF/CNJ

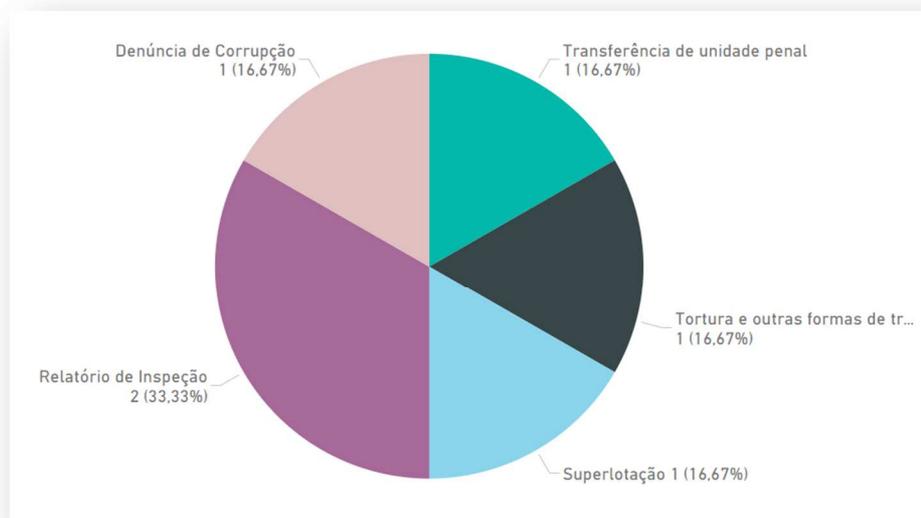
Com relação à Categoria Assistência, observa-se que a única queixa é referente a Assistência Jurídica.

Gráfico 97. Assunto de demandas oriundas de Pernambuco relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 98. Assunto de demandas oriundas de Pernambuco relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Quanto à Categoria Representação contra Ato de Autoridade, observa-se que a única queixa é contra atuação de defensor público.

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal de Pernambuco e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 44. Penitenciárias de Pernambuco

UNIDADE PENAL	Contagem ⁴²
PE	
PE - CADEIA PÚBLICA DE PETROLINA	1
PE - CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESTE	1
PE - COMP. PRIS. PROF. ANIBAL BRUNO-PRESÍDIO JUIZ ANTONIO LUIZ LINS DE BRITO	1
PE - PENITENCIARIA AGRO-INDUSTRIAL SAO JOAO	2
PE - PENITENCIÁRIA JUIZ PLÁCIDO DE SOUZA	1
PE - PRESÍDIO ADVOGADO BRITO ALVES	9

Fonte: DMF/CNJ

⁴² Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Piauí – PI

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, uma apenas é oriunda do Estado do Piauí, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esse expediente foi encaminhado por um reeducando.

Com relação ao assunto dos expedientes, percebe-se que esse expediente único é relativo a Questões Processuais e, mais especificamente, a um pedido de Progressão de Regime.

Por fim, por meio da tabela abaixo, é possível verificar a Penitenciária em que o supracitado reeducando está recluso.

Tabela 45. Penitenciárias do Piauí

UNIDADE PENAL	Contagem
PI	1
Penitenciária I de Serra Azul	1

Fonte: DMF/CNJ

Paraná – PR

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 29 são oriundas do estado do Paraná, o que representa 1,2 % da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (13) quanto por reeducandos (15).

Tabela 46. Demandantes do estado do Paraná em números absolutos por órgão.

PR	13
Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agudos do Sul	1
CNJ/Corregedoria Nacional de Justiça	1

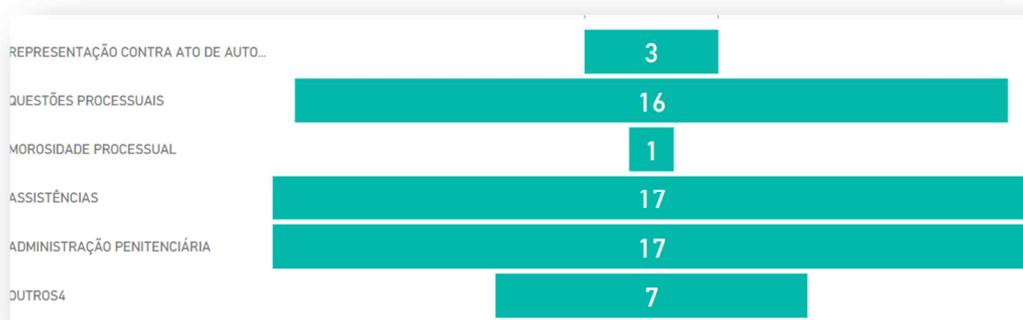
Conselho da Comunidade de Curitiba	1
Conselho Regional de Psicologia do Paraná	1
FECOMPAR - Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná	1
MJ/ASSEJUP	1
STF/Central do Cidadão	2
Supremo Tribunal Federal	1
TJPR	2
TJPR/ Vara Criminal e Anexos da Comarca de Cerro Azul/PR	1
TJPR/Vara de Execuções Penais	1

Fonte: DMF/CNJ

Destaca-se que houve uma representação encaminhada por uma cidadã por meio da qual denuncia as condições a que estão submetidos os presos da Penitenciária Estadual de Cascavel/PR, informando que foi o motivo da rebelião instaurada no presídio.

Com relação ao assunto dos expedientes recebidos do Paraná, observa-se que não há uma categoria majoritária, visto que tanto Questões da Administração Penitenciária quanto Assistências possuem 17 demandas cada uma, representando 31,5% da totalidade. Em seguida, a Categoria Questões Processuais figura com 16 pleitos.

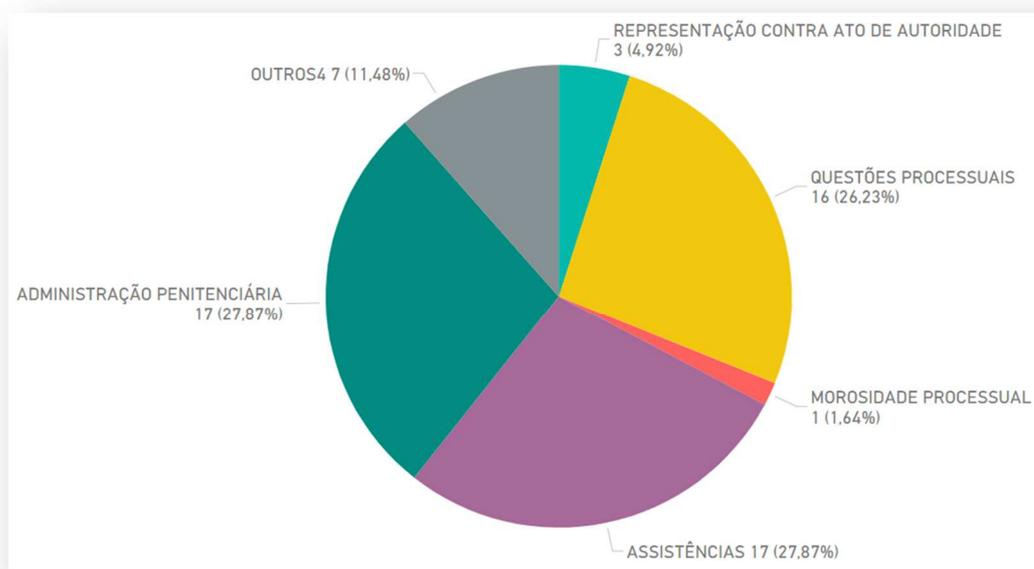
Gráfico 99. Assunto de demandas⁴³ oriundas do Paraná por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

⁴³ Destaca-se que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquela. Geralmente, em uma carta (expediente) o preso reclama de diversos aspectos, gerando diversas demandas e/ou pleitos, bem como um órgão pode representar contra muitos aspectos e problemas do sistema penal.

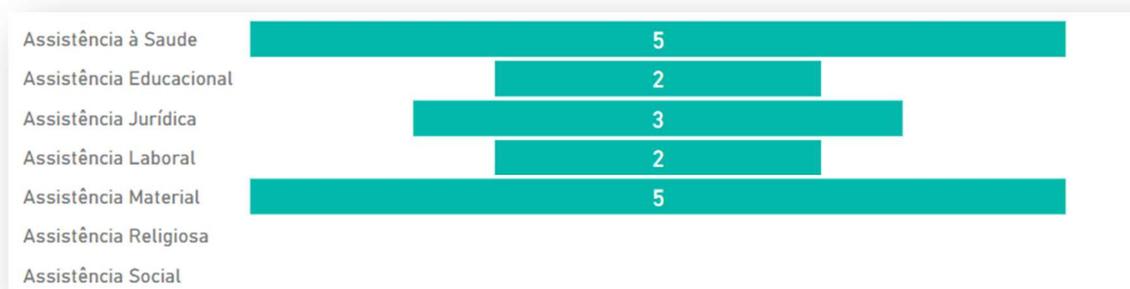
Gráfico 100. Assunto de demandas oriundas do Paraná por categorias



Fonte: DMF/CNJ

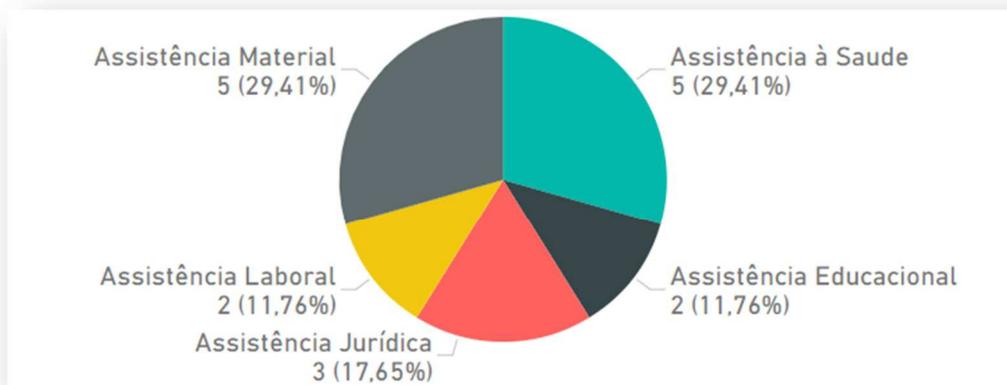
Quanto à Assistências, verifica-se que as demandas são, geralmente, relativas a Assistência à Saúde (29,4%) e Assistência Material (29,4%).

Gráfico 101. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a assistências em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

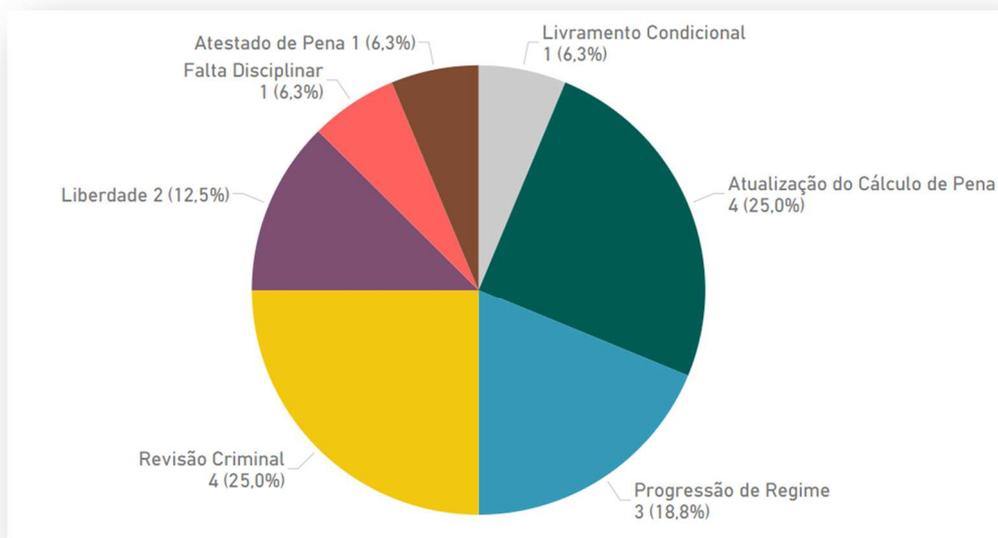
Gráfico 102. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a assistências



Fonte: DMF/CNJ

No que concerne à Categoria de Questões Processuais, verifica-se que as subcategorias Atualização do Cálculo de Pena e Revisão Criminal somam juntas 50% dos pleitos, representando cada uma 25% da totalidade da categoria. Vale destacar que Progressão de Regime representa 19% das demandas processuais.

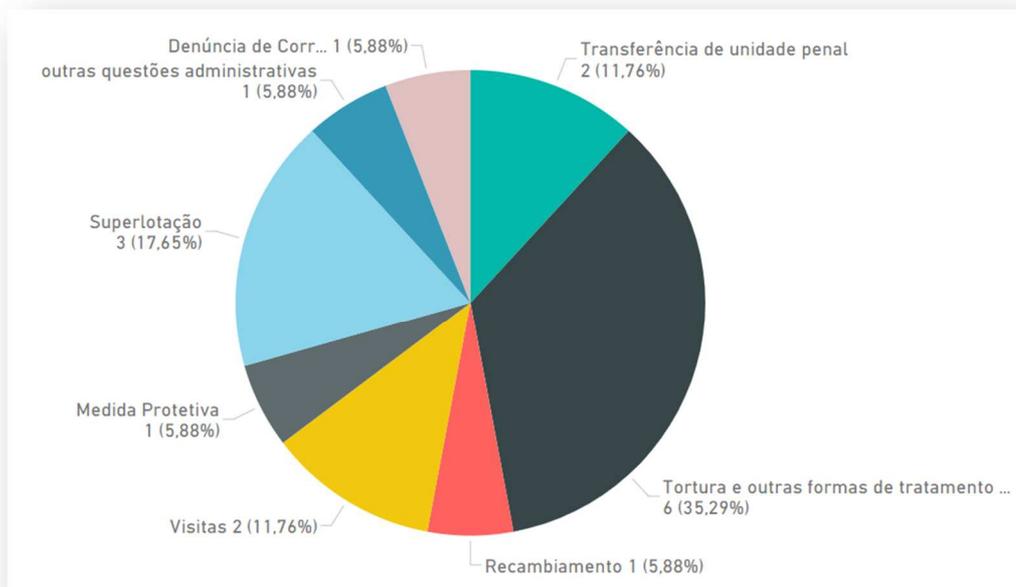
Gráfico 103. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

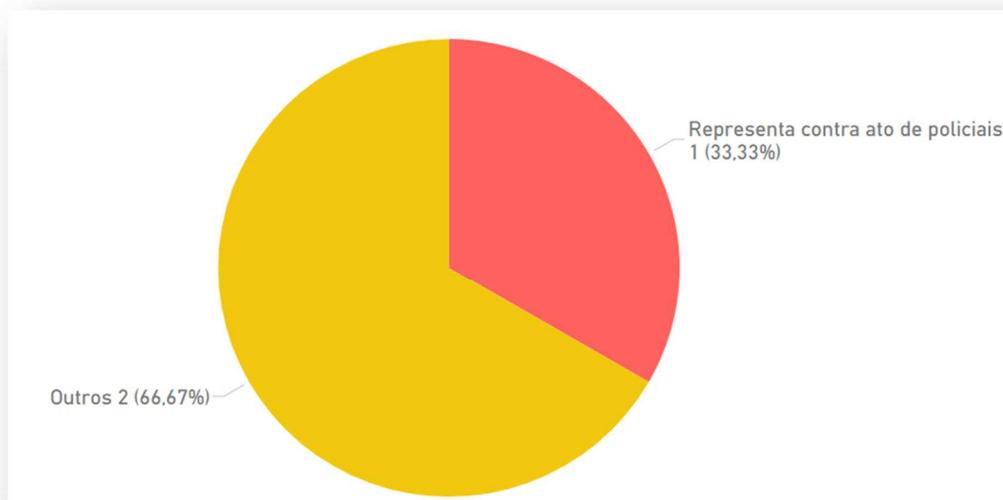
Quanto à Administração Penitenciária, observa-se que Tortura é o item mais reclamado, ao abarcar 35,2% dessas demandas da Categoria; sendo a superlotação o segundo com 17,6%.

Gráfico 104. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 105. Assunto de demandas oriundas do Paraná relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou sobre cada estabelecimento penal do Paraná e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 47. Penitenciárias do Paraná

UNIDADE PENAL	Contagem ⁴⁴
PR	
Cadeia Pública de Cerro Azul	1
PR - 14ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE GUARAPUAVA	1
PR - CASA DE CUSTÓDIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (CCJP)	2
PR - DELEGACIA DE POLICIA DE BANDEIRANTES	1
PR - DELEGACIA DE POLICIA DE JOAQUIM TAVORA	1
PR - DELEGACIA DE POLICIA DE SARANDI	1
PR - PENITENCIARIA CENTRAL DO ESTADO DO PARANA - PCE	1
PR - PENITENCIARIA ESTADUAL DE PIRAQUARA - PEP	2
PR - PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CATANDUVAS	6
PR - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CASCAVEL	4

Fonte: DMF/CNJ

Rio de Janeiro – RJ

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 138 são oriundas do estado do Rio de Janeiro, o que representa 5,7 % da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (21) quanto por reeducandos (115)⁴⁵.

⁴⁴ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

⁴⁵ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes encaminhados por cidadãos livres.

Tabela 48. Demandantes do estado do Rio de Janeiro em números absolutos por órgão

RJ	21
DPE/RJ	6
DPE/RJ/Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos	3
Instituto Anjos da Liberdade	3
SAP/RJ/Secretaria de Administração Penitenciária/SEAP	2
STF/Central do Cidadão	2
TJRJ	3
TJRJ/Cartório 4ª Vara de Família	1

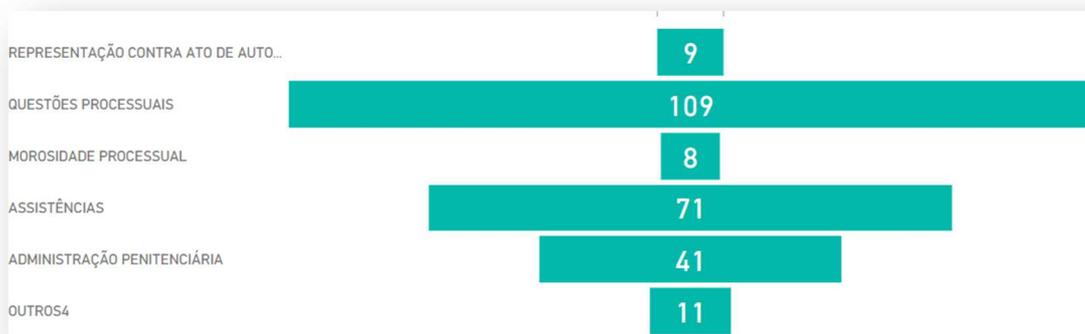
Fonte: DMF/CNJ

Destaca-se que a Advocacia Geral da União encaminhou expedientes ao DMF que não entraram nesta estatística acerca do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (Processos SEI 14075/2017, 14365/2017 e 14077/2017), o qual versava sobre notificação da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil sobre o descumprimento das medidas para a) proteção da vida e da integridade pessoal de todas as pessoas privadas de liberdade no Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho; b) erradicação dos riscos de morte não natural e de atentados contra a vida dos detentos no Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho; c) apresentação de plano de redução da superlotação no Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho.

Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a grande maioria das representações é relativa a Categoria Questões Processuais (109), representando 45,8% das demandas. Sendo que, as subcategorias mais reclamadas são Revisão Criminal (33%) e Progressão de Regime (19%).

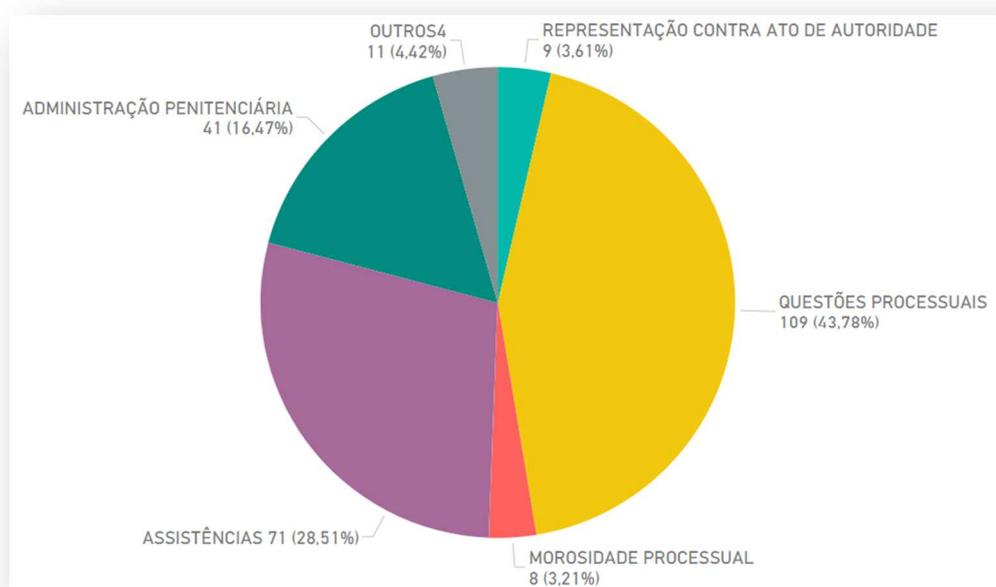
Em seguida, percebe-se que a segunda categoria mais demandada diz respeito a Assistências (71), ao contemplar 29,8% da totalidade dos pleitos. Nesse quesito, as principais queixas são relativas a falta de assistência jurídica (32%) e de assistência à saúde (25%).

Gráfico 106. Assunto de demandas⁴⁶ oriundas do Rio de Janeiro por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

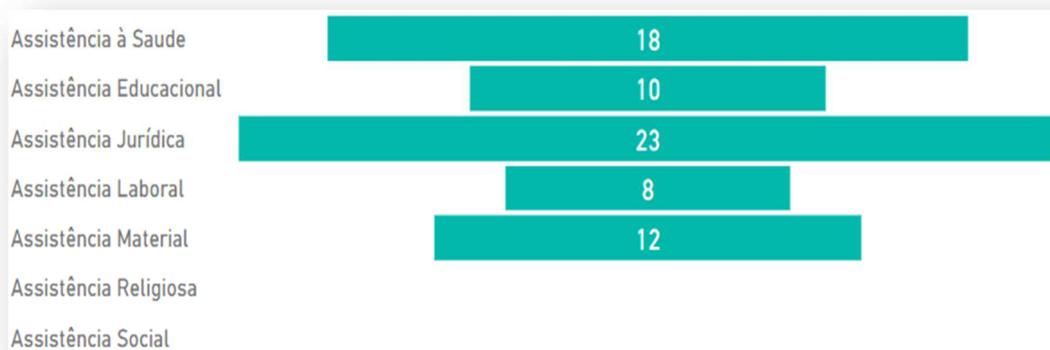
Gráfico 107. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro por categorias



Fonte: DMF/CNJ

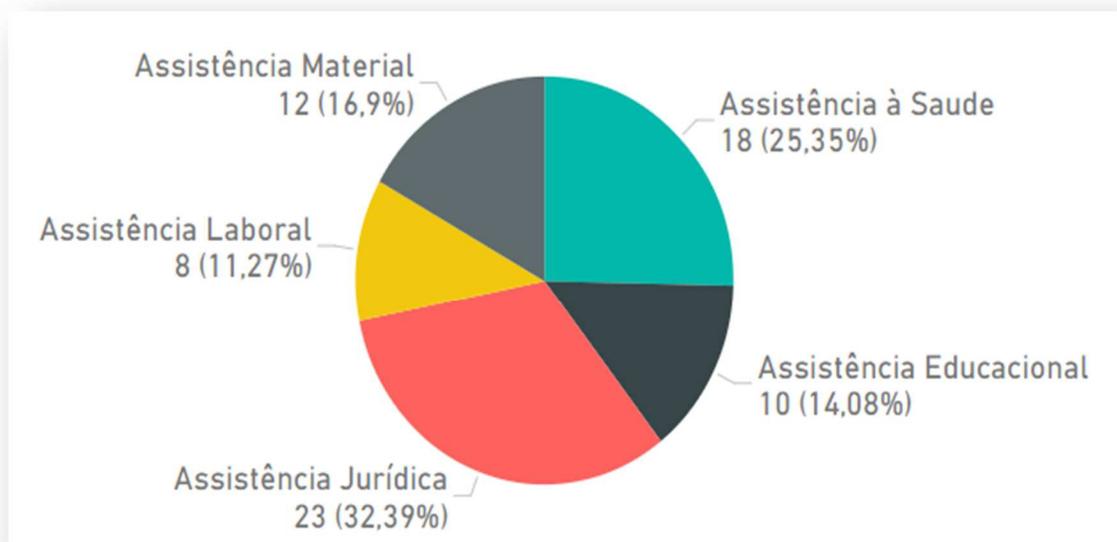
⁴⁶ Destaca-se que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquela. Geralmente, em uma carta (expediente) o preso reclama de diversos aspectos, gerando diversas demandas e/ou pleitos, bem como um órgão pode representar contra muitos aspectos e problemas do sistema penal.

Gráfico 108. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a assistências em números absolutos



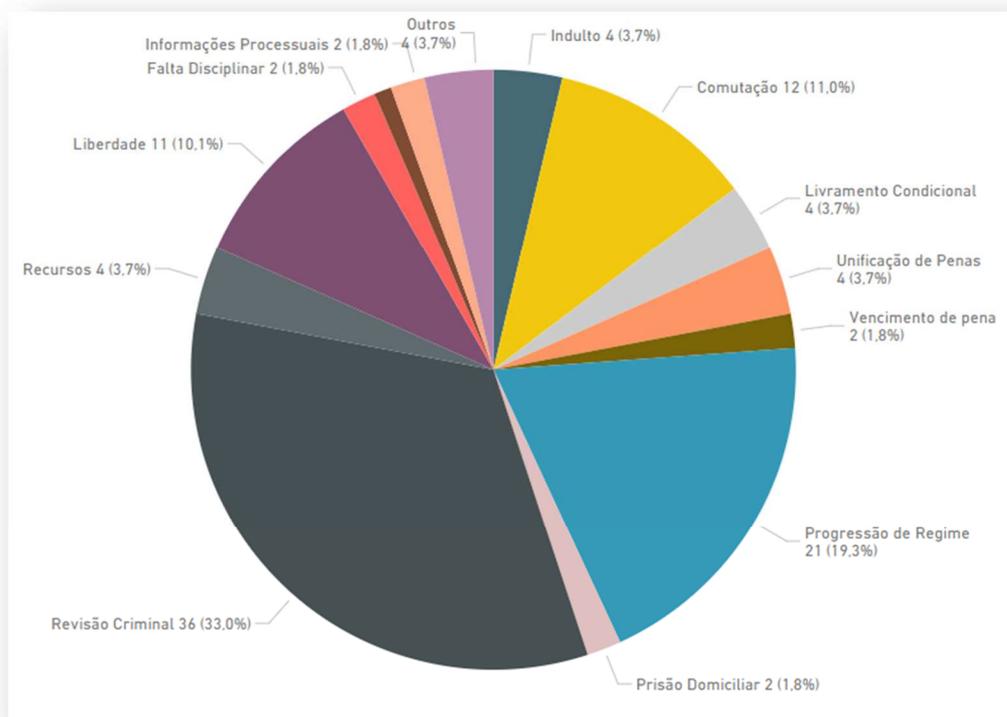
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 109. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a assistências



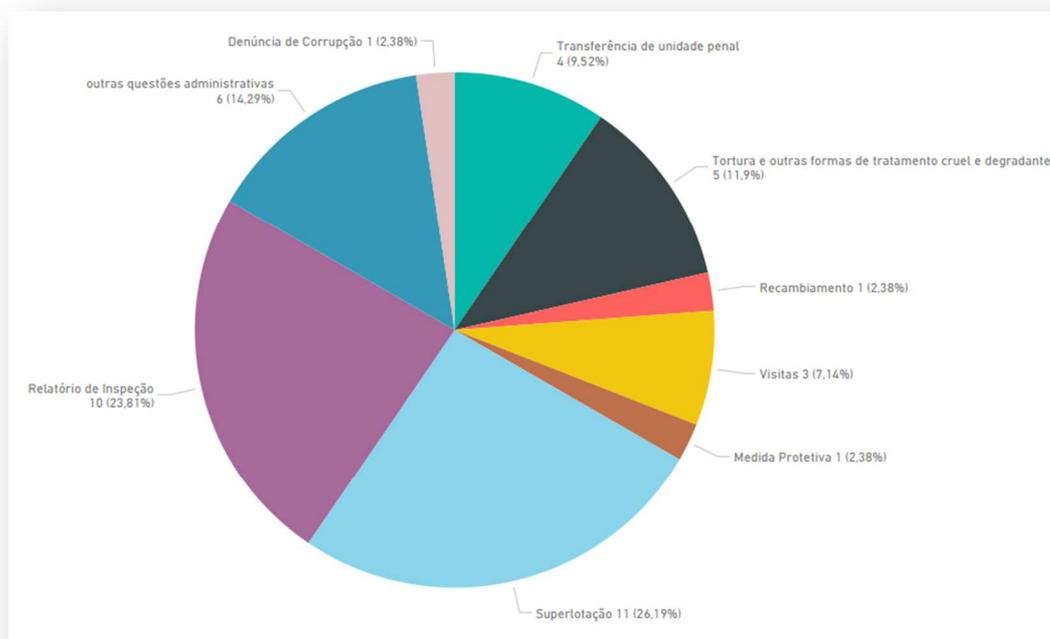
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 110. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a questões processuais



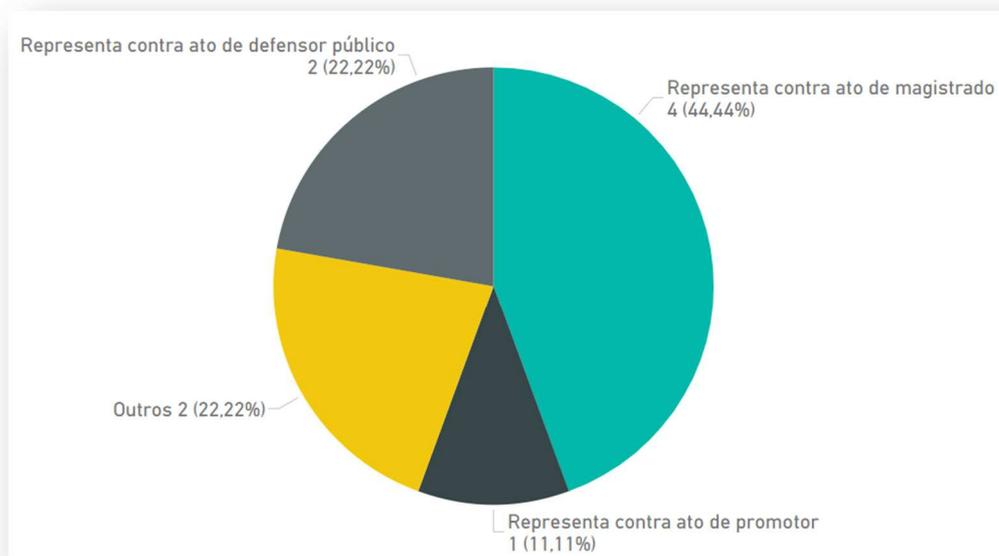
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 111. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 112. Assunto de demandas oriundas do Rio de Janeiro relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Registre-se que, geralmente, os casos contemplados na subcategoria Outros de Representação contra Ato de Autoridade dizem respeito a abuso de autoridade de agentes penitenciários ou diretores dos presídios.

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 49. Penitenciárias do Rio de Janeiro

UNIDADE PENAL	Contagem ⁴⁷
RJ	
RJ - CADEIA PÚBLICA BANDEIRA STAMPA	3
RJ - CADEIA PÚBLICA DALTON CRESPO DE CASTRO	2

⁴⁷ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

RJ - CADEIA PÚBLICA INSPETOR LUÍS FERNANDES BANDEIRA DUARTE	1
RJ - CADEIA PÚBLICA JUÍZA PATRÍCIA LOURIVAL ACIOLI	2
RJ - CADEIA PÚBLICA PEDRO MELO DA SILVA	3
RJ - CADEIA PÚBLICA ROMEIRO NETO	1
RJ - Complexo Penitenciário de Gericinó	3
RJ - INSTITUTO PENAL BENJAMIN DE MORAES FILHO	1
RJ - INSTITUTO PENAL CÂNDIDO MENDES	1
RJ - INSTITUTO PENAL EDGARD COSTA	1
RJ - INSTITUTO PENAL PLÁCIDO SÁ CARVALHO	2
RJ - PENITENCIÁRIA ALFREDO TRANJAN	1
RJ - PENITENCIÁRIA DR. SERRANO NEVES	1
RJ - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL ESMERALDINO BANDEIRA	1
RJ - PENITENCIÁRIA JONAS LOPES DE CARVALHO	12
RJ - PENITENCIÁRIA LAÉRCIO DA COSTA PELEGRINO	1
RJ - PENITENCIÁRIA MILTON DIAS MOREIRA	63
RJ - PENITENCIÁRIA PEDROLINO WERLING DE OLIVEIRA	1
RJ - PRESÍDIO ARY FRANCO	1
RJ - PRESÍDIO EVARISTO DE MORAES	9
RJ - TODAS AS UNIDADES	2
RJ - Todas as unidades prisionais do Estado	1

Fonte: DMF/CNJ

Rio Grande do Norte – RN

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 18 são oriundas do estado do Rio Grande do Norte, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (2) quanto por reeducandos (15)⁴⁸.

Tabela 50. Demandantes do estado do Rio Grande do Norte em números absolutos por órgão

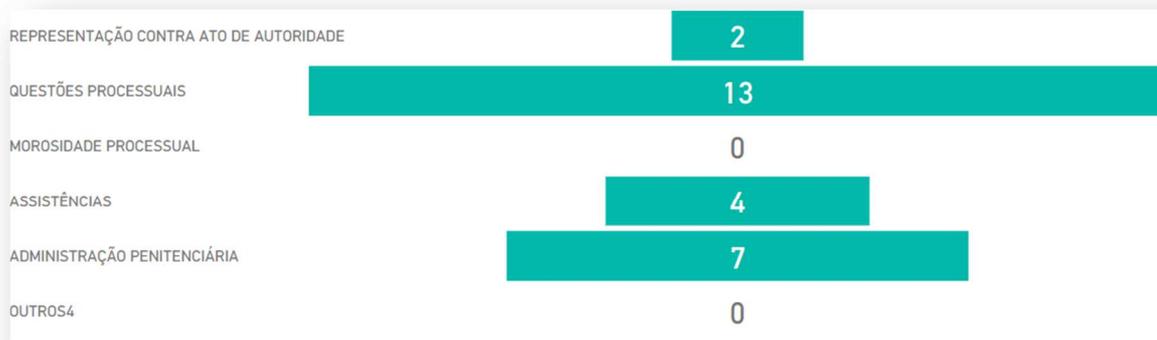
RN	2
SEJUC/COORDENADORIA	1
TJRN	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos assuntos dos expedientes, verifica-se, ao observar os gráficos abaixo, que a maioria das representações é relativa a Categoria Questões Processuais (13), representando 50 % das demandas. Sendo que, as subcategorias mais reclamadas são Informações Processuais ao contemplar 85% das demandas. Por oportuno, destaca-se que esse pedido de conhecimento de andamento processual pode ser relativo também a processos administrativos em tramitação no Conselho Nacional de Justiça.

Em segundo lugar, visualiza-se a Administração Penitenciária (7), representando 27% dos pleitos, com a maior parte das queixas relativas a Tortura (57%).

Gráfico 113. Assunto de demandas⁴⁹ oriundas do Rio Grande do Norte por categoria em números absolutos

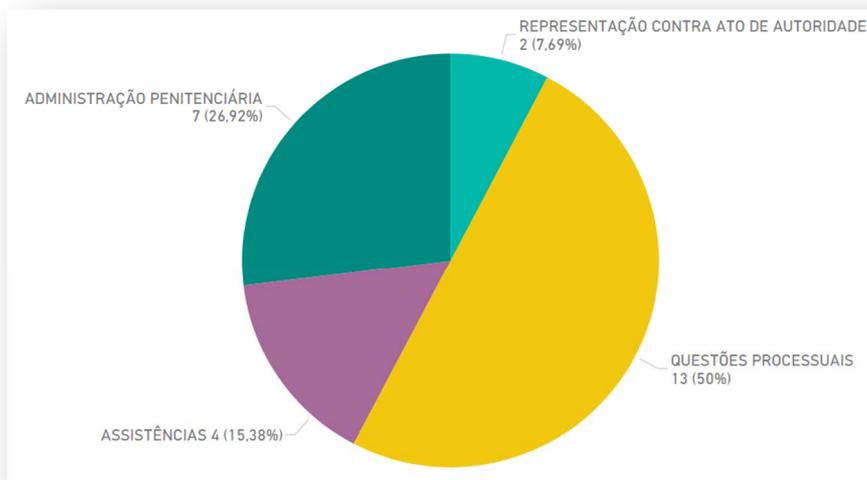


Fonte: DMF/CNJ

⁴⁸ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes encaminhados por cidadãos livres.

⁴⁹ Pontua-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 114. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte por categoria



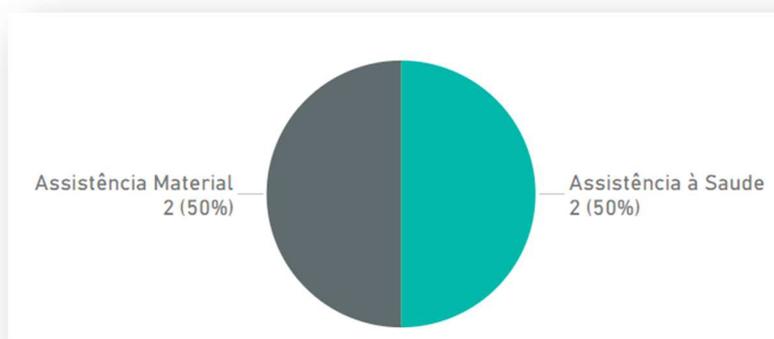
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 115. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a assistências em números absolutos



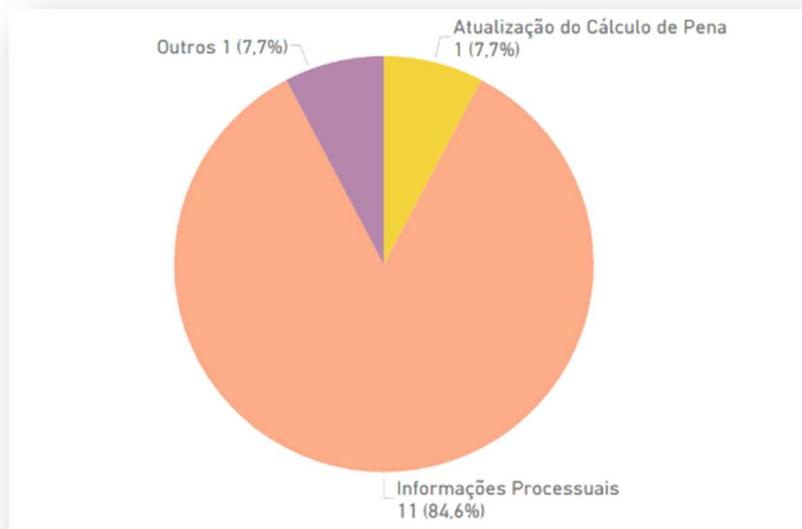
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 116. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a assistências



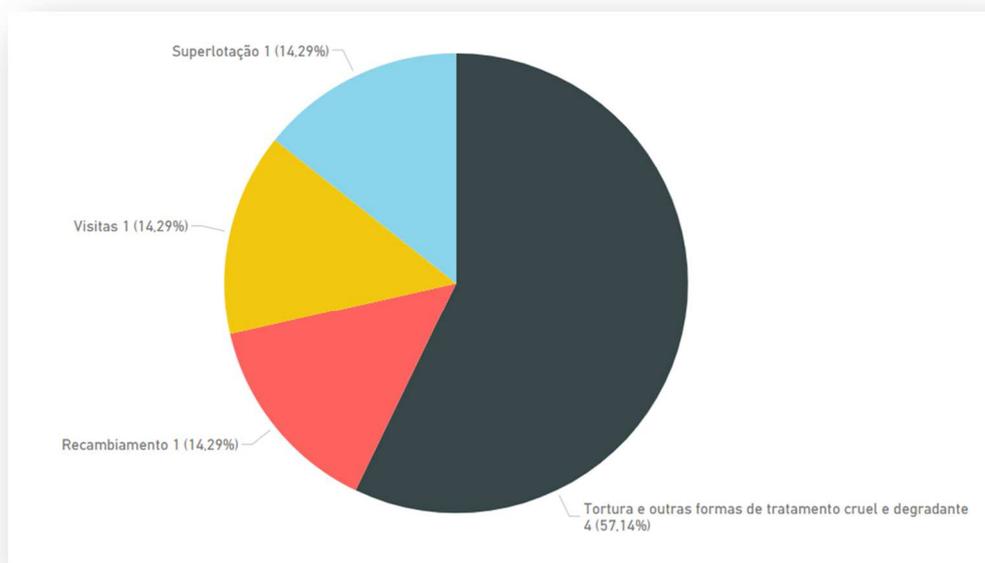
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 117. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a questões processuais



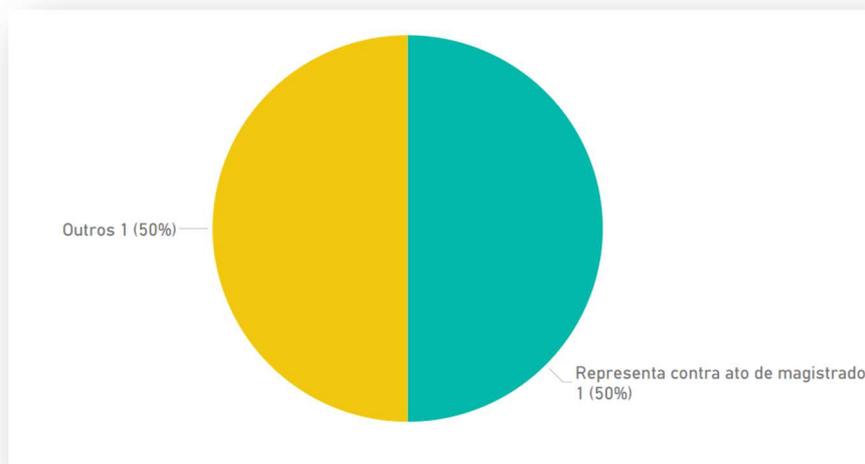
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 118. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 119. Assunto de demandas oriundas do Rio Grande do Norte relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 51. Penitenciárias do Rio Grande do Norte

UNIDADE PENAL	Contagem ⁵⁰
RN	
Carceragem no Estado do Rio Grande do Norte	1
RN - DELEGACIA DE POLÍCIA DE CANGUARETAMA	1
RN - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE ALÇAÇUZ - FRANCISCO FERNANDES NOGUEIRA	1
RN - Penitenciária Estadual de Seridó	1
RN - PENITENCIÁRIA FEDERAL EM MOSSORÓ/RN	1

Fonte: DMF/CNJ

⁵⁰ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Rondônia – RO

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, nove são oriundas do estado de Rondônia, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (5) quanto por reeducandos (2)⁵¹.

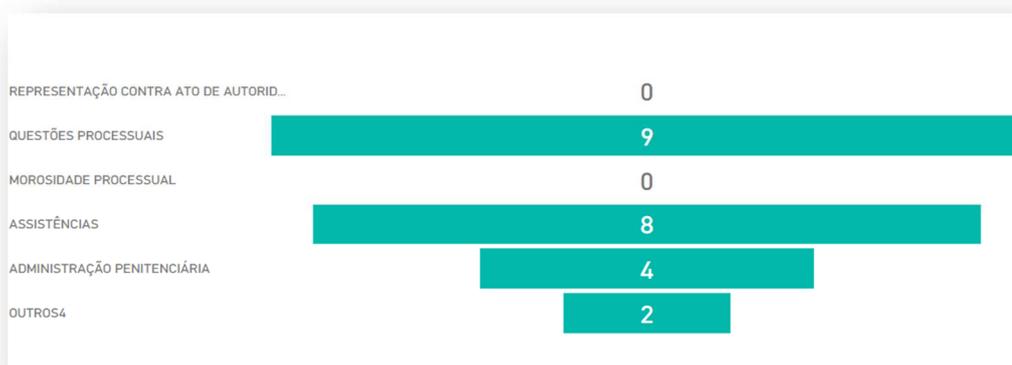
Tabela 52. Demandantes do estado de Rondônia em números absolutos por órgão

RO	5
DEPEN	1
DPE/RO	3
MJ/DEPEN/Penitenciária Federal em Porto Velho/RO	1

Fonte: DMF/CNJ

Quanto aos assuntos das demandas, verifica-se, por meio da análise dos gráficos abaixo, que a Categoria de Questões Processuais (9) abarca a maioria das demandas, representando 43 % da totalidade, pela diferença de um número absoluto em relação a Assistências (8).

Gráfico 120. Assunto de demandas⁵² oriundas de Rondônia por categorias em números absolutos

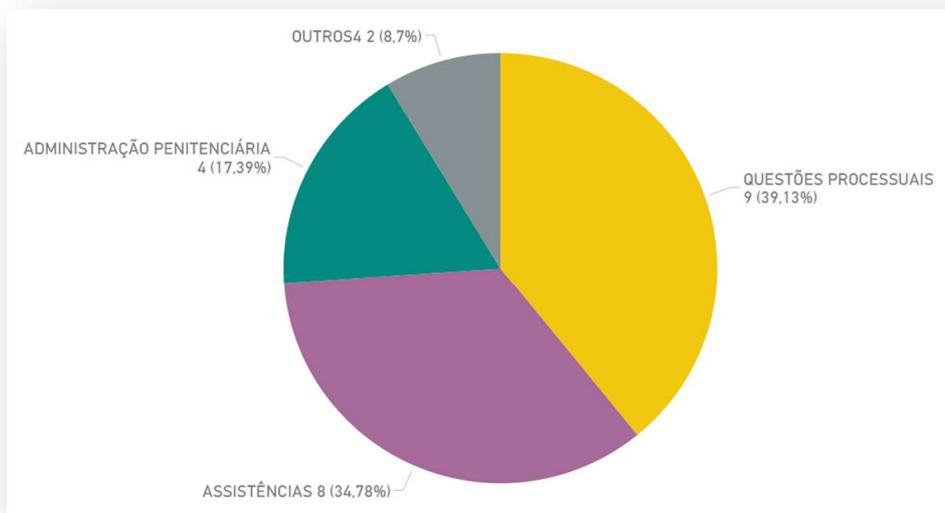


Fonte: DMF/CNJ

⁵¹ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes encaminhados por cidadãos livres.

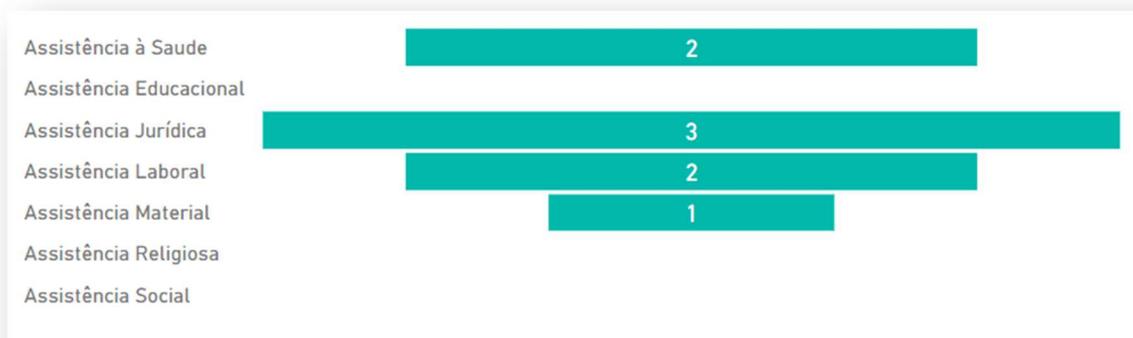
⁵² Pontua-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

Gráfico 121. Assunto de demandas oriundas de Rondônia por categorias



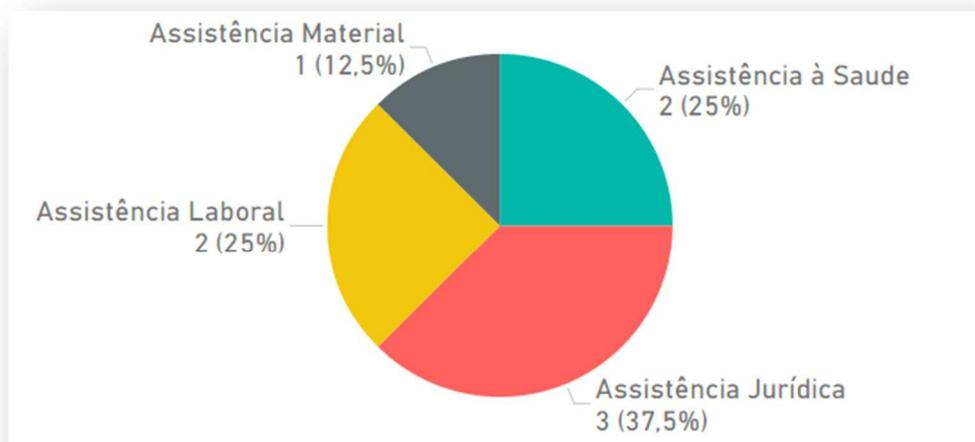
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 122. Assunto de demandas oriundas de Rondônia relativas a assistências em números absolutos



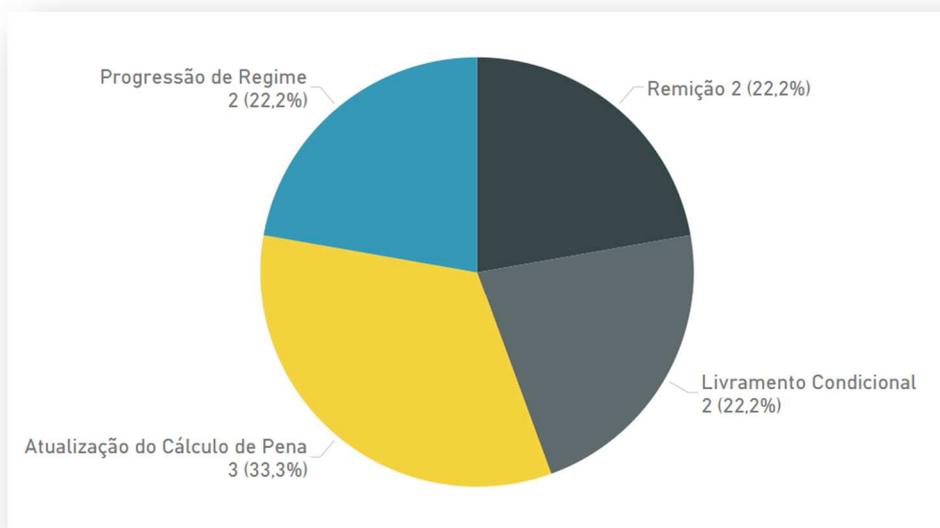
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 123. Assunto de demandas oriundas de Rondônia relativas a assistências



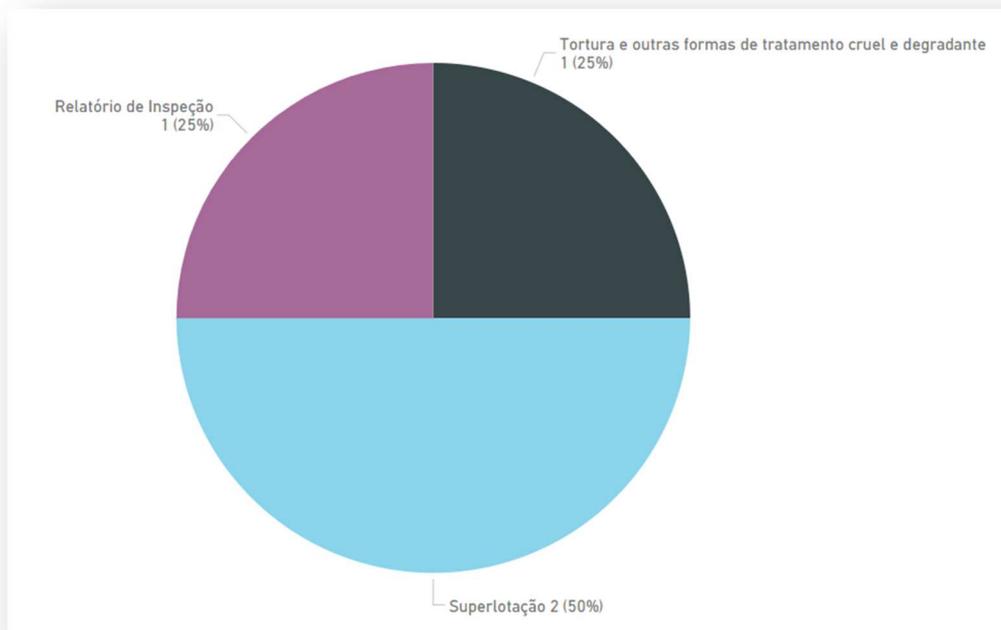
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 124. Assunto de demandas oriundas de Rondônia relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 125. Assunto de demandas oriundas de Rondônia relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal de Rondônia e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 53. Penitenciárias de Rondônia

UNIDADE PENAL	Contagem ⁵³
RO	
RO - Casa de Detenção Pimenta Bueno	1
RO - CASA DE DETENÇÃO DE ARIQUEMES	3
RO - PENITENCIÁRIA FEDERAL DE PORTO VELHO	2

Fonte: DMF/CNJ

⁵³ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Roraima - RR⁵⁴

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 14 são oriundas do estado de Roraima, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que a maior parte dos expedientes foram encaminhados por órgãos públicos⁵⁵. Nesse particular, ressalta-se que não houve nenhuma representação de reeducando, apesar das condições das unidades prisionais do estado, situação denunciada mais de uma vez, pela Defensoria Pública do Estado de Roraima e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

Tabela 54. Demandantes do Roraima em números absolutos por órgão

RR	11
DPE/RR	6
MJ/MNPCT	1
TJRR	4

Fonte: DMF/CNJ

A maioria dos expedientes oriundos de instituições diz respeito a representações da Defensoria Pública do Estado de Roraima, apresentando relatórios de inspeção realizadas nas unidades prisionais. Nesse contexto, alertam que os “problemas físicos constatados (estrutura precária do prédio, insalubridade, péssimas condições sanitárias, etc.) datam de muitos anos, sem que até a presente data haja solução eficaz e definitiva para o caso”, em referência à Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (Processo SEI 07214/2017). Nesse sentido, ainda, verifica-se a seguinte comunicação desse órgão a respeito de violações à Lei de Execução Penal, mais especificamente na Cadeia Pública de Boa Vista, no que concerne à: “assistência à saúde, educação e material à pessoa custodiada, como falta de fardamento, material de higiene pessoal, tendo custeado pelos familiares dos presos, superlotação da unidade prisional, uma vez

⁵⁴ Os eventos ocorridos nas unidades prisionais do Acre, Amazonas e Roraima no início de 2017 foram enfrentados pelo Grupo Especial de Monitoramento e Fiscalização (GEMF) do sistema prisional da região Norte do país, instituído por meio da Portaria CNJ nº 13 de 2017, e seus expedientes foram analisados em Relatório próprio apartado.

⁵⁵ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes encaminhados por cidadãos livres.

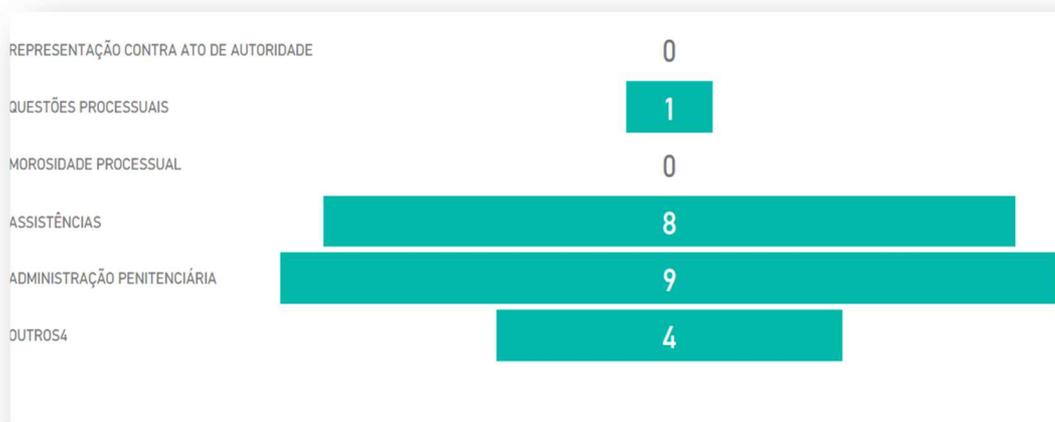
que a capacidade é pra 120 reeducandos, sendo ocupada atualmente por 637 dos mais diversos regimes, provisórios e definitivos” (Processo SEI 07742/2017).

Por oportuno, destaca-se, também, o teor do Processo SEI 07216/2017, no qual consta comunicação acerca da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, atestando: “ a precariedade da segurança dos Defensores Públicos que prestam atendimento naquela unidade prisional, impossibilitando a continuidade de assistência jurídica *in loco*, ante o risco à integridade física dos membros da DPE”.

Com relação aos assuntos de todos os expedientes, é possível observar que a maioria das demandas oriundas do estado de Roraima diz respeito a Questões da Administração Penitenciária (9), visto que representa 50% da totalidade.

Todavia, há que se destacar que, por uma diferença de um número absoluto, se encontra a Categoria de Assistências (8) ao contemplar 44,44 % do total.

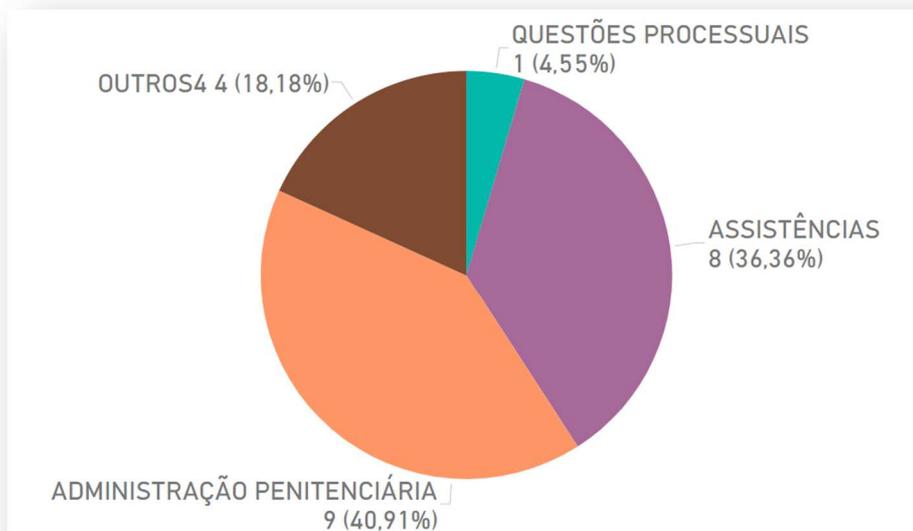
Gráfico 126. Assunto de demandas⁵⁶ oriundas de Roraima por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

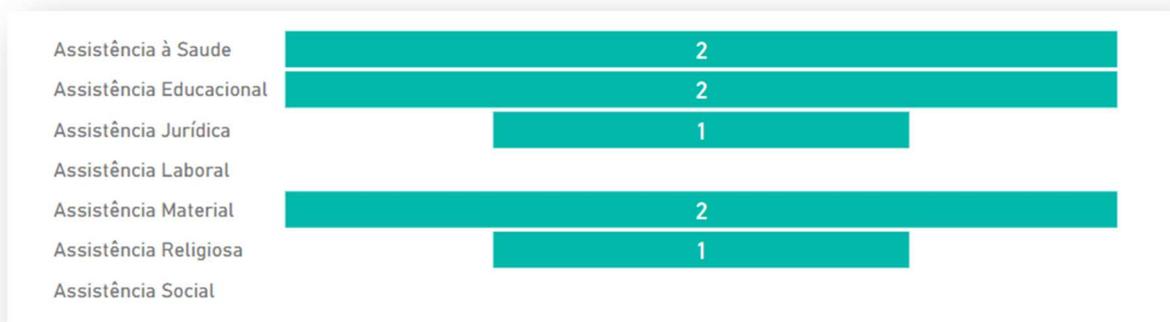
⁵⁶ Destaca-se que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquela. Geralmente, em uma carta (expediente) o preso reclama de diversos aspectos, gerando diversas demandas e/ou pleitos, bem como um órgão pode representar contra muitos aspectos e problemas do sistema penal.

Gráfico 127. Assunto de demandas oriundas de Roraima por categorias



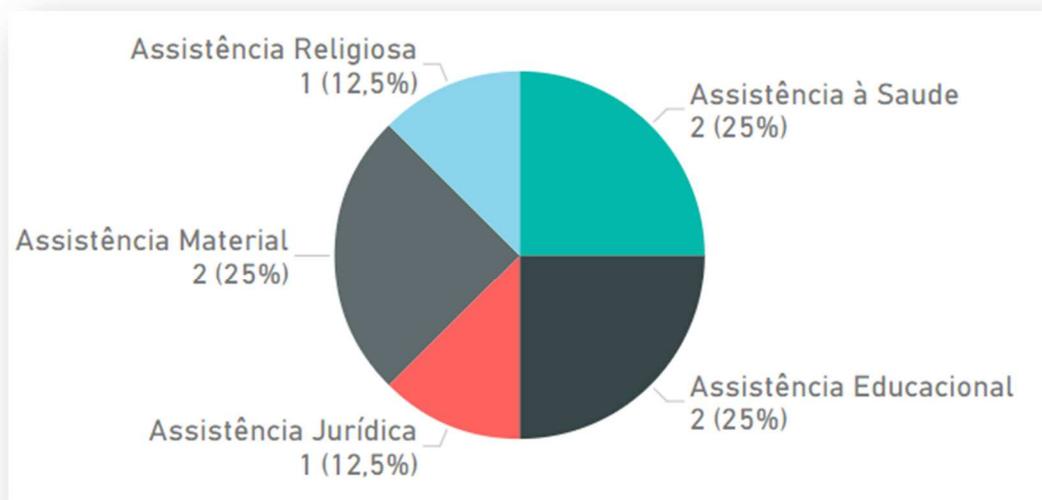
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 128. Assunto de demandas oriundas de Roraima relativas a assistências em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

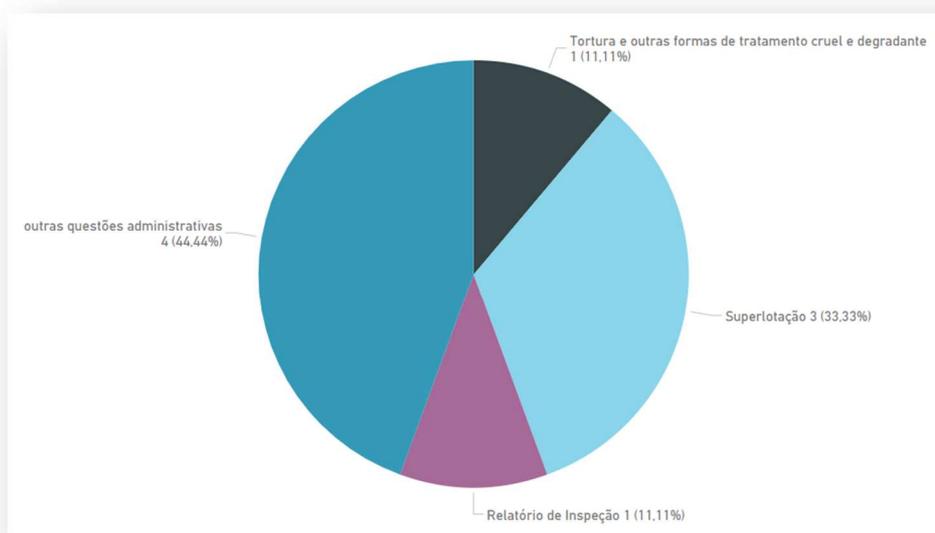
Gráfico 129. Assunto de demandas oriundas de Roraima relativas a assistências



Fonte: DMF/CNJ

Com relação à Categoria de Questões Processuais, observa-se que a única demanda está inserida na subcategoria “Outros”.

Gráfico 130. Assunto de demandas oriundas de Roraima relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, na tabela abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referente a cada estabelecimento penal de Roraima e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 55. Penitenciárias de Roraima

UNIDADE PENAL	Contagem ⁵⁷
RR	
RR - CADEIA PÚBLICA DE BOA VISTA	2
RR - PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO	9

Fonte: DMF/CNJ

Rio Grande do Sul – RS

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 27 são oriundas do estado do Rio Grande do Sul, o que representa 1,11% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (6) quanto por reeducandos (19)⁵⁸.

Tabela 56. Demandantes do estado do Rio Grande do Sul em números absolutos por órgão.

RS	6
DPE/RS/NUDEP	1
STF/Central do Cidadão	2
TJRS	1
TRF4	2

Fonte: DMF/CNJ

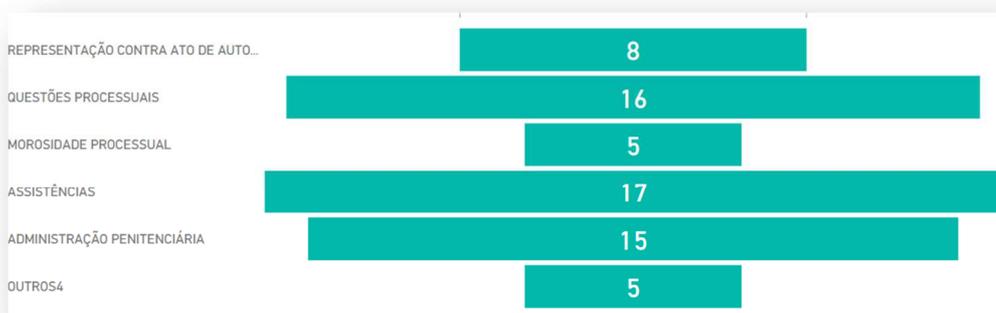
Com relação ao assunto das demandas, por meio da análise dos gráficos abaixo, verifica-se que não há uma categoria destacadamente majoritária, mas uma divisão equânime entre as

⁵⁷ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

⁵⁸ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes encaminhados por cidadãos livres.

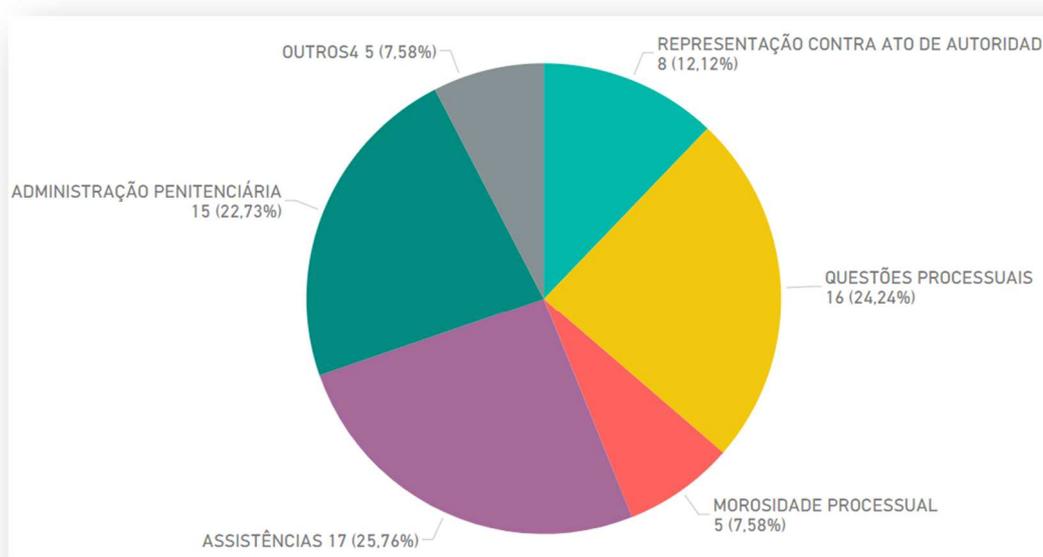
três principais: Assistências possui 17 pleitos, Questões Processuais, 16, e Questões da Administração Penitenciária, 15.

Gráfico 131. Assunto de demandas⁵⁹ oriundas de Rio Grande do Sul por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

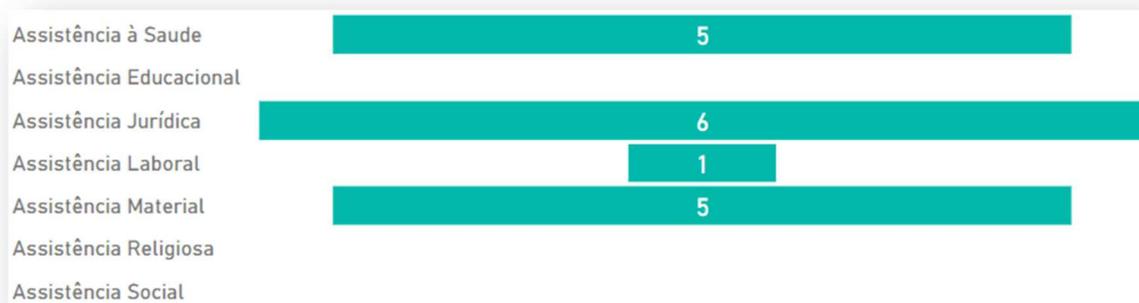
Gráfico 132. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul por categorias



Fonte: DMF/CNJ

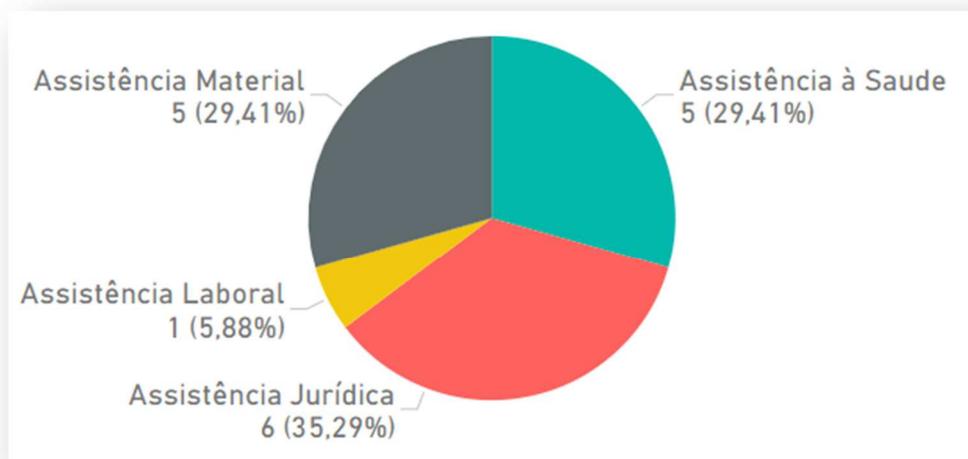
⁵⁹ Destaca-se que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquela. Geralmente, em uma carta (expediente) o preso reclama de diversos aspectos, gerando diversas demandas e/ou pleitos, bem como um órgão pode representar contra muitos aspectos e problemas do sistema penal.

Gráfico 133. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a assistências em números absolutos



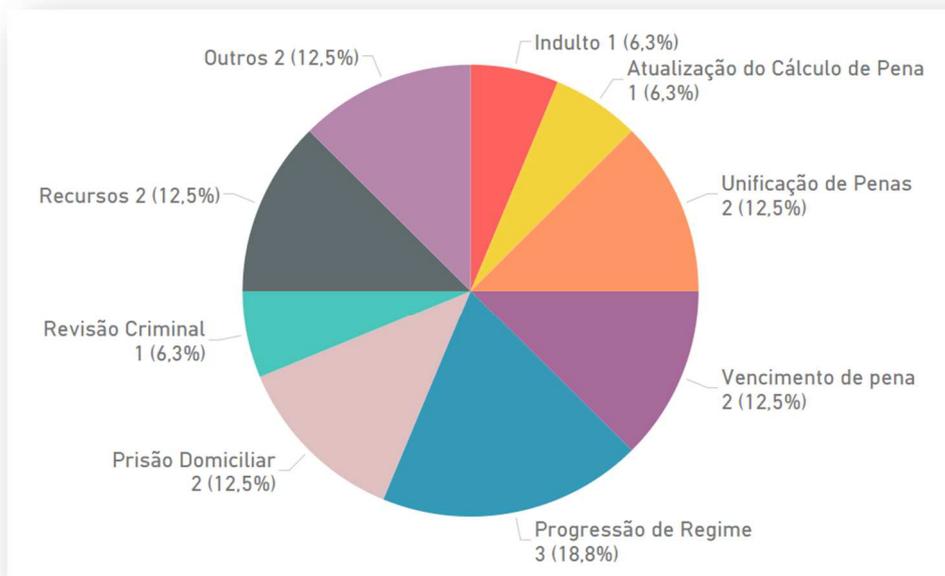
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 134. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a assistências



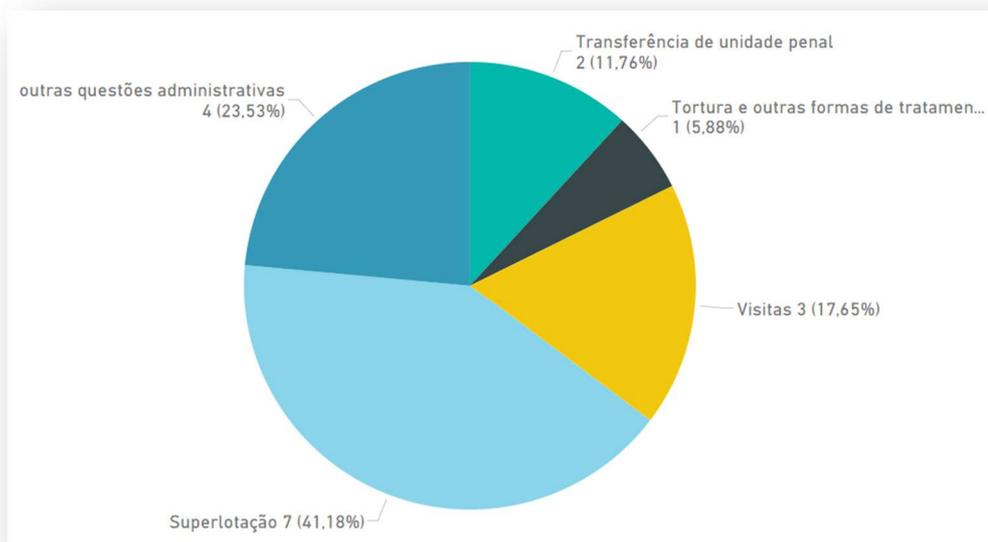
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 135. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a questões processuais



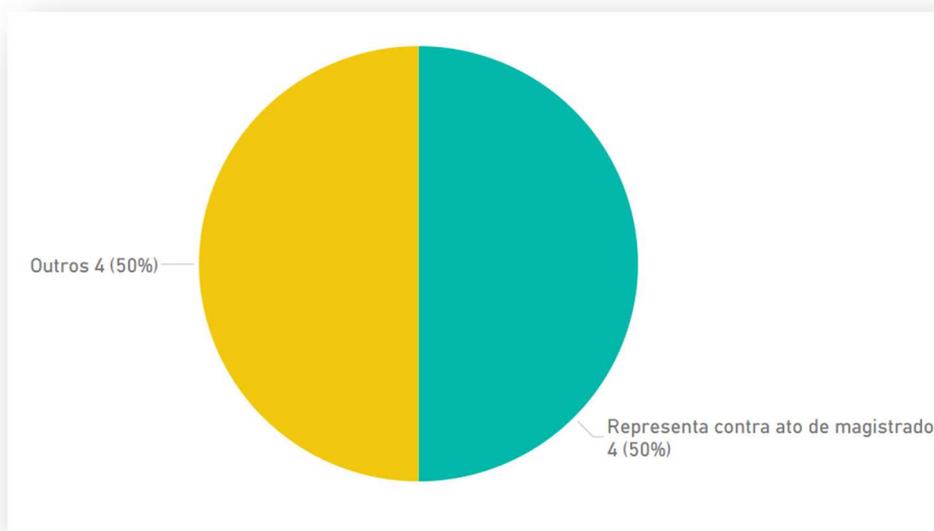
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 136. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 137. Assunto de demandas oriundas de Rio Grande do Sul relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referente a cada estabelecimento penal do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 57. Penitenciárias do Rio Grande do Sul

UNIDADE PENAL	Contagem ⁶⁰
RS	
RS - PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CHARQUEADAS	1
RS - PENITENCIÁRIA ESTADUAL FEMININA DE GUAÍBA	1
RS - PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE CHARQUEADAS	1
RS - PENITENCIÁRIA MODULADA ESTADUAL DE OSÓRIO	4
RS - PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE	2
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE RIO GRANDE	1
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTA ROSA	5
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	1
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE SÃO JERÔNIMO	1
RS - PRESÍDIO ESTADUAL DE SOLEDADE	2

⁶⁰ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

Santa Catarina – SC

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 36 são oriundas do estado de Santa Catarina, o que representa 1,48 % da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (8) quanto por reeducandos (26)⁶¹.

Tabela 58. Demandantes do estado de Santa Catarina em números absolutos por órgão

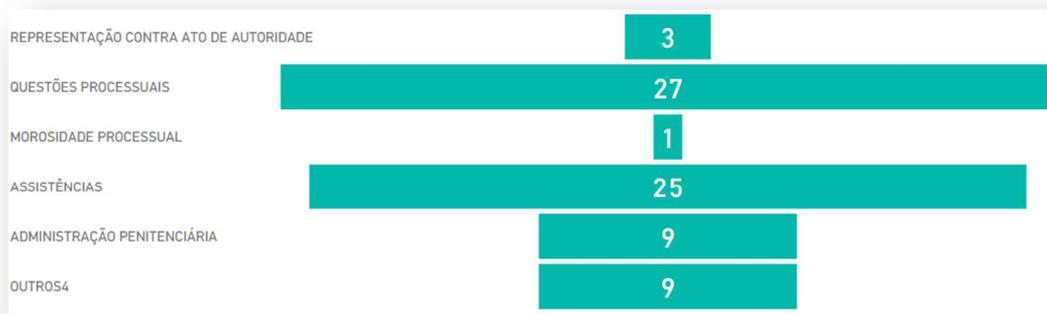
SC	8
CNJ/Ouvidoria	1
DEAP/SC	1
STF/Central do Cidadão	3
TJSC	1
TJSC/Vara de Execuções Penais	1
TJSP/1ºOfício Judicial da Comarca de Itápolis	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação ao assunto das demandas, verifica-se, por meio da análise dos gráficos abaixo, que a maioria é referente a Questões Processuais (27), representando 41,5% da totalidade; sendo que a Categoria de Assistências (25) também possui um número significativo de pleitos.

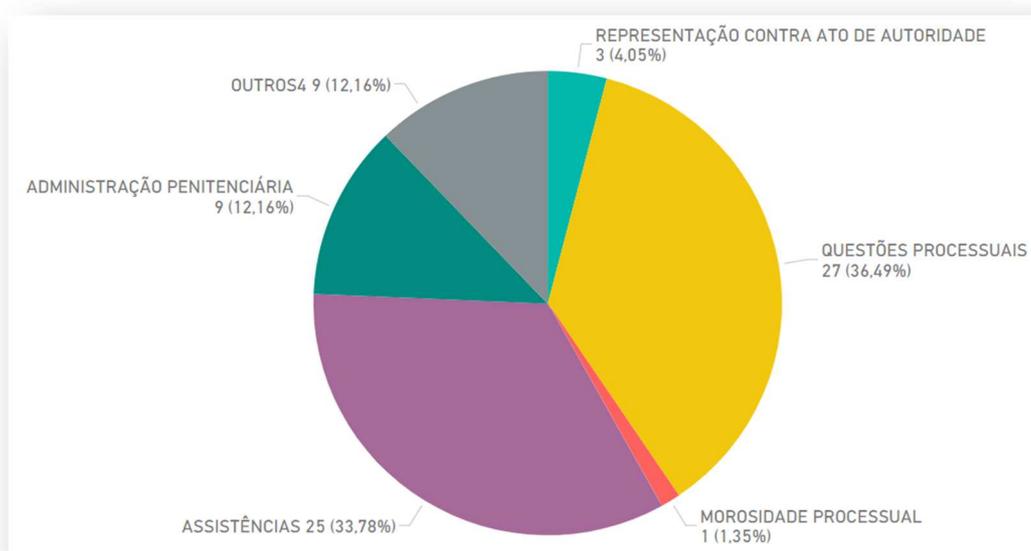
⁶¹ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes encaminhados por cidadãos livres.

Gráfico 138. Assunto de demandas⁶² oriundas de Santa Catarina por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 139. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina por categorias

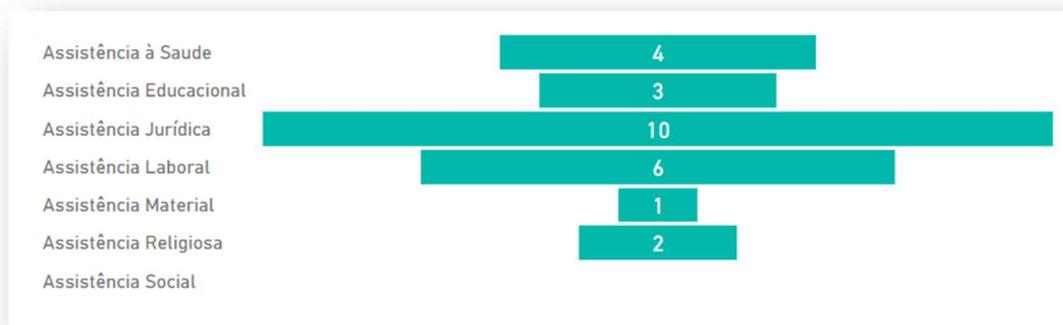


Fonte: DMF/CNJ

As principais demandas de Assistência são relativas a Assistência Jurídica e a Assistência Laboral, conforme se visualiza no gráfico abaixo.

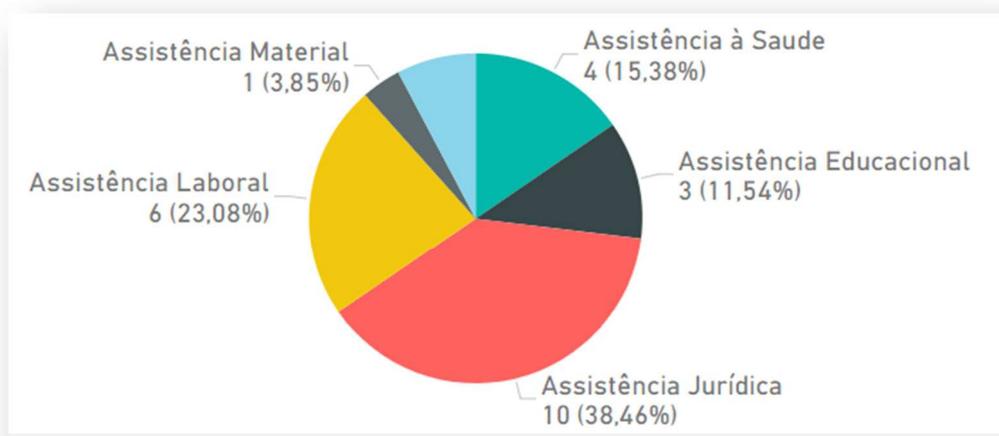
⁶² Destaca-se que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquela. Geralmente, em uma carta (expediente) o preso reclama de diversos aspectos, gerando diversas demandas e/ou pleitos, bem como um órgão pode representar contra muitos aspectos e problemas do sistema penal.

Gráfico 140. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a assistências em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 141. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a assistências

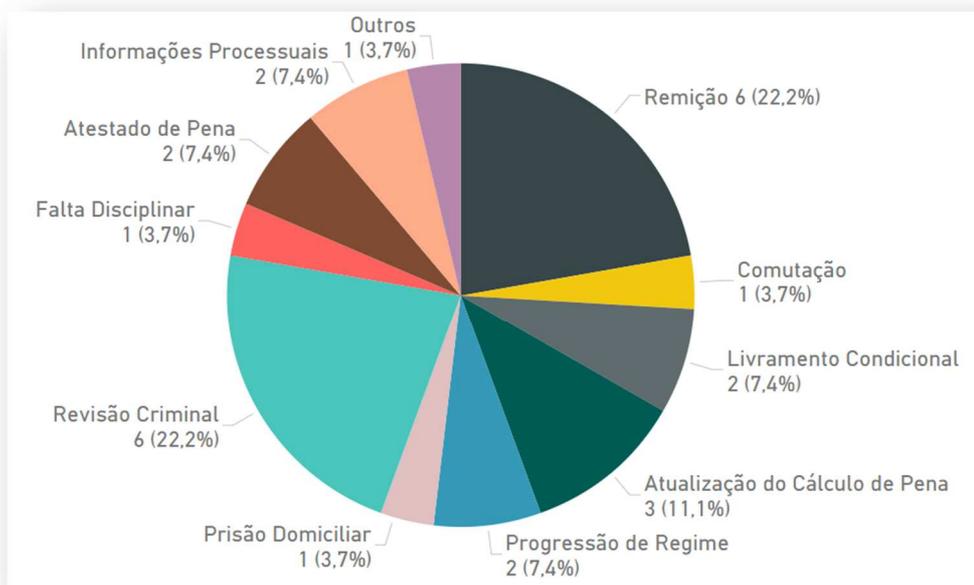


Fonte: DMF/CNJ

Com relação às demandas de Questões Processuais, observa-se que as subcategorias mais reclamadas são relativas a Revisão Criminal (22,22%) e Remição (22,22%).

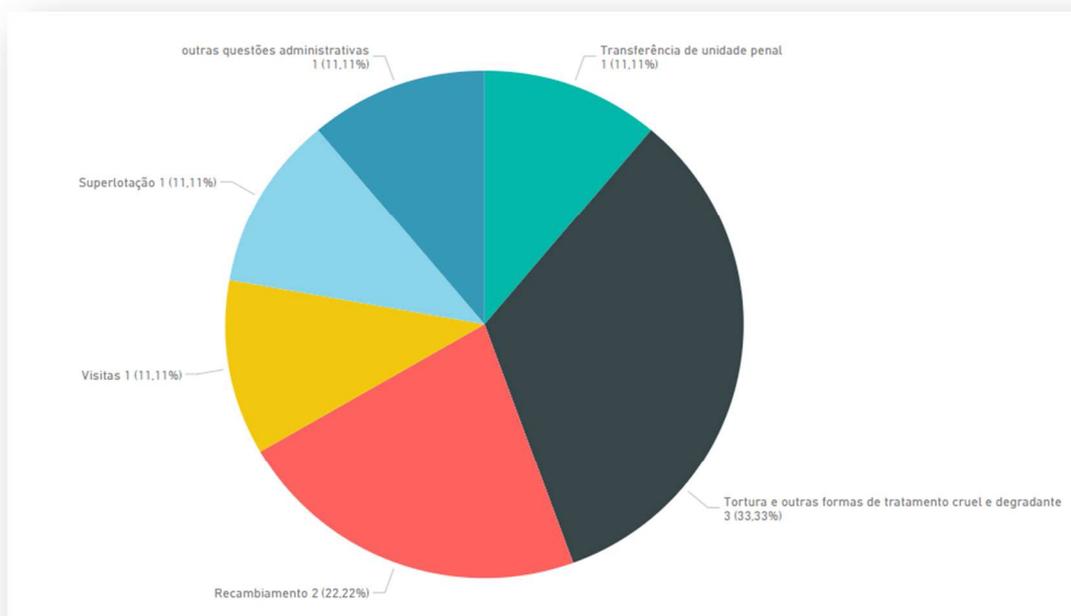
Destaca-se que os pleitos acerca de diminuição da pena por meio de estudo ou trabalho são mais numerosos no estado de Santa Catarina em relação aos demais entes da Federação.

Gráfico 142. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a questões processuais



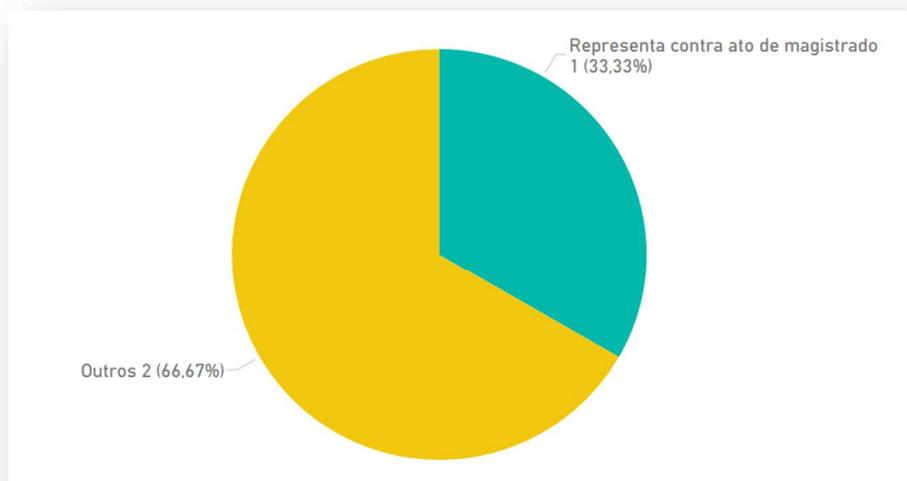
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 143. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 144. Assunto de demandas oriundas de Santa Catarina relativas a representação contra ato de autoridade



Fonte: DMF/CNJ

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou sobre cada estabelecimento penal de Santa Catarina e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 59. Penitenciárias de Santa Catarina

UNIDADE PENAL	Contagem ⁶³
SC	
SC - CPRESIDIO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO VALE DO ITAJAÍ	5
SC - PENITENCIÁRIA COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO VALE DO ITAJAÍ	5
SC - PENITENCIÁRIA DA REGIÃO DE CURITIBANOS	1
SC - PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	2
SC - PENITENCIÁRIA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	3
SC - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE BLUMENAU	1

⁶³ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

SC - PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE JOINVILLE	1
SC - PENITENCIARIA SUL DA COMARCA DE CRICIUMA	2
SC - PRESÍDIO MASCULINO DE LAGES	1
SC - PRESÍDIO REGIONAL DE CRICIÚMA	1
SC - PRESIDIO REGIONAL DE ITAJAÍ	1
SC - PRESÍDIO REGIONAL DE TIJUCAS	1
SC - PRESÍDIO SANTA AUGUSTA	1
SC - UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE IMBITUBA	1

Fonte: DMF/CNJ

Sergipe – SE

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, apenas uma é oriunda do estado do Sergipe, o que representa 0,041% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise dos gráficos abaixo, que esse expediente foi encaminhado por um reeducando, sendo relativo a um pedido de remição; todavia, a penitenciária em que está recluso não foi informada.

São Paulo – SP

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, 1.625 são oriundas do estado de São Paulo, o que representa 67% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (114) quanto por reeducandos (1.495)⁶⁴.

⁶⁴ Registra-se que a divergência numérica com o total de expedientes do gráfico anterior se deve ao fato de existirem expedientes encaminhados por cidadãos livres.

Tabela 60. Demandantes do estado de São Paulo em números absolutos por órgão

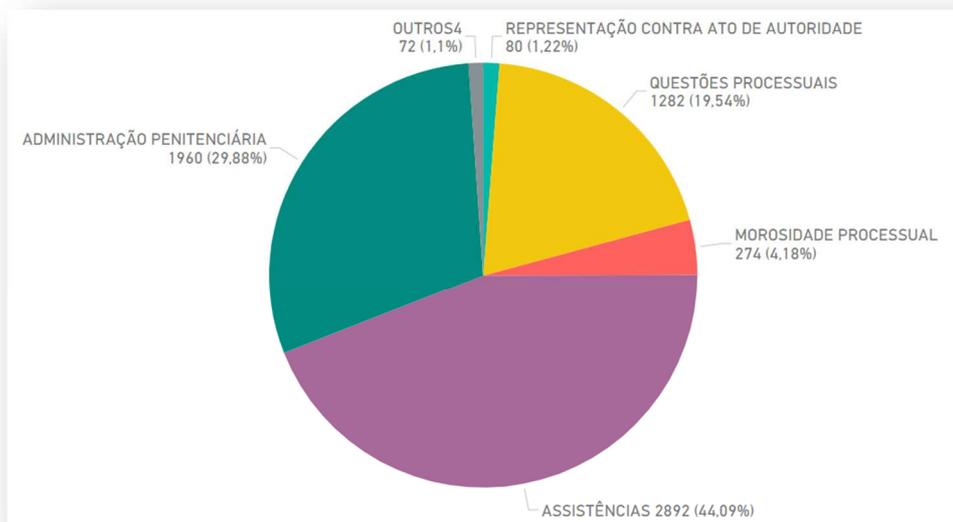
SP	114
5ª Vara de Execuções de São Paulo	1
CNJ/Corregedoria Nacional de Justiça	2
CNJ/Ouvidoria	1
Conectas Direitos Humanos	2
Coppola Advocacia	1
DPE/SP - Defensoria Pública do Estado de São Paulo	3
Instituto de Defesa do Direito de Defesa/IDDD	4
Luengo Advocacia/SP	1
Pastoral Carcerária	1
SAP/SP	8
SAP/SP/SEAP/Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania	1
STF	3
STF/Audiência Presidencia	1
STF/Central do Cidadão	67
STF/Corregedoria Nacional de Justiça	3
STF/GAB/PRES	1
STF/Presidencia	1
TJSP/1ª Vara Cível, Criminal, do Júri e de Execuções Criminais	1
TJSP/DEECRIM 10ª RAJ	1
TJSP/DEECRIM 1ª RAJ	4
TJSP/DEECRIM 9ª RAJ	1
TJSP/Vara de Execuções Criminais	3
TRF/SEC/5ª Vara de Campo Grande	1
TRF3/1ª Vara Federal	1
TRF3/2ª Vara Federal de Guarulhos	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos assuntos das demandas⁶⁵, verifica-se, por meio da análise dos gráficos abaixo, que a maioria diz respeito a Assistências (2.892), representando 44,5% da totalidade; sendo que, dentro desta, a maior quantidade de pleitos é relativa, em primeiro lugar, à Assistência Jurídica (25%) e, em segundo lugar, à Assistência à Saúde.

⁶⁵ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

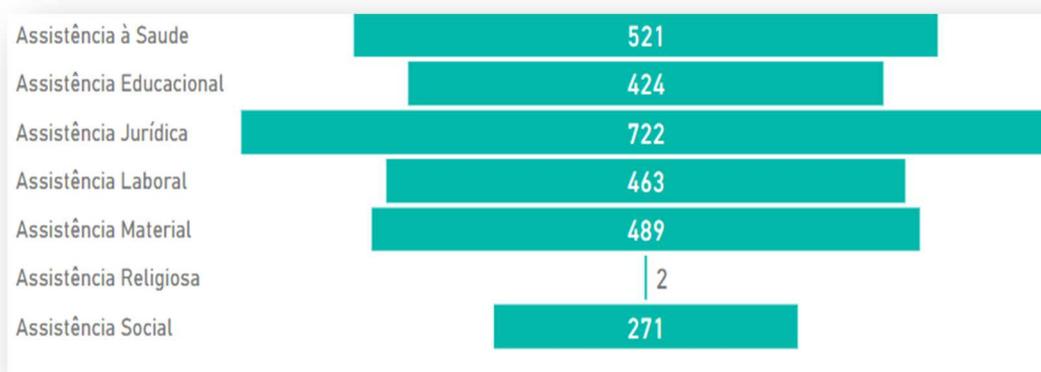
Gráfico 145. Assunto de demandas oriundas de São Paulo por categorias



Fonte: DMF/CNJ

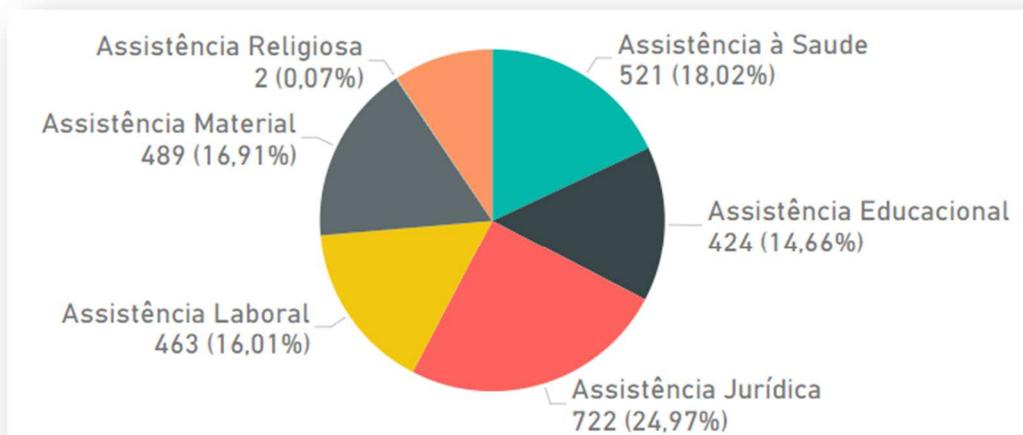
Destaca-se que a Administração Penitenciária, também, reúne um número significativo de demandas (1.960), ao abarcar 30% do total. Nessa categoria, as questões mais reclamadas são relativas às subcategorias de Tortura (24%) e Superlotação (24%), além dos pleitos relativos à subcategoria visitas.

Gráfico 146. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a assistências em números absolutos



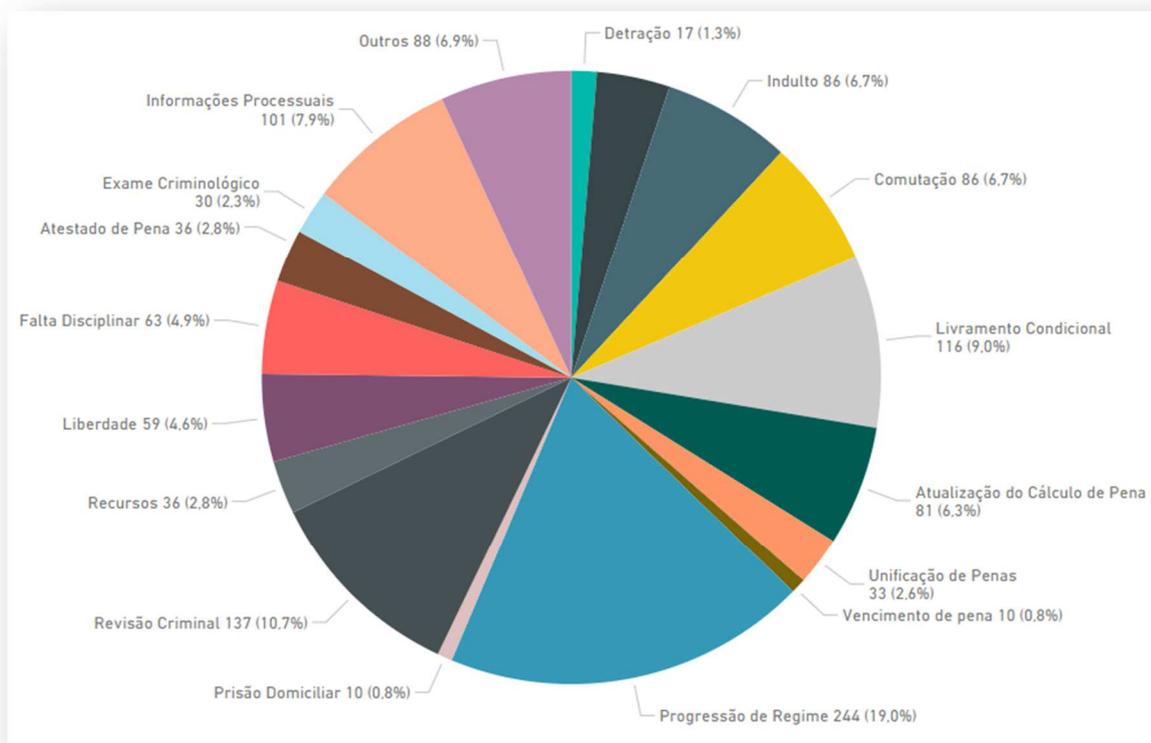
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 147. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a assistências



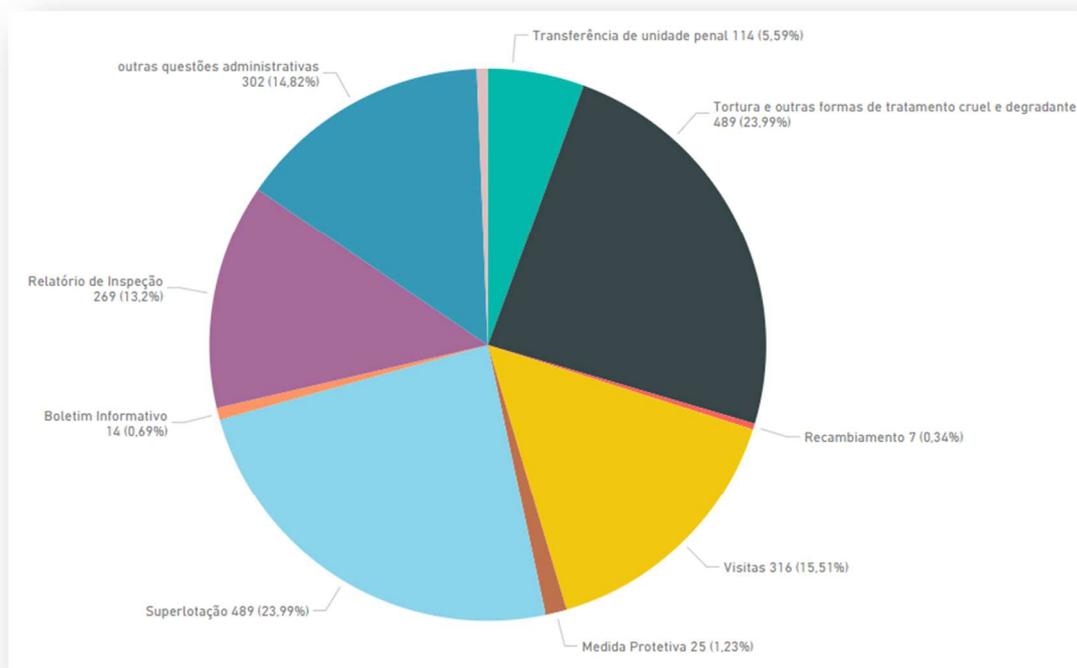
Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 148. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Gráfico 149. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a questões da administração penitenciária



Fonte: DMF/CNJ

Na tabela abaixo, verifica-se quais são as unidades penais de São Paulo que são citadas em denúncias de tortura, bem como a sua quantidade em cada estabelecimento penal. Destaca-se, desde já, que as denúncias de violência e tratamento cruel das três primeiras unidades penais (Penitenciária de Getulina, Lucélia e Lavínia III) foram tratadas em expedientes unificados para cada uma dessas unidades, uma vez que este Departamento recebeu várias cartas de diferentes reeducandos representando por demandas semelhantes nessas localidades.

Tabela 61. Ranking de Penitenciárias de São Paulo com maior número de demandas acerca de tortura

UNIDADE PENAL	Número de demandas de Tortura
SP - PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA E ALA DE PROGRESSÃO	199
SP - PENITENCIÁRIA OSIRIS SOUZA E SILVA DE GETULINA	189
SP - PENITENCIÁRIA III - PAULO GUIMARAES - LAVÍNIA	143
SP - PENITENCIÁRIA II DE GUAREÍ	50

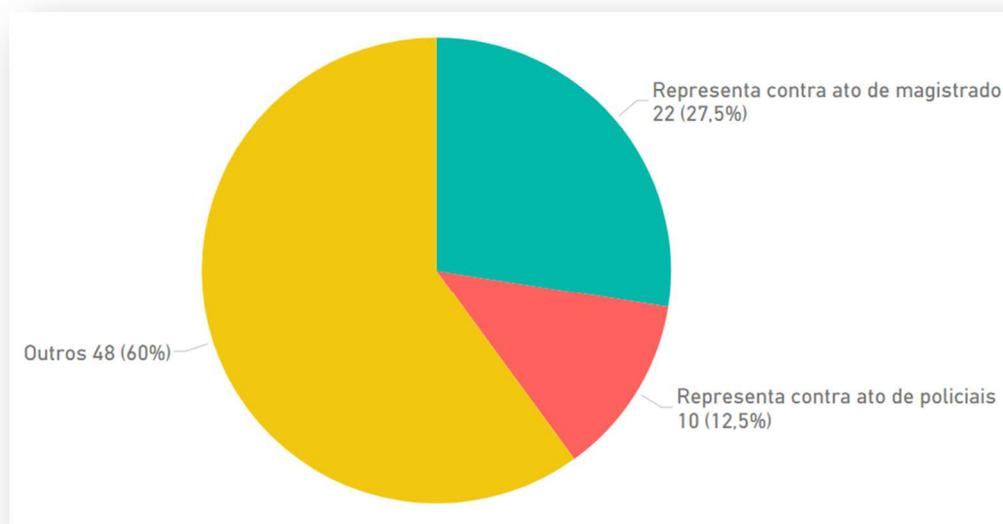
SP - PENITENCIÁRIA I - NESTOR CANOA DE MIRANDÓPOLIS E ANEXO PENITENCIÁRIO	50
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	43
SP - PENITENCIÁRIA TACYAN MENEZES DE LUCENA - MARTINÓPOLIS	39
SP - PENITENCIARIA ODON RAMOS MARANHÃO - IPERÓ	35
SP - PENITENCIÁRIA II - DR ANTÔNIO DE SOUZA NETO DE SOROCABA	22
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	20
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA III DE PINHEIROS	17
SP - PENITENCIÁRIA I - JOSÉ PARADA NETO DE GUARULHOS SEMIABERTO - GUARULHOS	17
SP - PENITENCIÁRIA JOAQUIM DE SYLOS CINTRA DE CASA BRANCA E ALA DE PROGRESSÃO	17
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II DE PINHEIROS	15
SP - PENITENCIÁRIA JOÃO BATISTA DE SANTANA - DE RIOLANDIA	15
SP - PENITENCIÁRIA "SILVIO YOSHIHIKO HINOHARA" DE PRESIDENTE BERNARDES	14
SP - PENITENCIÁRIA DE ANDRADINA	14
SP - PENITENCIÁRIA I "ZWINGLIO FERREIRA" DE PRESIDENTE VENCESLAU	12
SP - PENITENCIÁRIA - II DE POTIM	12
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA - II DE SERRA AZUL	12
SP - PENITENCIÁRIA II - DR. JOSÉ AUGUSTO CÉSAR SALGADO DE TREMEMBÉ	10
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE FLORÍNEA	9
SP - PENITENCIÁRIA II DE MIRANDÓPOLIS	8
SP - PENITENCIÁRIA "ADRIANO APARECIDO DE PIERI" DE DRACENA	8
SP - PENITENCIÁRIA I - DR DANILO PINHEIRO DESOROCABA ANEXO PENITENCIÁRIO	8
SP - PENITENCIÁRIA - I DE POTIM	5
SP - PENITENCIÁRIA II - NILTON SILVA - DE FRANCO DA ROCHA	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DA CAPITAL CHÁCARA BELÉM I E ALA DE PROGRESSÃO - DEECRIM - 1ª RAJ	3

SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - ASP VANDA RITA BRITO DO REGO - OSASCO	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA NELSON FURLAN DE PIRACICABA E ALA DE PROGRESSÃO	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR FELIX NOBRE DE CAMPOS DE TAUBATÉ	3
SP - PENITENCIÁRIA I - JAIRO DE ALMEIDA BUENO DE ITAPETININGA	2
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - LUIZ CESAR LACERDA - SÃO VICENTE - DEECRIM - 7ª RAJ	2
SP - UNIDADE SOCIOEDUCATIVO DE PARADA DE TAIPAS	1
SP - PENITENCIÁRIA DE MARÍLIA E ANEXO PENITENCIÁRIO	1
SP - HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSQUIÁTRICO - I - PROF ANDRÉ TEIXEIRA LIMA - DE FRANCO DA ROCHA	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação a categoria Representação contra Ato de Autoridade, observa-se, pelo gráfico abaixo, que a maioria das demandas são relativas a subcategoria Outros. Por oportuno, destaca-se que estão contempladas nesse grupo as reclamações contra abuso de autoridade dos agentes penitenciários e diretores das unidades penais.

Gráfico 150. Assunto de demandas oriundas de São Paulo relativos a representação contra ato de autoridade



Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal de São Paulo e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações endereçadas ao DMF/CNJ.

Tabela 62. Estabelecimentos penais de São Paulo

UNIDADE PENAL	Contagem ⁶⁶
SP	
SP - CADEIA PÚBLICA DE ANDRADINA	3
SP - CADEIA PUBLICA DE CASA BRANCA	2
SP - CADEIA PÚBLICA DE DRACENA	1
SP - CADEIA PÚBLICA DE MOGI DAS CRUZES	1
SP - CADEIA PÚBLICA DE PIRASSUNUNGA	2
SP - CADEIA PÚBLICA DE PRESIDENTE VENCESLAU	4
SP - CADEIA PÚBLICA FEMININA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA - LUIZ CESAR LACERDA - SÃO VICENTE - DEECRIM - 7ª RAJ	2
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP FABIANO DE ANDRADE - DE RIOLANDIA - DEECRIM - 8ª RAJ	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP NILTON CELESTINO DE ITAPECERICA DA SERRA - DEECRIM - 1ª RAJ	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DA CAPITAL CHÁCARA BELÉM I E ALA DE PROGRESSÃO - DEECRIM - 1ª RAJ	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DA CAPITAL CHÁCARA BELÉM II E ALA DE PROGRESSÃO - DEECRIM - 1ª RAJ	7
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE BAURU - DEECRIM - 3ª RAJ	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAIUÁ	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAPELA DO ALTO	8
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CARAGUATATUBA	9
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE DIADEMA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE MAUÁ	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE MOGI DAS CRUZES	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PONTAL	1

⁶⁶ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE PRAIA GRANDE	5
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SERRA AZUL	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE SOROCABA	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE TAIUVA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE VILA INDEPENDÊNCIA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR FELIX NOBRE DE CAMPOS DE TAUBATÉ	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR. CALIXTO ANTONIO - SÃO BERNARDO DO CAMPO	6
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DR.JOSÉ EDUARDO MARIZ DE OLIVEIRA	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA FEMININO DE FRANCO DA ROCHA	8
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA I - OSASCO	4
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA I DE PINHEIROS	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - ASP VANDA RITA BRITO DO REGO - OSASCO	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II - GUARULHOS	3
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II DE PINHEIROS	15
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA II- OSASCO	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA III DE PINHEIROS	14
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA IV DE PINHEIROS	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA NELSON FURLAN DE PIRACICABA E ALA DE PROGRESSÃO	3
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - PROF. NOÉ AZEVEDO - DE BAURU	3
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE HORTOLÂNDIA	1
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE PACAEMBU	5
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DR EDGARD MAGALHÃES NORONHA DE TREMEMBÉ	6
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA FEMININO DRA. MARINA CARDOSO DE OLIVEIRA	1
SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA II - DR. EDUARDO DE OLIVEIRA VIANNA - BAURU	3

SP - CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIARIO DE VALPARAÍSO	2
SP - CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DR LUIZ GONZAGA DE ARRUDA CAMPOS DE RIO CLARO	1
SP - CENTRO HOSPITALAR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO ALA DE PSIQUIATRIA	1
SP - HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO - I -PROF ANDRÉ TEIXEIRA LIMA - DE FRANCO DA ROCHA	1
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	20
SP - PENITENCIÁRIA - CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA E ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - ITAÍ	19
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIROPOLIS	1
SP - PENITENCIÁRIA - I DE POTIM	5
SP - PENITENCIÁRIA - II DE POTIM	13
SP - PENITENCIÁRIA - ORLANDO BRANDO FILINTO ALA DE PROGRESSAO PENITENCIARIA - IARAS	58
SP - PENITENCIÁRIA "ADRIANO APARECIDO DE PIERI" DE DRACENA	8
SP - PENITENCIÁRIA "ORLANDO BRANDO FILINTO" DE IARAS	9
SP - PENITENCIÁRIA "SILVIO YOSHIHIKO HINOHARA" DE PRESIDENTE BERNARDES	13
SP - PENITENCIÁRIA ALVARO DE CARVALHO	1
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA - I DE SERRA AZUL	15
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA - II DE SERRA AZUL	12
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE PRACINHA	3
SP - PENITENCIÁRIA DE ANDRADINA	14
SP - PENITENCIÁRIA DE ASSIS E ANEXO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	4
SP - PENITENCIÁRIA DE AVANHANDAVA	1
SP - PENITENCIÁRIA DE FLÓRIDA PAULISTA	10
SP - PENITENCIÁRIA DE IRAPURU	1
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIROPOLIS	2
SP - PENITENCIÁRIA DE JUNQUEIRÓPOLIS	7
SP - PENITENCIÁRIA DE LUCÉLIA E ALA DE PROGRESSÃO	199
SP - PENITENCIARIA DE MAIRINQUE	1
SP - PENITENCIÁRIA DE MARABA PAULISTA	1
SP - PENITENCIÁRIA DE MARÍLIA E ANEXO PENITENCIÁRIO	1
SP - PENITENCIÁRIA DE OSVALDO CRUZ	1
SP - PENITENCIÁRIA DE PARAGUAÇU PAULISTA	21
SP - PENITENCIÁRIA DE PARELHEIROS	7
SP - PENITENCIÁRIA DE PIRACICABA	1
SP - PENITENCIÁRIA DE PRESIDENTE PRUDENTE E ANEXO PENITENCIÁRIO "WELLINGTON RODRIGO SEGURA"	7
SP - PENITENCIÁRIA DE RIBEIRÃO PRETO E ALA DE PROGRESSÃO	10

SP - PENITENCIÁRIA DE VALPARAÍSO	22
SP - PENITENCIÁRIA DR. SEBARTIÃO MARTINS SILVEIRA ALA DE PROGRESSÃO ANEXO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE ARARAQUARA	7
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE CAMPINAS	1
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE RIBEIRÃO PRETO	1
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANTANA	14
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPI PAULISTA	2
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA DRA MARINA CARDOSO DE OLIVEIRA DO BUTANTÃ ANEXO PENITENCIÁRIO	2
SP - PENITENCIÁRIA FEMININA II DE TREMEMBÉ	1
SP - PENITENCIÁRIA I - DR DANILO PINHEIRO DESOROCABA ANEXO PENITENCIÁRIO	8
SP - PENITENCIÁRIA I - DR WALTER FARIA PEREIRA DE QUEIRÓZ - PIRAJUÍ	4
SP - PENITENCIÁRIA I - DR. PAULO LUCIANO DE CAMPOS - AVARÉ	21
SP - PENITENCIÁRIA I - JAIRO DE ALMEIDA BUENO DE ITAPETININGA	2
SP - PENITENCIÁRIA I - JOSÉ PARADA NETO DE GUARULHOS SEMIABERTO - GUARULHOS	14
SP - PENITENCIÁRIA I - MÁRIO DE M. ALBUQUERQUE E ALA DE PROGRESSÃO - FRANCO DA ROCHA	3
SP - PENITENCIÁRIA I - NESTOR CANOA DE MIRANDÓPOLIS E ANEXO PENITENCIÁRIO	49
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	42
SP - PENITENCIÁRIA I - VEREADOR FREDERICO GEOMETTI - LAVÍNIA	4
SP - PENITENCIÁRIA I "ZWINGLIO FERREIRA" DE PRESIDENTE VENCESLAU	11
SP - PENITENCIÁRIA I DE GUARÉÍ	20
SP - PENITENCIÁRIA I DE ITIRAPINA	6
SP - PENITENCIÁRIA I -DR TARCIZO LEONCE PINHEIRO CINTRA DE TREMEMBÉ	5
SP - PENITENCIÁRIA I DE GUARÉÍ	1
SP - PENITENCIÁRIA II - DE MIRANDOPOLIS	2
SP - PENITENCIÁRIA II - DES. ADRIANO MARREY - GUARULHOS	1
SP - PENITENCIÁRIA II - DR ANTÔNIO DE SOUZA NETO DE SOROCABA	21
SP - PENITENCIÁRIA II - DR. JOSÉ AUGUSTO CÉSAR SALGADO DE TREMEMBÉ	10
SP - PENITENCIÁRIA II - GILMAR MONTEIRO DE SOUZA - DE BALBINOS	5
SP - PENITENCIÁRIA II - LUIS APARECIDO FERNANDES - LAVÍNIA	35
SP - PENITENCIÁRIA II - NILTON SILVA - DE FRANCO DA ROCHA	3
SP - PENITENCIÁRIA II - ODETE LEITE DE CAMPOS CRITTER DE HORTOLÂNDIA	12
SP - PENITENCIÁRIA II "MAURÍCIO HENRIQUE GUIMARÃES PEREIRA" DE PRESIDENTE VENCESLAU	41

SP - PENITENCIÁRIA II DE GUARÉÍ	50
SP - PENITENCIÁRIA II DE ITIRAPINA	2
SP - PENITENCIÁRIA II DE MIRANDÓPOLIS	8
SP - PENITENCIÁRIA II- DR LUIZ GONZAGA VIEIRA E ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA - PIRAJUÍ	2
SP - PENITENCIARIA III - HORTOLANDIA	3
SP - PENITENCIÁRIA III - PAULO GUIMARAES - LAVÍNIA	143
SP - PENITENCIÁRIA III DE FRANCO DA ROCHA	3
SP - PENITENCIÁRIA JOÃO BATISTA DE SANTANA - DE RIOLANDIA	15
SP - PENITENCIÁRIA JOAQUIM DE SYLOS CINTRA DE CASA BRANCA E ALA DE PROGRESSÃO	17
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE BERNARDINO DE CAMPOS	12
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE CAPELA DO ALTO	3
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE CERQUEIRA CÉSAR	2
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE FLORÍNEA	9
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE PIRACICABA	1
SP - PENITENCIÁRIA MASCULINA DE TAQUARITUBA	18
SP - PENITENCIARIA ODON RAMOS MARANHÃO - IPERÓ	34
SP - PENITENCIÁRIA OSIRIS SOUZA E SILVA DE GETULINA	189
SP - PENITENCIÁRIA OZIAS LUCIO DOS SANTOS - PACAEMBU	3
SP - PENITENCIÁRIA TACYAN MENEZES DE LUCENA - MARTINÓPOLIS	37
SP - PENITENCIÁRIA VALENTIM ALVES DA SILVA - ALVARO DE CARVALHO	10
SP - PRESÍDIO DA POLÍCIA MILITAR ROMÃO GOMES	2
SP - RUA BERNARDO FONSECA LOBO S/N VILA ALBERTINA	1
SP - UNIDADE SOCIOEDUCATIVO DE PARADA DE TAIPAS	1
SP - CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA III DE PINHEIROS	3
SP - PENITENCIÁRIA "SILVIO YOSHIHIKO HINOHARA" DE PRESIDENTE BERNARDES	1
SP - PENITENCIÁRIA COMPACTA DE PRACINHA	1
SP - PENITENCIÁRIA DE VALPARAÍSO	2
SP - PENITENCIÁRIA I - JOSÉ PARADA NETO DE GUARULHOS SEMIABERTO - GUARULHOS	3
SP - PENITENCIÁRIA I - NESTOR CANOA DE MIRANDÓPOLIS E ANEXO PENITENCIÁRIO	1
SP - PENITENCIÁRIA I - RODRIGO DOS SANTOS FREITAS - BALBINOS	2
SP - PENITENCIÁRIA II - DR ANTÔNIO DE SOUZA NETO DE SOROCABA	1
SP - PENITENCIÁRIA II - NILTON SILVA - DE FRANCO DA ROCHA	1
SP - PENITENCIÁRIA II - ODETE LEITE DE CAMPOS CRITTER DE HORTOLÂNDIA	1
SP - PENITENCIÁRIA III DE FRANCO DA ROCHA	1
SP - PENITENCIÁRIA TACYAN MENEZES DE LUCENA - MARTINÓPOLIS	2

Fonte: DMF/CNJ

Tocantins – TO

Do total de 2.425 expedientes recebidos pelo DMF, entre o período de julho de 2017 e maio de 2018, contendo demandas acerca do Sistema Penitenciário, seis são oriundas do estado de Tocantins, o que representa menos de 1% da totalidade dos documentos.

Observa-se, por meio da análise do Gráfico 3, que esses expedientes foram encaminhados tanto por órgãos (2) quanto por reeducandos (4).

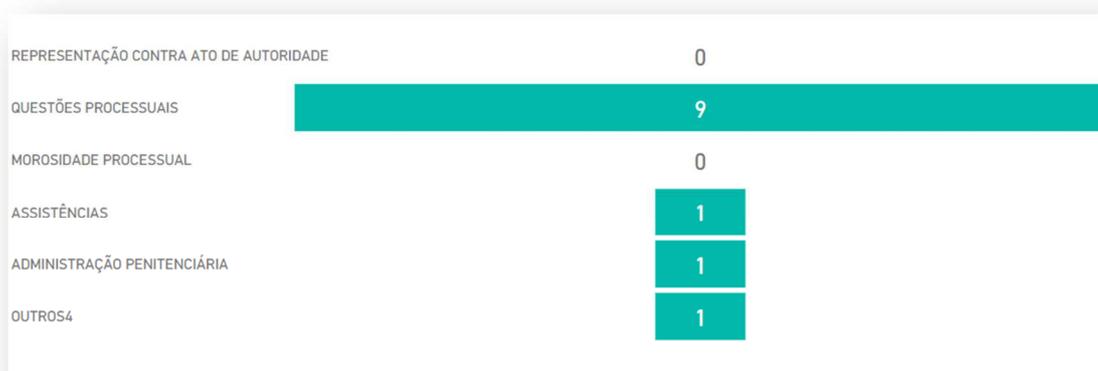
Tabela 63. Demandantes do estado de Tocantins em números absolutos por órgão.

TO	2
TJTO	1
TJTO/1ª Vara Criminal	1

Fonte: DMF/CNJ

Com relação aos assuntos das demandas do estado do Tocantins, verifica-se, por meio da leitura do gráfico abaixo, que a maioria diz respeito a Questões Processuais (9), representando 82% da totalidade, e, mais especificamente, as subcategorias de Progressão de Regime (33,33%) e Revisão Criminal (22,22%).

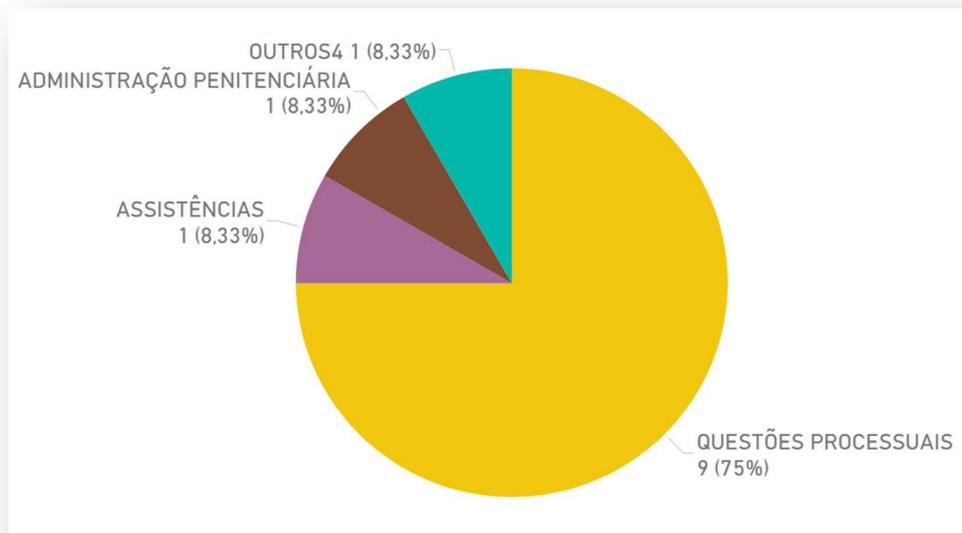
Gráfico 151. Assunto de demandas⁶⁷ oriundas de Tocantins por categorias em números absolutos



Fonte: DMF/CNJ

⁶⁷ Pontue-se que o quantitativo de assuntos abordados pelas cartas e representações geralmente abarca mais de uma área temática, o que significa que uma demanda não equivale a um expediente, pois neste pode haver várias daquelas.

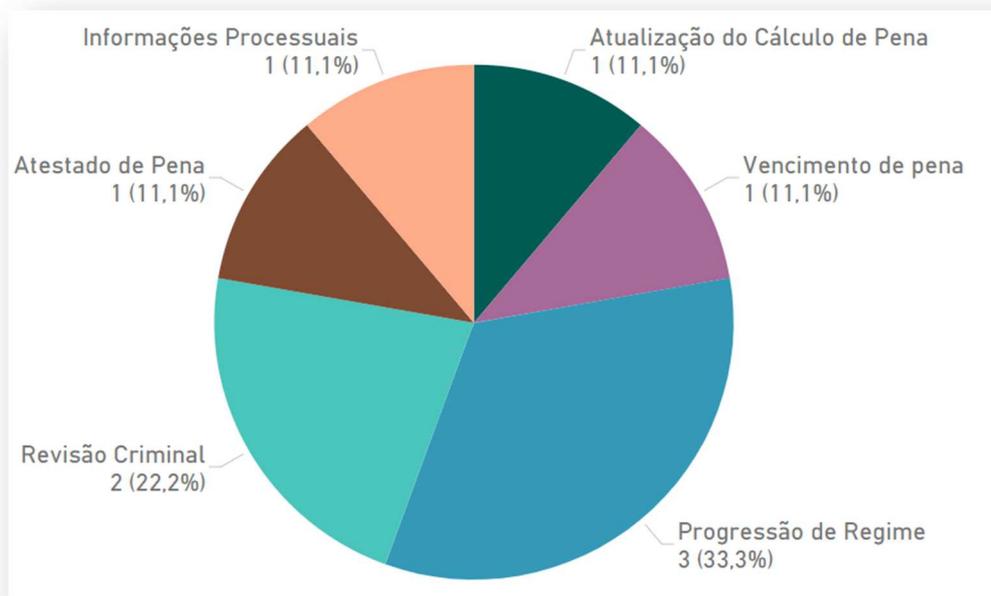
Gráfico 152. Assunto de demandas oriundas de Tocantins por categorias



Fonte: DMF/CNJ

Com relação à Categoria de Assistências, destaca-se que a única queixa se refere a subcategoria Assistência Material.

Gráfico 153. Assunto de demandas oriundas de Tocantins relativas a questões processuais



Fonte: DMF/CNJ

Quanto à Categoria Questões da Administração Penitenciária, registra-se que a única demanda é referente a subcategoria Outros.

Por fim, no gráfico abaixo, é possível quantificar o número de expedientes oriundos ou referentes a cada estabelecimento penal do Tocantins e, conseqüentemente, verificar qual unidade possui o maior número de reclamações.

Tabela 64. Penitenciárias de Tocantins

UNIDADE PENAL	Contagem⁶⁸
TO	6
TO - CADEIA PÚBLICA DE ARAGUACEMA	3
TO - DELEGACIA DA COMARCA PEDRO AFONSO	1
TO - UNIDADE PRISIONAL FEMININA DE PALMAS	1

Fonte: DMF/CNJ

⁶⁸ Registra-se que o quantitativo total de unidades penais desta tabela pode não coincidir com o número de expedientes recebidos no estado, em função de haver expedientes que não dizem respeito a nenhum estabelecimento ou que não informam o nome do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da apresentação do volume e fluxo de trabalho da Seção de Expedientes⁶⁹ deste Departamento na gestão da Ministra Carmén Lúcia (biênio 2016-2018), o relatório Estatísticas de Expedientes recebidos no DMF/CNJ objetiva *i)* fornecer subsídios às autoridades locais com vistas ao enfrentamento de focos de pleitos e denúncias de irregularidades no sistema carcerário; *ii)* aperfeiçoar as atividades desenvolvidas pela Seção de Expedientes deste Departamento e *iii)* apontar a premência de novos projetos e programas a cargo do DMF/CNJ, bem como de acordos e ações conjuntas com os demais órgãos afetos à justiça criminal e execução penal.

Os desdobramentos propostos, nesse sentido, possuem viés interno, voltado à melhoria e racionalização dos fluxos de trabalho e procedimentos atinentes aos expedientes remetidos ao DMF/CNJ; e viés externo, voltado à qualificação do diálogo mantido entre este Departamento e os atores locais, com vistas à resolução e prevenção das irregularidades no sistema carcerário denunciadas ao Conselho Nacional de Justiça.

a) Considerações sobre o Fluxo de Expedientes do DMF/CNJ

A partir da inovação consistente no acompanhamento detalhado dos documentos tratados por este Departamento, percebe-se, para além dos ganhos em controle e eficiência, um aumento no envio de expedientes, principalmente, de cartas de presos, desde o início da gestão da Ministra Cármén Lúcia.

Considerando o quantitativo acumulado entre os meses de janeiro e maio de 2016 para o mesmo período de 2017, observou-se aumento de 47% na quantidade de cartas recebidas. O mesmo período em 2018, incluso no recorte do presente relatório, apresenta quantitativo acumulado de 1.163 cartas, o que representa acréscimo de 75% em relação ao mesmo período de 2016 (664 cartas no período janeiro a maio/2016, 980 cartas em janeiro a maio/2017, 1.163 cartas de janeiro a maio/2018).

Aponta-se como possíveis causas para essa amplificação o agravamento da crise no sistema carcerário, exemplificado pelos episódios de rebeliões e mortes em unidades prisionais

⁶⁹ Embora a Lei n. 12.106/2009 que cria o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas não contemplem divisões do Departamento em seções, devido à necessidade de garantir uma melhor gestão, foi realizada divisão interna de funções categorizadas em administrativo, projetos e expedientes.

no Norte brasileiro, e consequentes reivindicações da população carcerária, bem como a vinculação da gestão com imagem pública positiva no tocante ao papel desempenhado pelo Conselho Nacional de Justiça na fiscalização do sistema carcerário, fator demonstrável pela boa recepção das bases lançadas para criação do Cadastro Nacional de Presos, a partir do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), e pela agenda de visitas da Ministra Cármen Lúcia a unidades prisionais de todas as regiões do país⁷⁰.

Destaca-se que esse maior incremento, em especial, nos últimos meses considerados, abril e maio de 2018, ocorreu devido à grande porção de correspondências de reeducandos das unidades prisionais de Getulina, Lavínia e Lucélia, situadas no estado de São Paulo. Nesse particular, vale salientar que as cartas de cada estabelecimento penal veiculavam não só teor, mas palavras e expressões semelhantes, sinalizando que a iniciativa pode ter partido de articulação dos reeducandos com vistas a potencializar seus pleitos e dar visibilidade às denúncias, para obter respostas das autoridades penitenciárias e judiciárias e alcançar melhorias.

O aumento do quantitativo de documentos a serem processados, aliado à migração do processamento para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), requereram redesenho do fluxo de trabalho dos expedientes, correspondente às etapas inscritas no diagrama do Anexo 1.

Cumpra destacar etapas passíveis de racionalização, sendo elas *i)* o recebimento de expedientes físicos, em especial, as cartas dos reeducandos e *ii)* as anotações realizadas em planilha interna de controle, visando a extração de estatísticas.

O tratamento dos documentos físicos encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça cabe à Secretaria Processual, organismo que possui Coordenadoria e Seções próprias voltadas à protocolização, digitalização, autuação e distribuição de documentos e processos.

O DMF/CNJ recebe tais documentos físicos, especialmente as cartas dos reeducandos, após atribuição de número de protocolo e distribuição pela Secretaria Processual, em razão da matéria tratada. Contudo, as etapas de digitalização do documento físico e autuação do processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) são efetuadas pelo corpo de trabalho do

⁷⁰ Além das visitas aos presídios, a ministra Cármen Lúcia determinou ações para a verificação da real situação dos presos no Brasil. Em fevereiro deste ano, um relatório com dados sobre presos provisórios no Brasil incluiu informações dos Tribunais de Justiça Estaduais encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça com números sobre o tema e os planos de trabalho com detalhamento de ações para dar celeridade ao julgamento dessa população. Do total de 654 mil presos no Brasil, 221 mil são provisórios, ou seja, ainda aguardam um julgamento definitivo. **Cármen Lúcia visitou 14 presídios em 12 meses.** Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85611-carmen-lucia-visitou-14-presidios-em-12-meses>. Acesso em 24.8.2018.

próprio DMF, o que ocasiona perda significativa no tempo de análise e processamento do conteúdo das comunicações – não raro, notícias de violações que requerem intervenção célere – além da inexistência de equipamento de digitalização de grande porte e resolução no Departamento, material inerente às atividades da Seção de Protocolo e Digitalização, sendo tal etapa realizada no DMF com máquinas de digitalização de pequeno porte e resolução insuficiente.

Dessa forma, necessário sinalizar que a assunção da etapa de digitalização e autuação das cartas dos reeducandos pela Secretaria Processual importará em ganhos importantes à racionalidade e agilidade no atendimento das demandas encaminhadas a este Departamento.

O segundo ponto diz respeito aos registros realizados em planilha interna de controle, visando a extração de estatísticas. O acompanhamento detalhado dos expedientes encaminhados ao DMF – considerando as Unidades da Federação e unidades prisionais de origem, a natureza das pessoas demandantes, categorias e subcategorias temáticas, encaminhamentos e pedidos informações/providências – é realizado em planilha (.x/sx) alimentada pelos servidores e colaboradores da Seção de Expedientes do DMF, etapa manual que importa em dispêndio importante de tempo para anotação de parâmetros que já constam ou que podem constar no SEI mediante adaptações das funcionalidades, promovendo retrabalho.

Nesse sentido, necessária a adaptação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou a viabilização de solução de extração de dados do SEI junto ao Departamento de Tecnologia da Informação e Secretaria Processual para que o acompanhamento estatístico dos expedientes do DMF seja realizado também via sistema de processamento dos feitos administrativos, o qual possui funcionalidades potencialmente capazes de permitir a extração automatizada de estatísticas.

b) Considerações sobre o monitoramento e fiscalização do sistema carcerário a partir dos expedientes encaminhados ao DMF/CNJ

A partir das estatísticas relacionadas aos assuntos das demandas sinalizadas nas categorias e subcategorias temáticas, percebe-se que grande monta de pleitos versam muitas vezes sobre questões alheias às atribuições deste Departamento, competências inscritas na Lei 12.106/2009 e no Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, pedidos que giram em torno da gestão penitenciária e da regular prestação jurisdicional.

Das 7.941 demandas identificadas nos expedientes, 3.173 (39,96%) versam sobre pedidos ou denúncias quanto à inexistência de assistências diversas; 1.766 (22,24%) versam sobre questões processuais, incluso aqui diversos pedidos de informação processual, pedidos de progressão de regime, revisão criminal. Excluídas as análises que sinalizem irregularidades no sistema carcerário, em relação a todos esses demais pleitos, o DMF/CNJ não possui competência para apreciar e diligenciar pelo seu cumprimento, razão pela qual procede com a redistribuição das demandas aos atores locais competentes, sejam as autoridades judiciárias, sejam as defensorias públicas, sejam ainda as autoridades da administração penitenciária.

O encaminhamento de tais pleitos ao DMF/CNJ, aliado à ausência de cartas de reeducandos de várias Unidades da Federação indica o desconhecimento por parte da população carcerária das atribuições deste Departamento e do Conselho Nacional de Justiça, cumulado ao desconhecimento dos próprios mecanismos e procedimentos locais.

Dessa forma, aponta-se a premência de ação que promova maior difusão de informações práticas em relação aos direitos das pessoas privadas de liberdade, os objetivos institucionais do DMF/CNJ, bem como de seu órgão análogo local, o Grupo de Monitoramento de Fiscalização (GMF), e a competência dos órgãos da execução penal e da justiça criminal. Nesse contexto, julga-se conveniente realizar a atualização das cartilhas do CNJ destinadas às pessoas privadas de liberdade, como a Cartilha da Pessoa Presa e a Cartilha da Mulher Presa, envolvendo informações de cunho prático voltadas à consecução de direitos por parte dos reeducandos, tendo em vista, também, reiterados pedidos de remessa de tais documentos.

As taxas de resposta aos pedidos de informações e providências, promovidos por este Departamento e encaminhados aos atores locais, também constituem elemento passível de análise. Foram os Grupos de Monitoramento e Fiscalização os órgãos que apresentaram menor taxa de resposta quando demandados sobre as providências tomadas em relação aos casos práticos de irregularidades processados pelo DMF: dos 95 expedientes encaminhados com tal fito, apenas 44 foram respondidas (taxa de resposta de 46,3%).

Tal indicativo aponta algum grau de rompimento das estruturas operacionais locais quanto a sua competência de receber, processar e encaminhar as irregularidades formuladas em detrimento do sistema de justiça criminal e do sistema de justiça juvenil, estabelecendo rotina interna de processamento e resolução, principalmente àquelas relacionadas às informações de práticas de tortura, maus-tratos ou tratamentos cruéis, desumanos ou

degradantes, atribuição expressamente disposta na Resolução CNJ n. 214 (art. 6º, inc. XIII) , ato que regulamenta os Grupos de Monitoramento e Fiscalização.

Nesse sentido, sinaliza-se a necessidade do Conselho Nacional de Justiça, junto a tais organismos, habilitar cenário de integração entre os atores que atuam na execução penal e na execução de medidas socioeducativas, com vistas à uniformização de rotinas e fluxos, ao intercâmbio de práticas, ao engajamento nas políticas judiciárias atinentes ao tema e, ulteriormente, ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional decorrente de tais ações.

Na prática, propõe-se a edição de manual de práticas e rotinas voltado aos grupos de monitoramento e fiscalização, à luz da Resolução CNJ 214, bem como a reedição de espaços de interação entre as unidades locais através de reuniões presenciais, workshops ou videoconferências.

Ainda quanto ao grupo de categorias e suas relações com os atores locais, percebe-se que a categoria Administração Penitenciária corresponde a mais de um quarto das ocorrências (28,69%) e a observância dos pedidos que norteiam as subcategorias (recambiamento, transferências, visitas, etc.) perpassam necessariamente pelas atribuições do Poder Executivo local.

Tal assunção requer atenção especial, principalmente se contrastada ao teor de abrandamento e minoração de grande parte das respostas encaminhadas pelas secretarias de administração penitenciária ou órgãos análogos quando demandadas sobre denúncias encaminhadas ao DMF/CNJ.

Assim, forçoso que as corregedorias gerais de Justiça dos tribunais locais, assessoradas pelos grupos de monitoramento e fiscalização, regulamentem e fiscalizem os procedimentos de averiguação de irregularidades nas unidades prisionais a cargo dos juízes corregedores dos presídios, privilegiando os princípios do contraditório e da ampla defesa em detrimento de atuações meramente homologatórias do quanto apurado pelo Poder Executivo local, para que tais mecanismos não percam sua finalidade de apuração e responsabilização dos indivíduos envolvidos, sejam esses reeducandos ou autoridades administrativas.

Em conclusão, propõe-se o encaminhamento deste relatório aos grupos de monitoramento e fiscalização dos tribunais locais, às secretarias de administração penitenciária

ou órgãos análogos, para conhecimento e providências que julgarem cabíveis, bem como sua disponibilização no site do Conselho Nacional de Justiça, para consulta pública.

Anexo 1. Fluxograma Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário

